

# RSPO P&C - Avaliação de Vigilância Anual - ASA 1

## Relatório de síntese público

---

*AGRIPALMA LDA<sup>1</sup>*

*Empresa-mãe: SOCFIN SA*

**Nome do representante da direção:** Cynthia Van-Dunem

**Endereço da Rua da Organização:** Zona Sul Agripalma

**Cidade, Estado, País:** Caué, São Tomé e Príncipe

**Código postal:** 953

**Telefone:** +244 933 78 47 95

**Célula:** –

**Correio eletrónico:** cvandunem@agripalmastp.com

**Sítio Web:** <https://www.socfin.com/en/locations/agripalma>

---

<sup>1</sup> Denominação social da empresa e designação(ões) comercial(ais), se for caso disso

## Índice

<b>1. Âmbito da avaliação da certificação .....</b>	<b>1</b>
1.1 Detalhes da certificação .....	1
1.2 Descrição da organização .....	2
1.3 Detalhes do moinho .....	4
1.4 Detalhes da base de fornecimento .....	6
1.5 Normas utilizadas .....	7
<b>2. Processo de avaliação .....</b>	<b>8</b>
2.1 SCS Serviços Globais .....	8
2.2 Metodologia de avaliação .....	8
2.3 Equipa de Auditoria Anual .....	9
2.4 Tempo total despendido na avaliação .....	11
2.5 Plano de avaliação .....	12
2.6 Consulta das partes interessadas (incluindo o anterior proprietário/utilizador do terreno).....	18
2.7 Próxima visita de vigilância .....	25
<b>3. Conclusões da avaliação .....</b>	<b>25</b>
3.1 Processo de determinação da conformidade.....	25
3.2 Resumo da conformidade .....	26
3.3 Não-conformidades de auditorias anteriores.....	27
3.4 Novas não-conformidades.....	47
3.5 Componentes positivos .....	95
3.6 Conformidade com o requisito mínimo da RSPO para unidades de gestão múltiplas .....	96
3.7 Plano de tempo limite aprovado .....	101
<b>4. Reconhecimento de responsabilidade interna da organização certificada ..</b>	<b>103</b>
4.1 Recomendação do Auditor .....	103
4.2 Assinatura formal dos resultados da avaliação .....	104
<b>5. Decisão de certificação .....</b>	<b>104</b>
<b>Apêndice 1: Documentação de apoio necessária .....</b>	<b>105</b>
<b>Apêndice 3: Glossário.....</b>	<b>105</b>

<b>Apêndice 4: Mapas suplementares.....</b>	<b>107</b>
<b>Apêndice 5: Lista de controlo dos princípios e critérios.....</b>	<b>109</b>
<b>Apêndice 6: Conformidade com o cálculo de GEE da RSPO .....</b>	<b>196</b>

## 1. Âmbito da avaliação da certificação

### 1.1 Detalhes da certificação

Detalhes da certificação	
<b>Titular do certificado</b>	
Nome da empresa-mãe <i>(Se aplicável, consultar o sítio Web da RSPO)</i>	SOCFIN SA
Nome do membro da RSPO <i>(Consulte o nome no PalmTrace)</i>	Agripalma LDA
Número de membro da RRSPO <i>(Consultar o sítio RSPO ou PalmTrace)</i>	1-0269-19-000-00
Número de registo PalmTrace <i>(Consulte o PalmTrace)</i>	RSPO_PO1000011396
Número de licença da marca registada <i>(Eliminar a caixa N/A se existir uma licença de marca registada)</i> <i>(Se existir uma marca registada, indicar a data de validade)</i>	Número da marca registada: 1-0269-19-100-00. Alegações específicas sobre o produto apresentadas na documentação de expedição, especialmente facturas e BOLs.
Número do certificado	SCS-RSPOPC-000247
Data de início do primeiro certificado <i>(DD/MM/AAAA)</i>	26/10/2021
Data de início do certificado atual <i>(DD/MM/AAAA)</i>	26/10/2021
Data final do certificado atual <i>(DD/MM/AAAA)</i>	25/10/2026* <i>Validade do certificado - Cinco anos</i>
<b>Auditoria</b>	
Tipo de avaliação	Avaliação anual de controlo 1
Data da auditoria <i>(dd/mm/aa)</i>	16/01/2023- 20/01/2023
Data de início Licença <i>(dd/mm/aa)</i>	28/09/2021* <i>Validade da licença - Um ano</i>
Data final Licença <i>(dd/mm/aa)</i>	30/03/2023
Data da avaliação anterior <i>(se aplicável)</i>	18/01/2021- 22/01/2021
<b>Outras certificações detidas</b>	
A Agripalma obteve a certificação EU Organic Standard Production e Global Gap da sua produção de fruta e óleo de palma em dezembro de 2017 e a certificação IPAC Agricert Organic Standard Vs0407/2019.	
<b>Certificação do grupo</b> N/A	<input checked="" type="checkbox"/> (Assinalar se
Nome do grupo	

Nome do gestor do grupo

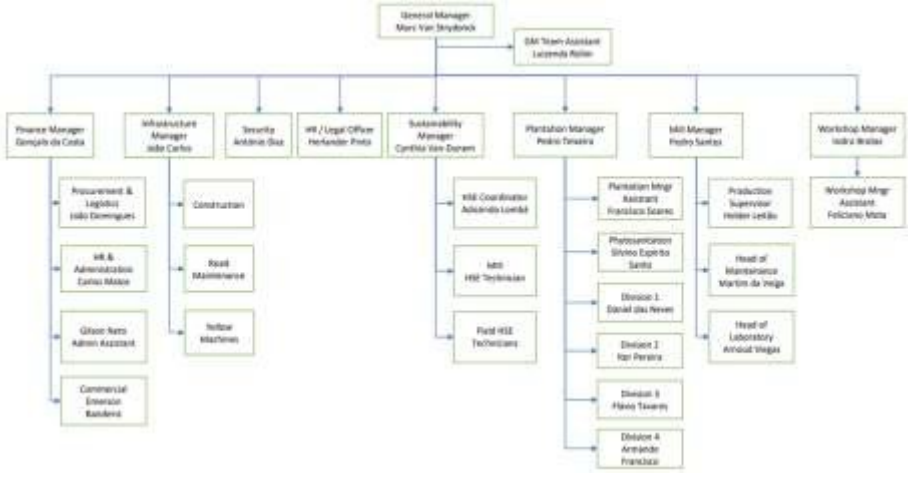
AGRIPALMA LDA

Nível de organização do grupo ( <i>moinho, herdade, agricultor independente, etc.</i> )	
Endereço	
Cidade / Localidade	
Estado	
País	
Pessoa de contacto	
Tel	
Correio eletrónico	
Descrição do processo de amostragem	

## 1.2 Descrição da organização

### Visão geral da organização

<p>Descrição geral da organização <i>(por exemplo, operações, clientes, produtos, estrutura de propriedade, função dos sítios, data de adesão, número de empregados, resumo dos aspectos sociais e relação com as partes interessadas)</i> <i>Incluir todas as actividades da cadeia de abastecimento (por exemplo, triturador, refinaria, etc.).</i></p>	<p>Na sequência da redefinição da sua política agrícola em maio de 2008, o Governo de São Tomé procurou atrair investidores para projectos agrícolas na ilha. A 4 de março de 2009, foi assinado um memorando de entendimento (em francês), intitulado "Protocole d'accord entre le Gouvernement ayant pour objet le Projet de Développement régional intégré agroindustrial de la zone sud de São Tomé et de Príncipe", para criar o projeto Agripalma. A STP-Invest, uma empresa belga, assumiu o controlo da gestão. O objetivo do projeto era replantar 665 ha de um projeto governamental anterior, EMOLVE, e plantar mais em áreas designadas. 88% da Agripalma era detida pela STP Invest e 12% pelo Governo de São Tomé e Príncipe. A 23<sup>rd</sup> de outubro de 2013, uma subsidiária da Socfin, a Socfinco, comprou a participação de 88% da STP Invest.</p> <p>Atualmente, a Agripalma replantou 659 ha e plantou 1441 ha, totalizando 2.100 ha de palma entre a plantação principal em Ribeira Peixe e a plantação do lado sul em Porto Alegre. Atualmente, a superfície total da concessão é de 2.400 ha (dos quais 665 ha correspondem ao título 409 e 1735 ha ao título 410), depois de ter cedido recentemente áreas ao Governo na sequência de um processo FPIC, uma vez que não tem planos de expansão. A Plantação Agripalma situa-se a cerca de 55 quilómetros (km) a sul da cidade de São Tomé, no Distrito de Caué, na EN n.º 2 em direção a Porto Alegre. No total, a empresa tem atualmente 969 trabalhadores, 508 dos quais vivem dentro da concessão e 461 vivem fora da concessão. A Agripalma é o empregador mais importante da Ilha de São Tomé.</p> <p>A Agripalma opera um moinho de 8 toneladas por hora. Todos os FFB fornecidos à fábrica provêm da plantação da Agripalma, sem inclusão de pequenos proprietários. A empresa produz apenas óleo de palma e óleo de palmiste.</p> <p>A Agripalma mantém boas relações com as comunidades vizinhas através de sistemas, procedimentos e compromissos regulares. A Agripalma classifica as aldeias como:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Vilas de plantação - duas vilas na concessão que acomodam trabalhadores com dependentes; e (Emolve e Vila Clotilde)</li><li>• Aldeias vizinhas - oito aldeias fora da concessão mas na Área de Interesse.</li></ul> <p>A economia da AO é impulsionada pela agricultura (nomeadamente a plantação comercial Agripalma) e pela pesca. A economia das aldeias de plantação é impulsionada por trabalhadores assalariados. A agricultura de subsistência é praticada nas aldeias vizinhas, com alguns rendimentos provenientes de culturas de rendimento e da pesca comercial. A empresa tem atualmente 969 trabalhadores, 508 dos quais vivem dentro da concessão e 461 vivem fora da concessão. A empresa está rodeada pelas seguintes comunidades: Io Grande, Dona Augusta, Ribeira Peixe, Praia Pesqueira, Monte Mario, Malanza. Ponte baleia, e Porto Alegre. Para além das comunidades, a empresa mantém relações com outras partes interessadas, tais como agências governamentais, organizações não governamentais e prestadores de serviços.</p> <p>A Agripalma obteve a certificação EU Organic Standard Production e Global Gap da sua produção de fruta e óleo de palma em dezembro de 2017 e a certificação IPAC Agricert Organic Standard Vs0407/2019.</p> <p>A Agripalma solicita a certificação parcial, considerando que existe uma unidade não certificada no que respeita ao título 410, onde o processo de implementação da RSPO já foi iniciado,</p>
---	--

	<p>foi incluída nos estudos de HCV, declaração de responsabilidade fundiária perante a RSPO.</p> <p>A plantação da Agripalma é agora uma plantação totalmente madura e a colheita e a transformação começou em setembro de 2019.</p>
<p>Âmbito para o qual a certificação é a ser procurado</p>	<p>Este certificado abrange a produção de CSPO e CSPK utilizando o fornecimento de Balanço de Massa modelo de cadeia.</p>
<p>Descrição de eventuais alterações ao certificado <i>(por exemplo, novas informações de contacto, operações do COC, locais, actividades comerciais, produtos, número de propriedades/plantações)</i></p>	<p>A AGRIPALMA solicitou e obteve uma transferência de certificado da KBCS (certificado n.º KBCS- AGRIPALMA-RSPO-00025) para a SCS Global Services em 28 de setembro de 2022.</p>
<p>Descrição e análise pela SCS de quaisquer reclamações, disputas ou alegações de não-conformidades recebidas pela organização e/ou SCS</p>	<p>Antes da auditoria, foi efectuada uma análise documental através de uma pesquisa na Internet. Foram registadas várias conclusões de artigos, jornais e notas. As secções 2.6 e 3.3 resumem os resultados da investigação da SCS durante esta auditoria de controlo.</p> <p>Não foram recebidas quaisquer alegações de não-conformidades pela organização e/ou pela SCS antes da auditoria.</p>
<p>Actividades de externalização <i>(por exemplo, número de contratantes, processos COC subcontratados, acordos)</i></p>	<p>N/A, não subcontratação</p>
<p>Gestão centralizada de vários locais/membros do grupo <i>(por exemplo, relação entre locais, formação, programa de auditoria interna)</i></p>	<p>N/A, não é um grupo ou multi-site</p>
<p>Utilização de marcas registadas e transmissão de créditos <i>(por exemplo, empresas em geral comunicações, comunicações B2B, comunicações B2C, utilização de marcas registadas)</i></p>	<p>Número da marca registada: 1-0269-19-100-00. Alegações específicas sobre o produto constantes da documentação de expedição, especialmente facturas e BOLs.</p>
<p>Estrutura organizacional da empresa <i>(organograma)</i></p>	 <pre> graph TD     GM[General Manager Muri Van Nieuwenhove] --- OMA[O&amp;M Team Assistant Leticia Reis]     GM --- FM[Finance Manager Bianca da Costa]     GM --- IM[Infrastructure Manager João Carlos]     GM --- TRM[Terraria António Gus]     GM --- HRO[HR / Legal Officer Helena Porto]     GM --- SM[Sustainability Manager Cristina Van Dunem]     GM --- PM[Plantation Manager Paulo Pereira]     GM --- LAM[Lab Manager Fátima Santos]     GM --- WLM[Workshop Manager Luís Barros]      FM --- PBL[Procurement &amp; Logistics João Domingues]     FM --- HRM[HR &amp; Administration Eduardo Maia]     FM --- GAA[Office Help Admin Assistant]     FM --- CES[Commercial Extension Bianca Reis]      IM --- CON[Construction]     IM --- RM[Road Maintenance]     IM --- IEL[Insect Infestation]      TRM --- HEC[HR Coordinator Adriana Loureiro]     TRM --- HT[HR Technicians]     TRM --- RTE[Rural HR Technicians]      PM --- PBR[Plantation Mgr Assistant Francisco Soares]     PM --- PSE[Phytosanitary Shower Expert Sandra]     PM --- D1[Division 1 David da Neves]     PM --- D2[Division 2 Rui Pereira]     PM --- D3[Division 3 Helder Teixeira]     PM --- D4[Division 4 Amparo Francisco]      LAM --- PS[Production Supervisor Helder Leitão]     LAM --- HLM[Head of Laboratory Margarida Veiga]     LAM --- HLL[Head of Laboratory Aurora Veiga]      WLM --- WMA[Workshop Mgr Assistant Feliciana Mata]     </pre>



## 1.3 Detalhes do moinho

Descrição do moinho

Nome do sítio <input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> Mil Património	AGRIPALMA
Endereço	Zona Sul, Ribeira Peixe, Caué, 953, São Tomé e Príncipe
Cidade / Localidade	Ribeira Peixe
Estado	Caué
País	São Tomé e Príncipe
Localização GPS do moinho (por exemplo, Lat: 14.7103889; Long: -90.291125) (consulte as coordenadas GPS no PalmTrace se não houver alterações)	Lat: 0.1075 Longo: 6,60305
Pessoa de contacto	Cynthia Van-Dunem
Tel	+239 983 8111
Correio eletrónico	cvandunem@agripalmastp.com
Capacidade do moinho (mt/hr)	10 ton/hr
Modelo da cadeia de abastecimento (IP/MB)	MB

### Produção das fábricas de óleo de palma e tonelagens aproximadas certificadas

A produção de 12 meses é a média de um período de 12 meses e a produção efectiva dos 12 meses a contar da data de certificação será incluída na síntese anual.

Para o período de 12 meses que termina em 31/12/2022, o moinho recebeu 9 990,1 MT de FFB certificado do título 409 e 17 470,4 MT de FFB não certificado do título 410. O OER para este período foi de 23,5 % e o PKRR foi de 5,1 %. Não foram vendidos créditos ao abrigo do Book & Claim Scheme. CSPK nem CSPO. Volumes de FFB. CSPO e CSPK por Palm Trace.

As projecções para os próximos 12 meses são apresentadas pela empresa. FFB certificado 10.914 MT (100% das propriedades FFB) e FFB não certificado 19.086 MT. A projecção da OER é de 23,0 % e a PKRR de 5,1 %.

Período de referência (DD/MM/AAAA)		01/01/2022 - 31/12/2022			
CFF recebidas e transformadas pelo lagar durante os 12 meses anteriores à auditoria.	MT RSPO FFB		9,990.1		
	MT FFB convencional		17,470.4		
<b>FFB recebido nos 12 meses anteriores, mês a mês:</b>					
	RSPO MB	Convencional		RSPO MB	Convencional
janeiro	716.6	1253.2	julho	1276.5	2232.4
fevereiro	629.9	1101.6	agosto	1136.3	1987.1
março	585	1023.1	setembro	382.5	668.9
abril	692.3	1210.7	outubro	939.6	1643.1
maio	960.3	1679.4	novembro	739.6	1293.3

junho	1256.2	2196.7	dezembro	675.3	1180.9
<b>Produção projectada a partir do último período de referência MT*</b>		<b>Produção efectiva para este período de auditoria MT</b>		<b>Projetado para o próximo período de referência MT</b>	
CSPO	CSPK	CSPO**	CSPK	CSPO	CSPK
2,150.4	750	2,347.67	509.49	2,510.22	556.614
<b>Último período de referência Volume real de vendas de licenças MT</b>		<b>Último período de referência Volume de vendas efetivo ao abrigo de outros regimes</b>		<b>Último período de referência Volume real vendido como convencional<sup>2</sup></b>	
CSPO	CSPK	CSPO	CSPK	CSPO	CSPK
1,364.18	0	0	0	983.49	509.49

\* Volume de IC atribuído pela BCS, CSPO 2.150,4 MT e CSPK 750 MT, data: 26/10/2021.

CB Volume de transferência atribuído pela SCS, CSPO 786,22 MT e CSPK 200,06 MT, data: 28/09/2022

\*\* A razão pela qual a produção real é maior do que a projectada é o aumento do rendimento do campo devido a práticas agrícolas melhoradas e optimizadas. A empresa solicitou uma extensão de volume em 13 de dezembro de 2022. Detalhes da base de fornecimento

<b>A. Repartição da produção</b>				
	<b>Património</b>	<b>Regime/ SH associado</b>	<b>Independente SH</b>	<b>Cultivadores subcontratados</b>
Número de unidades de produção <i>(Várias explorações agrícolas geridas centralmente por uma entidade contam como uma propriedade)</i>	1	0	0	0
Número de pequenos proprietários individuais	n/a	0	0	n/a
Área total certificada da propriedade (ha) <i>(A área certificada inclui todas as participações da empresa, incluindo infra-estruturas, agricultura e áreas de conservação)</i> (Total de participações da empresa no âmbito)	665	0	0	0
Área total de produção da propriedade - palmeira madura (ha)		0	0	0
Área total de produção da propriedade - palmeira imatura (ha)		0	0	0
Zona de Conservação/Alto Valor de Conservação (HCV) Área (ha)	2,02	0	0	0
Estoque de alto carbono (HCS) Área (ha)	0	0	0	0

<b>B. Descrição da base de abastecimento de fruta</b> <i>(incluindo perfis de idade das palmeiras de todas as plantações geridas diretamente para cada unidade de gestão)</i>
--

<sup>2</sup> Apenas para os volumes certificados vendidos como convencionais. Não se trata da quantidade total de produtos convencionais vendidos.

Base de abastecimento de fruta		Descrição: Ex-Emolve. Certificação RSPO. Ribeira Peixe. Caué							
Base 1: 409	<b>Ano de plantação (inclui replantações)</b>	<b>2000 &amp; Antes de</b>	<b>2001 - 2005</b>	<b>2006 - 2010</b>	<b>2011 - 2015</b>	<b>2016 - 2018</b>	<b>2019 - 2021</b>	<b>2022 - 2025</b>	<b>Total</b>
	Imaturo (ha) (3 anos ou mais jovem)	0	0	0	0	0	0	0	0
	Maduro (ha)	0	0	0	657	0	2	0	659
	<b>Total (ha)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>657</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>659</b>
Base 2: 410	<b>Ano de plantação (inclui replantações)</b>	<b>2000 &amp; Antes de</b>	<b>2001 - 2005</b>	<b>2006 - 2010</b>	<b>2011 - 2015</b>	<b>2016 - 2018</b>	<b>2019 - 2021</b>	<b>2022 - 2025</b>	<b>Total</b>
	Imaturo (ha) (3 anos ou mais jovem)	0	0	0	0	0	0	0	0
	Maduro (ha)	0	0	0	1439	0	2	0	1,441
	<b>Total (ha)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1439</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1,441</b>

### C. Resumo projetado da base de abastecimento de fruta

Nome da propriedade Plantação	Distrito de localização	Tamanho (ha)	Área plantada (ha)	HVC Área (ha)	Latitude (decimal) e.j. 14.7103889	Longitude (decimal) e.j. - 90.291125	Produção de FFB <sup>3</sup> (MT)	Estatuto (certificado ou não certificado)
AGRIPALMA Título 409	Ribeira Peixe	665	659	2.02	0.115924	6.592319	10,914	Certificado
AGRIPALMA Título 410	Ribeira Peixe	1,735	1,441	351.75	0.115924	6.592319	19,086	Não certificado

### D. Fornecimento de FFB não certificadas por parte de pequenos agricultores associados/em regime (Assinalar se N/A)

	Regime/SH associado	Regime/cultivador associado
Volume de FFB não certificado (t)		
Área de produção (ha)		
Número de pequenos proprietários/cultivadores individuais		
Nome da cooperativa/associação (se for o caso)		

## 1.4 Normas utilizadas

### Normas/Módulos RSPO aplicáveis

<sup>3</sup> Produção projectada de FFB.

<input checked="" type="checkbox"/> Princípios e critérios da RSPO para a produção de óleo de palma sustentável (2018) * incluem requisitos da cadeia de abastecimento para as fábricas
<input type="checkbox"/> Interpretação nacional da RSPO
Princípios e Critérios dos Sistemas de Certificação RSPO (2020) e Norma de Pequenos Agricultores Independentes RSPO
<input type="checkbox"/> Módulo - CPO Mills: Identidade Preservada
Módulo - Moinhos CPO: Balanço de Massa
<input checked="" type="checkbox"/> Regras da RSPO sobre comunicações e alegações de mercado (2019)
Todas as normas utilizadas estão disponíveis no sítio Web da RSPO: <a href="http://www.rspo.org/resources/key-documents/certification">http://www.rspo.org/resources/key-documents/certification</a>

## 2. Processo de avaliação

### 2.1 Serviços Globais SCS

A SCS Global Services (SCS) tem vindo a fornecer liderança global em certificação, auditoria, testes e desenvolvimento de normas ambientais e de sustentabilidade de terceiros há quase 30 anos.

Os programas da SCS abrangem uma ampla variedade de indústrias, reconhecendo realizações em construção verde, fabricação de produtos, alimentos e agricultura, silvicultura, varejo e muito mais. A SCS está acreditada para prestar serviços no âmbito de uma vasta gama de programas de certificação reconhecidos a nível nacional e internacional; e foi aprovada como Organismo de Certificação RSPO (ASI-ACC-002) para Princípios e Critérios a 13 de novembro de 2018.

### 2.2 Metodologia de avaliação

A SCS Global Services (SCS) mobiliza equipas interdisciplinares com experiência em agrossilvicultura, ciências sociais, recursos naturais, gestão ambiental, economia, produção de óleo de palma e outros domínios relevantes para avaliar a conformidade da AGRIPALMA com os Princípios e Critérios da RSPO para a Produção de Óleo de Palma Sustentável (2018) \* incluem os requisitos da Cadeia de Abastecimento para as fábricas, o documento dos Sistemas de Certificação RSPO e as políticas/procedimentos documentados da AGRIPALMA.

Para garantir a conformidade, a auditoria tratou a fábrica e sua base de fornecimento como uma Unidade de Certificação RSPO. A fábrica foi auditada juntamente com a(s) propriedade(s) da amostra. Os métodos de avaliação incluíram a revisão de documentos e registos, a observação da implementação de SOP e políticas no terreno e a recolha de informações junto do pessoal da AGRIPALMA, contratantes e partes interessadas (internas e externas). A equipa de auditoria utilizou a metodologia de amostragem da RSPO para selecionar os locais operacionais a visitar e as partes interessadas a envolver. Como tal, a avaliação baseia-se numa amostragem aleatória, pelo que podem existir não-conformidades que não tenham sido identificadas.

Cada membro da equipa de auditoria avaliou partes das normas com base na sua experiência e especialização. No último dia de uma avaliação, os membros da equipa reuniram-se para deliberar conjuntamente sobre os resultados da avaliação. Isto envolveu uma análise de todas as observações de campo relevantes, entrevistas, comentários das partes interessadas, bem como documentos e registos. Quando o consenso entre os membros da

equipa não pode ser alcançado devido à falta de provas, afirmações contraditórias ou



diferenças de interpretação das normas, a equipa comunicou-as na secção da decisão de certificação e/ou nas observações.

O resumo final das conclusões da avaliação pode ser consultado no quadro 3.2 *infra*.

Para a avaliação inicial e de re-certificação, o relatório é revisto externamente pelo revisor de certificação aprovado pela RSPO antes da decisão de certificação pela SCS.

Para a avaliação de vigilância anual, o relatório é revisto internamente e aprovado pelo revisor de certificação qualificado da SCS.

Para conhecer as medidas relativas à COVID-19 adoptadas antes, durante e após a auditoria, consultar: <https://www.scsglobalservices.com/news/covid-19-letter-to-our-clients-colleagues-and-friends>

O quadro seguinte identifica os locais auditados ao longo dos 5 anos do ciclo de certificação:

Programa de avaliação					
Nome do POM e das bases de abastecimento	Ano 1 ( IC)	Ano 2 ( ASA 1)	Ano 3 ( ASA 2)	Ano 4 ( ASA 3)	Ano 5 ( ASA 4)
AGRIPALMA POM	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nome da propriedade* AGRIPALMA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## 2.3 Equipa de auditoria anual

<b>Membro da equipa Nome:</b>	Carlos Paixão (CP)	<b>Função:</b>	Chefe da equipa de auditoria
<b>Qualificações:</b>	<p><b>Formação académica:</b> Carlos é bacharel em Engenharia Florestal pela UFPR, no Brasil, tem uma licenciatura em Engenharia com especialização em Negócios Internacionais pela ESB, em França, e um mestrado em Recursos Renováveis pela UQAC, no Canadá.</p> <p><b>Formações frequentadas:</b> Auditor Líder FSC FM/CoC desde 2019, Auditor Líder PEFC desde 2020, Auditor Líder RSPO SCC desde 2019, Auditor com formação RSPO P&amp;C desde 2021, Auditor Líder SBP desde 2018, Auditor Líder ISCC desde 2020, Auditor com formação RainForest Alliance desde 2021, Auditor com formação SFI FM/CoC desde 2021, Verificador Líder VCS e ACR, Auditor com formação ISO 9001:Auditor com formação 2015, auditor com formação ISO 19011:2018, auditor com formação ISO/IEC 17065, auditor com formação ISO/IEC 17021.</p>		

**Experiência profissional:** Florestal profissional registado no Canadá e no Brasil. A experiência de trabalho de Carlos tem sido variada entre diferentes disciplinas e múltiplos ecossistemas e práticas florestais desde 2013. Por exemplo, ele auxiliou estudos de viabilidade no Brasil, Uruguai e Argentina para dois fundos de investimento agroflorestais europeus.

Mais tarde, foi responsável pela implementação e gestão de programas ambientais e sociais na região amazónica e nas florestas atlânticas do Brasil. No mesmo período, ele estabeleceu um sistema de gestão de rastreabilidade de madeira no Brasil, Paraguai e Uruguai. Carlos tem trabalhado em vários mandatos passados e em curso em todo o mundo como consultor desde 2018 (Brasil, Chile, Indonésia, Canadá, EUA, Leste Europa, Nova Caledónia, Gabão, etc.). Trabalhou igualmente como auditor contratado para

	<p>organismos de certificação nos Estados Unidos e na Alemanha. Carlos realizou mais de 250 auditorias em todo o mundo e é um auditor treinado para as normas: FSC FM/CoC, SFI FM/CoC, PEFC, ISCC, SBP, RA, RSPO, VCS, ACR, ISO 9001, 14001, 17065 e 17021. Ele também tem recentemente qualificado como verificador de carbono florestal para as normas VCS e ACR. Carlos realizou verificações de carbono florestal no Canadá, nos EUA e no Quênia. É também professor no mestrado profissional da UQAC no Canadá desde 2017. Fala e escreve francês, inglês e português e tem competências intermédias em espanhol.</p>		
<b>Membro da equipa Nome:</b>	Dina Maria Medem Cortés	<b>Função:</b>	Membro da equipa de auditoria
<b>Qualificações:</b>	<p><b>Formação académica:</b> Engenheiro de Alimentos, Mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos (área de concentração: Processamento de Frutas) e Doutor em Ciência e Tecnologia de Alimentos (área de concentração: Agroindústria Orgânica e Desenvolvimento de Novos Produtos).</p>		
	<p><b>Formações frequentadas:</b> Formação Básica SA8000 2022, Módulos SMETA (SEDEX e-learning/Auditor Academy) 2022, Questões sociais e ambientais (Cursos Proforest Academy) 2022, Auditor Líder RSPO SCC Atualização em 2022, Auditor Líder RSPO P&amp;C - Atualização em 2021, Auditor Líder ISCC EU e PLUS - 2019, Auditor Líder ISO 9001/2015 (IRCA) 2017 e Auditor de Certificação Orgânica (EU, USDA/COR CAN).</p>		
	<p><b>Experiência profissional:</b> Mais de 15 anos de experiência na indústria alimentar como Engenheiro Sénior e Gestor Técnico na área de investigação e desenvolvimento de novos produtos (Colômbia e Brasil). Mais de 8 anos a auditar a conformidade social e ambiental (RSPO P&amp;C e SCC lead auditor, ISCC EU e Plus e certificação orgânica) no agronegócio, indústria e agricultura nos sectores dos lacticínios, fruta, palma, cana-de-açúcar e café. Revisor de pares acreditado pela ASI. Fluente em português e nível intermédio a avançado em inglês escrito e de conversação.</p>		
<b>Membro da equipa Nome:</b>	Maria Angélica Ocampo	<b>Função:</b>	Membro da equipa de auditoria
<b>Qualificações:</b>	<p><b>Formação académica:</b> Ecologia, especialização em Segurança Industrial, Higiene e Gestão Ambiental.</p>		
	<p><b>Formações frequentadas:</b> RSPO SCC 2020, Curso de Fundamentos da ISO 14001:2015 (2021), Formação de auditor líder RSPO P&amp;C 2018 (2019), Atualização de auditor interno na ISO 9001:2015 ao abrigo da ISO 19011: Diretrizes de 2011 (2018), Curso de treinamento de certificação da cadeia de suprimentos RSPO endossado pela RSPO (2018), treinamento básico ISCC EU e PLUS (2018), Curso de treinamento de auditor líder RSPO (2017), curso de treinamento RSPO NEXT para auditores líderes (2016), AUDITOR LÍDER DE QMS ISO 9001: 08 IRCA CURSO A 17024 - 2245 (2014).</p>		
	<p><b>Experiência profissional:</b> mais de 10 anos de experiência em auditorias de conformidade social e de gestão ambiental. Auditor líder Rainforest Alliance, auditor líder RSPO P&amp;C, auditor líder RSPO Supply Chain, auditor líder ISCC, inspetor/auditor de boas práticas sociais e ambientais Florverde Sustainable Flowers, auditor líder ISO 9001 e auditor interno HSEQ. Consultora em Gestão Ambiental e Gestão de Resíduos Perigosos. Fala e escreve inglês e espanhol.</p>		

<b>Membro da equipa Nome:</b>	Charles Kouadio (CK)	AGRIPALMA LDA	<b>Função:</b>	Auditor testemunha
-----------------------------------	----------------------	---------------	----------------	--------------------

<b>Qualificações:</b>	<b>Formação académica:</b> Engenheiro Agrónomo (Especialidade: Economia e Gestão das Empresas Agrícolas, Conselho da Agricultura, Gestão Social e Rural, Sistemas de Produção, Comercialização e Gestão, Gestão das Condições Óptimas de Produção Animal e Vegetal) na Escola de Agronomia do Instituto Politécnico Félix Houphouët-Boigny em Yamoussoukro.		
	<b>Formações frequentadas:</b> Curso de Auditor Líder RSPO P&C (2013). RSPO Lead Auditor P&C 2018. Curso de Auditor Líder RSPO SCCS (2017). Curso para auditor sénior em regulamentação orgânica e em normas sociais como SMETA. Curso de Auditor Líder ISO 9001:2008. Certificado sobre alterações climáticas e segurança alimentar. Certificado em Gestão de Projectos Humanitários. Certificado em Monitorização/Avaliação de Projectos. Curso de Auditor Líder Internacional em Responsabilidade Social SA8000 (2021).		
	<b>Experiência profissional:</b> Especialista em Monitorização e Avaliação de indicadores de padrões de sustentabilidade (Ambiente, social e qualidade de implementação) no Bureau Veritas Côte d'Ivoire (desde 2019 até hoje). Consultor / Avaliador para a produção sustentável de cacau e rastreabilidade da cadeia de abastecimento na Intertek Nigéria e Costa do Marfim (desde 2019 até hoje). Control Union - Gestor de Sustentabilidade e Certificação na Control Union (dezembro de 2012 a março de 2019). Consultor / Assessor para Avaliação dos requisitos RSPO P&C na SCS Global Services (desde 2019 até março de 2021). Agora, ele é um membro da equipe como Auditor Líder na SCS Global Services. É fluente em francês e em inglês		
<b>Membro da equipa Nome:</b>	Jonny Cruz	<b>Função:</b>	Perito local
<b>Qualificações:</b>	<b>Formação académica:</b> Licenciada em Direito em Cuba, pós-graduada na Alemanha e atualmente a terminar o Mestrado em Direito Público e Desenvolvimento Sustentável organizado pela Universidade Autónoma de Portugal e pela Universidade Pública de São Tomé.		
	<b>Formações frequentadas:</b> N/A		
	<b>Experiência profissional:</b> Cidadão santomense, trabalha como advogado há mais de 10 anos, incluindo consultoria internacional, especialmente no domínio jurídico. Além disso, Jonny é professor de direito na Universidade Pública de São Tomé.		

## 2.4 Tempo total despendido na avaliação

A. Número de dias passados no local a avaliar o candidato:	5
B. Número de auditores que participam na avaliação no local:	5
C. Dias adicionais dedicados à preparação, à consulta das partes interessadas e ao acompanhamento após o local:	4.5
<b>D. Número total de dias-pessoa utilizados na avaliação:</b>	<b>29.5</b>

## 2.5 Plano de avaliação

<b>DATAS DE AUDITORIA</b>	01/16/2023 - 01/20/2023
---------------------------	-------------------------

Data	Tempo	Localização	Actividades	Departamento/Responsável	P&C Indicador	Auditor
<b>Dia 1</b>						
16 de janeiro, 2023	8:30 am - 9:00 am	Principal escritório	<b>Reunião de abertura:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentações, atualização do cliente, revisão do âmbito da auditoria, plano de auditoria, introdução/atualização da norma e protocolos RSPO da P&amp;C.</li> </ul>	Pessoal responsável	N/A	Equipa de auditoria
	9:00 am - 12:00 pm		<b>Revisão da documentação Recursos Humanos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Revisão dos procedimentos de RH</li> <li>▪ Registos dos trabalhadores contratos</li> <li>▪ Salários e benefícios de trabalhadores</li> <li>▪ Registo e procedimentos de comunicação</li> <li>▪ Política de ética</li> <li>▪ Registos de formação</li> <li>▪ Política de direitos humanos</li> <li>▪ Respeito pelos direitos dos trabalhadores</li> <li>▪ DLW</li> <li>▪ Sindicatos</li> <li>▪ Proteção das crianças</li> <li>▪ Política em matéria de sexualidade assédio</li> </ul>	Pessoal da H & R	3.5, 3.7, 6	MO JC (manhã)
	01:00 pm - 05:00 pm		<b>Otimizar a produtividade, a eficiência, os impactos positivos e a resiliência</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ SOP</li> <li>▪ SIESA</li> </ul> <b>Ambiental</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ VHC e HCS</li> </ul>	Pessoal responsável	3.3 3.4  7.12	PC
	9:00 - 12:00 pm		<b>Revisão de NCs abertas</b>	Pessoal responsável		CK

	9:00 - 12:00 pm		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Políticas da empresa e procedimentos de comunicação.</li> <li>▪ Código de Ética</li> <li>▪ Procedimento de reclamação.</li> </ul>	Pessoal responsável	1.1, 1.2, 4.1, 4.2	DM
16 de janeiro, 2023	12:00 pm - 01:00 pm		<b>Almoço</b>			TODOS
	1:00 pm - 5:00 pm	Escritório principal	<b>Atuar legalmente e respeitar os direitos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conformidade legal</li> <li>▪ Títulos de propriedade de terrenos</li> <li>▪ Contribuição para o desenvolvimento sustentável local</li> </ul>	Pessoal responsável	2.1 4.3 - 4.8	DM JC (tarde)
		Visita à quinta	<b>Visitas no terreno</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Revisão dos mapas</li> <li>▪ Visita de HCV e monitorização de HCV</li> <li>▪ Limites</li> </ul>	Pessoal responsável	7	CP CK
	05:00 pm - 06:00 pm		<b>A equipa de auditoria consolida as notas e as conclusões. Reunião com a direção - análise das conclusões do dia</b>			TODOS
	06 :00 pm		<b>Fim do dia 1</b>			
<b>Dia 2</b>						

17 de janeiro, 2023	8:00 am - 12:00 pm	Visita à Quinta da Herdade	<b>Agronómica e H&amp;S</b> Visita ao terreno <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Entrevista com o trabalhador</li> <li>▪ IMP</li> <li>▪ Boas práticas agrícolas</li> </ul>	Trabalho hadores do pessoal	7	CP CK
---------------------	--------------------------	----------------------------	---	--------------------------------	---	----------



	01:00 pm - 05:00 pm		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Gestão do solo</li> <li>▪ Utilização de fogo e agroquímicos</li> <li>▪ Armazéns: agroquímicos, fertilizantes, resíduos, combustíveis</li> <li>▪ Adubação, colheita, etc.</li> </ul>			
		Escritório principal	<b>Revisão da documentação Saúde e segurança</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Gestão dos riscos e da saúde</li> <li>▪ Identificar os riscos no local de trabalho</li> <li>▪ Análise de documentos EIA, SIA, SOP</li> </ul>		3.6, 6	MO
17 de janeiro, 2023	08:00 sou - 12:00 pm	TBD	<b>Consulta das partes interessadas -</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Chefe da aldeia</li> <li>Membros da comunidade</li> </ul>	Comunidade	1, 2, 4, 6, 7	DM JC
	1:00 pm - 3:00 pm	TBD	<b>Consulta das partes interessadas -</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Comité do género</li> </ul>	Comunidade	1, 2, 4, 6, 7 4.7	DM
	3:00 pm - 5:00 pm	TBD	<b>Consulta das partes interessadas -</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Comité de desenvolvimento</li> </ul>	Comunidade	1, 2, 4, 6, 7 4.7	DM JC
	05:00 pm - 06:00 pm		<b>A equipa de auditoria consolida as notas e as conclusões. Reunião com a direção - análise das conclusões do dia</b>			TODOS
	06 :00 pm		<b>Fim do dia 2</b>	06 :00 pm		<b>Fim do dia 2</b>
<b>Dia 3:</b>						

18 de janeiro, 2023	8:00 am - 12:00 pm	Visita à Quinta da Herdade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Eliminação de resíduos sólidos (explorações agrícolas, armazéns)</li> <li>▪ Limite legal</li> <li>▪ Infra-estruturas</li> </ul>	AGRIPALMA LDA Trabalhadores do pessoal	7	DM JC
---------------------	--------------------------	----------------------------	--	---	---	----------

	01:00 pm - 05:00 pm		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Clínica/Dispensário (testes de trabalhadores)</li> <li>▪ Oficina</li> <li>▪ Gestão da água no terreno</li> <li>▪ Gestão dos riscos e da saúde</li> <li>▪ Identificar os riscos no local de trabalho</li> <li>▪ Pulverização, limpeza, etc.</li> </ul>			
18 de janeiro, 2023	8:00 am - 12:00 pm 01:00 pm - 05:00 pm	Escritório	<p><b>Ambiente - Revisão da documentação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ AIA (Avaliação do Impacto Ambiental)</li> <li>▪ Gestão de resíduos</li> <li>▪ Gestão da água</li> <li>▪ Gestão da energia</li> <li>▪ Emissão de GEE</li> </ul>	Pessoal do ambiente -	7	CP CK
18 de janeiro, 2023	8:00 am - 12:00 pm	Escritório	<p>Revisão dos PON e dos registos, revisão do SCC, incluindo o rastreio da palma.</p> <p>Contratos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fornecedores de FFB</li> <li>▪ Subcontratantes</li> <li>▪ Compras de FFB, CPO/PK vendas</li> </ul>		2.2, 2.3, 3.8	MO
18 de janeiro, 2023	12:00 pm 01:00 pm		<b>Almoço</b>			
18 de janeiro, 2023	01:00 pm - 05:00 pm		<p><b>Otimizar a produtividade, a eficiência, os impactos positivos e a resiliência</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Plano de gestão</li> <li>▪ Melhoria contínua, Programas de</li> </ul>	Pessoal responsável	3.1 3.2	MO

			monitorização AGRIPALMA LDA			
--	--	--	-----------------------------	--	--	--

18 de janeiro, 2023	05:00 pm - 06:00 pm		<b>A equipa de auditoria consolida as notas e as conclusões. Reunião com a direção - análise das conclusões do dia</b>	05:00 pm - 18:00 h		<b>A equipa de auditoria consolida notas e conclusões. Reunir com a direção - rever os resultados do dia descoberta</b>
18 de janeiro, 2023	06:00 pm		<b>Fim do dia 3</b>			<b>Fim do dia 3</b>
<b>Dia 4: Visita à fábrica de óleo</b>						
19 de janeiro, 2023	08:30 am - 12:00 pm  01:00 pm - 05:30 pm	Lagar de azeite	<b>Cadeia de abastecimento - Módulo IP/MB do moinho</b>  <b>Visita ao local:</b> Observação do processo de produção, da báscula, das instalações de armazenamento e dos pontos de controlo críticos, entrevista aos trabalhadores.  <b>Revisão de documentos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Demonstração da entidade jurídica</li> <li>▪ Papéis e responsabilidades</li> <li>▪ Procedimentos/manuais/SOP</li> <li>▪ Registo de compra - FFB</li> <li>▪ Registo de vendas - CPO</li> <li>▪ Tonelagem estimada</li> <li>▪ Sistema ERP</li> <li>▪ Registos de entrada de mercadorias e de mercadorias</li> <li>▪ Logótipo e reivindicações da RSPO</li> </ul>	Pessoal responsável	3.8	MO JC (manhã)
19 de janeiro, 2023	08:30 sou - 12:00 am	Lagar de azeite	<b>Saúde e segurança</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Gestão dos riscos e da saúde</li> <li>▪ Identificar o local de trabalho riscos</li> </ul>	Pessoal da H & S	3.6, 3.7	DM

19 de janeiro, 2023	9:30 sou - 12:00 pm  01:00 pm -	Lagar de azeite	<b>Ambiental</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Avaliação do impacto ambiental</li> <li>▪ Gestão de resíduos</li> <li>▪ Gestão da água</li> <li>▪ Gestão da energia</li> <li>▪ Efluentes de moinhos</li> <li>▪ Entrevista com os trabalhadores</li> <li>▪ Calculadora de GEE</li> </ul>	AGRIPALMA LDA Pessoal do sector ambiental	3.4, 7	CP CK
---------------------	---------------------------------------	-----------------	---	--	--------	----------

	05:00 pm					
	12:00 pm		<b>Almoço</b>			TODOS
	01:00 pm					
	1:00 pm - 05:00 pm		<b>Consulta das partes interessadas</b>  <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Autoridades locais</li> <li>▪ Prestadores de serviços</li> <li>▪ ONG's</li> </ul>	Partes interessadas	1, 2, 4, 6, 7  4.7	DM  JC
	05: pm - 06:00 pm		<b>A equipa de auditoria consolida as notas e as conclusões. Reunião com a direção - análise das conclusões do dia</b>			
	06 :00 pm		<b>Fim do dia 4</b>			<b>Fim do dia 4</b>
<b>Dia 5: Reunião de encerramento - escritório</b>						
20 de janeiro, 2023	08:30 am - 12:30 pm	Escritório	<b>Revisão de documentos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acompanhamento de quaisquer questões pendentes e recolha de provas finais</li> </ul>			Todos
	1:00 pm - 3:00 pm	Escritório	<b>Reunião da equipa de auditoria/análise das conclusões</b>  <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reunião de pré-encerramento</li> </ul>			Todos
	03:00 pm	Escritório	<b>Reunião de encerramento</b>  <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reunir com todo o pessoal relevante para resumir as constatações da auditoria, as potenciais não conformidades e as próximas passos</li> </ul>	Pessoal		Todos
	5:00 pm		<b>Fim da auditoria</b>			Todos

## 2.6 Consulta das partes interessadas (incluindo o anterior proprietário/utilizador do terreno)

De acordo com os protocolos SCS e os Padrões RSPO, a consulta e/ou entrevistas com as partes interessadas, incluindo o proprietário/utilizador anterior da terra, são um componente do processo de avaliação. A notificação pública de todas as avaliações da RSPO é realizada o mais tardar um (1) mês antes da auditoria no local. As cartas de notificação que descrevem a próxima auditoria são publicadas no sítio Web da RSPO. As partes interessadas foram convidadas através de uma carta escrita pela Entidade Certificadora, que foi entregue pela área de gestão social da Agripalma a cada um dos representantes das comunidades e das entidades governamentais e não governamentais.

Durante todas as avaliações, os auditores da SCS entrevistarão o pessoal ou os trabalhadores no local e as principais partes interessadas, conforme identificado nos requisitos da norma. Se o auditor considerar que uma avaliação merece uma consulta mais aprofundada com as partes interessadas e grupos afiliados, a SCS reserva-se o direito de efetuar uma consulta mais aprofundada às partes interessadas antes, durante ou após a avaliação.

Os comentários feitos pelas partes interessadas durante as consultas são registados sob a forma de notas e posteriormente verificados com a gestão da AGRIPALMA para a sua resposta. Quando se verifica que algum comentário não está em conformidade com o requisito da Norma RSPO 2018, este foi registado como uma conclusão no relatório.

Em todas as reuniões com as partes interessadas, não foi permitida a presença de representantes da

AGRIPALMA. O quadro seguinte resume as partes interessadas consultadas durante a avaliação.

Resumo das partes interessadas internas consultadas				
Tipo de interveniente		Número de partes interessadas notificadas	Número de partes interessadas consultadas	
			Frente a frente	À distância
1	Trabalhadores agrícolas	12	Sim	Não
2	Trabalhadores administrativos	5	Sim	Não
3	Comité do Género	5	Sim	Não
4	Sindicato dos trabalhadores	1	Sim	Não

Resumo das partes interessadas externas consultadas				
Tipo de interveniente		Número de partes interessadas notificadas	Número de partes interessadas consultadas	
			Frente a frente	À distância
1	Comunidades	3	Sim	Não
2	Agências estatais	8	Sim	Sim
3	ONG	1	Sim	Não



4	Empreiteiro	AGRI <sup>2</sup> BALMA LDA	Sim	Não
---	-------------	-----------------------------	-----	-----

<b>1</b>	<b>Nome da parte interessada:</b>	Representantes das comunidades de Praia Pesqueira, Vila Clotilde e Porto Alegre.	<b>Data da reunião:</b> (DD/MM/AAAA)	17 de janeiro <sup>th</sup> , 2023
Feedback: <i>(Por favor, inclua quaisquer questões significativas)</i>		As Comunidades declararam que não sabem como funciona o tratamento de uma denúncia anónima.		
Resposta da Direção:		<p>Foram realizadas reuniões com as comunidades para lhes explicar o procedimento de queixas e reclamações. Foi explicado aos membros da comunidade que, se alguém se sentisse desconfortável em revelar a sua identidade, poderia apresentar uma queixa anónima. Foi explicado que todas as questões seriam levadas ao conhecimento da Direção e que seria dado um feedback (positivo ou negativo).</p> <p>Podemos reconhecer que as pessoas podem não ter compreendido claramente e não o disseram, apesar de lhes ter sido perguntado se o processo era claro para elas.</p> <p>Além disso, as pessoas mencionaram que não foram abordadas pela empresa antes de dar a todos a oportunidade de falar e expor as suas preocupações. A tónica foi colocada na apresentação de pedidos e queixas, em vez de se centrar no processo de reclamação.</p> <p>As caixas de reclamações também foram distribuídas a todas as comunidades com a participação dos líderes comunitários. As Caixas de Reclamações também foram distribuídas a todas as comunidades com a participação dos líderes comunitários. Penso que se deve a um problema de confiança atual no processo existente e não ao facto de não o conhecerem.</p>		
Constatação da equipa de auditoria:		Não existe um mecanismo eficaz para verificar a aplicação s i s t e m á t i c a dos procedimentos. Ver NC 5/2022 para mais pormenores.		
<b>2</b>	<b>Nome da parte interessada:</b>	Representante da Fundação Filhos de São Tomé (ONG)	<b>Data da reunião:</b> (DD/MM/AAAA)	17 de janeiro <sup>th</sup> , 2023
Feedback: <i>(Por favor, inclua quaisquer questões significativas)</i>		As partes interessadas, como as instituições governamentais e as ONG, não têm conhecimento do procedimento de reclamação e queixa da empresa.		
Resposta da Direção:		Este processo foi comunicado à Comunidade através de reuniões e da distribuição do Manual da Comunidade, que os participantes assinaram, confirmando a receção e a compreensão do conteúdo do Manual. Este Manual foi partilhado pela última vez em 2020. Em 2022, o Manual foi novamente distribuído a um Líder que assumiu a função nesse ano. Não foram efectuadas quaisquer alterações ao Manual original.		
Constatação da equipa de auditoria:		Não é necessário responder. Não foram encontradas não-conformidades.		
<b>3</b>	<b>Nome da parte interessada:</b>	Representante da Comunidade Emove	<b>Data da reunião:</b> (DD/MM/AAAA)	17 de janeiro <sup>th</sup> , 2023

Feedback: <i>(Por favor, inclua quaisquer questões significativas)</i>	Um dos líderes comunitários afirmou que a água da comunidade de Emove está por vezes contaminada, com água misturada com óleo, e que esta água é frequentemente utilizada para beber, lavar roupa e cozinhar.			
Resposta da Direção:	Foram recolhidas amostras de água para análise e a água recolhida era transparente e límpida. A única contaminação detectada na água foi de Salmonella, que não está relacionada com as actividades da Agripalma. As torneiras dos fontanários da comunidade também revelam água límpida. A empresa também recebeu uma queixa desta natureza.			
Constatação da equipa de auditoria:	<p>O documento "Plano de Gestão Ambiental, Social e de Saúde e Segurança (2022-2023)" na página 6 e o documento "Plano de Eficiência Hídricos e Energéticos" na secção 3.1.2 descrevem o programa de monitorização para garantir que a água da comunidade é potável. Na concessão existem duas aldeias que albergam trabalhadores com dependentes (EMOLVE e Vila Clotilde). O auditor analisou os últimos resultados da qualidade da água datados de 29/03/2022 (físico-químicos) e 30/03/2022 (análises microbiológicas). Foram amostrados quatro pontos, dois nas aldeias (uma fonte de água na aldeia EMOLVE e outra em Vila Clotilde) e dois nas infra-estruturas da empresa (oficina Agri e infraestruturas). Todas as quatro amostras apresentaram clostrídios redutores de sulfito acima dos níveis de referência. Este é um indicador de contaminação das águas subterrâneas e da água potável. Além disso, estes resultados revelaram que a água utilizada para a comunidade EMOLVE tem salmonelas acima dos níveis de referência. A empresa informou as comunidades sobre a situação através de uma carta afixada em diferentes locais da comunidade (Comunicação Interna nº18-22) datada de 04/04/2022. A AGRIPALMA recomendou à comunidade a fervura da água antes do consumo. No dia 23 de junho de 2022, a empresa realizou análises físico-químicas e microbiológicas da água nos mananciais (Nascente Roça José e Rio Mioba Km 3). As análises revelaram que as fontes de água também estão contaminadas. Os níveis de referência de clostridia reductora de sulfito estão acima dos níveis de referência para as duas fontes e mais salmonela para o rio Mioba. As entrevistas confirmaram que as comunidades dependem destas duas fontes para obter água potável. Na altura da auditoria, a AGRIPALMA teve várias reuniões sobre a situação, mas até à data não tinha sido aplicada qualquer medida nem elaborado um plano de ação.</p> <p>Ver NC 19/2022 para mais pormenores.</p>			
4	<b>Nome da parte interessada:</b>	Representante da Comunidade Emovet	<b>Data da reunião:</b> <i>(DD/MM/AAAA)</i>	17 de janeiro <sup>th</sup> , 2023
Comentários: <i>(Por favor, inclua quaisquer questões significativas)</i>	Os membros da comunidade Emove afirmaram que nunca mais utilizaram a caixa de sugestões porque, quando apresentaram as suas queixas à empresa, a resposta que receberam foi que não iriam receber a documentação.			
Resposta da Direção:	Os trabalhadores manifestaram este facto em relação à anterior empresa da plantação. Alguns empregados da antiga plantação ainda estão a trabalhar na Agripalma e esta desconfiança continua com pessoal específico. Não nos foi possível confirmar a veracidade destas afirmações, no entanto, reunimo-nos com as			

	comunidades, assegurando que isto é verdade.
--	--

		<p>aspecto importante desta certificação, estamos dispostos a fazer com que o processo funcione e pedimos-lhes que dêem uma oportunidade a este processo.</p> <p>Os gestores de sustentabilidade disponibilizaram-se para receber as queixas diretamente, mas a barreira da confiança ainda tem de ser ultrapassada.</p>	
	Constatação da equipa de auditoria:	<p>Não existe um mecanismo eficaz para verificar a aplicação sistemática dos procedimentos. Ver NC 5/2022 para mais pormenores.</p>	
<b>5</b>	<b>Nome da parte interessada:</b>	Partes interessadas internas (mães trabalhadoras agrícolas)	<p><b>Data da reunião:</b> (DD/MM/AAAA)</p> <p>17 de janeiro<sup>th</sup>, 2023</p>
	Feedback: <i>(Por favor, inclua quaisquer questões significativas)</i>	<p>Há uma insatisfação geral das actuais mães da empresa porque têm um berçário na empresa onde cuidam dos seus filhos enquanto trabalham e têm também a possibilidade de amamentar os seus filhos, Mas desde dezembro de 2021 a administração da empresa anunciou que estava proibido o transporte de bebés nos transportes da empresa e esta nova realidade veio complicar a vida de muitas destas trabalhadoras porque muitas vezes não podem ir trabalhar porque não têm com quem deixar os filhos, não os amamentam nas horas certas, prejudicando a sua saúde e esta decisão elas consideram uma falta de respeito pelos direitos das mulheres.</p>	
	Resposta da Direção:	<p>A decisão de suspender o transporte de mulheres com crianças e bebés foi tomada por razões puramente de segurança. O transporte era o mesmo utilizado para todos os empregados, não adaptado para transportar crianças pequenas e bebés.</p> <p>Todos os trabalhadores transportados em veículos da empresa estão cobertos pelo seguro em caso de acidente. Os dependentes dos trabalhadores não estão cobertos por este seguro.</p> <p>A creche comunitária também é pequena e não pode acolher crianças de todos os trabalhadores.</p> <p>Eles foram informados e reforçados, foi o tempo de amamentação adequado que lhes permitiu sair do trabalho uma hora mais cedo...</p>	
	Constatação da equipa de auditoria:	<p>A equipa auditora verificou que não existe qualquer requisito legal que obrigue a empresa a fornecer transporte aos filhos das trabalhadoras. No entanto, a equipa auditora confirmou que, de acordo com a lei, o período de amamentação que lhes permite sair do trabalho uma hora mais tarde tem sido respeitado. Não foram detectadas não-conformidades.</p>	
<b>6</b>	<b>Nome da parte interessada:</b>	Partes interessadas internas Mães trabalhadoras agrícolas)	<p><b>Data da reunião:</b> (DD/MM/AAAA)</p> <p>17 de janeiro<sup>th</sup>, 2023</p>
	Feedback: <i>(Por favor, inclua quaisquer questões significativas)</i>	<p>As trabalhadoras grávidas ou no pós-parto consideram que estão a fazer trabalhos forçados porque, na sua condição física, lhes são atribuídas tarefas pesadas em que têm de percorrer até 150 metros, o que afecta a sua saúde.</p>	
	Resposta da Direção:	<p>As tarefas são reduzidas para as trabalhadoras grávidas e puérperas e isso é registado nas suas tarefas de atividade diária. As trabalhadoras nesta situação têm de terminar o trabalho num período de uma hora, o que mostra que a tarefa, mesmo que realizada mais lentamente, pode ser terminada mais cedo.</p>	

		A empresa mantém um registo das datas previstas para o parto e do regresso ao trabalho após o parto e as actividades são ajustadas com base no seu feedback ou em recomendações médicas.	
	Constatação da equipa de auditoria:	A equipa de auditores analisou e confirmou que estas condições, tal como descritas pela direção, foram respeitadas. Não foram detectadas não-conformidades.	
<b>7</b>	<b>Nome da parte interessada:</b>	Intervenientes internos (Presidente do sindicato dos trabalhadores).	<b>Data da reunião:</b> (DD/MM/AAAA) 17 de janeiro <sup>th</sup> , 2023
	Feedback: <i>(Por favor, inclua quaisquer questões significativas)</i>	Greve dos trabalhadores do campo. "Melhoria das condições salariais e aumento salarial". No STP DIGITAL de 31 de janeiro de 2021, uma fonte do Ministério do Trabalho informou que não houve uma reunião conciliatória entre a direção da Agripalma e os sindicatos porque os membros da direção da empresa não compareceram.	
	Resposta da Direção:	A empresa declarou que havia espaços para discussão e que os acordos foram cumpridos.	
	Constatação da equipa de auditoria:	O auditor questionou o representante do sindicato sobre a greve que ocorreu em 2021 e este referiu que houve diálogos com a empresa, que chegaram a alguns acordos e que estão a ser atendidos. Não foram encontradas não-conformidades.	
<b>8</b>	<b>Nome da parte interessada:</b>	Instituição governamental (Comando Distrital de Caué (Departamento de Polícia).	<b>Data da reunião:</b> (DD/MM/AAAA) 17 de janeiro <sup>th</sup> , 2023
	Feedback: <i>(Por favor, inclua quaisquer questões significativas)</i>	Devido aos conflitos que normalmente ocorrem entre a empresa e os trabalhadores, estes últimos dirigem-se à polícia para denunciar os maus tratos recebidos e o documento que esta instituição lhes entrega, que consideram ser uma causa justificada de ausência, transforma-se numa sanção disciplinar quando é entregue à empresa, onde se esclarece que após a terceira sanção serão despedidos.	
	Resposta da Direção:	Quando o trabalhador apresenta um documento da instituição, a sua ausência já é considerada justificada. Não é aplicada qualquer ação disciplinar aos trabalhadores que tenham justificado a sua ausência com o respetivo documento. A empresa também não recebeu qualquer queixa desta natureza por parte dos trabalhadores. Também não são aplicadas acções disciplinares aos trabalhadores devido a faltas. A ação disciplinar incidirá apenas sobre o ato ou a falta cometida contra as políticas e os procedimentos.	
	Constatação da equipa de auditoria:	A equipa de auditores analisou e confirmou que estas condições, tal como descritas pela direção, foram respeitadas. Não foram detectadas não-conformidades.	
<b>9</b>	<b>Nome da parte interessada:</b>	Comité de Género (composto por mulheres que trabalham no terreno).	<b>Data da reunião:</b> (DD/MM/AAAA) 17 de janeiro <sup>th</sup> , 2023

<p>Feedback: <i>(Por favor, inclua quaisquer questões significativas)</i></p>	<p>Os membros afirmaram que a comissão foi constituída em 2022 e que houve pelo menos uma reunião, mas não são muito claros quanto a isso, pois não é o secretário que faz as actas das reuniões, mas sim o coordenador dos Recursos Humanos, e estes apenas as assinam. Afirmaram ainda que, pelo facto de não ter havido respostas ou declarações da direção social a situações apresentadas pelas trabalhadoras, a comissão não gera credibilidade nem respeito por parte das trabalhadoras da empresa; pelo contrário, é acusada de estar do lado da empresa e não do lado das mulheres que exigem os seus direitos ou fazem pedidos.</p>			
<p>Resposta da Direção:</p>	<p>O Comité de Género foi criado e eleito em dezembro de 2021, no qual foram explicados os objetivos do Comité. Foi também ministrada uma formação RSPO/HSE a todos os funcionários para explicar a intenção e o objetivo deste comité.</p> <p>Foram realizadas três reuniões com o Comité, em 2021, para analisar a política e o objetivo do Comité. Foram realizadas 2 reuniões adicionais para: 1 para discutir as necessidades das novas mães e uma segunda a pedido do Comité.</p> <p>Os trabalhadores têm dificuldade em compreender o conceito e, normalmente, desviam a reunião para outros temas, muitas vezes queixas pessoais sobre questões antigas com a anterior Direção, algumas das quais já foram ultrapassadas com a atual Direção.</p> <p>Durante a reunião, foram dadas orientações e respostas para a maioria das questões relacionadas com a clarificação de alguns processos e procedimentos internos.</p> <p>A dificuldade em realizar reuniões produtivas e em obter orientações e objectivos claros não se limita ao Comité de Género, mas é uma dificuldade geral sentida pelos funcionários devido ao baixo nível de literacia e ao facto de estes novos conceitos serem ainda muito recentes para os funcionários. Isto exigirá um esforço e uma melhoria contínuos.</p>			
<p>Constatação da equipa de auditoria:</p>	<p>A equipa de auditores confirmou, através de entrevistas, que o comité de género é novo. A análise dos registos de formação confirmou que os objectivos do comité de género foram explicados. De um modo geral, as entrevistas revelaram que as expectativas dos trabalhadores são elevadas devido ao contexto em que a empresa está localizada. Os trabalhadores têm muitas necessidades devido à falta de apoio da administração local e as expectativas são elevadas durante este tipo de reuniões. Neste momento, a auditoria concluiu que a empresa ainda está a aumentar a sensibilização para o comité de género e para o seu papel na empresa, não tendo sido detectadas quaisquer não conformidades.</p>			
<p><b>10</b></p>	<p><b>Nome da parte interessada:</b></p>	<p>Comunidade (Representantes das comunidades de Praia Pesqueira, Vila Clotilde e Porto Alegre)</p>	<p><b>Data da reunião:</b> <i>(DD/MM/AAAA)</i></p>	<p>17 de janeiro<sup>th</sup>, 2023</p>
<p>Feedback: <i>(Por favor, inclua quaisquer questões significativas)</i></p>	<p>Uma das comunidades afirmou que as estradas em que circulam são muito acidentadas devido à passagem contínua de carros que transportam fruta ou óleo, o que dificulta muito as actividades da comunidade.</p>			

Resposta da Direção:	Esta situação foi socializada com a empresa durante a auditoria e a empresa apresentou evidências de que cria um plano de projectos por ano que inclui a manutenção das estradas.
----------------------	---



Constatação da equipa de auditoria:		A pessoa responsável pela gestão social apresentou ao auditor provas da manutenção das estradas na comunidade.  Exemplo: - Reparação da estrada na secção 3. Início: 17.11.2022 e terminou 28.12.2022. - Construção de brinquedos para o jardim de infância. Iniciada: 19.12.2022 e terminado 30.12.2022.  Não foram detectadas não-conformidades.	
<b>11</b>	<b>Nome da parte interessada:</b>	Comunidade (Representantes das comunidades de Praia Pesqueira, Vila Clotilde e Porto Alegre)	<b>Data da reunião:</b> (DD/MM/AAAA)  17 de janeiro <sup>th</sup> , 2023
Feedback: <i>(Por favor, inclua quaisquer questões significativas)</i>		Um representante da comunidade afirmou que a empresa dá e vende óleo aos seus trabalhadores a um preço favorável e que também gostaria de ter alguns pontos disponíveis para vender o óleo das comunidades a preços favoráveis.	
Resposta da Direção:		Em resposta a essa sugestão da comunidade, a empresa informou que já existem pontos de venda de óleo para as comunidades a preços favoráveis.	
Constatação da equipa de auditoria:		O auditor foi levado a um dos pontos acima mencionados e observou-se que a empresa acordou com um membro da comunidade, que tem uma pequena loja, a venda de óleo à comunidade a um valor previamente definido, em que terá lucro, mas não pode vender o óleo a um valor superior ao que foi acordado com a empresa.  Não foram detectadas não-conformidades.	

O quadro seguinte resume o proprietário/utilizador anterior consultado durante a avaliação.

Resumo do proprietário/utilizador consultado anteriormente							
	Nome do proprietário/utilizador anterior*	Área total do terreno (ha)	Localização do terreno ou da propriedade de	# Número de anos em que o terreno foi arrendado	A terra foi arrendada com base num acordo (FPIC, etc.?)		Cumprimento com base em consulta
					Sim	Não	
1	STP-Invest e Governo de São Tomé	665	665	Desde 2009	X	<input type="checkbox"/>	Conformidade

**Comentário anterior do proprietário/utilizador**

Comentário	<p>A equipa de auditoria confirmou, através de entrevistas com o governo local e da análise de documentos, o historial da terra. A plantação foi estabelecida pela primeira vez em 1982, numa altura em que não era exigido o CLPI. Na sequência da redefinição da política agrícola de São Tomé, foi assinado um Memorando de Entendimento para estabelecer o projeto Agripalma a 4 de março de 2009. A STP-Invest, uma empresa belga, assumiu o controlo da gestão. O objetivo do projeto era replantar 665 ha de um projeto governamental anterior, EMOLVE, e plantar mais em áreas designadas. Nessa altura, 88% da Agripalma era propriedade da STP Invest e 12% do Governo de São Tomé e Príncipe. Em 23 de outubro de 2013, uma subsidiária da Socfin, a Socfinco, comprou a participação de 88% da STP Invest.</p> <p>Atualmente, a Agripalma replantou 659 ha e plantou 1441 ha, totalizando 2.100 ha de palma entre a plantação principal em Ribeira Peixe e a plantação do lado sul em Porto Alegre. Atualmente, a superfície total da concessão é de 2400 ha (dos quais 665 ha correspondem ao título 409 e 1735 ha ao título 410), depois de ter cedido recentemente áreas ao Governo na sequência de um processo FPIC, uma vez que não tem planos de expansão.</p>
Resposta da Direção	Não são necessários comentários.
Resposta da equipa de auditoria	<p>A Agripalma Plantation mantém boas relações com as comunidades vizinhas através de sistemas, procedimentos e compromissos regulares. São mantidos registos que documentam a situação das aldeias e as actividades com as comunidades. Além disso, a equipa de auditoria constatou, durante a auditoria, que a Agripalma não paga royalties pelo contrato de arrendamento n.º 409. A equipa de auditoria obteve uma carta assinada pelo diretor do Ministério do Plano e das Finanças, a 1 de março de 2023, confirmando que a Agripalma não tem de pagar renda pelo título 409, uma vez que o terreno para o título 409 (anteriormente já explorado pelo Estado) é a quota do Governo no contrato com a Agripalma.</p>

## 2.7 Próxima visita de controlo

De acordo com os protocolos de calendarização da RSPO, a próxima auditoria da Empresa terá lugar em **24/07/2023**.

## 3. Conclusões da avaliação

### 3.1 Processo de determinação da conformidade

A Norma RSPO consiste em princípios e indicadores de desempenho que elaboram cada critério. A norma inclui verificadores para avaliar a conformidade com a norma dentro do contexto legal e regulamentar local apropriado.

Consistente com os protocolos de avaliação SCS, a equipa de auditoria determina coletivamente se a organização está ou não em conformidade com todos os requisitos aplicáveis da Norma RSPO. Cada caso de não-conformidade deve ser avaliado para determinar se constitui uma não-conformidade crítica ou menor. Relatórios de não-conformidade (NCRs) são emitidos para cada instância de não-conformidade com o padrão. As não-conformidades críticas e menores exigem que a empresa tome medidas correctivas para resolver a causa principal da não-

conformidade.

### Interpretações de não-conformidades críticas, não-conformidades menores e oportunidades de melhoria (OIFs)

*Não-conformidades Críticas:* Os padrões de certificação da RSPO destacam certos requisitos contra os quais o auditor emitirá uma não-conformidade crítica se nenhuma evidência de conformidade for encontrada. Estes indicadores estão claramente identificados na lista de controlo de relatórios.

Para todos os outros indicadores, aplicam-se as descrições genéricas abaixo:

*Uma não conformidade crítica (NC grave)* resulta (ou é suscetível de resultar) numa incapacidade fundamental para atingir o objetivo do requisito relevante no âmbito da avaliação. Essa falha fundamental é indicada por uma não conformidade que se mantém durante um longo período de tempo, é repetida ou sistemática; afecta uma vasta gama de produção; ou não é corrigida ou adequadamente respondida pelos gestores responsáveis depois de ter sido identificada.

*Uma não-conformidade menor (NC menor)* é emitida quando: é um lapso temporário; é invulgar/não sistémica; os impactos das não-conformidades são limitados na sua escala temporal e organizacional; e não resulta numa falha fundamental para atingir o objetivo do requisito relevante.

*Oportunidade de melhoria (OFI):* São situações em que as evidências observadas indicam que um requisito foi efetivamente implementado, mas com base na experiência e conhecimento do auditor, pode ser possível uma maior eficácia ou robustez com uma abordagem modificada. Pode ser, mas não é necessariamente, um item que levará a uma futura não-conformidade se não for tratado. As acções correctivas para OIFs são voluntárias e não afectam a validade da certificação.

## 3.2 Resumo da conformidade

O quadro seguinte resume os resultados da auditoria, enumerando todos os casos de não-conformidade com a norma e as oportunidades de melhoria assinaladas pela equipa auditora. As descrições completas de cada não-conformidade encontram-se nas secções 3.3 e 3.4. Para obter descrições detalhadas de todas as conclusões do auditor, consulte a documentação de apoio adequada.

Resumo das não-conformidades e oportunidades de melhoria no âmbito dos Princípios e Critérios da RSPO				
Princípio	Não-conformidades críticas	Não-conformidades	Oportunidades de melhoria (OFI)	Número total de constatações
<b>Princípio 1: Comportar-se de forma ética e transparente</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>Princípio 2: Atuar legalmente e respeitar direitos - Implementar requisitos legais como base</b>	2.1.1 2.1.2	2.2.3	2.1.3	<b>4</b>



funcionamento em qualquer jurisdição.				
<b>Princípio 3: Otimizar produtividade, eficiência, positivo impactos e resiliência (Inclui IP e/ou MB Módulo)</b>	3.3.2 3.4.2 3.5.1 3.6.2 3.8.5 3.8.16 3.8.17	3.5.2	0	<b>8</b>
<b>Princípio 4: Respeitar os direitos comunitários e humanos e proporcionar benefícios</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>Princípio 5: Apoiar a inclusão dos pequenos agricultores</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>Princípio 6: Respeito Direitos e condições dos trabalhadores</b>	6.2.4 6.7.3	6.5.4 6.7.2	0	<b>4</b>
<b>Princípio 7: Proteger, Conservar e melhorar os ecossistemas e o ambiente</b>	7.3.1 7.3.2 7.12.4	7.8.1 7.11.2 7.11.3	0	<b>6</b>
<b>Documento de sistemas</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>Regras sobre comunicação e alegações de mercado (2019)</b>	0	0	0	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>22</b>

### 3.3 Não-conformidades de auditorias anteriores

Ano anterior Estado de não-conformidade				
NC #/ OIF #	Indicador	Estado	Data de encerramento (DD/MM/AAAA)	Comentários
1	2.1.2	Aberto	-	A NC permanece aberta e foi actualizada para major durante esta ASA1

2	3.3.2	Aberto	-	AGRIPALMA LDA A NC permanece aberta e foi actualizada para major durante esta ASA1
3	3.4.2	Aberto	-	A NC permanece aberta e foi actualizada para major durante esta ASA1
4	3.5.1	Aberto	-	A NC permanece aberta e foi actualizada para major durante esta ASA1



5	3.7.2	Fechado	20/01/2023	Encerrado com êxito, sem recorrência durante este período ASA1
6	6.1.3	Fechado	20/01/2023	Encerrado com êxito, sem recorrência durante este período ASA1
7	6.5.3	Fechado	20/01/2023	Encerrado com êxito, sem recorrência durante este período ASA1
8	6.7.2	Fechado	20/01/2023	Encerrado com êxito, sem recorrência durante este período ASA1
9	7.3.1	Aberto	-	A NC permanece aberta e foi actualizada para major durante esta ASA1
10	7.3.2	Aberto	-	A NC permanece aberta e foi actualizada para major durante esta ASA1
11	7.4.2	Fechado	20/01/2023	Encerrado com êxito, sem recorrência durante este período ASA1
12	7.9.1	Fechado	20/01/2023	Encerrado com êxito, sem recorrência durante este período ASA1
13	7.12.6	Fechado	20/01/2023	Encerrado com êxito, sem recorrência durante este período ASA1

<b>Descoberta: IC</b>		<b>2021</b>	<b>1</b>
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico	<input checked="" type="checkbox"/> NC	OIF
	<input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)		
<b>NC/OFI emitida a</b> (quando se trata de mais do que um local/membro):			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Necessário no local para fechar a NC <input type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC		
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 2.1.2 Está em vigor um sistema documentado para garantir a conformidade legal. Este sistema dispõe de um meio para acompanhar as alterações à lei e inclui também uma listagem e provas de diligência jurídica de todos os terceiros contratados, agências de recrutamento, prestadores de serviços e contratantes de mão de obra.		
<b>Não-conformidade:</b>			
Não existem provas de que a organização tenha implementado um sistema documentado para assegurar a conformidade legal e que exista uma lista actualizada das leis e regulamentos aplicáveis			

<p><b>Provas:</b> Existem evidências do Procedimento Relativo ao Cumprimento das leis da República Democrática de São Tomé e Príncipe para o ano de 2020. No entanto, não está identificado o mecanismo de cumprimento e controlo do cumprimento das leis. Não é evidenciada a Lei 6 e 7 de 2006 em que se estabelece o parque natural do OBO e os seus requisitos na Matriz ou Tabela de leis.</p>	
<p><b>Pedido de ação correctiva:</b></p> <p><i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de acções correctivas. As acções correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser efectuada uma análise pormenorizada da causa principal.</i></p>	
<p><b>Análise da causa raiz</b></p>	<p>Não foi estabelecido qualquer procedimento ou processo para controlar formalmente o cumprimento da lei</p>

<b>Correção(ões)</b>	Procedimento criado e implementado, formação ministrada à direção e aos responsáveis pessoal.
<b>Medidas correctivas implementadas</b> (incluindo quaisquer provas apresentadas)	Atualização da tabela de leis e verificação contínua do seu cumprimento. Funcionário contratado para a revisão de toda a legislação na tabela matriz (trabalho contínuo). Evidência de confirmação da última revisão da lei mantida pelo departamento jurídico da empresa. Atualizações partilhadas na empresa sobre novas leis a entrar em vigor em 2023.
<b>Representante da empresa</b> (Nome e título)/ <b>Data da resposta:</b>	Herlander Pinto - Diretor Jurídico e de Comunicação  31 de março de 2022
<b>Revisão do auditor principal da SCS</b> (incluindo quaisquer provas revistas)	A empresa fez um levantamento das leis que podem ser aplicáveis para garantir a conformidade legal de todas as suas operações, mas ainda não existe um mecanismo eficaz para acompanhar as mudanças na lei ou para verificar a conformidade com as leis existentes. Esta questão já tinha sido identificada durante a auditoria do ano passado. Assim, a NC é actualizada para Major. Provas: - AGR-RSPO- 02201 - Atualização, monitoramento e o controle das Leis - Tabela de avaliação de conformidade com requisitos legais (3) - Entrevistas
<b>Situação da NC:</b>	<input type="checkbox"/> Fechado <input checked="" type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão (ver descrição acima)
<b>Representante da SCS</b> (Nome e título)/ <b>Data de aceitação:</b>	Carlos Paixao Auditor Principal 20/01/2023

<b>Descoberta: IC</b>		<b>2021</b>	<b>2</b>
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico	<input checked="" type="checkbox"/> NC	OIF
	<input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)		
<b>NC/OFI emitida a</b> (quando se trata de mais do que um local/membro):			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Necessário no local para fechar a NC <input type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC		
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 3.3.2 Existe um mecanismo de controlo da aplicação coerente dos procedimentos.		
<b>Não-conformidade:</b> Os mecanismos estabelecidos não estão de acordo com o que está descrito nos SOPs (manual de qualidade da motherwort).			

**Provas:**

AGRIPALMA LDA

Por exemplo: O registo de verificação na colheita indica parâmetros de qualidade que não estão relacionados com os PONs no terreno.

<p>Doc. A verificação na fábrica de acordo com cada atividade não garante que esta demonstre a verificação do cumprimento dos PONs. O controlo correspondente à manutenção do armazém de ferramentas visitado não foi efectuado (má condições estruturais).</p>	
<p><b>Pedido de ação correctiva:</b>  <i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As acções correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser efectuada uma análise pormenorizada da causa principal.</i></p>	
<b>Análise da causa raiz</b>	O procedimento de colheita não foi atualizado pelo chefe de departamento
<b>Correção(ões)</b>	Actualizações de revisões e procedimentos
<b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b>	Revisão de todos os procedimentos da empresa, actualizações de acordo com as actividades actuais. Registos de formação sobre procedimentos novos e revistos. Lista actualizada de todos os procedimentos verificados e revistos com os chefes de departamento. Registo de não-conformidades de acordo com a nova gestão de não-conformidades procedimento e acompanhamento das acções correctivas.
<b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dunem Gestora de Sustentabilidade 19 de janeiro de 2023
<b>Revisão do auditor principal da SCS (incluindo quaisquer provas revistas)</b>	<p>Apesar do processo já implementado para verificar a conformidade com os PONs, a equipa auditora observou algumas inconsistências entre a implementação dos PONs ou a interpretação dos requisitos da RSPO nos PONs que não foram identificadas pela empresa até ao momento da auditoria. Por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- SOP - AGR.003 - Procedimento Zonas Ribeirinhas - Identificação e Monitorização. O POP descreve um cenário em que o software Avenza (aplicativo de caminhada para smartphones) poderia ser usado para delimitar as zonas de amortecimento em torno dos rios / córregos. A precisão do Avenza varia de acordo com o nível de obstrução do dossel, que normalmente é alto nas plantações de palma. A empresa justificou que esta técnica ainda não foi utilizada, mas, na altura da auditoria, ainda não tinha verificado a exatidão da metodologia para mostrar que as larguras mínimas das reservas descritas nos PON são respeitadas com esta técnica. Além disso, de acordo com o PON (baseado na diretriz de gestão das zonas ribeirinhas), a delimitação das fronteiras deve ser feita ao nível mais elevado da massa de água (média anual antes das cheias). As entrevistas sugeriram que, devido aos níveis de precipitação intensos e em constante mudança nesta parte da ilha, esta tarefa é complexa. A empresa ainda não implementou qualquer programa de monitorização para confirmar que este PON foi corretamente aplicado.</li> <li>- Durante a análise documental, identificou-se que o procedimento de reclamações e denúncias foi elaborado com um conceito oposto ao exigido pela Norma em relação à abertura do canal de comunicação utilizando e mantendo o anonimato. Nesse procedimento consta que as reclamações anônimas serão catalogadas como comentários ou perguntas e que serão registradas separadamente, sendo definido também que esse tipo de reclamação não gerará nenhum tipo de ação por parte da empresa.</li> <li>- Outro tópico que envolve a ineficácia do mecanismo de implementação do procedimento foi identificado na reunião com as partes interessadas externas, que afirmaram não ter conhecimento deste procedimento.</li> </ul>

<b>Situação da NC:</b>	<input type="checkbox"/> Fechado <input checked="" type="checkbox"/> Atualizado para Crítico <input type="checkbox"/> <i>Outra decisão (ver descrição acima)</i>
------------------------	--

AGRIPALMA LDA

<b>Representante da SCS</b> (Nome e título)/ <b>Data de aceitação:</b>	Carlos Paixao Auditor Principal 20/01/2023
---	---

Descoberta: IC 2021 3	
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico <input checked="" type="checkbox"/> NC      OIF <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)
<b>NC/OFI emitida a</b> (quando se trata de mais do que um local/membro):	
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):
<b>Modo de fecho NC</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Necessário no local para fechar a NC <input type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 3.4.2 Para a unidade de certificação, está disponível um SEIA e foram desenvolvidos planos de gestão e monitorização social e ambiental com a participação das partes interessadas afectadas.
<b>Não-conformidade:</b> Não há evidências de que a organização tenha um Estudo de Impacto Ambiental que inclua todas as actividades da plantação e da fábrica e que tenha sido realizado com a participação das partes interessadas.	
<b>Provas:</b> Não há evidências de que a organização tenha um Estudo de Impacto Ambiental que inclua todas as actividades da plantação e da fábrica e que tenha sido realizado com a participação das partes interessadas.	
<b>Pedido de ação correctiva:</b> <i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As acções correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser efectuada uma análise pormenorizada da causa principal.</i>	
<b>Análise da causa raiz</b>	Estudo de impacto ambiental do projeto não disponibilizado
<b>Correção(ões)</b>	Estudo de impacto ambiental realizado para todo o projeto executado a nível do grupo
<b>Medidas correctivas implementadas</b> (incluindo quaisquer provas apresentadas)	<p>O estudo de impacto ambiental foi atualizado para a fábrica construída e foram identificados novos impactos ambientais. Para as actividades de plantação, o estudo do grupo está em vigor e não foram implementados novos desenvolvimentos para as práticas agrícolas.</p> <p>De acordo com o documento MOPIRNA-DGA/262/2013, a Agripalma não é obrigada a refazer a avaliação do impacto ambiental, a menos que haja alterações nas actividades.</p> <p>Foi emitida uma nova licença à Agripalma para as suas actividades completas em 2022.</p>
<b>Representante da empresa</b> (Nome e título)/ <b>Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dunem Gestora de Sustentabilidade 19 de janeiro de 2023

<p><b>Revisão do auditor principal da SCS</b> <i>(incluindo quaisquer provas revistas)</i></p>	<p>Tal como descrito acima, foi realizada uma primeira avaliação de impacto social em 2011, seguida de uma avaliação de impacto ambiental em 2013. Outro EIA foi realizado em 2017 para abranger a nova fábrica de óleo de palma. Na sequência da NC emitida durante a auditoria de certificação, a empresa actualizou o seu último EIA, abrangendo novamente apenas a fábrica de óleo de palma (atualização do estudo de impacto ambiental e social fábrica de óleo de palma, volume 1, dezembro 2021). Após</p>
--	---



	<p>Ao receber o documento, o órgão ambiental local emitiu a licença ambiental para a AGRIPALMA (licença Ambiental n01/2022) em 25 de janeiro de 2022, com duração de dois anos. A análise de todos esses documentos revelou que eles não cobrem todos os 15 elementos listados</p> <p>no Anexo 2 da norma RSPO P&amp;C ao descrever os elementos mínimos que devem ser apresentados no SEIA. Por exemplo:</p> <p>1. Avaliação dos impactos de todas as principais actividades planeadas, incluindo limpeza de terrenos, plantação, replantação, utilização de pesticidas e fertilizantes, operações de moagem, estradas, sistemas de drenagem e irrigação e outras infra-estruturas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não foram avaliados os impactos relacionados com o reenquadramento do título 409.</li> <li>- Os documentos não estão actualizados. Continuam a referir-se aos pesticidas e fertilizantes sintéticos aplicados nessa altura.</li> <li>- Não há descrição do impacto das estradas e da drenagem (valas) nos cursos de água.</li> <li>- Não há descrição do impacto da fragmentação do território.</li> </ul> <p>3. Avaliação dos efeitos potenciais dos desenvolvimentos planeados sobre os ecossistemas naturais adjacentes, incluindo se o desenvolvimento ou a expansão irá aumentar a pressão sobre os ecossistemas naturais próximos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não há descrição do impacto da plantação no ecossistema circundante.</li> </ul> <p>Além disso, não há provas de que os planos de monitorização tenham sido desenvolvidos com a participação das partes interessadas afectadas.</p> <p>Esta questão já tinha sido identificada durante a auditoria do ano transato. Por conseguinte, a NC é actualizada para Major.</p>
<b>Situação da NC:</b>	<input type="checkbox"/> Fechado <input checked="" type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão (ver descrição acima)
<b>Representante da SCS (Nome e título)/ Data de aceitação:</b>	Carlos Paixao Auditor principal 20/01/2023

<b>Descoberta: IC</b>		<b>2021</b>	<b>4</b>
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	<b>OIF</b>	
<b>NC/OFI emitida a (quando se trata de mais do que um local/membro):</b>			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Necessário no local para fechar a NC <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC	

<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 3.5. <b>GRIPALMA LDA</b> Os procedimentos de recrutamento, seleção, contratação, promoção, reforma e rescisão do contrato de trabalho são documentados e disponibilizados aos trabalhadores e aos seus representantes.
--------------------------	--

<b>Não-conformidade:</b> É evidenciado o documento Manual Agripalma, que estabelece o procedimento de recrutamento, seleção, contratação e despedimento do pessoal. Não há evidência de que o procedimento para promoções esteja documentado.	
<b>Provas:</b> Não há provas de que o procedimento para as promoções esteja documentado.	
<b>Pedido de ação correctiva:</b> <i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As ações correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser efectuada uma análise pormenorizada da causa principal.</i>	
<b>Análise da causa raiz</b>	A organização não desenvolveu procedimentos documentais para o trabalho administrativo. Falta de Formação e experiência
<b>Correção(ões)</b>	Desenvolvimento de um procedimento, formação do responsável e do chefe de departamento
<b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b>	Desenvolvimento de uma tabela para todos os procedimentos da empresa. Revisão contínua com a Direção e o departamento sobre os procedimentos a melhorar, desenvolver e/ou implementar. O gestor de sustentabilidade gere as não-conformidades com todos os departamentos, forma e desenvolve o pessoal. A adequação dos procedimentos é revista nas reuniões de direção e na análise dos procedimentos da empresa. planos de gestão
<b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dunem Gestor de sustentabilidade 19 de janeiro de 2023
<b>Revisão do auditor principal da SCS (incluindo quaisquer provas revistas)</b>	A empresa ainda não dispõe de um procedimento documentado para a rescisão de contratos. Esta atividade não está descrita no procedimento ADM.005 Procedimentos Operacionais de Recursos Humanos. Esta questão já havia sido identificada durante a auditoria do ano passado. Assim, a NC é actualizada para Major. Evidência: - Revisão dos procedimentos operacionais de recursos humanos ADM.005 - Revisão dos contratantes de trabalhadores incluídos na amostra - Entrevistas
<b>Situação da NC:</b>	<input type="checkbox"/> Fechado <input checked="" type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão (ver descrição acima)
<b>Representante da SCS (Nome e título)/ Data de aceitação:</b>	Carlos Paixao Auditor Principal 20/01/2023

Descoberta: IC		2021	5
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	OIF	
<b>NC/OFI emitida a</b> (quando se trata de mais do que um local/membro):			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Necessário no local para fechar a NC <input type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC		
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 3.7.2 Os registos da formação são mantidos, se necessário, numa base individual.		
<b>Não-conformidade:</b>			
Existem registos de formação dos chefes de departamento e dos encarregados. Não existem registos de formação dos trabalhadores no terreno.			
<b>Provas:</b>			
Não há registos de trabalhadores no terreno.			
<b>Pedido de ação correctiva:</b>			
<i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As acções correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser efectuada uma análise pormenorizada da causa principal.</i>			
<b>Análise da causa raiz</b>	A empresa não tem uma cultura de registo de registos e de plano de formação contínua		
<b>Correção(ões)</b>	Modelo de registos de formação fornecido para a organização e programa de formação desenvolvido		
<b>Medidas correctivas implementadas</b> (incluindo quaisquer provas apresentadas)	Reunião semanal e calendário mensal de formação desenvolvidos pelo Diretor de Sustentabilidade com os responsáveis dos departamentos. Registo/base de dados de formação desenvolvido para a empresa e seguido e monitorizado pelo Departamento de Sustentabilidade. Necessidades de formação identificadas em resultado de acções de formação não presenciais. conformidade, relatórios/base de dados de acidentes HSE, reuniões de gestão.		
<b>Representante da empresa</b> (Nome e título)/ <b>Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dunem Gestora de Sustentabilidade 19 de janeiro de 2023		

<p><b>Revisão do auditor principal da SCS (incluindo quaisquer provas revistas)</b></p>	<p>As seguintes provas foram analisadas e estão em conformidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Formação Anual, incluindo as actividades de formação por secção ou departamento.</li> <li>- Existe um registo de formação consolidado para cada trabalhador, que apresenta as seguintes informações: Código, Nome, Departamento, sector, formação, formador, data da formação, estado da formação, duração, certificado, entrega do certificado, nº do certificado, validação da formação e observações.</li> <li>- Registos das reuniões semanais com os chefes de departamento.</li> <li>- Registos de formação: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Registos de indução para novos trabalhadores. 09/07/2022. 8 participantes.</li> <li>- Aplicação de fertilizantes e entrega de máscaras. 06/01/2023. 10 participantes.</li> <li>- Manutenção manual da placa. 27/08/2022. 12 participantes.</li> <li>- Colheita e poda. 20/11/2021. 61 participantes.</li> <li>- IMP. 07/01/2023. 6 participantes.</li> </ul> </li> </ul>
---	---

	-Procedimento para o cálculo do peso médio dos FFB. 11/05/2022. 4 participantes.
<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão (ver descrição acima)
<b>Representante da SCS (Nome e título)/ Data de aceitação:</b>	Carlos Paixao Auditor principal 20/01/2023

Descoberta: IC		2021	6
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	OIF	
<b>NC/OFI emitida a</b> (quando se trata de mais do que um local/membro):			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Necessário no local para fechar a NC <input type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC		
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 6.1.3 A unidade de certificação demonstra que o recrutamento, a seleção, a contratação, o acesso à formação e a promoção se baseiam nas competências, capacidades, qualidades e aptidão médica necessárias para os empregos disponíveis		
<b>Não-conformidade:</b> O anúncio público recente não é aplicável. A aceitação das condições prévias é verificada em dez. 2020. Os trabalhadores no terreno não aplicam o processo descrito relativamente ao anúncio público.			
<b>Provas:</b> a) Anúncio público: ex de 2018 b) Seleção de documentários. Formato interno. c) Entrevista: nenhum documento. d) Resultado: Correio eletrónico e) Aceitação das condições anteriores. PDTE f) Contratação com base na política de não discriminação. Contrato.			
<b>Pedido de ação correctiva:</b> <i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As acções correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser efectuada uma análise pormenorizada da causa principal.</i>			
<b>Análise da causa raiz</b>	Não existia um procedimento de recrutamento em vigor		
<b>Correção(ões)</b>	Desenvolvimento e aplicação do procedimento de recrutamento		

<b>Medidas correctivas implementadas</b> (incluindo quaisquer provas apresentadas)	Os RH publicam anúncios públicos para todas as ofertas de emprego e o procedimento é monitorizado pelos RH e pelo Departamento de Sustentabilidade. Nenhum recrutamento é efectuado sem a validação do serviço de RH que valida que esta vaga foi anunciada, as entrevistas realizadas e os candidatos seleccionados.
<b>Representante da empresa</b> (Nome e título)/ <b>Data da resposta:</b>	Carlos Matos Diretor de RH 19 de janeiro de 2023
<b>Revisão do auditor principal da SCS</b> (incluindo quaisquer provas revistas)	As seguintes provas foram analisadas e estão em conformidade: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo de recrutamento: Recrutamento de novos trabalhadores ADM.012. RSPO 17/06/2022.</li> <li>- Aviso comunitário RH.13 AGR/RH.01. Data de publicação 29/07/2022 a 05/08/2022. Recrutamento de pessoal para Condutor de Trator Agrícola.</li> <li>- 2 anúncios públicos.</li> <li>- Anúncio comunitário. 27/07/2022</li> <li>- Comunicação da vaga ao Ministério do Trabalho. 27/07/2022.</li> <li>- Validação de RH para cada caso.</li> </ul>
<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão (ver descrição acima)
<b>Representante da SCS</b> (Nome e título)/ <b>Data de aceitação:</b>	Carlos Paixao Auditor Principal 20/01/2023

Descoberta: IC		2021	7
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico <input checked="" type="checkbox"/> NC                      OIF <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)		
<b>NC/OFI emitida a</b> (quando se trata de mais do que um local/membro):			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Necessário no local para fechar a NC <input type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC		
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 6.5.3 A direção avaliou as necessidades das novas mães, em consulta com as mesmas, e foram tomadas medidas para responder às necessidades identificadas.		
<b>Não-conformidade:</b> Não são mantidos registos das consultas sobre as necessidades e das medidas tomadas a favor das mães.			
<b>Provas:</b> Não há registos das consultas sobre as necessidades e as medidas tomadas.			

**Pedido de ação correctiva:**

AGRIPALMA LDA

*NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas.*



<p><i>As medidas correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas acima. Para evitar futuras ocorrências da não conformidade, deve ser efectuada uma análise pormenorizada da causa principal.</i></p>	
<b>Análise da causa raiz</b>	O departamento de RH não tinha conhecimento deste requisito e não foi desenvolvido qualquer procedimento
<b>Correção(ões)</b>	Criação de um comité de género onde são discutidas as necessidades das novas mães
<b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b>	Foi organizada uma reunião com o Gestor de RH e de Sustentabilidade e com o representante do Comité de Género para discutir as necessidades das novas mães. Os direitos são também explicados em sessões de formação com os trabalhadores. Os resultados da consulta são debatidos em reuniões com a Direção-Geral Diretor e chefes de departamento responsáveis
<b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dunem Gestora de Sustentabilidade 19 de janeiro de 2023
<b>Revisão do auditor principal da SCS (incluindo quaisquer provas revistas)</b>	<p>As seguintes provas foram analisadas e estão em conformidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Uma análise dos documentos mostrou que a empresa tem um documento "Registro de necessidades de novas Maes" como resultado da reunião do comité de género Datas: abril de 2022 e junho de 2022.</li> <li>- Ata da reunião: Registo das necessidades das novas mães 23/06/2022</li> <li>- Estão em curso as seguintes actividades:                         <ul style="list-style-type: none"> <li>o "As trabalhadoras grávidas e lactantes da secção 3 deveriam ter o seu trabalho atribuído a zonas mais próximas da sua residência.</li> <li>o Registo formal das mulheres grávidas e lactantes. Partilhar informações com outros serviços".</li> <li>o Registo de mulheres grávidas e lactantes criado pelos RH. Registo a ser partilhado com o diretor da plantação e os técnicos da secção.</li> <li>o Relatório de atividade diária para identificar as tarefas atribuídas às mulheres grávidas.</li> <li>o Esclarecer as mulheres grávidas sobre o processo de licença antes e depois do parto. Sessão de esclarecimento a realizar numa reunião do Comité de Género.</li> <li>o Organizar um tópico guia para falar sobre a comunicação das mulheres trabalhadoras com a empresa sobre a gravidez e a licença de maternidade".</li> </ul> </li> </ul>
<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão (ver descrição acima)
<b>Representante da SCS (Nome e título)/ Data de aceitação:</b>	Carlos Paixao Auditor Principal 20/01/2023

Descoberta: IC		2021	8
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NC (NC menor actualizada)	OIF	
<b>NC/OFI emitida a</b> (quando se trata de mais do que um local/membro):			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Necessário no local para fechar a NC <input type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC		
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 6.7.2 Existem procedimentos de acidente e de emergência e as instruções são claramente compreendidas por todos os trabalhadores. Os procedimentos em caso de acidente estão disponíveis na língua apropriada da mão de obra. Estão presentes operacionais com formação em primeiros socorros, tanto no terreno como noutras operações, e está disponível equipamento de primeiros socorros nos locais de trabalho. São mantidos e periodicamente revistos registos de todos os acidentes.		
<b>Não-conformidade:</b>			
É evidenciado um Procedimento de Emergência para o ano de 2020 no qual são realizadas actividades de controlo de incêndios. Existe evidência de um registo de formação datado de 14 de setembro de 2020 "formação em procedimentos operacionais", no entanto não é possível estabelecer formação específica em primeiros socorros. Não estão evidenciados todos os procedimentos para o controlo de acidentes que possam ocorrer na organização. Os kits de primeiros socorros não estão patentes em todas as áreas de atuação. Os registos de acidentes são evidenciados sob a forma de um certificado de acidentes de trabalho para o ano de 2020, no entanto as causas não são avaliadas, não são investigadas e a descrição do acidente não é registada em todos os casos.			
<b>Provas:</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Procedimento de emergência para o ano 2020</li> <li>- Registo de formação datado de 14 de setembro de 2020 "formação em procedimentos operacionais"</li> <li>- Certificado de acidente de trabalho para o ano 2020</li> </ul>			
<b>Pedido de ação correctiva:</b>			
NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As acções correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser efectuada uma análise pormenorizada da causa principal.			
<b>Análise da causa raiz</b>	O plano de formação não estava disponível na altura. O departamento de HSE não compreendeu na altura as necessidades e requisitos de formação. A base de dados de acidentes não estava completa e corretamente preenchida e a empresa não registou uma descrição correcta e/ou compreensível dos acidentes		
<b>Correção(ões)</b>	Formação ministrada pelos bombeiros sobre a base de dados de primeiros socorros em caso de acidente melhorada e devidamente preenchidos. Foram distribuídos kits de primeiros socorros suplementares a todos os serviços.		
<b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b>	Os trabalhadores recebem formação sobre como registar/registar acidentes de trabalho com os dados correctos. Formação sobre o processo de gestão de acidentes de ponta a ponta. Procedimento para acidentes de trabalho em desenvolvimento. Gestão e inspeção semanais dos kits de primeiros socorros em todos os		

	departamentos. AGRIPALMA LDA
<b>Representante da empresa</b> (Nome e título)/ <b>Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dunem Gestor de sustentabilidade 19 de janeiro de 2023

<p><b>Revisão do auditor principal da SCS</b> (incluindo quaisquer provas revistas)</p>	<p>Foram analisados os seguintes elementos de prova:</p> <p>A formação sobre prevenção e combate a incêndios, evacuação de edifícios e primeiros socorros foi realizada em dezembro de 2021, tendo sido formadas 17 pessoas da plantação e 24 pessoas da fábrica. Há uma nova formação agendada com os bombeiros de São Tomé a ser realizada em janeiro de 2023. Foram evidenciados e-mails e comunicações para este assunto.</p> <p>Registo de formação: Primeiros socorros. Data 23/12/2021, 57 pessoas.</p> <p>Kits de primeiros socorros disponíveis na plantação (3 por cada secção, 4 secções), oficina (1), moinho (3).</p> <p>Foram apresentadas provas de uma apresentação utilizada para formar o pessoal do laboratório, como uma ação correctiva tomada após um acidente, em que é explicado o procedimento dos 5 porquês para determinar a causa principal e, em seguida, as lições aprendidas e os passos a seguir. Data 10/11/2022.</p> <p>Há provas do material de formação utilizado para uma formação de encarregados como instrução para preencher o registo de um acidente de trabalho. O conteúdo era o seguinte: Definição de acidente de trabalho, procedimento em caso de acidente, tipos de acidentes, secções do modelo: informação do trabalhador, informação do acidente, descrição do acidente, assinatura. Incluía também um caso de estudo. Data: 23/06/2022. 15 pessoas.</p> <p>A empresa implementa actas semanais com tópicos específicos em cada mês, por exemplo, durante o mês de março de 2023, foram abordados os seguintes tópicos: Política laboral, Relatórios de acidentes, como evitar acidentes de trabalho, como proceder em caso de acidente. Todo o pessoal da empresa participou nesta atividade.</p> <p>A empresa dispõe de um ficheiro excel, o Relatório de Acidentes de Trabalho, que contém a seguinte informação mensal: base de dados do relatório de acidentes, acidentes por cada departamento da empresa, total de acidentes por mês, tipos de acidentes, tipo de acidentes por cada secção e gráfico. Esta informação é analisada pela equipa e partilhada com os responsáveis dos departamentos, e um relatório de síntese é partilhado com a direção.</p> <p>Foi realizada uma formação para o chefe de obra sobre o preenchimento do formulário de relatório de acidente, com data de registo de presenças de 10/11/2022. Material de formação revisto, documento ppt com 5 diapositivos.</p> <p>Embora a empresa tenha tomado medidas para corrigir a situação apresentada na auditoria anterior, de acordo com as entrevistas efectuadas aos trabalhadores, estes desconheciam a localização dos kits. Não foi possível determinar se os 3 kits de primeiros socorros por secção são suficientes para garantir atenção em caso de acidente. <b>O Nc permanece aberto e foi atualizado para major.</b></p>
<p><b>Situação da NC:</b></p>	<p><input type="checkbox"/> Fechado</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Atualizado para crítico</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (ver descrição acima)</p>
<p><b>Representante da SCS</b> (nome e título)/ <b>Data de aceitação:</b></p>	<p>Carlos Paixao                  Auditor Principal                  20/01/2023</p>

Descoberta: IC		2021	9
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico	<input checked="" type="checkbox"/> NC	OIF
	<input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)		
<b>NC/OFI emitida a</b> (quando se trata de mais do que um local/membro):			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Necessário no local para fechar a NC <input type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC		
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 7.3.1 É documentado e implementado um plano de gestão de resíduos que inclui a redução, a reciclagem, a reutilização e a eliminação com base na toxicidade e nas características perigosas.		
<b>Não-conformidade:</b>			
Não existem provas de um plano de gestão de resíduos documentado que inclua possíveis estratégias de redução, reciclagem, reutilização e eliminação final de acordo com a regulamentação nacional.			
<b>Provas:</b>			
-Não há provas de um plano de gestão de resíduos documentado			
<b>Pedido de ação correctiva:</b>			
<i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As acções correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser efectuada uma análise pormenorizada da causa principal.</i>			
<b>Análise da causa raiz</b>	O plano não foi desenvolvido pela empresa		
<b>Correção(ões)</b>	Gestão de resíduos abrangida pelo plano HSE		
<b>Ação correctiva Implementado</b> (incluindo quaisquer provas apresentadas)	Desenvolvimento de um procedimento para a gestão de resíduos, criação de um centro de gestão de resíduos e contratação de um funcionário de HSE responsável pela gestão do centro.		
<b>Representante da empresa</b> (Nome e título)/ <b>Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dunem Gestora de Sustentabilidade 19 de janeiro de 2023		

<p><b>Revisão do auditor principal da SCS</b> <i>(incluindo quaisquer provas revistas)</i></p>	<p>A AGRIPALMA tem em vigor um plano de gestão de resíduos referenciado AGR-RSPO-02208 - Procedimento para Gestão de Resíduos Rev 0.0. O objetivo deste plano é assegurar o controlo do processo de gestão dos resíduos produzidos pela AGRIPALMA, respeitando o ambiente, e de acordo com a legislação e regulamentação de STP relativa à proteção do ambiente. O plano identifica todos os resíduos gerados em todas as áreas da empresa, nomeadamente Fábrica, Plantação, Habitação.</p> <p>A AGRIPALMA trabalha com uma empresa de gestão de resíduos do município local para a recolha e eliminação dos resíduos domésticos da plantação. Os resíduos da fábrica, incluindo a fibra, os cachos de fruta vazios (EFB), as cascas e os POME são reutilizados. Por exemplo, a fibra é queimada na caldeira para gerar vapor, os cachos de fruta vazios (EFB), os sólidos orgânicos remanescentes do POM (Palm Oil Mill) e a poda são utilizados como fertilizante orgânico na plantação. O POME é tratado numa lagoa de efluentes de 3 câmaras, sendo os resíduos da primeira lagoa (principalmente oleína) vendidos a uma empresa externa de fabrico de sabão.</p>
--	---

	<p>Ainda não existe uma instalação de reciclagem em São Tomé, mas a Agripalma está a estabelecer um local de separação e armazenamento de resíduos, destinado a reutilizar recipientes de plástico e a criar uma secção de armazenamento específica para gerir resíduos de laboratório e outros resíduos tóxicos. No entanto, é evidente que ainda não há provas de um plano de gestão de resíduos que aborde as estratégias de eliminação final. Nesta altura, a estratégia de gestão de resíduos consiste em manter todos os resíduos no local até se encontrar uma forma de eliminação final.</p> <p>A empresa descreveu algumas acções relativas à reutilização de alguns resíduos, como metais, pneus e plástico, mas a AGRIPALMA ainda não apresentou qualquer solução potencial ou calendário para o problema da eliminação de óleos usados, filtros usados e recipientes de plástico que não podem ser reutilizados (por exemplo, grandes recipientes de NALCO 7208).</p> <p>A observação de campo em ambas as oficinas (na fábrica e no departamento agrícola) já mostra sinais de que estão sobrecarregadas. Por exemplo, os óleos usados já não se encontram em sacos de contenção nos dois locais e o contentor de armazenamento de produtos químicos está quase cheio.</p> <p>Esta questão já tinha sido identificada durante a auditoria do ano transato. Assim, a NC é actualizada para Major.</p>
<b>Situação da NC:</b>	<input type="checkbox"/> Fechado <input checked="" type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão (ver descrição acima)
<b>Representante da SCS (Nome e título)/ Data de aceitação:</b>	Carlos Paixao Auditor principal 20/01/2023

<b>Descoberta: IC</b>		<b>2021</b>	<b>10</b>
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	<b>OIF</b>	
<b>NC/OFI emitida a (quando se trata de mais do que um local/membro):</b>			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Necessário no local para fechar a NC <input type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC		
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 7.3.2 É demonstrada a eliminação correcta dos resíduos, de acordo com procedimentos que são totalmente compreendidos pelos trabalhadores e gestores.		
<b>Não-conformidade:</b>			
Não há provas de que os resíduos sejam adequadamente separados de acordo com os seus critérios de perigosidade e não há provas de formação do pessoal operacional da fábrica em matéria de procedimentos de separação e eliminação.			

**Provas:**

- Não há provas de que os resíduos sejam adequadamente separados de acordo com os seus critérios de perigosidade
- Não há provas de formação do pessoal operacional da fábrica em matéria de procedimentos de separação e eliminação.



<b>Pedido de ação correctiva:</b> <i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As ações correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser efectuada uma análise pormenorizada da causa principal.</i>	
<b>Análise da causa raiz</b>	A empresa não dispunha de procedimentos e processos de gestão de resíduos
<b>Correção(ões)</b>	Procedimento de gestão de resíduos desenvolvido
<b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b>	Empregado contratado e formado para ser responsável pelo centro de gestão de resíduos para separar de acordo com os critérios de perigo. Todos os departamentos receberam formação sobre separação e eliminação procedimentos.
<b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dunem Gestora de Sustentabilidade 19 de janeiro de 2023
<b>Revisão do auditor principal da SCS (incluindo quaisquer provas revistas)</b>	A Agripalma tem em vigor um sistema de gestão de resíduos denominado AGR-RSPO-02208 - Procedimento para Gestão de Resíduos Rev 0.0. O sistema de triagem de resíduos descreve a natureza dos resíduos, a área de produção, o tipo de resíduos e a área de armazenamento intermédio. No entanto, tal como descrito anteriormente, o destino final é ainda desconhecido. Registos de formação em gestão de resíduos analisados com data de fevereiro de 2022 (Compatibilidade dos Químicos - 26 fevereiro 2022).  O contentor de resíduos da cantina da fábrica é esvaziado duas vezes por semana pelo município. A visita de campo revelou a existência de vários insectos à volta do contentor devido aos resíduos que permanecem no contentor - não está definida qualquer rotina de lavagem para este contentor. Como já foi identificada uma NC durante a auditoria do ano passado para este indicador, esta NC é actualizada para Major.
<b>Situação da NC:</b>	<input type="checkbox"/> Fechado <input checked="" type="checkbox"/> Atualizado para Crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão (ver descrição acima)
<b>Representante da SCS (Nome e título)/ Data de aceitação:</b>	Carlos Paixao Auditor principal 20/01/2023

<b>Descoberta: IC</b>		<b>2021</b>	<b>11</b>
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico	<input checked="" type="checkbox"/> NC	OIF
	<input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)		
<b>NC/OFI emitida a (quando se trata de mais do que um local/membro):</b>			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Necessário no local para fechar a NC <input type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC		

<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 7.4.2 GRIPALMA LDA São efectuadas amostragens periódicas de tecidos e do solo para monitorizar e gerir as alterações da fertilidade do solo e da saúde das plantas.
<b>Não-conformidade:</b>	

Não existe uma análise do solo desde 2013.	
<b>Provas:</b> -Nenhuma análise do solo desde 2013.	
<b>Pedido de ação correctiva:</b> <i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As acções correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser efectuada uma análise pormenorizada da causa principal.</i>	
<b>Análise da causa raiz</b>	Os requisitos do grupo referiam-se à análise anual das folhas e não à análise do solo
<b>Correção(ões)</b>	Análise do solo efectuada
<b>Ação correctiva Implementado</b> <i>(incluindo quaisquer provas apresentadas)</i>	Frequência necessária incorporada no Plano de Segurança Social e Ambiental
<b>Representante da empresa</b> <i>(Nome e título)/ Data da resposta:</i>	Cynthia Van-Dunem Gestora de Sustentabilidade 19 de janeiro de 2023
<b>Revisão do auditor principal da SCS</b> <i>(incluindo quaisquer provas revistas)</i>	<p>O procedimento de amostragem periódica de tecidos e solos está descrito no documento AGR.010 - Procedimento Operacional Padrão v2 de 21/05/2022 na secção 5 e no Plano Gestão Amb e Soc 2022 - 2023 Aprovado. O diagnóstico dos tecidos deve ser efectuado uma vez por ano. A última amostragem de tecidos foi efectuada em janeiro de 2022. Foram recolhidas 26 amostras. O relatório foi emitido em abril de 2022 e foi revisto com recomendações (Relatório de Análise de Folhas 2022_Agripalma). Recomendação para corrigir a deficiência de fósforo. Como a AGRIPALMA é certificada como uma plantação orgânica, apenas fertilizantes orgânicos devem ser aplicados nos campos. O relatório recomenda a aplicação de Fósforo de Rocha.</p> <p>A amostragem do solo deve ser efectuada pelo menos uma vez de dois em dois anos pelo CIAT. A última amostragem de solo foi efectuada em maio de 2021 (CIAT - resultados análise solo 2021). O relatório de análise de solos foi emitido em 29/04/21. Foram efectuadas análises físicas/químicas e mecânicas. O pH é baixo (ácido) mas mantém-se dentro do padrão SOCFIN para palmeiras. Não foram fornecidas recomendações.</p> <p>Foi instalado um programa de acções preventivas e foi realizada uma análise do solo como acção correctiva. A NC está encerrada.</p>
<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(ver descrição acima)</i>
<b>Representante da SCS</b> <i>(Nome e título)/ Data de aceitação:</i>	Carlos Paixao Auditor principal 20/01/2023

Descoberta: IC		2021	12
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	OIF	
<b>NC/OFI emitida a</b> (quando se trata de mais do que um local/membro):			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Necessário no local para fechar a NC <input type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC		
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 7.9.1 Está em vigor um plano para melhorar a eficiência da utilização de combustíveis fósseis e otimizar as energias renováveis, que é acompanhado e comunicado.		
<b>Não-conformidade:</b>			
Não existe evidência de um plano de melhoria na utilização de energias renováveis estabelecido pela organização.			
<b>Provas:</b>			
-Não há provas de um plano de melhoria.			
<b>Pedido de ação correctiva:</b>			
<i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As ações correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser efectuada uma análise pormenorizada da causa principal.</i>			
<b>Análise da causa raiz</b>	A empresa não dispunha de um Plano de Eficiência Energética		
<b>Correção(ões)</b>	Desenvolvimento do Plano de Eficiência Energética.		
<b>Medidas correctivas implementadas</b> (incluindo quaisquer provas apresentadas)	Utilização e consumo de energia monitorizados através de relatórios mensais. Revisão do plano de execução discutida na reunião anual de gestão.		
<b>Representante da empresa</b> (Nome e título)/ <b>Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dúnem Gestora de Sustentabilidade 19 de janeiro de 2023		
<b>Revisão do auditor principal da SCS</b> (incluindo quaisquer provas revistas)	<p>Existe um plano para melhorar a eficiência da utilização de combustíveis fósseis e para otimizar as energias renováveis. Ver "plano de eficiência hídrica e energética 2022-2023". A AGRIPALMA actualizou o seu plano de forma a fechar a NC emitida durante a auditoria de certificação. O representante da AGRIPALMA explicou que o primeiro plano elaborado não é realista com os recursos financeiros da empresa e o contexto da ilha onde a fábrica está localizada.</p> <p>O atual plano estabelece métodos e prazos para a implementação, bem como a redução que poderá ser alcançada. Por exemplo, na "secção 3.2.3 Energia Elétrica Industrial" afirma-se que:</p> <p>"Ligação do gerador da fábrica à garagem central e ao escritório da plantação, eliminando assim o gerador autónomo que alimentava esse local. Esta ligação deverá estar concluída até ao final de 2022 ou início de 2023 e permitirá poupar 15 a 20 mil litros de gasóleo por ano, para além de reduzir o consumo de lubrificantes e outros consumíveis poluentes associados à utilização de um gerador."</p>		

	<p>Os auditores verificaram que os trabalhos ainda não estão concluídos, mas já começaram. Além disso, em 2021-22, a AGRIPALMA adquiriu dois novos camiões (Mitsubishi Fuso) para o transporte de pessoal, reduzindo assim o consumo em quase 50 litros/100 km por veículo.</p> <p>Para além disso, o objetivo do plano atualizado é otimizar a utilização da energia da biomassa, dando prioridade à sua utilização na fábrica, de modo a reduzir o custo de outras fontes de energia. Por exemplo, a AGRIPALMA instalou uma turbina na sua fábrica que é alimentada pela caldeira de vapor POM. A turbina poderia, em princípio, suprir as necessidades eléctricas da fábrica e das comunidades vizinhas, reduzindo assim a necessidade de geradores alimentados a combustíveis fósseis. No entanto, devido às necessidades actuais de otimizar as operações da fábrica industrial e garantir uma alimentação consistente da caldeira, a utilização da turbina ainda não é possível.</p> <p>Estas são as primeiras actividades propostas a curto prazo no plano. Outras actividades são propostas para 2024 e 2027.</p> <p>Consumo total de energia Jan - Dez 2021:</p> <p>FFB processado no período: 23.928 MT.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Potência da turbina - 0 KWH.</li> <li>- Potência do grupo eletrogéneo - 534,930 KWH.</li> <li>- Energia da rede nacional - 0 KWH.</li> <li>- Energia consumida pela fábrica - 434.088 KWH.</li> <li>- Energia distribuída a outros - 100.842 KWH.</li> </ul> <p>Consumo total de energia de janeiro a dezembro de 2022:</p> <p>FFB processado no período: 27,238 MT.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Potência da turbina - 0 KWH.</li> <li>- Potência do grupo eletrogéneo - 576,386 KWH.</li> <li>- Energia da rede nacional - 0 KWH.</li> <li>- Energia consumida pela fábrica - 530.921 KWH.</li> <li>- Energia distribuída a terceiros - 45.464 KWH.</li> </ul> <p>A análise destes números sugere que o consumo de energia na fábrica melhorou ligeiramente. De 0,055 KWH/T FFB processado em 2021 para 0,051 KWH/T FFB processado em 2022.</p> <p>Evidências analisadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de eficiência hídrica e energética 2022-2023</li> <li>- 20221216 - Ata de reunião Revisão dos PLANOS DE HSA Soc dezembro 2022 Rev 1</li> <li>- 20220105 - Reporting_POM_AGRIPALMA_DECEMBER_21</li> <li>- 20230105 - Reporting_POM_AGRIPALMA_DECEMBER_22</li> </ul>
<p><b>Situação da NC:</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechado</p> <p><input type="checkbox"/> Atualizado para crítico</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (ver descrição acima)</p>
<p><b>Representante da SCS</b> (Nome e título)/</p>	<p>Carlos Paixao Auditor Principal</p>

<b>Data de aceitação:</b>	20/01/2023
---------------------------	------------

		Descoberta: IC	2021	13
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)		OIF	
<b>NC/OFI emitida a</b> (quando se trata de mais do que um local/membro):				
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):			
<b>Modo de fecho NC</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Necessário no local para fechar a NC <input type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC			
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 7.12.6 Todas as espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção (RTE) são protegidas, quer sejam ou não identificadas numa avaliação de HCV. Está em vigor um programa para educar regularmente os trabalhadores sobre o estado das espécies RTE. Medidas disciplinares apropriadas são tomadas e documentadas de acordo com as regras da empresa e a legislação nacional se qualquer indivíduo que trabalhe para a empresa for encontrado a capturar, danificar, recolher, comercializar, possuir ou matar estas espécies.			
<b>Não-conformidade:</b>				
Não há provas de um plano de formação para os trabalhadores sobre a presença, gestão e proteção das espécies RTE identificadas na plantação.				
<b>Provas:</b>				
-Não há provas de um plano de formação para os trabalhadores				
<b>Pedido de ação correctiva:</b>				
<i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de ações correctivas. As ações correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser efectuada uma análise pormenorizada da causa principal.</i>				
<b>Análise da causa raiz</b>	A empresa não deu formação a todos os trabalhadores. O requisito não foi compreendido			
<b>Correção(ões)</b>	Formação ministrada a todos os departamentos			
<b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b>	Formação incluída como parte do Plano de Gestão de HSE			
<b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dunem Gestora de Sustentabilidade 19 de janeiro de 2023			

<p><b>Revisão do auditor principal da SCS</b> <i>(incluindo quaisquer provas revistas)</i></p>	<p>A AGRIPALMA, em colaboração com a Bird Life, deu formação aos funcionários e à comunidade para aumentar a consciencialização sobre a biodiversidade única de São-Tomé e a importância da sua conservação. O auditor analisou o programa de formação. A formação abrangeu os seguintes tópicos numa formação de cinco dias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os principais ecossistemas e espécies de São Tomé e Príncipe.</li> <li>- O valor de conservação de São Tomé, o seu estado atual e os desafios relevantes.</li> <li>- Processos de recolha de dados para monitorizar as espécies ameaçadas e avaliar o impacto ambiental</li> </ul>
--	---

	<p>qualidade - na concessão AGRIPALMA e nas suas imediações.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O quadro jurídico da proteção do ambiente em São Tomé e Príncipe.</li> <li>- Técnicas de sensibilização para transmitir eficazmente a informação ao público local.</li> <li>- Contactos para informação e orientação permanentes sobre questões ambientais específicas. A entrevista com os trabalhadores durante a visita de campo confirmou a sensibilização efectuada para esse efeito. Não foi encontrada qualquer prova de que um indivíduo que trabalhasse para a empresa tivesse capturar, danificar, recolher, comercializar, possuir ou matar espécies RTE, uma vez que os trabalhadores mencionaram que foi sensibilizante.</li> </ul> <p>Evidências analisadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Formação da BirdLife sobre espécies RTE 05/09/2021 a 12/09/2022</li> <li>- Revisão da lista de presenças - 16 páginas (Presenças na Formação BirdLife)</li> </ul>
<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> <i>Outra decisão (ver descrição acima)</i>
<b>Representante da SCS (Nome e título)/ Data de aceitação:</b>	<p>Carlos Paixao Auditor principal 20/01/2023</p>

### 3.4 Novas não-conformidades

		Procura: ASA 1	2022	1
<b>Selecionar um:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Crítico NC <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	NC	Observação	
<b>NC/OBS emitida a</b> <i>(quando se trata de mais do que um sítio/membro):</i>				
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo <i>(especificar):</i>			
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> encerrar NC		No local não é necessário	
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 2.1.1 C A unidade de certificação cumpre os requisitos legais aplicáveis.			



**Não-conformidade:**

Foram identificadas as seguintes NC:

De acordo com a Lei n.º 06/2019 do Código do Trabalho da República de São Tomé e Príncipe, no artigo 510:

1. Deve ser posta à disposição dos trabalhadores, em locais de fácil acesso, água potável em quantidade suficiente.
2. A água destinada a ser bebida deve ser utilizada em condições de higiene, sendo proibido o uso de copos colectivos."

Na visita de campo (sector 2) foi evidenciado que a água fornecida aos trabalhadores agrícolas não é potável, não é fornecida em locais de fácil acesso e em quantidade suficiente. Além disso, os trabalhadores utilizam um único copo partilhado.

De acordo com o artigo 140 - Direitos dos trabalhadores do Código do Trabalho da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em caso de doença, todos os contratos suspensos mantêm o direito à indemnização remuneratória. Além disso, de acordo com o Decreto 19-2022 relativo ao procedimento da segurança social, se a situação não for completamente esclarecida entre a segurança social, o seguro e a entidade patronal, esta última deve, de boa fé, continuar a pagar a quotização do trabalhador enquanto o contrato estiver suspenso e, em seguida, solicitar o reembolso à segurança social. Durante a análise da documentação e a consulta das partes interessadas, foi comunicado o acidente de um trabalhador agrícola em novembro de 2021, enquanto realizava actividades de colheita. A análise da documentação e as entrevistas confirmaram que o trabalhador não foi pago desde o seu acidente há mais de um ano.

Não há registo da entrega de uma cópia do contrato de trabalho aos trabalhadores. Art. 58.º do Código do Trabalho. Não são efectuados exames médicos aos trabalhadores no momento da entrada. Art. 513.º do Código do Trabalho.

Não há provas de um contrato de trabalho para os trabalhadores no terreno ou de um documento que indique o tempo de trabalho e o valor que receberão pelo seu trabalho. Art.59 Código do Trabalho

Os acidentes de trabalho ocorridos na empresa não estão a ser comunicados à autoridade competente. Art. 441.º do Código do Trabalho.

Durante a auditoria, a equipa de auditoria não dispunha de provas de que as obrigações previstas no contrato de concessão tinham sido respeitadas. Por exemplo, o artigo 3.º do "contrato de concessão e contrato administrativo" (na página 6) exige que a empresa pague anualmente 7 euros ao Governo por cada hectare da concessão. A equipa de auditoria solicitou um comprovativo do pagamento das royalties. A empresa argumentou que tal não se aplica ao título 409 devido à parceria entre a Governo e a empresa. A empresa apresentou o "Contrato Administrativo de Investimento" assinado em 21 de outubro de 2009 pelo representante do Governo e da AGRIPALMA para sustentar o seu argumento. No entanto, o documento apresentado não continha qualquer prova de tal isenção. Na altura da auditoria, a AGRIPALMA ainda estava à procura desse provas, mas a empresa não as forneceu até à reunião de encerramento da auditoria.

**Provas:**

- Revisão de "contrato de concessão e contrato administrativo"
- Revisão dos contratos dos trabalhadores com os RH
- Entrevista com o trabalhador e análise do seu relatório de acidente datado de novembro de 2021
- Entrevistas e visita de campo ao sector 2

**Pedido de ação correctiva:**

*NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As medidas correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas acima. Para evitar ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.*

<p><b>Análise da causa raiz</b></p>	<p>1 &amp; 2: Depois de a análise da água ter revelado a sua contaminação, foram previstos recipientes de água potável para distribuir a todos os empregados, mas a baixa pressão da água e o tempo necessário para encher os recipientes, bem como a logística necessária para os transportar, fizeram com que os chefes de secção das plantações não avançassem com o processo. A cisterna de água pertencente à empresa também foi danificada, não permitindo que fosse utilizada para encher os contentores de água.</p> <p>No passado, a empresa contactou a Segurança Social para chegar a um acordo em que a empresa pagaria ao trabalhador e a Segurança Social pagaria o</p>
-------------------------------------	---

	<p>No entanto, a Segurança Social comprometeu-se a reembolsar a empresa se o pagamento fosse efectuado. Por este motivo, o processo foi arquivado.</p> <p>O trabalhador entrevistado, que sofreu um acidente de trabalho, teve todas as suas despesas médicas pagas e recebeu também um subsídio de invalidez do seguro, bem como prestações da segurança social. Passado um ano, a Segurança Social e o seguro deixaram de pagar e o trabalhador necessitou de uma declaração de invalidez para ser indemnizado. O trabalhador nunca obteve uma declaração de invalidez porque nenhum médico foi capaz de fornecer um diagnóstico exato ou explicar num relatório médico o que se passava com ele.</p> <p>Os trabalhadores receberam uma cópia do contrato de trabalho, mas a empresa não guardou um comprovativo de receção pelo trabalhador.</p> <p>Não existia um processo documentado para gerir os acidentes de trabalho, pelo que este requisito não foi claramente compreendido e captado, não tendo sido cumprido.</p> <p>A empresa tem a posse do título 409, pelo que não é obrigada a pagar renda. O contrato salientava a posse da empresa, mas não era específico no que respeita à isenção do pagamento de renda.</p>
<p><b>Correção(ões)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Serão disponibilizados recipientes de 1000 L com água potável nas secções de trabalho. Foram adquiridas garrafas de água da empresa para cada empregado.</li> <li>2. A empresa pagará aos trabalhadores com ausência médica e solicitará o reembolso à Segurança Social.</li> <li>3. Foi desenvolvido e implementado um modelo de confirmação da receção do contrato pelos trabalhadores.</li> <li>4. Todos os acidentes de trabalho de 2022 foram comunicados à Inspeção do Trabalho e todos os acidentes de 2023 também.</li> <li>5. Agripalma solicitará uma carta ao Ministério do Plano e das Finanças confirmando que a Agripalma não tem de pagar renda pelo título 409.</li> </ol>
<p><b>Medidas correctivas implementadas</b> <i>(incluindo quaisquer provas apresentadas)</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Uma cisterna com água potável, sob a responsabilidade do departamento de Sustentabilidade, distribuirá água a todas as secções de trabalho. O tratamento da água será efectuado pelo Laboratório, uma vez que este já se encontra implementado na Fábrica. Serão também distribuídas garrafas de água individuais a todos os colaboradores.</li> <li>2. A empresa documentará um processo de pagamento aos trabalhadores durante as suas baixas por doença, a ser reembolsado pela empresa através da Segurança Social, para ter em conta os atrasos nos pagamentos da Segurança Social.</li> <li>3. O procedimento de recrutamento será atualizado de modo a incluir a obrigação de o trabalhador assinar a confirmação da receção da sua cópia do contrato. O procedimento de emprego também será atualizado para incluir o requisito de exame médico à entrada. A Agripalma estabelecerá um acordo de serviço com a Delegação de Saúde para ter um médico disponível semanalmente para efetuar exames médicos a todos os funcionários à entrada.</li> <li>4. Será desenvolvido um procedimento de acidentes de trabalho e será exigida a comunicação de todos os                  Os acidentes com a Inspeção do Trabalho serão capturados neste procedimento.</li> </ol>

	<p>5. A Agripalma recebeu uma declaração oficial do Ministério do Plano e das Finanças confirmando que a Agripalma não tem de pagar renda pelo título 409, uma vez que o terreno do título 409 (anteriormente já explorado pelo Estado) é a quota do Governo no contrato com a Agripalma. O emissor da declaração é o mesma entidade emissora do contrato.</p>
<p><b>Representante da empresa</b>  <i>(Nome e título)/ Data da resposta:</i></p>	<p>Cynthia Van-Dunem                  Gestora de Sustentabilidade                  10/03/2023</p>
<p><b>Revisão do auditor principal da SCS</b> <i>(incluindo quaisquer provas revistas)</i></p>	<p>Provas apresentadas em 28 de março de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contrato de Trabalho XXXX</li> <li>• Relatório de Acidentes de Trabalho 2022 - Inspeção Geral do Trabalho</li> <li>• Cartório Notarial - Posse de Terra Título 409</li> <li>• Declaração - Renda Título 409</li> <li>• ADM.012 - Procedimento de recrutamento Rev 01</li> </ul> <p>Provas apresentadas em 3 de abril de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prova de pipas de 1000 L em secção para água potável</li> <li>• Prova de distribuição de garrafas de água individuais - fotografias e registo de distribuição</li> <li>• Prova de um novo procedimento para as ausências médicas</li> <li>• Acordo de serviço com a Delegação de Saúde - Acordo delegação de Saúde</li> <li>• Procedimento de acidentes de trabalho</li> </ul> <p>Provas apresentadas em 6 de abril de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comprovativo do pagamento efectuado pelo seguro ao trabalhador (Carminha)</li> <li>• Acordo com a empresa.</li> <li>• Secção do artigo 34º da Lei da Segurança Social para clarificar um ponto no procedimento de faltas médicas.</li> </ul> <p>Revisão em 31 de março de 2023, actualizada em 4 de abril de 2023 e em 6 de abril de 2023:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ainda não foram apresentadas provas. NC permanece em aberto.  <b>Atualizado em 4 de abril de 2023:</b> O auditor analisou fotografias dos contentores de água de 1000L e uma lista assinada que mostra que os funcionários receberam garrafas de água individuais. O plano de ação correctiva é aceite e a conformidade contínua será avaliada durante a próxima auditoria de acompanhamento.</li> <li>2. Ainda não foram apresentadas provas. NC permanece em aberto.  <b>Atualizado em 4 de abril de 2023:</b> Revisto: AGR-HSA-ADM-02204 Procedimento para acidentes de Trabalho e ADM.016 Licenças Médicas Rev 0.0. No documento ADM.016 Licenças Médicas Rev 0.0, na secção 9.1, pode ler-se "QUEM TEM DIREITO. . . Trabalhadores que tenham 10 meses de contribuição para segurança social."                  NC permanece aberto.  <b>Atualizado em 6 de abril de 2023:</b>                  A) Agripalma apresentou à equipa de auditoria uma secção da Lei da Segurança Social</li> </ol>

AGRI PALMA LDA  
Artigo 34 para clarificar o ponto relativo às ausências médicas na empresa

	<p>procedimento. O procedimento da empresa parece estar em conformidade com a legislação local no que respeita aos 10 meses de emprego para ter acesso às prestações por ausência médica. Plano de medidas correctivas aceite.</p> <p>B) A equipa de auditoria recebeu um acordo assinado por ambas as partes com data de 23 de fevereiro de 2023. Agripalma. Plano de ação correctiva aceite e a conformidade contínua será avaliada durante a próxima auditoria de acompanhamento.</p> <p>3. Revisão do Contrato de Trabalho XXXX. A cópia do contrato está assinada. Existe evidência de um contrato de trabalho para um trabalhador de campo. O documento indica o tempo de trabalho e o valor que receberão pelo seu trabalho. Procedimento atualizado de 24 de março de 2023 revisto. O procedimento descreve a exigência de exame médico na secção 8.1. A secção 8.2 descreve que deve ser redigido um contrato formal. O contrato deve descrever a função, o salário e o horário de trabalho. Os trabalhadores devem assinar e receber uma cópia do contrato. No entanto, a auditoria A equipa não recebeu qualquer prova de que "a Agripalma vai criar um Serviço acordo com a Delegação de Saúde...". NC permanece em aberto. <b>Atualizado em 4 de abril de 2023:</b> Revisão do Acordo Agripalma-Delegação de Saúde. A Agripalma assinou um acordo de prestação de serviços com a Delegação de Saúde para ter um médico disponível semanalmente para efetuar exames médicos a todos os funcionários à entrada. Acordo assinado em 30 de março de 2023. O plano de ação correctiva foi aceite e a conformidade contínua será avaliada na próxima auditoria de fiscalização.</p> <p>4. Relatório de Acidentes de Trabalho 2022 - Inspeção Geral do Trabalho. Empresa Apenas apresentou comprovativo de que os acidentes anteriores (2022) foram comunicados às autoridades locais. O processo de acidentes de trabalho ainda não foi apresentado. NC permanece em aberto. <b>Atualizado em 4 de abril de 2023:</b> Revisto: AGR-HSA-ADM-02204 Procedimento para acidentes de Trabalho. O plano de ação correctiva é aceite e a conformidade contínua será avaliada na próxima auditoria de acompanhamento.</p> <p>5. A análise do documento Declaração - Renda Título 409. A Agripalma apresentou uma declaração assinada pelo diretor do Ministério do Plano e das Finanças em 1 de março de 2023, confirmando que a Agripalma não tem de pagar renda pelo título 409, uma vez que o terreno do título 409 (anteriormente já explorado pelo Estado) é a quota do Governo no contrato com a Agripalma. Plano de ação correctiva aceite.</p> <p>NC está agora encerrado.</p>
<b>Situação da NC:</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechado</p> <p><input type="checkbox"/> Atualizado para crítico</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>ver descrição acima</i>)</p>

<b>Representante da SCS</b> <i>(Nome e título)/</i> <b>Data de aceitação:</b>	Carlos E. Paixao Auditor principal 06 de abril de 2023
---	---



Procura: ASA 1		2022	2
Selecionar um:	<input type="checkbox"/> NC crítico NC (NC menor atualizado)	NC	Observação
<b>NC/OBS emitida a</b> (quando se trata de mais do que um sítio/membro):			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC		
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 2.1.2 Está em vigor um sistema documentado para garantir a conformidade legal. Este sistema dispõe de um meio para acompanhar as alterações à lei e inclui também uma listagem e provas de diligência jurídica de todos os terceiros contratados, agências de recrutamento, prestadores de serviços e contratantes de mão de obra.		
<b>Não-conformidade:</b>			
<p>A empresa fez um levantamento das leis que podem ser aplicáveis para garantir a conformidade legal de todas as suas operações, mas ainda não existe um mecanismo eficaz para acompanhar as mudanças na lei ou para verificar a conformidade com as leis existentes.</p> <p>Esta questão já tinha sido identificada durante a auditoria do ano passado. Assim, a NC é actualizada para Major.</p>			
<b>Provas:</b>			
AGR-RSPO- 02201 - Atualização, monitoramento e o controle das Leis Tabela de avaliação de conformidade com requisitos legais (3) Entrevistas			
<b>Pedido de ação correctiva:</b>			
<p><i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As ações correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.</i></p>			
<b>Análise da causa raiz</b>	A empresa tinha um funcionário responsável pela revisão de todas as leis e pela verificação da conformidade da empresa, o que tornava o processo de revisão muito lento.		
<b>Correção(ões)</b>	1. a empresa contratou um advogado externo para ajudar a empresa a concluir rapidamente o analisar a legislação aplicável à empresa e verificar o seu cumprimento.		
<b>Ação correctiva Implementado</b> (incluindo quaisquer provas apresentadas)	1. Atualizar o procedimento existente de modo a incluir uma reunião trimestral com o Diretor-Geral, Gestor de Sustentabilidade e Responsável Jurídico. Na reunião, o quadro da matriz será revisto e atualizado sempre que necessário, sempre que houver uma atualização da legislação.		
<b>Representante da empresa</b> (Nome e título)/ <b>Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dunem Gestora de Sustentabilidade 10/03/2023		

<b>Revisão do auditor principal da SCS</b> <i>(incluindo quaisquer provas revistas)</i>	Provas apresentadas em 28 de março de 2023: <ul style="list-style-type: none"><li>• AGR-RSPO-02201 Procedimento de Monitorização das Leis REV</li></ul> 01 Provas apresentadas em 3 de abril de 2023: <ul style="list-style-type: none"><li>• Confirmação dos serviços de advogados para verificação da conformidade com a lei</li><li>• Quadro da matriz jurídica com a última data de verificação e o estado de conformidade</li></ul>
---	--

	<p>Revisão em 31 de março de 2023 e atualização em 4 de abril de 2023:</p> <p>1. A empresa apenas forneceu um procedimento atualizado para a revisão das leis, datado de 24 de março de 2023. No entanto, não existem provas do mecanismo atualizado de revisão dos regulamentos. A equipa de auditoria solicita provas de "um mecanismo eficaz para acompanhar as alterações à legislação ou para verificar o cumprimento da legislação existente". A NC continua em aberto.</p> <p><b>Atualizado em 4 de abril de 2023:</b> A Agripalma apresentou provas de um acordo com um consultor externo para apoiar a avaliação da empresa relativamente à legislação local. A matriz mostra que os requisitos laborais já foram avaliados, no entanto, nem todos os requisitos ambientais foram abordados. Uma vez que a empresa apresentou provas de que foram contratados recursos externos para concluir a tarefa o mais rapidamente possível, o plano de correção é aceite e a conformidade será avaliada durante próxima auditoria de controlo.</p>
<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>ver descrição acima</i> )
<b>Representante da SCS</b> (Nome e título)/ <b>Data de aceitação:</b>	Carlos E. Paixao Auditor Principal 04 de abril de 2023

		Procura: ASA 1	2022	3
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	NC	Observação	
<b>NC/OBS emitida a</b> ( <i>quando se trata de mais do que um sítio/membro</i> ):				
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo ( <i>especificar</i> ):			
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> Não é necessário encerrar no local NC cc cc			
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 2.1.3 Os limites legais ou autorizados são claramente demarcados e mantidos de forma visível, e não há plantação para além desses limites legais ou autorizados.			
<b>Observação:</b>				
<p>A concessão compreende dois títulos (409 e 410). A empresa candidatou-se a uma certificação parcial. Neste momento, apenas o título 409 está incluído no âmbito da certificação RSPO. A análise da documentação revelou algumas incoerências entre as áreas declaradas nos diferentes documentos fornecidos.</p> <p>Por exemplo, em primeiro lugar, a área definida no acordo de concessão é de 4 917 hectares. O contrato faz referência a <u>665 ha</u> já plantada pela EMOLVE. A revisão do título 409 (título de posse provisório #409) confirmou que a área de concessão é de <u>665 ha</u>.</p>				

Ao longo dos anos, foram efectuadas algumas alterações ao título 410. A AGRIPALMA devolveu ao governo as áreas do título 410 que não são adequadas para a plantação de palmeiras. De acordo com a análise LUCA de abril de 2021:

"O Governo solicitou, por isso, que a maior parte das áreas não plantadas fosse retirada do acordo e que a concessão fosse fixada

a 2400 ha, em 2 títulos de terras, o título 409 (665 ha) e o título 410 (1735 ha)".

Depois, a mesma análise da LUCA afirma na página 46: "Até à data, a Socfin desenvolveu 1930 ha de palmeiras de óleo em São Tomé, o que inclui 680 ha de replantação na antiga plantação da EMOLVE e 1250 ha de extensões."

A revisão do relatório de HCV datado de novembro de 2020, lê-se na página 10: "A Agripalma tem um contrato de concessão de 4.917 ha, que consiste em múltiplas unidades de gestão (UG). Duas destas UGs, Título 409 e Título 410, foram plantadas com 2.100 ha de palmeiras de óleo."

Além disso, durante a revisão do cálculo de GEE, a AGRIPALMA analisou os números das plantações durante a auditoria e declarou que a área total plantada é de 1.944,93 ha.

As entrevistas confirmaram que os limites da concessão nunca foram delimitados pelas autoridades locais propriamente ditas. A análise dos mapas e as visitas de campo confirmaram que o título 410 é a extensão da plantação do título 409.

Nos mapas, a área compreendida pelo título 409 é um polígono "dentro" do título 410. Assim, a empresa realiza uma única operação e não há demarcação física dos limites do título 409 e do título 410. A revisão da cartografia fornecida para o título 409 mostrou que, em alguns pontos, há também outros vizinhos (por exemplo, a comunidade de Ribeira Peixe e o Parque Nacional do Obo). A revisão dos limites do Parque do Obo utilizando shapefiles descarregados da Base de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (WDPA) não mostrou qualquer sobreposição com os shapefiles fornecidos pela empresa para o título 409. Além disso, as entrevistas com a direção do Parque de Obo, as ONG ambientais locais e os vizinhos não revelaram quaisquer indícios de sobreposição. A AGRIPALMA também apresentou provas de que a empresa tem estado a comunicar com as autoridades locais para definir os limites. Assim, apesar de estas inconsistências terem sido encontradas nos documentos, a equipa de auditoria não encontrou qualquer prova de conflito de terras, nem qualquer prova de plantação da empresa em terras externas. Além disso, a empresa mostrou provas de estar a trabalhar na sua esfera de influência para esclarecer esta situação com o governo. Assim, o OFI é emitido para

descrever a situação e reavaliar a situação durante a próxima auditoria de controlo.

**Provas:**

Observação no terreno  
Entrevista com as partes interessadas locais e com o titular do certificado  
Limites do Parque Obo utilizando shapefiles descarregados da Base de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (WDPA) Limites de concessão fornecidos em ficheiro KMZ  
Relatório HCV datado de novembro de 2020 Análise LUCA datada de abril de 2021 Contrato de concessão  
Cálculo de GEE  
Título 409 (título de posse provisório #409)

**Pedido de ação correctiva:**

AGRIPALMA LDA

*NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As acções correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.*

<b>Análise da causa raiz</b>	O acordo de concessão ainda não foi finalizado com o Governo de São-Tomé e o Governo concorda com o mapeamento da concessão, mas ainda não validou a metodologia para colocar os marcadores permanentes, apesar dos pedidos da empresa para demarcar os limites da concessão.
<b>Correção(ões)</b>	A Agripalma iniciou negociações com as entidades relevantes para finalizar a demarcação física dos limites da Concessão e a revisão do contrato.
<b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b>	A renegociação do contrato de concessão está em curso.
<b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dunem Gestora de Sustentabilidade 10/03/2023
<b>Revisão do auditor principal SCS (incluindo quaisquer provas analisadas)</b>	
<b>Situação da NC:</b>	<input type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>ver descrição acima</i> )
<b>Representante da SCS (Nome e título)/ Data de aceitação:</b>	(DD/MM/AAAA)

Encontrar: ASA 1		2022	4
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	<input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> Observação	
<b>NC/OBS emitida a (quando se trata de mais do que um sítio/membro):</b>			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo ( <i>especificar</i> ):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessário estar no local para encerrar a NC	<input checked="" type="checkbox"/> Não é necessário estar no local para fechar a NC	
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 2.2.3 Todos os contratos, incluindo os de fornecimento de FFB, contêm cláusulas que proíbem o trabalho infantil, forçado e traficada. Quando são empregados trabalhadores jovens, os contratos incluem uma cláusula de proteção dos mesmos.		
<b>Não-conformidade:</b>			
A empresa não demonstrou ter assinado um contrato com o contratante dos serviços de alimentação na cantina da fábrica. Não foi possível verificar o cumprimento das cláusulas que proíbem o trabalho infantil, forçado e traficada.			

<b>Provas:</b> Revisão do contrato do subcontratante dos serviços alimentares Entrevistas	
<b>Pedido de ação correctiva:</b> <i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As ações correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.</i>	
<b>Análise da causa raiz</b>	Não existe um procedimento documentado para a gestão dos contratos e não são claras as responsabilidades de quem é responsável pela manutenção de uma lista actualizada de fornecedores e contratos.
<b>Correção(ões)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>contrato assinado com o contratante de serviços de alimentação que inclui uma cláusula que proíbe o trabalho infantil, forçado e traficada. O contrato prevê a obrigação de respeitar o Código de Ética da Agripalma e o Manual de Fornecedores. Na página 10 do Código de Ética, no ponto 5, encontra-se a cláusula que proíbe o trabalho infantil, forçado e traficada. No Manual do Fornecedor, nas páginas 2-3, estes pontos também estão estipulados. Cópia partilhada do comprovativo de formação sobre o Código de Ética da Agripalma. Cópia do contrato com confirmação de receção e compreensão do Código de Conduta Ética um manual para fornecedores.</li> </ol>
<b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>deve ser desenvolvido um procedimento para a gestão de contratos com uma responsabilidade clara pela gestão de todos os contratos. Subcontratação de serviços e tomada de decisões para A seleção do tipo de contrato é tratada no procedimento de gestão dos contratos.</li> </ol>
<b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dunem Gestor de Sustentabilidade 10/03/2023
<b>Revisão do auditor principal da SCS (incluindo quaisquer provas revistas)</b>	<p>Provas apresentadas em 28 de março de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Código de Etica Agripalma - Aprovado</li> <li>Contrato -Gestão Cantina</li> <li>Formação Código de Ética - Cantina</li> <li>Manual para Fornecedores - Aprovado</li> </ul> <p>Revisão a partir de 31 de março de 2023:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>O contrato é assinado em 30 de setembro de 2022 entre o contratante e a Agripalma. O contrato estabelece a obrigação de cumprir o Código de Ética e o Manual de Fornecedores da Agripalma. Na página 10 do Código de Ética, no ponto 5, encontra-se a cláusula que proíbe o trabalho infantil, forçado e traficada. No Manual de Fornecedores, nas páginas 2-3, estes pontos também estão estipulados. Plano de ação correctiva aceite.</li> </ol> <p>NC está agora encerrado.</p>

<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado      AGRIPALMA LDA <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>ver descrição acima</i> )
------------------------	---



<b>Representante da SCS</b> (Nome e título)/ <b>Data de aceitação:</b>	<i>Carlos E. Paixao (auditor principal)</i> 31 de março de 2023
--	--

	Procura: ASA 1	2022	5
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico	NC	Observação
	<input type="checkbox"/> NC (NC menor atualizado)		

**NC/OBS emitida a** (quando se trata de mais do que um sítio/membro):

<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 3.3.2 Existe um mecanismo de controlo da aplicação coerente dos procedimentos.

**Não-conformidade:**

Apesar do processo já implementado para verificar a conformidade com os SOPs, a equipa auditora observou algumas inconsistências entre a implementação dos SOPs ou a interpretação dos requisitos da RSPO. Estas questões não foram identificadas pela empresa até à data da auditoria. Por exemplo:

- SOP - AGR.003 - Procedimento Zonas Ribeirinhas - Identificação e Monitorização. O POP descreve um cenário em que o software Avenza (aplicativo de caminhada para smartphones) pode ser usado para delimitar as zonas de amortecimento em torno dos rios / riachos. A precisão do Avenza varia de acordo com o nível de obstrução do dossel - que normalmente é alto nas plantações de óleo de palma. Na altura da auditoria, a empresa ainda não tinha verificado a exatidão da metodologia para demonstrar que as larguras mínimas das reservas descritas nos PON serão respeitadas utilizando este método. Além disso, de acordo com o PON, a delimitação das fronteiras deve ser efectuada ao nível mais elevado da massa de água (média anual antes das cheias). As entrevistas sugeriram que, devido aos níveis de precipitação intensos e em constante mudança nesta parte da ilha, esta tarefa é complexa. O auditor visitou as seguintes zonas ribeirinhas:  
 00.100729 N, 006.59657 E  
 00.098025 N, 006.606921 E  
 00.100208 N, 006.600541 E  
 00.092268 N, 006.580109 E  
 O auditor apenas dispunha de um GPS de navegação convencional e não pôde confirmar a posição exacta, no entanto, a observação visual sugeriu que algumas dessas reservas de largura possivelmente não utilizaram o nível de água mais elevado dos cursos de água. A empresa ainda não implementou qualquer programa de monitorização para confirmar que este SOP foi corretamente aplicado.
- Durante a análise documental, foi identificado que o procedimento de reclamações e denúncias foi elaborado com um conceito oposto ao exigido pela Norma em relação à abertura do canal de comunicação utilizando e mantendo o anonimato. Nesse procedimento consta que as reclamações anónimas serão catalogadas como comentários ou perguntas e que serão registradas separadamente, sendo definido também que esse tipo de reclamação não gerará nenhum tipo de ação por parte da empresa.
- Outro tópico que envolve a ineficácia do mecanismo de implementação do procedimento foi identificado na reunião com as partes interessadas externas, que afirmaram não ter conhecimento deste procedimento.

<p>Esta questão já tinha sido identificada durante a auditoria do ano passado. Assim, a NC é actualizada para Major.</p>	
<p><b>Provas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 20210819 - ADM.004 - Procedimeto para Monitorização da Implementação</li> <li>• Revisão do procedimento de queixas e reclamações</li> <li>• Entrevistas com as partes interessadas</li> <li>• SOP - AGR.003 - Procedimento Zonas Ribeirinhas - Identificação e Monitorização.</li> <li>• Entrevistas e observação de campo nos pontos:             <ul style="list-style-type: none"> <li>• 00.100729 N, 006.59657 E</li> <li>• 00.098025 N, 006.606921 E</li> <li>• 00.100208 N, 006.600541 E</li> <li>• 00.092268 N, 006.580109 E</li> </ul> </li> </ul>	
<p><b>Pedido de ação correctiva:</b></p> <p><i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As acções correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.</i></p>	
<p><b>Análise da causa raiz</b></p>	<p>O método utilizado para medir os rios foi um GPS, mas o procedimento faz referência aos métodos AVENZA e GPS. O procedimento também não era específico quanto à exigência de medir o nível de água mais alto dos cursos de água e os funcionários não receberam formação adequada.</p> <p>O procedimento relativo às queixas e reclamações referia-se ao facto de que, sem um queixoso identificado, a empresa não revelaria as medidas tomadas, pois não saberia quem contactar para uma investigação mais aprofundada, em vez de identificar mecanismos para investigar mais ou comunicar queixas anónimas</p> <p>A comunicação de reclamações foi previamente partilhada com todas as partes interessadas, no entanto, a clarificação deste processo em 2022 foi feita apenas com as comunidades.</p> <p>O procedimento de controlo da eficácia e da aplicação dos procedimentos não estava a ser seguido com acções. Foram efectuadas auditorias internas aos procedimentos internos.</p>
<p><b>Correção(ões)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Confirmação de que as medições estão correctas, refazer as medições se necessário.</li> <li>2. Procedimento correto para explicar o tratamento e a comunicação de queixas anónimas.</li> <li>3. O procedimento revisto para as queixas será comunicado às partes interessadas.</li> </ol>
<p><b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Procedimento - - AGR.003 - Procedimento Zonas Ribeirinhas - Identificação e Monitorização foi revisto para clarificar a utilização do GPS para definir as zonas tampão e a exigência de medição ao nível mais alto da água dos cursos de água.</li> <li>2. Atualização das queixas externas e partilha e comunicação com todas as partes interessadas. Um relatório sumário das respostas será disponibilizado publicamente às partes interessadas.</li> <li>3. Efetuar uma auditoria interna anual aos procedimentos aplicados até junho de 2023 e resolver as não conformidades identificadas antes da auditoria de controlo.</li> </ol>

<b>Representante da empresa</b> <i>(Nome e título)/ Data da resposta:</i>	Cynthia Van-Dunem Gestor de Sustentabilidade 10/03/2023
<b>Revisão do auditor principal da SCS</b> <i>(incluindo quaisquer provas revistas)</i>	Provas apresentadas em 28 de março de 2023: <ul style="list-style-type: none"> <li>• AGR.03 Identificação e Demarcação das Zonas Ribeirinhas</li> <li>• Confirmação de receção procedimento Queixas - Câmara Caué</li> <li>• Confirmação de receção procedimento Queixas - Comandante Distrital Caué</li> <li>• Confirmação de receção procedimento Queixas - Delegação Saúde</li> <li>• Confirmação de receção procedimento Queixas - Filhos de São Tomé</li> <li>• Confirmação de receção procedimento Queixas - Paróquia Santa Cruz</li> <li>• Procedimento Queixas e Reclamações</li> <li>• Registo de Presenças - Formação Demarcação Zonas Ribeirinhas</li> <li>• Relatório de Treinamento Zonas Ribeirinhas</li> <li>• Procedimento para monitorização da implementação das políticas, procedimentos e boas práticas</li> <li>• Confirmação de receção procedimento Queixas - Ministerio da Educacao Cultura e ciências Caue.</li> </ul> <p>Revisão em 31 de março de 2023, actualizada em 4 de abril de 2023:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Revisão do documento "AGR.03 Identificação e Demarcação das Zonas Ribeirinhas". Procedimentos actualizados em 24 de março de 2023. Procedimentos revistos para clarificar a utilização do dispositivo GPS para definir as zonas tampão e o requisito de medição ao nível mais alto da água dos cursos de água. A equipa auditora recebeu também provas de formação para os procedimentos actualizados, com data de 25 de março de 2023. Plano de medidas correctivas aceite.</li> <li>2. Queixas externas actualizadas em 10 de março de 2023. Recebidas provas da partilha do procedimento com seis partes interessadas. Plano de medidas correctivas aceite.</li> <li>3. Não foram recebidas provas das auditorias internas. A NC permanece em aberto. <b>Atualizado em 4 de abril de 2023:</b> Esclarecimento aceite. Medidas correctivas aceites e a conformidade contínua será avaliada durante a próxima auditoria de fiscalização.</li> </ol> <p>NC está agora encerrado.</p>
<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(ver descrição acima)</i>
<b>Representante da SCS</b> <i>(Nome e título)/ Data de aceitação:</i>	Carlos E. Paixao Auditor principal 04 de abril de 2023

Procura: ASA 1		2022	6
Selecionar um:	<input type="checkbox"/> NC crítico NC (NC menor atualizado)	NC	Observação
<b>NC/OBS emitida a</b> <i>(quando se trata de mais do que um sítio/membro):</i>			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo <i>(especificar):</i>		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> encerrar NC No local não é necessário		
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 3.4.2 Para a unidade de certificação, está disponível um SEIA e foram desenvolvidos planos de gestão e monitorização social e ambiental com a participação das partes interessadas afectadas.		
<p><b>Não-conformidade:</b></p> <p>Em 2011, foi efectuada uma primeira avaliação de impacto social e, em 2013, uma avaliação de impacto ambiental. Outro EIA foi realizado em 2017 para cobrir a nova fábrica de óleo de palma. Na sequência da NC emitida durante a auditoria de certificação, a empresa actualizou o seu último EIA, abrangendo novamente apenas a fábrica de óleo de palma (atualização do estudo de impacto ambiental e social fábrica de óleo de palma, volume 1, dezembro 2021).</p> <p>A análise de todos esses documentos revelou que não abrangem todos os 15 elementos enumerados no Anexo 2 da norma P&amp;C da RSPO, ao descreverem os elementos mínimos que devem ser apresentados no SEIA. Por exemplo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliação dos impactos de todas as principais actividades planeadas, incluindo limpeza de terrenos, plantação, replantação, utilização de pesticidas e fertilizantes, operações de moagem, estradas, sistemas de drenagem e irrigação e outras infra-estruturas:                     <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não foram avaliados os impactos relacionados com o reenquadramento do título 409.</li> <li>- Os documentos não estão actualizados. Continuam a referir-se aos pesticidas e fertilizantes sintéticos aplicados nessa altura.</li> <li>- Não há descrição do impacto das estradas e da drenagem (valas) nos cursos de água.</li> <li>- Não há descrição do impacto da fragmentação do território.</li> </ul> </li> <li>3. Avaliação dos efeitos potenciais dos desenvolvimentos planeados sobre os ecossistemas naturais adjacentes, incluindo se o desenvolvimento ou a expansão irá aumentar a pressão sobre os ecossistemas naturais próximos:                     <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não há descrição do impacto da plantação no ecossistema circundante.</li> </ul> </li> </ol> <p>Além disso, não há provas de que os planos de gestão e monitorização tenham sido desenvolvidos com a participação das partes interessadas afectadas.</p> <p>Esta questão já tinha sido identificada durante a auditoria do ano passado. Assim, a NC é actualizada para Major.</p>			
<p><b>Provas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevistas com o titular do certificado</li> <li>• Observação no terreno</li> <li>• Avaliação do impacto social da AGRIPALMA, de março de 2011</li> <li>• Avaliação de Impacto Ambiental de 24 de junho de 2013</li> <li>• Estudo de Impacto Ambiental e Social Fábrica de óleo de Palma Volume 1 - 2017</li> <li>• Atualização do estudo de impacto ambiental e social fábrica de óleo de palma, volume 1, dezembro 2021</li> </ul>			

<p><b>Pedido de ação correctiva:</b> <i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As ações correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.</i></p>	
<p><b>Análise da causa raiz</b></p>	<p>A empresa acredita estar em conformidade com os requisitos necessários por ter recebido a licença ambiental para todas as operações.</p> <p>O estudo de HCV foi feito em consulta com as partes interessadas afectadas e as recomendações deste estudo foram utilizadas para desenvolver o plano de gestão, pelo que não foram feitas mais consultas com as partes interessadas para desenvolver planos de gestão.</p>
<p><b>Correção(ões)</b></p>	<p>1. novo estudo SEIA será efectuado pela empresa</p>
<p><b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b></p>	<p>1. como parte do envolvimento com as partes interessadas da comunidade, os planos de gestão ambiental e social e as recomendações do SEIA serão partilhados e discutidos para receber contributos sobre as acções propostas para o plano de gestão da empresa. A uma cópia do SEIA será disponibilizada publicamente às nossas partes interessadas.</p>
<p><b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b></p>	<p>Cynthia Van-Dunem Gestora de Sustentabilidade 10/03/2023</p>
<p><b>Revisão do auditor principal da SCS (incluindo quaisquer provas revistas)</b></p>	<p>Provas apresentadas em 28 de março de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 20230208 - Socfin - Agripalma - ESIA - 1 Fev2023 - assinado HCV</li> </ul> <p>AFRICA Revisão a 31 de março de 2023:</p> <p>1 - A empresa partilhou a proposta de contrato entre a HCV African e a Agripalma. A HCV Africa descreve na proposta que a norma RSPO será utilizada como referência e que as partes interessadas serão consultadas. Plano de ação correctiva aceite.</p> <p>Devido ao tempo necessário para realizar o estudo, a NC está agora encerrada e o relatório ESIA será avaliado durante a próxima auditoria de controlo.</p> <p>NC está agora encerrado.</p>
<p><b>Situação da NC:</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechado</p> <p><input type="checkbox"/> Atualizado para crítico</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>ver descrição acima</i>)</p>
<p><b>Representante da SCS (Nome e título)/ Data de aceitação:</b></p>	<p>Carlos E. Paixao Auditor principal 31 de março de 2023</p>

Procura: ASA 1		2022	7
Selecionar um:	<input type="checkbox"/> NC crítico <input checked="" type="checkbox"/> NC (NC menor atualizado)	NC	Observação
<b>NC/OBS emitida a</b> (quando se trata de mais do que um sítio/membro):			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> encerrar NC <span style="float: right;">No local não é necessário</span>		
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 3.5.1 Os procedimentos de recrutamento, seleção, contratação, promoção, reforma e rescisão do contrato de trabalho são documentados e disponibilizados aos trabalhadores e aos seus representantes.		
<b>Não-conformidade:</b> A empresa não dispõe de um procedimento documentado para a rescisão de contratos. Esta atividade não está descrita no procedimento ADM.005 Procedimentos operacionais dos recursos humanos.  Esta questão já tinha sido identificada durante a auditoria do ano passado. Assim, a NC é actualizada para Major.			
<b>Provas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão dos procedimentos operacionais de recursos humanos ADM.005</li> <li>• Revisão dos contratantes de trabalhadores incluídos na amostra</li> <li>• Entrevistas</li> </ul>			
<b>Pedido de ação correctiva:</b> <i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As ações correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.</i>			
<b>Análise da causa raiz</b>	A empresa registou o processo de rescisão com provas, mas não o documentou num procedimento escrito.		
<b>Correção(ões)</b>	1. será redigido um novo procedimento de rescisão do contrato		
<b>Medidas correctivas implementadas</b> (incluindo quaisquer provas apresentadas)	1. O novo procedimento de rescisão do contrato será redigido e comunicado à organização.		
<b>Representante da empresa</b> (Nome e título)/ <b>Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dunem Gestor de Sustentabilidade 10/03/2023		

<b>Revisão do auditor principal da SCS</b> <i>(incluindo quaisquer provas revistas)</i>	Provas apresentadas em 28 de março de 2023: <ul style="list-style-type: none"><li>• ADM.016 Procedimento de rescisão de contrato de trabalho Rev 0.0</li><li>• Registo de Presenças - Formação Rescisão de Contrato</li></ul>
---	---

	<p>Revisão a partir de 31 de março de 2023:</p> <p>1.Procedimento atualizado com data de 20 de março de 2023 revisto. Registos de formação datados de 22 de março de 2023. Plano de ação correctiva aceite.</p> <p>NC está agora encerrado.</p>
<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>ver descrição acima</i> )
<b>Representante da SCS</b> (Nome e título)/ <b>Data de aceitação:</b>	<p>Carlos E. Paixao Auditor Principal 31 de março de 2023</p>

Procura: ASA 1		2022	8
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	NC	Observação
<b>NC/OBS emitida a</b> ( <i>quando se trata de mais do que um sítio/membro</i> ):			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo ( <i>especificar</i> ):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> encerrar NC	No local não é necessário	
<b>Referência padrão</b>	<p>RSPO 2018 PnC: 3.5.2 Os procedimentos de emprego são aplicados e os registos são mantidos.</p>		
<b>Não-conformidade:</b>			
<p>Verificaram-se deficiências na aplicação do procedimento de emprego (Ref. ADM.012 de 17/06/22):</p> <p>O processo de formalização do contrato decorre muito tempo após o registo e, no momento em que se inicia o trabalho, embora haja uma indução ao emprego, não há qualquer atualização relativamente às condições do contrato, como o horário de trabalho, o montante do salário, as datas de pagamento e o processo de indução empresarial.</p> <p>Não foi comprovada a existência de um contrato escrito para o trabalhador transferido do campo para trabalhar como tratorista agrícola. Não há prova de autorização de pagamento a terceiros pelo trabalhador que abandonou o posto de trabalho. Existe prova de um recibo de vencimento assinado por um trabalhador que não é o trabalhador titular.</p>			
<b>Provas:</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Entrevistas com os RH.</li> <li>Revisão dos recibos de pagamento</li> <li>Revisão do contrato do trabalhador transferido do campo para trabalhar como tratorista agrícola.</li> <li>Procedimento de emprego (Ref. ADM.012 de 17/06/22)</li> </ul>			
<b>Pedido de ação correctiva:</b>			
<p><i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As acções correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.</i></p>			



<p><b>Análise da causa raiz</b></p>	<p>Não existia um modelo de contrato para os trabalhadores das plantações; em vez disso, uma empresa utilizava um documento formal para informar as regras e políticas da empresa e a candidatura a um emprego na empresa, que era assinada pelo trabalhador. Se o candidato fosse aprovado, o mesmo documento previamente assinado era utilizado como documento vinculativo do contrato.</p> <p>Não existe um procedimento documentado para os pagamentos, pelo que não existem regras e condições claramente definidas para processar os pagamentos</p>
<p><b>Correção(ões)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O documento assinado no processo de registo foi eliminado. Atualmente, são assinados contratos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores das plantações. Os trabalhadores sem contrato, incluindo os transferidos, estão a assinar um contrato.</li> <li>2. <sup>rd</sup>Foi emitida uma comunicação interna a todos os funcionários informando que o pagamento de salários em dinheiro só deve ser recebido pelo beneficiário do pagamento e que os pagamentos a terceiros só serão autorizados mediante autorização escrita do beneficiário com uma cópia do BI.</li> <li>3. Contrato escrito, com confirmação de receção pelo trabalhador, para o trabalhador transferido do trabalho no campo para motorista de camião de plantação. Foi fornecida uma cópia do contrato.</li> </ol>
<p><b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O processo de recrutamento será revisto de modo a incluir a disponibilização de contratos a todos os trabalhadores.</li> <li>2. Atualizar o processo de indução e a lista de controlo para incluir a comunicação das datas de pagamento</li> <li>3. Redigir um procedimento de pagamento para determinar a forma como os pagamentos devem ser processados e documentados.</li> </ol>
<p><b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b></p>	<p>Cynthia Van-Dunem                  Gestora de                  Sustentabilidade                  10/03/23</p>

<p><b>Revisão do auditor principal da SCS</b> <i>(incluindo quaisquer provas revistas)</i></p>	<p>Provas apresentadas em 28 de março de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ADM.012 - Procedimento de recrutamento Rev 01</li> <li>• Contrato de Trabalho - XXX</li> </ul> <p>Provas apresentadas em 4 de abril de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão do processo de formação para incluir a partilha das datas de pagamento com os trabalhadores</li> <li>• Procedimento para o processamento e pagamento de salários</li> </ul> <p>Provas apresentadas em 8 de abril de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicação Interna nº 03 (a) 2023 - Pagamento a Terceiros</li> </ul> <p>Revisão em 31 de março de 2023 e actualizada em 4 de abril de 2023 e em 8 de abril de 2023:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Procedimento atualizado de 24 de março de 2023 revisto. O procedimento descreve o requisito de exame médico na secção 8.1. A secção 8.2 descreve que um</li> </ol>
--	--

	<p>Deve ser redigido um contrato formal. O contrato deve descrever a função, o salário e o horário de trabalho. Os empregados devem assinar e receber uma cópia do contrato. Plano de ação correctiva aceite.</p> <p>2. Ainda não foram apresentadas provas. A NC permanece em aberto.</p> <p>4. <b>Atualizado em 4 de abril de 2023:</b> Revisto AGR-HSA-ADM-02202 Indução de Novos Trabalhadores Rev 01, Checklist de Indução Rev 01, e FIN.002 - Processamento e Pagamento de Salários.</p> <p><sup>rd</sup>Ainda não foi fornecida qualquer prova de que "foi emitida uma comunicação interna a todos os funcionários indicando que o pagamento de salários em dinheiro só pode ser recebido pelo beneficiário do pagamento e que os pagamentos a terceiros só serão autorizados mediante autorização escrita do beneficiário, acompanhada de uma cópia do BI". A NC continua em aberto.</p> <p><b>Atualizado em 8 de abril de 2023:</b> evidência de Comunicação Interna relativa a pagamentos de terceiros assinada em 6 de abril de 2023. Plano de medidas correctivas aceite.</p> <p>3. Revisão do Contrato de Trabalho XXXX. A cópia do contrato está assinada. Existe evidência de um contrato de trabalho para um trabalhador de campo. O documento indica o tempo de trabalho e o valor que receberão pelo seu trabalho. Plano de ação correctiva aceite.</p>
<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>ver descrição acima</i> )
<b>Representante da SCS</b> (Nome e título)/ <b>Data de aceitação:</b>	Carlos E. Paixao Auditor principal 11 de abril de 2023

		Procura: ASA 1	2022	9
<b>Selecionar um:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Crítico NC <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	NC	Observação	
<b>NC/OBS emitida a</b> ( <i>quando se trata de mais do que um sítio/membro</i> ):				
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo ( <i>especificar</i> ):			
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> encerrar NC		No local não é necessário	
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 3.6.1 C (C) Todas as operações são objeto de uma avaliação de riscos para identificar questões de saúde e segurança. Os planos e procedimentos de mitigação são documentados e implementados.			

**Não-conformidade:**

A avaliação de riscos analisada não contempla as seguintes actividades: trabalhos em espaços confinados na fábrica e condições dos veículos de transporte de trabalhadores. Além disso, durante a visita às instalações da fábrica, observou-se que não há sinalização ao redor das máquinas e equipamentos para garantir distâncias seguras para quem transita pelos corredores.

Esta questão já tinha sido identificada durante a auditoria do ano passado. Trata-se, portanto, de uma NC crítica recorrente.

<p><b>Provas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação do moinho durante o passeio</li> <li>• Observação no terreno</li> <li>• Cópia de Relatório de Acidentes de Trabalho - 2022 dezembro</li> <li>• Avaliação de Risco - Plantação - 2022</li> <li>• Avaliação de Risco - Oficina Infraestrutura Armazem</li> <li>• Avaliação de Risco - Fabrica - 2022</li> <li>• Entrevistas</li> </ul>	
<p><b>Pedido de ação correctiva:</b></p> <p><i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As medidas correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas acima. Para evitar ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.</i></p>	
<p><b>Análise da causa raiz</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os procedimentos operacionais não abrangiam as actividades de trabalho em espaços confinados, ou seja, as actividades não dispunham de um procedimento escrito, pelo que, ao analisar o risco por atividade, esta operação não foi tida em conta.</li> <li>• Os veículos de transporte de trabalhadores foram abrangidos pelo procedimento de segurança rodoviária e incluídos na formação em matéria de segurança, mas não foi possível incluir estes riscos no documento de avaliação de riscos propriamente dito.</li> <li>• A demarcação de percursos pedonais e distâncias seguras no Moinho foi adiada devido ao adiamento da visita do Corpo de Bombeiros que apoia a Agripalma na demarcação de zonas seguras.</li> </ul>
<p><b>Correção(ões)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A) Rever os mapas de risco de modo a incluir os trabalhos em espaços confinados e os veículos de transporte dos trabalhadores</li> <li>• B) Demarcar um percurso pedestre seguro e zonas de trabalho no moinho</li> </ul>
<p><b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• C) Redigir um procedimento para trabalhos em espaços confinados.</li> <li>• D) Implementar formulários de avaliação da segurança no trabalho para todas as actividades operacionais.</li> <li>• E) Implementar o requisito de autorização de trabalho na avaliação da segurança no trabalho para trabalhadores altamente confinados.</li> <li>• F) Redigir um procedimento de gestão dos riscos.</li> <li>• G) Plano HSE atualizado com o requisito da JSA para as actividades operacionais e a autorização de trabalho.</li> <li>• H) Fornecer formação aos trabalhadores sobre os mapas de riscos e as acções de prevenção</li> <li>• I) Atribuir responsabilidades claras pela aprovação da AEC e da autorização de trabalho.</li> <li>• J) Formar e desenvolver o pessoal em matéria de participação e conclusão da AEC e da autorização de trabalho</li> <li>• K) Transporte e demarcação de zonas seguras</li> </ul>
<p><b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b></p>	<p>Cynthia Van-Dunem                  Directora de Sustentabilidade                  31/01/23</p>

<b>Revisão do auditor principal da SCS</b> <i>(incluindo quaisquer provas revistas)</i>	<p>Plano de medidas correctivas após a clarificação partilhada antes da aceitação. Apresente provas que demonstrem que foram feitos progressos no sentido das acções correctivas assim que as actualizações relevantes forem concluídas. A SCS solicita que as provas de implementação sejam apresentadas até 20 de fevereiro de 2023, e poderá ser necessário planear uma visita ao local para garantir a eficácia das medidas correctivas. aplicação da correção.</p>
---	---

Provas apresentadas em 20 de fevereiro de 2023:

- AGR-HSA-ADM- 02207- Procedimento de Trabalho em Espaço Confinado Rev 0.0
- Lista de controlo - Espaço confinado INF Rev 0.0
- AGR-HSA-02209- Procedimento de Gestão e Distribuição de EPIs
- AGR-RSPO-02208 - Procedimento para Gestão de Resíduos Rev 0.0
- Lista de controlo - Espaço confinado INF Rev 0.0
- Lista de controlo - Espaço confinado POM Rev 0.0
- HSA-011 Formulário de Avaliação de Segurança no Trabalho AST - POM Rev 0.0
- HSA-012 Formulário de Avaliação de Segurança no Trabalho Rev 0.0
- HSA-013 Formulário de Avaliação de Segurança no Trabalho AST - Infra-estruturas 0.0
- HSA-014 Formulário de Avaliação de Segurança no Trabalho AST - Oficina Rev 0.0
- HSA-015 Formulário de Avaliação de Segurança no Trabalho AST - Plantação Rev 0.0
- PW - Espaço Confinado - Infraestruturas Rev 0.0
- PW - Espaço Confinado - POM Rev 0.0
- Revisão da HSE
- Zona de caminhada segura
- HSA-018 Matriz de EPI
- Registos de formação

Provas apresentadas em 24 de fevereiro de 2023:

- AGR-HSA-ADM- 02205 - Procedimento de Gestão de Riscos Rev 0.0
- AGR-HSA-ADM- 02206- Procedimento de Trabalho em Altura Rev 0.0
- Lista de verificação - Trabalho em Altura Infraestruturas Rev 0.0
- Lista de verificação - Trabalho em Altura POM Rev 0.0
- HSA-019 Avaliação Mapas de Riscos
- PW - Trabalho em Altura - Infraestruturas
- PW - Trabalho em Altura - POM

Provas apresentadas em março. 7, 2023:

- Oficina AST
- POM AST concluído
- Trabalho em espaços confinados - Lista de controlo e PW
- Trabalho em altura - Lista de controlo e PW
- AGR-HSA-02209- Procedimento de Gestão e Distribuição de EPIs Rev 0.0
- Ação disciplinar - Não utilização de EPI
- HSA-018 Rev 01 Matriz de EPIs
- HSA-019 Avaliação de Mapas de Riscos Rev 0.1

Revisão de 21 de fevereiro de 2023, actualizada em 3 de março e 10 de

março de 2023: Acções correctivas:

A) O auditor analisou a documentação fornecida e avaliou-a com base nas Práticas Internacionais Reconhecidas relativas às avaliações de riscos no local de trabalho ([ILO](#)). A empresa sugeriu que fosse fornecido um Mapa de Riscos. O auditor não recebeu essa informação. A empresa apresentou os documentos "HSE Revisado" e "HSA-018 Matriz de EPI", que é um programa de segurança amplo e uma matriz com o EPI a ser usado por descrições de tarefas amplas. No entanto, ainda não existe uma análise específica da tarefa/trabalho. A não-conformidade permanece em aberto.

**Atualizado a 3 de março de 2023:** o documento "HSA-019 Avaliação Mapas de Riscos" apresenta uma forma sistemática de determinar os riscos com base na gravidade, frequência e deteção de acidentes. Em seguida, os riscos são divididos pelos diferentes sectores (por exemplo, plantação, POM, oficina, infraestrutura, armazém e escritório). O trabalho em altura e o espaço de trabalho confinado estão agora integrados na análise de risco no separador "POM". Os riscos não são identificados por funções de trabalho, mas sim por tarefas. Uma vez que os mesmos trabalhadores podem desempenhar tarefas diferentes consoante a procura e as condições climáticas, tal parece razoável com a estrutura da empresa. No entanto, o auditor identificou as seguintes questões:

- a secção de transportes de trabalho ainda não abrangeu o facto de os trabalhadores (supervisores) utilizarem motocicletas sem capacete nas plantações - ver separador "plantação".
- Não é claro para algumas tarefas quais são as medidas de prevenção e controlo. Nalgumas tarefas, os EPI são descritos, noutras não há qualquer descrição e outras remetem para o procedimento operacional para identificar os EPI. Por exemplo, não é claro para as actividades de poda e colheita quais os EPIs que devem ser utilizados.

A não conformidade permanece em aberto.

**Atualizado em 10 de março de 2023:** revisto o documento "HSA-019 Avaliação Mapas de Riscos" e "HSA-018 Rev 01 Matriz de EPIs". O "HSA-019 Avaliação Mapas de Riscos" apresenta uma forma sistemática de determinar os riscos com base na gravidade, frequência e deteção do acidente. Em seguida, os riscos são divididos pelos diferentes sectores (por exemplo, plantação, POM, oficina, infraestrutura, armazém e escritório). O trabalho em altura, o espaço de trabalho confinado e a utilização de motocicletas estão agora integrados na análise de riscos. Os riscos não são identificados por funções de trabalho, mas por tarefas. Uma vez que os mesmos trabalhadores podem desempenhar tarefas diferentes consoante a procura e as condições climáticas, tal parece razoável com a estrutura da empresa. O documento "HSA-018 Rev 01 Matriz de EPIs" mostra quais os EPIs que devem ser utilizados para cada tarefa. Por exemplo, o auditor afirmou que os EPIs estão descritos para a poda, a colheita e a aplicação de fertilizantes. Ação correctiva aceite.

B) A análise da imagem confirmou que os percursos pedonais seguros estão agora indicados no POM. Ação correctiva aceite.

**Atualizado em 3 de março de 2023:** Não são necessárias mais acções.

C) O auditor analisou a documentação fornecida e avaliou-a com base nas Práticas Internacionais Reconhecidas (trabalho em [altura - OIT](#) e [trabalho em espaços confinados - OIT](#)). O auditor analisou o documento "AGR-HSA-ADM- 02207- Procedimento de Trabalho em Espaço Confinado Rev 0.0." O documento não é claro se abrange o trabalho em espaço confinado ou o trabalho em altura. Algumas secções abrangem os espaços de trabalho confinados e outras o



AGRI, Mas o trabalho em altura, não parecem ser descritas indistintamente no documento, embora os riscos e as tarefas sejam diferentes. Além disso, os riscos e as medidas de controlo não estão completamente descritos para o trabalho em altura. A não conformidade permanece em aberto.

**Atualizado em 3 de março de 2023:** A empresa disponibilizou um novo procedimento apenas para trabalhos em altura "AGR-HSA-ADM- 02206- Procedimento de Trabalho em Altura Rev 0.0". O documento descreve as boas práticas de gestão em trabalhos em altura.

As medidas correctivas são aceites.

- D) O auditor analisou todos os formulários solicitados pela "HAS...". A empresa apenas forneceu os modelos de formulários. O auditor não pode confirmar a implementação nem o carácter exaustivo da análise da segurança no trabalho. A não-conformidade permanece em aberto.

**Atualizado em 3 de março de 2023:** Não foram apresentadas mais provas. A não conformidade permanece em aberto.

**Atualizado em 10 de março de 2023:** O auditor analisou a AEC para o workshop concluído em 22 de fevereiro de 2023. As actividades estão bem descritas, incluindo os riscos potenciais e as respectivas medidas de controlo. Ação correctiva aceite.

- E) Conforme descrito na alínea "c". Os documentos "PW - Espaço Confinado - Infraestruturas Rev 0.0" e "PW - Espaço Confinado - POM Rev 0.0" referem-se apenas a trabalhos em espaços confinados e não a trabalhos em altura. A não conformidade permanece em aberto.

**Atualizado em 3 de março de 2023:** "Checklist - Trabalho em Altura...Rev 0.0" e "PW -

Trabalho em Altura..." agora fornecido. As medidas correctivas são aceites.

- F) A auditoria não recebeu um "Procedimento de gestão do risco". Não conformidade continua em aberto.

**Atualizado em 3 de março de 2023:** Recebido o "AGR-HSA-ADM- 02205 - Procedimento de Gestão de Riscos Rev 0.0". O documento explica como são avaliados e valorizados os riscos. A ação correctiva é aceite.

- G) O auditor analisou o documento "HSE Revisto". O plano de HSE atualizado é descrito na secção

3.3 "medidas de prevenção" que a avaliação conjunta das actividades operacionais e a autorização de

Os trabalhos são agora necessários. Ação correctiva aceite.

**Atualizado em 3 de março de 2023:** Não são necessárias mais acções.

- H) O auditor recebeu registos de formação relativos a nove cursos de formação diferentes. Os nomes dos registos de formação referem-se a mapas de risco e a acções de prevenção, mas, como já foi explicado, o auditor não recebeu provas da atualização dos mapas de risco. É favor apresentar provas de que o pessoal recebeu efetivamente formação sobre mapas de risco e acções de prevenção actualizados. A não conformidade permanece em aberto.

**Atualizado em 3 de março de 2023:** O representante da empresa explicou que o documento estava em falta durante a primeira revisão da documentação devido a um erro durante a apresentação dos documentos, mas que os trabalhadores receberam formação sobre os mapas de riscos actualizados e as acções de prevenção. Documentação como parte da ação correctiva aceite. A ação correctiva é aceite.

- I) O documento "AGR-HSA-ADM- 02207- Procedimento de Trabalho em Espaço Confinado Rev 0.0." define claramente as responsabilidades pela aprovação da AEC e da Autorização de Trabalho. No entanto, tal como descrito nas alíneas "c" e "e" acima, os documentos "PW - Espaço Confinado - Infraestruturas Rev 0.0" e "PW - Espaço Confinado - POM Rev 0.0" referem-se apenas a trabalhos em

espaços de trabalho não a trabalhos em altura. A não conformidade permanece em aberto.

**Atualizado em 3 de março de 2023:** ver itens "c" e "e" acima. A ação correctiva é aceite.

- J) Não há provas de quaisquer acções preventivas relativas ao transporte. A não conformidade permanece em aberto.

	<p><b>Atualizado em 3 de março de 2023:</b> Algumas das questões foram resolvidas. Ver itens "a" e "b" acima. No entanto, conforme descrito no item "a", a situação em que os trabalhadores (supervisores) utilizam motocicletas sem capacete nas plantações ainda não foi resolvida. A não-conformidade permanece em aberto.</p> <p><b>Atualizado em 10 de março de 2023:</b> Ver item "a". Ação correctiva aceite.</p>
<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>ver descrição acima</i> )
<b>Representante da SCS</b> (Nome e título)/ <b>Data de aceitação:</b>	Carlos E. Paixao Auditor principal 10/03/2023

		Procura: ASA 1	2022	10
<b>Selecionar um:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Crítico NC <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	NC	Observação	
<b>NC/OBS emitida a</b> ( <i>quando se trata de mais do que um sítio/membro</i> ):				
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo ( <i>especificar</i> ):			
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/>		No local não é necessário encerrar NC	
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 3.8.5 SCC Procedimentos documentados A fábrica deve ter procedimentos escritos e/ou instruções de trabalho ou equivalentes para garantir a implementação de todos os elementos do modelo de cadeia de abastecimento aplicável especificado. Esses procedimentos devem incluir, no mínimo, o seguinte a) Procedimentos completos e actualizados que abrangem a aplicação de todos os elementos dos requisitos do modelo da cadeia de abastecimento. b) Registos e relatórios completos e actualizados que demonstrem a conformidade com os requisitos do modelo da cadeia de abastecimento (incluindo registos de formação). c) Identificação do papel da pessoa que tem a responsabilidade geral e a autoridade sobre a aplicação destes requisitos e o cumprimento de todos os requisitos aplicáveis requisitos. Esta pessoa deve ser capaz de demonstrar conhecimento dos procedimentos da fábrica para a aplicação desta norma. d) O lagar deve dispor de procedimentos documentados para a receção e transformação de FFB certificados e não certificados, incluindo a garantia de não contaminação no lagar IP.			
<b>Não-conformidade:</b>				
Não existiam provas documentais da designação ou descrição das pessoas responsáveis pela execução das seguintes actividades: informar a BC em caso de sobreprodução de FFB, efetuar transacções no Palm Trace.				

**Provas:**

- Entrevistas
- Falta de procedimentos

<p><b>Pedido de ação correctiva:</b>  <i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As ações correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.</i></p>	
<p><b>Análise da causa raiz</b></p>	<p>O Gestor de Sustentabilidade, na qualidade de Auditor SCC com formação, era responsável por assegurar a comunicação correcta às plataformas RSPO e ao CB com base nas conclusões da auditoria, mas o Gestor Industrial era não tem conhecimento da responsabilidade de informar o gestor de sustentabilidade.</p>
<p><b>Correção(ões)</b></p>	<p>Redigir um procedimento interno para os requisitos de custódia da cadeia de abastecimento.</p>
<p><b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Redigir um procedimento interno para os requisitos de custódia da cadeia de abastecimento.</li> <li>2. Formação sobre os requisitos de informação da RSPO e da CB.</li> </ol>
<p><b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b></p>	<p>Cynthia Van-Dunem  Gestor de Sustentabilidade  10/03/23</p>
<p><b>Revisão do auditor principal da SCS (incluindo quaisquer provas revistas)</b></p>	<p>Nenhuma prova fornecida em 31 de março de 2023.</p> <p>Provas apresentadas em 4 de abril de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Procedimento sobre os requisitos para a custódia da cadeia de abastecimento</li> <li>• Registos de formação para o procedimento</li> </ul> <p>Provas revistas em 4 de abril de 2023:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. AGR-HSA-ADM-02210 Requisitos de Custódia da Cadeia de Suprimento Rev 0.0 revisto em 30 de março de 2023. A secção 8 descreve que o gestor da RSPO é responsável pela realização das seguintes actividades: informar o CB em caso de sobreprodução de FFB, realizar transacções no Palm Trace.</li> <li>2. Registo de Formação Fábrica- Custódia da cadeia de suprimento revista. Formação datada de 31 de março de 2023. Plano de ações correctivas aceite.</li> </ol> <p>Esta NC está agora encerrada.</p>
<p><b>Situação da NC:</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechado</p> <p><input type="checkbox"/> Atualizado para crítico</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>ver descrição acima</i>)</p>
<p><b>Representante da SCS (Nome e título)/ Data de aceitação:</b></p>	<p>Carlos E. Paixao  Auditor principal  04/04/2023</p>

Procura: ASA 1		2022	11
Selecionar um:	<input checked="" type="checkbox"/> Crítico NC <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	NC	Observação
<b>NC/OBS emitida a</b> <i>(quando se trata de mais do que um sítio/membro):</i>			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo <i>(especificar):</i>		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC		
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 3.8.16 SCC Registo das transacções i) O anúncio de expedição na plataforma informática da RSPO deve ser efectuado pelos lagares quando os produtos certificados RSPO são vendidos como certificados a refinarias, trituradores e comerciantes no prazo máximo de três meses após a expedição, sendo a data de expedição o conhecimento de embarque ou a data da documentação de expedição. ii) Remover: Os volumes certificados RSPO vendidos ao abrigo de outro regime ou como convencionais, ou em caso de subprodução, perda ou dano, devem ser removidos da plataforma informática da RSPO.		
<b>Não-conformidade:</b>			
Transação de registo: (ii) Não existem registos de transacções de remoção, de acordo com o relatório da PT. Os registos dos clientes revelaram que existia um saldo de 974,69 MT de CPO ok vendido como convencional.			
<b>Provas:</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão das transacções de palm trace</li> <li>• Entrevistas</li> </ul>			
<b>Pedido de ação correctiva:</b>			
<i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As ações correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.</i>			
<b>Análise da causa raiz</b>	Na plataforma, apenas os valores exactos de CPO foram registados no PalmTrace, pelo que os valores convencionais não precisaram de ser removidos.		
<b>Correção(ões)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Inclusão dos requisitos para as transacções Palm Trace no procedimento interno.</li> <li>2. Retirar os volumes RSPO vendidos como convencionais.</li> </ol>		
<b>Medidas correctivas implementadas</b> <i>(incluindo quaisquer provas apresentadas)</i>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Redigir um procedimento para os diferentes requisitos de comunicação da RSPO com funções e responsabilidades claras.</li> <li>2. Requisitos da transação Palm Trace que devem ser abrangidos pelo presente procedimento.</li> </ol>		

<b>Representante da empresa</b> <i>(Nome e título)/ Data</i> <b>da resposta:</b>	AGRIPALMA LDA Cynthia Van-Dunem Gestora de Sustentabilidade
--	--



	10/03/2023
<b>Revisão do auditor principal da SCS</b> (incluindo quaisquer provas revistas)	<p>Provas apresentadas em 28 de março de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Palm Trace - Remoção de stock</li> </ul> <p>Provas apresentadas em 4 de abril de 2023:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>AGR-HSA-ADM-02210 Requisitos de Custódia da Cadeia de Suprimento Rev 0.0</li> </ol> <p>Revisão em 31 de março de 2023 e atualização em 4 de abril de 2023:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Ainda não foram recebidas quaisquer provas. A NC permanece em aberto. <b>Atualizado em 4 de abril de 2023:</b> AGR-HSA-ADM-02210 Requisitos de Custódia da Cadeia de Suprimento Rev 0.0 revisto em 30 de março de 2023. A secção 8 descreve que o gestor da RSPO é responsável pela realização das seguintes actividades: informar o CB em caso de sobreprodução de FFB, realizar transacções no Palm Trace. Os registos de formação também foram analisados: Registo de Formação Fábrica- Custódia da cadeia Formação datada de 31 de março de 2023. Plano de acções correctivas aceite.</li> <li>Os volumes certificados para o período de 28/09/2022 a 30/03/2023 foram retirados no PalmTrace. 560,06 CSPK e 2.370,22 CSPO. Plano de ação correctiva aceite.</li> </ol> <p>Esta NC está agora encerrada.</p>
<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão (ver descrição acima)
<b>Representante da SCS</b> (Nome e título)/ <b>Data de aceitação:</b>	Carlos E. Paixao Auditor Principal 04/04/2023

		Procura: ASA 1	2022	12
<b>Selecionar um:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Crítico NC <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	NC	Observação	
<b>NC/OBS emitida a</b> (quando se trata de mais do que um sítio/membro):				
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):			
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> encerrar NC		No local não é necessário	
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 3.8.17 SCC Reclamações O lagar só pode fazer alegações relativas à produção de óleo certificado RSPO que estejam em conformidade com as Regras da RSPO sobre Comunicações de Mercado e Alegações.			
<b>Não-conformidade ou observação:</b>				
As alegações feitas nas facturas de exportação não incluem o número do certificado RSPO. Foram revistas as seguintes facturas: FT0546322.018 21-06-2022, FT0546322.019 07-07-2022, FT0546322.017.				

<b>Provas:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisão das facturas: FT0546322.018 21-06-2022, FT0546322.019 07-07-2022, FT0546322.017.</li> </ul>	
<b>Pedido de ação correctiva:</b>	
<p><i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As ações correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.</i></p>	
<b>Análise da causa raiz</b>	<p>Não existia um processo escrito para os requisitos de venda de CPO. Este facto não foi detectado durante Auditoria interna da SCC</p>
<b>Correção(ões)</b>	1. modelo de fatura para CPO com número de certificado RSPO.
<b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b>	2. Incluir no procedimento de vendas requisitos para a venda de CPO para incluir o número do certificado RSPO na documentação para o fornecedor.
<b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b>	<p>Cynthia Van-Dunem Gestora de Sustentabilidade 10/03/2023</p>
<b>Revisão do auditor principal da SCS (incluindo quaisquer provas revistas)</b>	<p>Nenhuma prova fornecida em 31 de março de 2023.</p> <p>Provas apresentadas em 4 de abril de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>AGR-HSA-ADM-02210 Requisitos de Custódia da Cadeia de Suprimento Rev 0.0</li> <li>Fatura com o número do certificado RSPO.</li> </ul> <p>Provas apresentadas em 13 de abril de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Confirmação pelo cliente da receção das facturas correctas.</li> <li>Correção das facturas e comunicação ao cliente (20220613 - FT0546322.017_assinado PS, 20220621 - FT0546322.018_assinado PS, 20220707 - FT0546322.019_assinado PS, 20230317 - FT1303723.005_assinado PS)</li> </ul> <p>Revisão a partir de 4 de abril de 2023:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Modelo de fatura revisto. A fatura apresenta o código RSPO P&amp;C anterior (KBCS- AGRIPALMA-RSPO-00025, e não o código SCS RSPO. Além disso, fornecer provas de que as facturas analisadas durante a auditoria estavam correctas e os respectivos clientes foram comunicados. A NC permanece em aberto. <b>Atualizado em 19 de abril de 2023:</b> Revisão da fatura corrigida. A fatura apresenta o código SCS RSPO P&amp;C e o pedido RSPO MB. Além disso, o auditor também analisou a comunicação entre a AGRIPALMA e o cliente. Plano de ação correctiva aceite.</li> <li>AGR-HSA-ADM-02210 Requisitos de Custódia da Cadeia de Suprimento Rev 0.0 revisto com data de 30 de março de 2023. A secção 10 descreve os requisitos do procedimento de vendas para a venda de CPO para incluir o</li> </ol>

AGRI PALMA LDA  
número do certificado RSPO na documentação para o fornecedor. Registos de formação também analisados: Registo de

	Formação Fábrica- Custódia da cadeia Formação datada de 31 de março de 2023. Plano de acções correctivas aceite.  Esta NC está agora encerrada.
<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>ver descrição acima</i> )
<b>Representante da SCS</b> (Nome e título)/ <b>Data de aceitação:</b>	Carlos Paixao Auditor Principal 19 de abril de 2023

Procura: ASA 1		2022	13
<b>Selecionar um:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Crítico NC <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	NC	Observação
<b>NC/OBS emitida a</b> ( <i>quando se trata de mais do que um sítio/membro</i> ):			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo ( <i>especificar</i> ):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> encerrar NC		No local não é necessário
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 6.2.4 C (C) A unidade de certificação oferece alojamento adequado, instalações sanitárias, abastecimento de água, instalações médicas, educativas e de bem-estar de acordo com as normas nacionais ou superiores, quando não existam ou não sejam acessíveis tais instalações públicas. São utilizadas as legislações nacionais ou, na sua ausência, a Recomendação n.º 115 da OIT sobre o alojamento dos trabalhadores. No caso de aquisições de unidades não certificadas, é desenvolvido um plano detalhando a atualização de infra-estruturas. É concedido um prazo razoável (5 anos) para a atualização da infra-estrutura.		
<b>Não-conformidade ou observação:</b>			
Nas aldeias EMOLVE e Vila Clotilde: - Os resíduos são depositados em pontos de recolha específicos distribuídos em diferentes pontos. A recolha é efectuada pelo município. As entrevistas confirmaram que a recolha ocorre todas as quintas-feiras. Situações em que o serviço público não ocorreu, A AGRIPALMA prestou esse serviço. No entanto, estes pontos de recolha não têm tampas nem portas (apenas uma parede de árvore estruturada e chão de betão). Os resíduos ficam dispersos e os animais podem alimentar-se nesses locais. Isto parece particularmente importante porque foi descrita uma importante infestação de ratos nas plantações. - As entrevistas e a análise da qualidade da água revelaram que não existe água potável para os empregados da oficina perto do departamento Agri.			

**Provas:**

- Entrevistas com trabalhadores da oficina.
- Comunicação Interna nº18-22) de 04/04/2022.
- Revisão dos últimos resultados da qualidade das águas datados de 29/03/2022 (físico-químicos) e 30/03/2022 (análises microbiológicas).

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevistas nas aldeias EMOLVE e Vila Clotilde</li> <li>• Observações de campo nas aldeias EMOLVE e Vila Clotilde</li> </ul>
<p><b>Pedido de ação correctiva:</b></p> <p><i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As ações correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.</i></p>	
<p><b>Análise da causa raiz</b></p>	<p>A manutenção e a reparação de caixotes do lixo na comunidade estavam incluídas na lista de projectos a executar (abordados em reuniões de projectos com o Diretor-Geral), mas ainda não tinham sido executadas à data da auditoria.</p> <p>O contentor de água foi disponibilizado mas não foi mantido pela oficina.</p>
<p><b>Correção(ões)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reparação de contentores de lixo comunitários</li> <li>2. Disponibilizar um recipiente de água potável na oficina.</li> </ol>
<p><b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>3. Incluir no plano de gestão de resíduos a inspeção dos contentores de lixo das aldeias de 6 em 6 meses.</li> <li>4. Nas reuniões da comunidade, cobrir o plano de gestão de resíduos e realizar programas anuais de sensibilização com as comunidades.</li> <li>5. Uma cisterna com água potável, sob a responsabilidade do departamento de Sustentabilidade, distribuirá água a todas as secções de trabalho. O tratamento da água será efectuado pelo Laboratório, uma vez que este já se encontra implementado na Fábrica.</li> </ol>
<p><b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b></p>	<p>Cynthia Van-Dunem Gestora de Sustentabilidade 10/03/2023</p>
<p><b>Revisão do auditor principal da SCS (incluindo quaisquer provas revistas)</b></p>	<p>Não foram apresentadas provas até 31 de março de 2023. Provas apresentadas em 4 de abril de 2023</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção dos caixotes do lixo comunitários abrangida na página 16 do plano HSE</li> <li>• Prova de contentores de lixo comunitários reparados</li> <li>• Evidência de água potável Contentor de 1000 L na oficina</li> </ul> <p>Provas apresentadas em 6 de abril de 2023</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ata da reunião comunitária com a Emolve</li> </ul> <p>Revisto em 4 de abril de 2023 e atualizado em 6 de abril de 2023:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A análise da imagem confirmou a reparação de um caixote do lixo comunitário. O plano de medidas correctivas foi aceite e a conformidade contínua será avaliada durante a próxima auditoria de controlo.</li> </ol>

	<p>2. Revisão da fotografia que mostra o contentor de água potável na oficina. Plano de ação correctiva aceite e a conformidade contínua será avaliada durante a próxima auditoria de controlo.</p> <p>3. O Plano de HSE 2023 - atualizado em 28 de março de 2023 - descreve na página 15 que a Agriplama efectuará inspecções aos contentores de lixo das aldeias de 6 em 6 meses. O plano de ação correctiva foi aceite e a conformidade contínua será avaliada durante a próxima auditoria de controlo.</p> <p>4. Ainda não foram recebidas quaisquer provas. A NC permanece em aberto. Atualizado em <b>6 de abril de 2023</b>: A ata da reunião da comunidade com a Emolve, na página 3, cobre a nossa discussão com a comunidade sobre os caixotes do lixo. Um membro da comunidade parece argumentar que os contentores de lixo são demasiado pequenos para o número de pessoas que vivem na comunidade. Como a causa principal identificada durante a auditoria está encerrada (os pontos de recolha não têm tampas nem portas), o plano de correção é aceite, mas a conformidade contínua será avaliada durante a próxima auditoria de acompanhamento.</p> <p>5. Já abrangido na NC 2.1.1 acima. Plano de medidas correctivas aceite e a conformidade contínua será avaliada durante a próxima auditoria de controlo.</p> <p>Esta NC está agora encerrada.</p>
<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>ver descrição acima</i> )
<b>Representante da SCS</b> (Nome e título)/ <b>Data de aceitação:</b>	Carlos E. Paixao Auditor principal 06 de abril de 2023

Procura: ASA 1		2022	14
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	NC	Observação
<b>NC/OBS emitida a</b> ( <i>quando se trata de mais do que um sítio/membro</i> ):			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo ( <i>especificar</i> ):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> encerrar NC	No local não é necessário	
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 6.5.4 É criado, implementado e comunicado a todos os níveis da força de trabalho um mecanismo de reclamação, que respeita o anonimato e protege os queixosos sempre que solicitado.		
<b>Não-conformidade ou observação:</b>			

<p>A AGRIPALMA tem um procedimento documentado para gerir as queixas e reclamações, mas ao analisar a matriz de registos de pedidos e reclamações internas, verificou-se que este documento está desatualizado e que existem queixas que, passados quase dois meses, ainda estão abertas e não existem registos de apoio que demonstrem um acompanhamento.</p>	
<p><b>Provas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão da matriz de pedidos e reclamações internas</li> <li>• Procedimento de queixas e reclamações</li> <li>• Entrevistas</li> </ul>	
<p><b>Pedido de ação correctiva:</b>  <i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As acções correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser tomadas medidas correctivas implementado.</i></p>	
<b>Análise da causa raiz</b>	Não foi dado qualquer seguimento ao registo das queixas por parte do serviço responsável.
<b>Correção(ões)</b>	1. as queixas internas foram tratadas e encerradas.
<b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b>	1. as queixas internas foram tratadas e encerradas. Além disso, o registo das queixas internas deve ser partilhado e discutido mensalmente com o Diretor-Geral e o Gestor de Sustentabilidade, a fim de evitar recorrências. Este requisito deve ser incluídas no procedimento de queixas internas.
<b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dunem Gestor de Sustentabilidade 10/03/2023
<b>Revisão do auditor principal da SCS (incluindo quaisquer provas revistas)</b>	<p>Provas apresentadas em 28 de março de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ADM.10 - Procedimento de Reclamações Internas Rev 01</li> <li>• Reclamação e Queixas-2023 (1) (1)</li> </ul> <p>Revisão a partir de 31 de março de 2023:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Procedimentos actualizados a partir de 24 de março de 2023. Plano de medidas correctivas aceite.</li> <li>2. A análise do mecanismo de reclamação revela que todas as reclamações emitidas foram tratadas. Plano de medidas correctivas aceite.</li> </ol> <p>NC está agora encerrado.</p>
<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>ver descrição acima</i> )
<b>Representante da SCS (Nome e título)/ Data de aceitação:</b>	Carlos E. Paixao Auditor Principal 31 de março de 2023



Procura: ASA 1		2022	15
Selecionar um:	<input type="checkbox"/> NC crítico <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	NC	Observação
<b>NC/OBS emitida a</b> (quando se trata de mais do que um sítio/membro):			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo ( <i>especificar</i> ):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> encerrar NC	No local não é necessário	
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 6.7.2 Existem procedimentos de acidente e de emergência e as instruções são claramente compreendidas por todos os trabalhadores. Os procedimentos em caso de acidente estão disponíveis na língua apropriada da mão de obra. Estão presentes operacionais com formação em primeiros socorros, tanto no terreno como noutras operações, e está disponível equipamento de primeiros socorros nos locais de trabalho. São mantidos e periodicamente revistos registos de todos os acidentes.		
<b>Não-conformidade ou observação:</b>			
De acordo com as entrevistas efectuadas aos trabalhadores, estes desconheciam a localização dos kits. Não foi possível determinar se 3 kits de primeiros socorros por secção são suficientes para garantir uma atenção atempada em caso de acidente.			
<b>Provas:</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevistas.</li> <li>• Visitas de campo aos sectores 1, 2 e 3.</li> </ul>			
<b>Pedido de ação correctiva:</b>			
<i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As acções correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser tomadas medidas correctivas implementado.</i>			
<b>Análise da causa raiz</b>	Não foi contabilizado um número suficiente para acomodar os grupos dispersos, uma vez que os funcionários foram principalmente encaminhados para o escritório das secções e para o posto médico para primeiros socorros.		
<b>Correção(ões)</b>	Adquirir mais primeiros socorros para a plantação, a fim de alargar a cobertura dos grupos dispersos.		
<b>Medidas correctivas implementadas</b> (incluindo quaisquer provas apresentadas)	Duplicar o número de kits de primeiros socorros por secção (6 por secção). Fornecer, na reunião, os números de contacto dos socorristas que possuem o kit nos quadros de comunicação. Afixar e disponibilizar a lista nos escritórios da secção.  Incluir o número de kits e os locais a serem disponibilizados no plano de HSE.		

<b>Representante da empresa</b> <i>(Nome e título)/ Data</i> <b>da resposta:</b>	AGRIPALMA LDA Cynthia Van-Dunem Gestor de Sustentabilidade 10/03/23
--	---

<b>Revisão do auditor principal SCS</b> <i>(incluindo quaisquer provas analisadas)</i>	
<b>Situação da NC:</b>	<input type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(ver descrição acima)</i>
<b>Representante da SCS</b> <i>(Nome e título)/</i>	
<b>Data de aceitação:</b>	(DD/MM/AAAA)

		Procura: ASA 1	2022	16
<b>Selecionar um:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Crítico NC <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	NC	Observação	
<b>NC/OBS emitida a</b> <i>(quando se trata de mais do que um sítio/membro):</i>				
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo <i>(especificar):</i>			
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC			
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 6.7.3 C (C) Os trabalhadores utilizam equipamento de proteção individual (EPI) adequado, que é fornecido gratuitamente a todos os trabalhadores no local de trabalho para cobrir todas as operações potencialmente perigosas, como a aplicação de pesticidas, operações com máquinas, preparação do terreno e colheita. Estão disponíveis instalações sanitárias para os aplicadores de pesticidas, de modo a que os trabalhadores possam mudar de EPI, lavar-se e vestir o seu vestuário pessoal.			
<b>Não-conformidade ou observação:</b>				
<p>Alguns trabalhadores demonstraram não utilizar os EPI. Por exemplo, os trabalhadores das colheitas não estão a usar luvas e um trabalhador da construção civil não estava a usar arneses de segurança para trabalhos em altura. Na secção 2, para a aplicação de fertilizantes em pó, os trabalhadores não estão a utilizar proteção respiratória. Durante a visita de campo, observou-se que todos os trabalhadores que efectuavam a aplicação de fertilizantes não usavam qualquer tipo de máscara para se protegerem das poeiras dispersas no ar quando espalhavam o produto no solo. Existe uma lacuna entre os controlos indicados na avaliação dos riscos e os procedimentos operacionais no que respeita à utilização de EPI. Esta questão já foi identificada durante a auditoria do ano passado. Trata-se, portanto, de uma NC crítica recorrente.</p>				
<b>Provas:</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevistas com trabalhadores</li> <li>• Observação de campo nas secções 1, 2 e 3</li> <li>• Revisão dos PONs (por exemplo, AGR.010 - Procedimento Operacional Padrão)</li> <li>• Revisão da avaliação dos riscos</li> </ul>				
<b>Pedido de ação correctiva:</b>				
<i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas.</i>				

<p><i>As acções correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser tomadas medidas correctivas implementado.</i></p>	
<p><b>Análise da causa raiz</b></p>	<p>Existe um desalinhamento entre o nível de risco de exposição avaliado pelo departamento de HSE e as necessidades de segurança observadas pela Plantation na plantação.</p>
<p><b>Correção(ões)</b></p>	<p>A) Rever o mapa de riscos das actividades de plantação com base na taxa de acidentes e nos tipos de acidentes no terreno e na consulta dos trabalhadores das plantações.</p> <p>B) Rever e atualizar a matriz de EPI por departamento/atividade para a alinhar com os requisitos da avaliação de riscos. Partilhar a matriz de EPI revista com todos os departamentos para garantir a correcta provisão de EPI com base na matriz de EPI</p> <p>C) Medidas correctivas a tomar contra os trabalhadores que não utilizem o EPI fornecido.</p> <p>D) Fornecer formação em Ata HSE sobre a utilização obrigatória de EPI.</p>
<p><b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b></p>	<p>E) Rever o mapa de riscos da plantação e dar formação aos chefes de departamento e aos trabalhadores sobre a utilização e a aplicação da JSA antes do início de qualquer tarefa.</p> <p>F) Redigir e comunicar o procedimento de gestão e fornecimento adequado de EPI. Desenvolver um plano de correção para o caso de o trabalhador não utilizar EPI adequado.</p> <p>G) Incluir uma nota sobre a ACC relativa a acções disciplinares contra funcionários que deliberadamente desrespeitem as regras da ACC. (Regulamento interno). Acrescentar o cumprimento da utilização de EPI e a aplicação correcta dos PON à avaliação mensal do desempenho dos chefes de secção. (A utilização de EPI fará parte da avaliação da AEC e é um requisito para a execução da tarefa).</p> <p>H) Modelos completos de JSA com base nas Matrizes de Risco e de EPI actualizadas</p>
<p><b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b></p>	<p>Cynthia Van-Dunem                  Gestora de                  Sustentabilidade                  31/01/23</p>

<p><b>Revisão do auditor principal da SCS (incluindo quaisquer provas revistas)</b></p>	<p>O plano de medidas correctivas deve ser atualizado e a clarificação deve ser partilhada antes da aceitação. Apresente provas para demonstrar que foram feitos progressos no sentido das acções correctivas depois de atualizado. A SCS solicita que as provas de implementação sejam apresentadas até 20 de fevereiro de 2023 e poderá ser necessário planear uma visita ao local para garantir a eficácia da implementação da correção.</p> <p>Provas apresentadas em 20 de fevereiro de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• AGR-HSA-ADM- 02207- Procedimento de Trabalho em Espaço Confinado Rev 0.0</li> <li>• Lista de controlo - Espaço confinado INF Rev 0.0</li> <li>• AGR-HSA-02209- Procedimento de Gestão e Distribuição de EPIs</li> <li>• AGR-RSPO-02208 - Procedimento para Gestão de Resíduos Rev 0.0</li> <li>• Lista de controlo - Espaço confinado INF Rev 0.0</li> <li>• Lista de controlo - Espaço confinado POM Rev 0.0</li> <li>• HSA-011 Formulário de Avaliação de Segurança no Trabalho AST - POM Rev 0.0</li> <li>• HSA-012 Formulário de Avaliação de Segurança no Trabalho Rev 0.0</li> <li>• HSA-013 Formulário de Avaliação de Segurança no Trabalho AST - Infra-estruturas 0.0</li> </ul>
---	---

- HSA-014 Formulário de Avaliação de Segurança no Trabalho AST - Oficina Rev 0.0
- HSA-015 Formulário de Avaliação de Segurança no Trabalho AST - Plantação Rev 0.0
- PW - Espaço Confinado - Infraestruturas Rev 0.0
- PW - Espaço Confinado - POM Rev 0.0
- Revisão da HSE
- Zona de caminhada segura
- HSA-018 Matriz de EPI
- Registos de formação

Provas apresentadas em 24 de fevereiro de 2023:

- AGR-HSA-ADM- 02205 - Procedimento de Gestão de Riscos Rev 0.0
- AGR-HSA-ADM- 02206- Procedimento de Trabalho em Altura Rev 0.0
- Lista de verificação - Trabalho em Altura Infraestruturas Rev 0.0
- Lista de verificação - Trabalho em Altura POM Rev 0.0
- HSA-019 Avaliação Mapas de Riscos
- PW - Trabalho em Altura - Infraestruturas
- PW - Trabalho em Altura - POM

Provas apresentadas em março. 7, 2023:

- Oficina AST
- POM AST concluído
- Trabalho em espaços confinados - Lista de controlo e PW
- Trabalho em altura - Lista de controlo e PW
- AGR-HSA-02209- Procedimento de Gestão e Distribuição de EPIs Rev 0.0
- Ação disciplinar - Não utilização de EPI
- HSA-018 Rev 01 Matriz de EPIs
- HSA-019 Avaliação Mapas de Riscos Rev 0.1

Revisão de 21 de fevereiro de 2023, actualizada em 3 de março e 10 de

março de 2023: Acções correctivas:

A) O auditor analisou a documentação fornecida e avaliou-a com base nas Práticas Internacionais Reconhecidas relativas às avaliações de riscos no local de trabalho ([ILO](#)). A empresa sugeriu que fosse fornecido um Mapa de Riscos. O auditor não recebeu essa informação. A empresa apresentou os documentos "HSE Revisado" e "HSA-018 Matriz de EPI", que é um programa de segurança amplo e uma matriz com o EPI a ser usado por descrições de tarefas amplas. No entanto, ainda não existe uma análise específica da tarefa/trabalho. A não-conformidade permanece em aberto.

**Atualizado a 3 de março de 2023:** o documento "HSA-019 Avaliação Mapas de Riscos" apresenta uma forma sistemática de determinar os riscos com base na gravidade, frequência e deteção de acidentes. Em seguida, os riscos são divididos pelos diferentes sectores (por exemplo, plantação, POM, oficina, infraestrutura, armazém e escritório). O trabalho em altura e o espaço de trabalho confinado estão agora integrados na análise de riscos no separador "POM". Os riscos não são identificados por funções, mas sim por tarefas. Como os

mesmos trabalhos LDA

	<p>O facto de os trabalhadores poderem desempenhar tarefas diferentes em função da procura e das condições climáticas parece razoável tendo em conta a estrutura da empresa. No entanto, o auditor identificou os seguintes problemas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- a secção de transporte de trabalho ainda não abrangeu o facto de os trabalhadores (supervisores) utilizarem motociclos sem capacete nas plantações - ver separador "plantação".</li><li>- Não é claro para algumas tarefas quais são as medidas de prevenção e controlo. Nalgumas tarefas, os EPI são descritos, noutras não há qualquer descrição e outras remetem para o procedimento operacional para identificar os EPI. Por exemplo, não é claro para as actividades de poda e colheita quais os EPIs que devem ser utilizados.</li></ul> <p>A não conformidade permanece em aberto.</p> <p><b>Atualizado em 10 de março de 2023:</b> documento revisto "HSA-019 Avaliação Mapas de Riscos" e "HSA-018 Rev 01 Matriz de EPIs". O "HSA-019 Avaliação Mapas de Riscos" apresenta uma forma sistemática de determinar os riscos com base na gravidade, frequência e deteção do acidente. Em seguida, os riscos são divididos pelos diferentes sectores (por exemplo, plantação, POM, oficina, infraestrutura, armazém e escritório). O trabalho em altura, o espaço de trabalho confinado e a utilização de motociclos estão agora integrados na análise de riscos. Os riscos não são identificados por funções de trabalho, mas por tarefas. Uma vez que os mesmos trabalhadores podem desempenhar tarefas diferentes consoante a procura e as condições climáticas, tal parece razoável com a estrutura da empresa. O documento "HSA-018 Rev 01 Matriz de EPIs" mostra quais os EPIs que devem ser utilizados para cada tarefa. Por exemplo, o auditor afirmou que os EPIs estão descritos para a poda, a colheita e a aplicação de fertilizantes. Ação correctiva aceite.</p> <p>B) Tal como descrito acima, o auditor ainda não recebeu uma avaliação de risco que transmita o IMR que está a ser distribuído pela empresa. A não-conformidade permanece em aberto.</p> <p><b>Atualizado em 3 de março de 2023:</b> Ver item "a" acima. A não conformidade permanece em aberto.</p> <p><b>Atualizado em 10 de março de 2023:</b> Ver item "a" acima. Ação correctiva aceite.</p> <p>C) &amp; F) &amp; G) "HSA" e "AGR-HSA-02209- Procedimento de Gestão e Distribuição de EPIs" revistos. Não foram apresentadas provas das medidas correctivas a tomar contra os trabalhadores que não utilizem os EPI fornecidos, apenas uma declaração genérica nos formulários "HSA". A não-conformidade permanece em aberto.</p> <p><b>Atualizado em 3 de março de 2023:</b> Não foram apresentadas mais provas. A não conformidade permanece em aberto.</p> <p><b>Atualizado em 10 de março de 2023:</b> AGR-HSA-02209- Procedimento de Gestão e Distribuição de EPIs Rev 0.0, datado de 04 de março de 2023 na secção 14 (página 6) explica o procedimento implementado no caso dos trabalhadores não utilizarem EPIs. O trabalhador receberá uma advertência verbal e deverá ser retirado da tarefa, não ganhando o tempo que perdeu devido à não utilização dos EPIs.</p> <p>Ação correctiva aceite.</p> <p>D) Registo de formação fornecido "Formação - Obrigatoriedade do uso de EPIs Guião HSA". Os nomes dos registos de formação referem-se à utilização obrigatória de IMR, mas, tal como explicado acima, o auditor não recebeu provas da atualização dos mapas de risco. Apresentar elementos comprovativos de que o pessoal</p>
--	--



recebeu formação sobre os mapas de risco actualizados e sobre o IMR a utilizar. A não-conformidade permanece em aberto.

**Atualizado em 3 de março de 2023:** O representante da empresa explicou que o documento estava em falta durante a primeira revisão da documentação devido a um erro durante a apresentação dos documentos, mas que os trabalhadores receberam formação sobre Atualização dos mapas de riscos e das acções de prevenção. As medidas correctivas são aceites.

	<p>E) O auditor recebeu registos de formação relativos a nove cursos de formação diferentes. Os nomes dos registos de formação referem-se à utilização e aplicação da AEC. A eficácia da formação deve ser avaliada durante a próxima visita ao local. A ação correctiva é aceite.</p> <p><b>Atualizado em 3 de março de 2023:</b> Não são necessárias mais acções.</p> <p>H) O auditor analisou todos os formulários solicitados pela "HAS...". A empresa apenas forneceu os modelos de formulários. O auditor não pode confirmar a implementação nem o carácter exaustivo da análise da segurança no trabalho. A não conformidade permanece em aberto.</p> <p><b>Atualizado em 3 de março de 2023:</b> Não foram apresentadas mais provas. A não conformidade permanece em aberto.</p> <p><b>Atualizado em 10 de março de 2023:</b> O auditor analisou a AEC para o workshop concluído em 22 de fevereiro de 2023. As actividades estão bem descritas, incluindo os riscos potenciais e as respectivas medidas de controlo. Ação correctiva aceite.</p> <p>Esta NC está agora encerrada.</p>
<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>ver descrição acima</i> )
<b>Representante da SCS (nome e título)/ Data de aceitação:</b>	Carlos E. Paixao Auditor Principal 10 de março de 2023

		Procura: ASA 1	2022	17
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico <input type="checkbox"/> NC (NC menor atualizado)	NC	Observação	
<b>NC/OBS emitida a</b> ( <i>quando se trata de mais do que um sítio/membro</i> ):				
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo ( <i>especificar</i> ):			
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC			
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 7.3.1 É documentado e implementado um plano de gestão de resíduos que inclui a redução, a reciclagem, a reutilização e a eliminação com base na toxicidade e nas características perigosas.			
<b>Não-conformidade ou observação:</b>				
<p>Ainda não há provas de um plano de gestão de resíduos que aborde estratégias de eliminação final de acordo com a regulamentação nacional. Nesta altura, a estratégia da empresa consiste em manter todos os resíduos no local até ser encontrada uma forma de eliminação final. A empresa não apresentou qualquer solução potencial ou calendário para o problema da eliminação de óleos usados, filtros usados e contentores de plástico que não podem ser reutilizados (por exemplo, grandes contentores de NALCO 7208). A observação de campo em ambas as oficinas (na fábrica e no departamento agrícola) já mostra sinais de que estão sobrecarregadas. Por exemplo, os óleos usados já não se encontram em sacos de contenção nos dois locais e os contentores de armazenamento de produtos químicos estão</p>				

quase cheios.

Esta questão já tinha sido identificada durante a auditoria do ano passado. Assim, a NC é actualizada para Major.

<p><b>Provas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão do AGR-RSPO-02208 - Procedimento para Gestão de Resíduos Rev 0.0.</li> <li>• Observação no terreno do centro de gestão de resíduos</li> <li>• Visita ao moinho e às oficinas agro-pecuárias.</li> <li>• Entrevistas</li> </ul>	
<p><b>Pedido de ação correctiva:</b></p> <p><i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As acções correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.</i></p>	
<p><b>Análise da causa raiz</b></p>	<p>O país não dispõe de instalações e empresas licenciadas para a eliminação de resíduos perigosos.</p>
<p><b>Correção(ões)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Lista de materiais tóxicos e determinação do tempo de capacidade da história e contratos para eliminação no futuro.</li> <li>2. Procurar empresas externas para recolher os resíduos perigosos.</li> <li>3. Plano de gestão de resíduos atualizado.</li> </ol>
<p><b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar um inventário atualizado de todos os resíduos armazenados. O registo deve incluir as quantidades reutilizadas/recicladas e as quantidades previstas para as quantidades ainda armazenadas. Esclarecer a atual capacidade de armazenamento.</li> <li>2. Procurar empresas fora do país para eliminar os resíduos perigosos, uma vez que não existem empresas no país capazes de o fazer.</li> <li>3. Atualizar o plano de gestão de resíduos com planos para a eliminação de resíduos.</li> </ol>
<p><b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b></p>	<p>Cynthia Van-Dunem Gestor de Sustentabilidade 10/03/2023</p>
<p><b>Revisão do auditor principal da SCS (incluindo quaisquer provas revistas)</b></p>	<p>Nenhuma prova fornecida em 31 de março de 2023.</p> <p>Provas apresentadas em 4 de abril de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Página 9 do plano HSE</li> <li>• Inventário mensal de resíduos - Centro de gestão de resíduos</li> </ul> <p>Provas apresentadas em 14 de abril de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Carta da Direção do Ambiente confirmando que São-Tomé não tem, até à data, uma solução para o tratamento e eliminação de resíduos tóxicos, com recomendação de armazenamento temporário e plano para uma visita à Agripalma para verificar as condições actuais de armazenamento e trabalhar numa solução para eliminarmos os resíduos tóxicos.</li> <li>• Confirmação da Zeal Environmental, empresa que trabalha com outra plantação do grupo, para eliminar os resíduos tóxicos da Agripalma.</li> <li>• Imagens da expansão das instalações de armazenamento no centro de gestão de resíduos.</li> <li>• Revisão do plano HSE para alterar a expressão centro de eliminação de resíduos</li> </ul>

--	--

	<p>Revisão a partir de 4 de abril de 2023:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. INVENTÁRIO CENTRO DE RESÍDUOS - Atualizado março 2023 revisto. O plano corretivo foi aceite e a conformidade contínua será avaliada na próxima auditoria de acompanhamento.</li> <li>2. Ainda não foram apresentadas provas. NC permanece em aberto.  <b>Atualizado em 19 de abril de 2023:</b> A empresa forneceu à equipa de auditoria uma carta do organismo ambiental que reconhece que o país não dispõe de infra-estruturas locais para tratar os resíduos tóxicos. O organismo local reconhece igualmente que não dispõe de recursos para ajudar a empresa a resolver o problema. Recomendam a manutenção dos resíduos tóxicos no local e será agendada uma visita técnica para avaliar a situação. Além disso, a empresa contactou uma empresa de gestão de resíduos (Zeal Environmental) que confirmou poder tratar os resíduos fora da ilha através do sistema de gestão transfronteiriça. Entretanto, a AGRIPALMA enviou fotografias que mostram que expandiu a atual infraestrutura para guardar óleos usados. A equipa auditora compreende que a questão é complexa e que a AGRIPALMA tem envidado esforços para encontrar um destino final para os resíduos, nomeadamente trabalhando com as entidades locais e uma empresa externa de gestão de resíduos. O plano de correção aceite e a conformidade contínua serão avaliados durante a próxima auditoria de acompanhamento.</li> <li>3. A página 9 do plano de HSE descreve acções relativas à gestão de resíduos. A empresa descreve "a criação de um centro de eliminação de resíduos" até novembro de 2022. Por favor, esclareça. As visitas de campo revelaram a existência de um centro de armazenamento de resíduos e não de um centro de eliminação de resíduos. Ainda não é claro o que será feito para eliminar os resíduos que não podem ser reciclados. Por exemplo, pilhas usadas, filtros de óleo, recipientes NALCO. A NC continua em aberto. <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Atualizado em 19 de abril de 2023:</b> Como descrito acima, a eliminação final foi agora encontrada. A página 8-9 do plano de HSE foi actualizada para refletir estas alterações. Além disso, o plano de HSE foi revisto para alterar o termo "centro de eliminação de resíduos" para "centro de gestão de resíduos". O plano de correção foi aceite e a conformidade contínua será avaliada durante a próxima auditoria de acompanhamento.</li> </ul> </li> </ol> <p>Esta NC está agora encerrada.</p>
<p><b>Situação da NC:</b></p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechado</p> <p><input type="checkbox"/> Atualizado para crítico</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>ver descrição acima</i>)</p>
<p><b>Representante da SCS</b>  <i>(Nome e título)/</i>  <b>Data de aceitação:</b></p>	<p><i>Carlos E. Paixao</i>  <i>Auditor Principal</i>  <i>19 de abril de 2023.</i></p>

Procura: ASA 1		2022	18
Selecionar um:	<input type="checkbox"/> NC crítico NC (NC menor atualizado)	NC	Observação
<b>NC/OBS emitida a</b> <i>(quando se trata de mais do que um sítio/membro):</i>			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo <i>(especificar):</i>		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC		
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 7.3.2 É demonstrada a eliminação correcta dos resíduos, de acordo com procedimentos que são totalmente compreendidos pelos trabalhadores e gestores.		
<b>Não-conformidade ou observação:</b>			
<p>O contentor de resíduos da cantina da fábrica é esvaziado duas vezes por semana pelo município. A visita de campo revelou a existência de vários insectos à volta do contentor, uma vez que não existe uma rotina de lavagem deste contentor.</p> <p>Este indicador já tinha sido identificado como NC durante a auditoria do ano passado. Assim, a NC é actualizada para Major.</p>			
<b>Provas:</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevistas</li> <li>• Visita ao terreno</li> </ul>			
<b>Pedido de ação correctiva:</b>			
<p><i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As ações correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.</i></p>			
<b>Análise da causa raiz</b>	A limpeza semanal do caixote do lixo não está incluída na rotina de limpeza semanal.		
<b>Correção(ões)</b>	Foi acrescentado um registo de limpeza para garantir que a manutenção é feita com frequência. Além disso, foram comprados novos caixotes do lixo, uma vez que o existente estava avariado.		
<b>Ação correctiva Implementado</b> <i>(incluindo quaisquer provas apresentadas)</i>	Atualizar o registo semanal do pessoal de limpeza para incluir a limpeza semanal dos caixotes do lixo.		
<b>Representante da empresa</b> <i>(Nome e título)/ Data da resposta:</i>	Cynthia Van-Dunem Gestora de Sustentabilidade 10/03/2023		

<b>Revisão do auditor principal da SCS</b> <i>(incluindo quaisquer provas revistas)</i>	<p>Provas apresentadas em 28 de março de 2023:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Caixas de lixo do moinho</li><li>• Registo de limpeza - Contentor de lixo</li></ul> <p>Revisão a partir de 31 de março de 2023:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Revisão da fotografia dos novos contentores. Plano de medidas correctivas aceite.</li></ol>
---	---



	2. revisão do registo semanal do empregado de limpeza relativo a fevereiro de 2023. Plano de ação correctiva aceite.  NC está agora encerrado.
<b>Situação da NC:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>ver descrição acima</i> )
<b>Representante da SCS</b> (Nome e título)/ <b>Data de aceitação:</b>	Carlos E. Paixao Auditor Principal 31 de março de 2023

		Procura: ASA 1	2022	19
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico	NC	Observação	
	<input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)			
<b>NC/OBS emitida a</b> ( <i>quando se trata de mais do que um sítio/membro</i> ):				
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo ( <i>especificar</i> ):			
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> encerrar NC		No local não é necessário	
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 7.8.1 Existe e é aplicado um plano de gestão da água para promover uma utilização mais eficiente e a disponibilidade contínua das fontes de água e para evitar impactos negativos noutros utilizadores da bacia hidrográfica. O plano aborda os seguintes aspectos: a) A unidade de certificação não restringe o acesso à água potável nem contribui para a poluição da água utilizada pelas comunidades. b) Os trabalhadores têm acesso adequado a água potável.			
<b>Não-conformidade ou observação:</b>				
Foram identificadas as seguintes questões:				
<ul style="list-style-type: none"> <li>- "Garantir que a utilização e a gestão da água pela unidade de certificação não resultem em impactos adversos para outros utilizadores na bacia hidrográfica, incluindo as comunidades locais e os utilizadores habituais da água". A visita à oficina do departamento Agri, na zona utilizada para a lavagem de automóveis, revelou que os canais de drenagem têm um pequeno tanque de tratamento de águas residuais antes de correrem diretamente para os arbustos (semelhante a um tanque residencial convencional de 1 m de comprimento). Os auditores verificaram que os motores também são lavados nesse local e que a água pode conter óleo e outros resíduos industriais. As águas residuais não são objeto de qualquer tratamento posterior. O EIA não avaliou os impactos associados a esta atividade e não há provas de que este tratamento de resíduos seja suficiente. Os auditores seguiram uma parte da drenagem e confirmaram que esta vai para a aldeia EMOLVE.</li> <li>- "O objetivo é garantir que as comunidades locais, os trabalhadores e as suas famílias tenham acesso a água limpa e adequada para beber, cozinhar, tomar banho e limpar.</li> </ul>				

O documento "Plano de Gestão Ambiental, Social e de Saúde e Segurança (2022-2023)" na página 6 e o

O documento "Plano de Eficiência Hídricos e Energéticos" na secção 3.1.2 descreve o programa de monitorização para garantir que a água da comunidade é potável. Existem duas aldeias na concessão que albergam trabalhadores com dependentes (EMOLVE e Vila Clotilde). O auditor analisou os últimos resultados da qualidade da água datados de 29/03/2022 (físico-químicos) e 30/03/2022 (análises microbiológicas). Foram amostrados quatro pontos, dois nas aldeias (uma fonte de água na aldeia EMOLVE e outra em Vila Clotilde) e dois nas infra-estruturas da empresa (oficina Agri e infraestruturas). Todas as quatro amostras apresentaram clostrídios redutores de sulfito acima dos níveis de referência. Este é um indicador de contaminação das águas subterrâneas e da água potável. Além disso, estes resultados revelaram que a água utilizada para a comunidade EMOLVE tem salmonelas acima dos níveis de referência. A empresa informou as comunidades sobre a situação através de uma carta afixada em diferentes locais da comunidade (Comunicação Interna nº18-22) datada de 04/04/2022. A AGRIPALMA recomendou à comunidade a fervura da água antes do consumo. No dia 23 de junho de 2022, a empresa realizou análises físico-químicas e microbiológicas da água nos mananciais (Nascente Roça José e Rio Mioba Km 3). As análises revelaram que as fontes de água também estão contaminadas. Os níveis de referência de clostridia reductora de sulfito estão acima dos níveis de referência para as duas fontes e mais salmonela para o rio Mioba. As entrevistas confirmaram que as comunidades dependem destas duas fontes para obter água potável. No momento da auditoria, a AGRIPALMA teve várias reuniões sobre a situação, mas até à data não foi aplicada qualquer medida nem elaborado um plano de ação.

- "Evitar a contaminação das águas superficiais e subterrâneas através do escoamento do solo, de nutrientes ou de produtos químicos, ou como resultado de uma eliminação inadequada dos resíduos, incluindo os POME".

Durante as visitas de campo, o auditor constatou que dois empregados lavavam os baldes utilizados na aplicação do fertilizante no rio à entrada da secção 3 (fertilizante de fosfato de rocha). O auditor analisou a MSDS do fabricante (FTZR EGYPT). Embora se trate de um adubo orgânico, a ficha de dados de segurança indica claramente na secção de informações ecotoxicológicas que se deve evitar a contaminação dos cursos de água com esse produto.

**Provas:**

- Entrevistas
- Revisão do Plano de Gestão Ambiental, Social e de Saúde e Segurança (2022-2023) e do Plano de Eficiência Hídricos e Energéticos
- Revisão dos resultados das águas de qualidade com data de 29/03/2022 (físico-química) e 30/03/2022 (análises microbiológicas).
- Revisão da Comunicação Interna nº18-22 de 04/04/2022
- Revisão dos resultados da análise da água nas fontes de água (Nascente Roça José e Rio Mioba Km 3) datada de 23 de junho de 2022
- Visita da secção 3
- Revisão da MSDS para fosfato de rocha (FTZR EGYPT).
- Visita e entrevistas com as aldeias EMOLVE e Vila Clotilde
- Visita à oficina do departamento Agri, no espaço utilizado para a lavagem de automóveis

**Pedido de ação correctiva:**

*NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As acções correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser tomadas medidas correctivas implementado.*

<b>Análise da causa raiz</b>	O plano de gestão da água não teve em conta todas as fontes potenciais de contaminação da água. O EIA não abordou este risco, uma vez que só foi realizada uma avaliação actualizada para a fábrica.
<b>Correção(ões)</b>	Reparar e manter os tanques de água das aldeias e efetuar o tratamento da água em cada tanque para Aldeias de Emolve e Clotilde.

	<p>Realizar uma AIAS actualizada para incluir todas as operações.</p> <p>Incluir no plano de HSE e de impacto social actividades de monitorização dos efluentes da oficina.</p> <p>Rever o procedimento de aplicação de fertilizantes para incluir regras claras sobre onde e como descartar e/ou limpar ferramentas e equipamentos usados na aplicação de fertilizantes. Fornecer formação e sensibilização sobre a utilização de fertilizantes.</p>
<b>Medidas correctivas implementadas</b> (incluindo quaisquer provas apresentadas)	<p>Efetuar o tratamento da água em cada tanque das aldeias Emolve e Clotilde. Monitorizar trimestralmente a qualidade da água.</p> <p>Realizar uma AIAS actualizada para incluir todas as operações.</p> <p>Incluir no plano de HSE e de impacto social actividades de monitorização dos efluentes da oficina.</p> <p>Rever o procedimento de aplicação de fertilizantes para incluir regras claras sobre onde e como descartar e/ou limpar ferramentas e equipamentos usados na aplicação de fertilizantes. Fornecer formação e sensibilização sobre a utilização de fertilizantes.</p>
<b>Representante da empresa</b> (Nome e título)/ <b>Data da resposta:</b>	<p>Cynthia Van-Dúnem</p> <p>Gestora de Sustentabilidade</p> <p>02/05/2023</p>
<b>Revisão do auditor principal SCS</b> (incluindo quaisquer provas analisadas)	
<b>Situação da NC:</b>	<p><input type="checkbox"/> Fechado</p> <p><input type="checkbox"/> Atualizado para crítico</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (ver descrição acima)</p>
<b>Representante da SCS</b> (Nome e título)/ <b>Data de aceitação:</b>	(DD/MM/AAAA)

		Procura: ASA 1	2022	20
<b>Selecionar um:</b>	<input type="checkbox"/> NC crítico <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	NC	Observação	
<b>NC/OBS emitida a</b> (quando se trata de mais do que um sítio/membro):				
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especificar):			
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> encerrar NC		No local não é necessário	
<b>Referência padrão</b>	<p>RSPO 2018 PnC: 7.11.2</p> <p>A unidade de certificação estabelece medidas de prevenção e controlo de incêndios para as áreas diretamente geridas pela unidade de certificação.</p>			
<b>Não-conformidade ou observação:</b>				
A revisão do extintor foi considerada em bom estado, mas foram identificados os seguintes problemas:				

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alguns extintores não foram submetidos às últimas inspeções, tal como definido nas etiquetas. Por exemplo, na oficina perto do Depto. Agri e armazenamento de fertilizantes.</li> <li>- Num dos dois armazéns de fertilizantes, existe um extintor de incêndio de categoria B e C, mas não há líquidos inflamáveis nem qualquer outro equipamento elétrico para além das lâmpadas convencionais. As entrevistas confirmaram que este extintor foi colocado apenas porque não há outro disponível, e não devido aos riscos com o produto armazenado.</li> <li>- Na casa do gerador, por trás do armazém de fertilizantes, não há extintor de incêndio.</li> </ul>	
<b>Provas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevistas</li> <li>• Visitas de campo à oficina Agri, ao armazém de fertilizantes e à casa do gerador</li> </ul>	
<b>Pedido de ação correctiva:</b> <i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As ações correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.</i>	
<b>Análise da causa raiz</b>	A empresa que efectua a manutenção dos extintores ficou sem gás e não pôde efetuar a manutenção necessária a tempo
<b>Correção(ões)</b>	Substituir os extintores em falta
<b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b>	Substituir os extintores danificados e assegurar extintores de reserva em caso de utilização ou de danos. Efetuar inspeções mensais documentadas de todos os extintores de incêndio.
<b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dúnem Gestor de Sustentabilidade 02/05/2023
<b>Revisão do auditor principal SCS (incluindo quaisquer provas analisadas)</b>	
<b>Situação da NC:</b>	<input type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Atualizado para crítico <input type="checkbox"/> Outra decisão ( <i>ver descrição acima</i> )
<b>Representante da SCS (Nome e título)/ Data de aceitação:</b>	(DD/MM/AAAA)

Procura: ASA 1		2022	21
Selecionar um:	<input type="checkbox"/> NC crítico <input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)	NC	Observação
<b>NC/OBS emitida a</b> (quando se trata de mais do que um sítio/membro):			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input checked="" type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo ( <i>especificar</i> ):		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> encerrar NC	No local não é necessário	
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 7.11.3 A unidade de certificação colabora com as partes interessadas adjacentes nas medidas de prevenção e controlo de incêndios.		
<b>Não-conformidade ou observação:</b>			
Não foram apresentadas provas de que a AGRIPALMA colabora com as partes interessadas adjacentes em matéria de medidas de prevenção e controlo de incêndios.			
<b>Provas:</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Entrevistas</li> <li>AGR-HSA-ADM- 02203 - Procedimento de Emergência 0.0</li> </ul>			
<b>Pedido de ação correctiva:</b>			
<i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As ações correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.</i>			
<b>Análise da causa raiz</b>	A plantação não tem um historial de incêndios, pelo que a abordagem deste risco não foi considerada prioritária pela empresa nas sessões de envolvimento com as partes interessadas adjacentes. Este requisito da RSPO também não foi claramente compreendido na organização.		
<b>Correção(ões)</b>	Discutir durante as reuniões comunitárias as medidas de prevenção e controlo dos incêndios.		
<b>Medidas correctivas implementadas</b> (incluindo quaisquer provas apresentadas)	Incluir a monitorização dos incêndios nas actividades de patrulhamento dos ECO-Guardas. Atualização do plano de gestão de HSE para incluir medidas periódicas de prevenção e controlo de incêndios. Formação e sensibilização das partes interessadas adjacentes.		
<b>Representante da empresa</b> (Nome e título)/ <b>Data da resposta:</b>	Cynthia Van-Dúnem Gestora de Sustentabilidade 02/05/2023		
<b>Revisão do auditor principal SCS</b> (incluindo quaisquer provas analisadas)			

**Situação da NC:**

- Fechado
- Atualizado para crítico

AGRIPALMA LDA



	<input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(ver descrição acima)</i>
<b>Representante da SCS</b> <i>(Nome e título)/</i>	
<b>Data de aceitação:</b>	(DD/MM/AAAA)

Procura: ASA 1		2022	22
Selecionar um:	NC crítico	NC	Observação
	<input type="checkbox"/> NC (atualizado NC menor)		
<b>NC/OBS emitida a</b> <i>(quando se trata de mais do que um sítio/membro):</i>			
<b>Prazo de entrega:</b>	<input type="checkbox"/> Condição prévia à certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a contar da data da reunião de encerramento <input type="checkbox"/> Próxima auditoria (vigilância ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo <i>(especificar):</i>		
<b>Modo de fecho NC</b>	<input type="checkbox"/> Necessidade de estar no local para fechar a NC <input checked="" type="checkbox"/> No local não é necessário encerrar NC		
<b>Referência padrão</b>	RSPO 2018 PnC: 7.12.4 (C) Quando forem identificados HCVs, florestas HCS após 15 de novembro de 2018, turfeiras e outras áreas de conservação, estes são protegidos e/ou melhorados. É desenvolvido, implementado e adaptado, se necessário, um plano de gestão integrada para proteger e/ou melhorar os HCV, as florestas HCS, as turfeiras e outras zonas de conservação, e contém requisitos de monitorização. O plano de gestão integrada é revisto pelo menos uma vez de cinco em cinco anos. O plano de gestão integrada é desenvolvido em consulta com as partes interessadas relevantes e inclui a área diretamente gerida e qualquer paisagem mais vasta relevante considerações de nível (sempre que estas sejam identificadas).		
<b>Não-conformidade ou observação:</b>			
<p>O relatório de HCV descreve muitas sugestões de ações de manejo e monitoramento, mas a AGRIPALMA só adotou algumas delas até o momento. A revisão dos documentos e entrevistas revelou que a AGRIPALMA não tem um plano de monitorização detalhado para explicar como cada atividade de gestão será implementada e monitorizada para assegurar que os valores de HCV serão protegidos. Por exemplo, o auditor analisou as listas de controlo de monitorização realizadas pelos Eco-guardas. No geral, estas listas de controlo apenas descrevem a distância diária percorrida pelos Eco-guardas. As entrevistas também revelaram que os guardas ecológicos não relataram informações importantes sobre ameaças aos valores de HCV, por exemplo, quando caçadores furtivos são observados vindo do parque nacional de Obo (a concessão é o único acesso ao parque). Neste momento, isto não é reportado nem monitorizado.</p> <p>Além disso, alguns parâmetros de monitorização não foram realizados, por exemplo, a avaliação da erosão e o programa trimestral (mínimo) de monitorização da qualidade da água.</p>			
<b>Provas:</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação de HCV datada de novembro de 2020</li> <li>• Plano de Gestão HCV_V3</li> <li>• Plano Gestão Amb e Soc 2022 - 2023 Aprovado</li> <li>• Relatório de atividades Eco-guardas de 14/12/2022, 05/01/2023, 03/01/2023, 07/01/2023, 06/01/2023</li> <li>• Entrevistas</li> </ul>			

<p><b>Pedido de ação correctiva:</b>  <i>NB: A organização deve demonstrar a conformidade com o requisito supra através da aplicação de medidas correctivas. As ações correctivas devem centrar-se na resolução da ocorrência específica descrita nas provas supra. Para evitar a ocorrência futura da não conformidade, deve ser apresentada uma análise pormenorizada da causa principal e devem ser aplicadas medidas correctivas.</i></p>	
<p><b>Análise da causa raiz</b></p>	<p>Nem todas as recomendações do relatório do HCV foram cumpridas devido à falta de recursos. A Agripalma estabeleceu um plano anual que era exequível de realizar em 2022 com base nos recursos disponíveis.</p>
<p><b>Correção(ões)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os guardas ecológicos receberam formação sobre biodiversidade e fauna.</li> <li>2. Será efectuada uma análise da água para avaliar o impacto potencial das actividades em termos de poluição.</li> <li>3. Parâmetros para a monitorização de áreas de HCV estabelecidos com o CBGG e será dada formação aos Eco-Guardas em colaboração com o CBGG.</li> </ol>
<p><b>Medidas correctivas implementadas (incluindo quaisquer provas apresentadas)</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os guardas ecológicos receberam formação sobre biodiversidade e fauna.</li> <li>2. Análise da água efectuada.</li> <li>3. Rever o plano de gestão do HCV para incluir os parâmetros a monitorizar e a frequência.</li> </ol>
<p><b>Representante da empresa (Nome e título)/ Data da resposta:</b></p>	<p>Cynthia Van-Dunem                  Gestora de Sustentabilidade                  10/03/2023</p>
<p><b>Revisão do auditor principal da SCS (incluindo quaisquer provas revistas)</b></p>	<p>Não foram apresentadas provas até 31 de março de 2023. Provas apresentadas em 4 de abril de 2023</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Página 6-9 do plano HSE para os parâmetros de monitorização</li> <li>• Comprovação da análise da água dos efluentes da oficina e dos cursos de água (aplicação de fertilizantes)</li> </ul> <p>Provas apresentadas em 14 de abril de 2023</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de gestão das zonas de HCV - clarificação dos aditamentos/revisões efectuados ao plano de HSE</li> <li>• Evidência de formação dos Guardas Ecológicos, bem como de outros funcionários sobre a conservação da biodiversidade de São-Tomé</li> <li>• Programa de formação Birdlife</li> <li>• Resultados da análise da água</li> <li>• amostras Actividades de vigilância dos guardas ecológicos - relatórios</li> </ul> <p>Provas apresentadas em 17 de abril de 2023</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acordo aprovado para o acompanhamento das zonas HCV</li> </ul> <p>Revisto a partir de 4 de abril de 2023</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ainda não foram recebidas provas. A NC permanece em aberto.</li> </ol>

	<p><b>Atualizado em 19 de abril de 2023:</b> Treinamento realizado de 13 a 17 de fevereiro de 2023, pela Birdlife international. O auditor analisou o programa de formação e a lista de presenças.</p> <p>Plano de correção aceite.</p> <p>2. Apenas fotografias das amostras recebidas. Não há resultados dos testes de análise da água. NC permanece em aberto.</p> <p><b>Atualizado em 19 de abril de 2023:</b> Resultados da análise da água fornecidos para a análise realizada em 27 de março de 2023 a partir de quatro pontos. O auditor apenas confirmou que a análise da água foi efectuada. A análise microbiológica da água revela alguns parâmetros acima dos limiares (a problemática já descrita neste relatório na secção sobre a qualidade da água). A análise físico-química da água não revela qualquer parâmetro acima dos limiares. Neste momento, o plano de correção é aceite, mas a conformidade contínua será avaliada durante a próxima auditoria de controlo. Por exemplo, acções de gestão no seguimento do programa de monitorização para garantir que os valores de HCV são protegidos.</p> <p>3. Ainda não foram recebidas quaisquer provas. A NC continua em aberto.</p> <p><b>Atualizado em 19 de abril de 2023:</b> A Agripalma forneceu à equipa de auditoria o documento Agripalma HCV - Programa de Monitorização de Zonas Ribeirinhas. Trata-se de um acordo entre a Agripalma e dois investigadores da Universidade de Coimbra e da Universidade de Lisboa, datado de abril de 2023. O objetivo principal do programa é monitorizar a biodiversidade, com foco em indicadores ligados à vegetação e avifauna e criar capacidade na equipa da Agripalma para o implementar a longo prazo. O programa descreve sessões de formação a realizar em junho de 2023. A Agripalma demonstrou esforços para melhorar o programa de monitorização atual e aumentar a capacidade local para conduzir o programa de monitorização. Neste momento, o plano de correção é aceite, no entanto, a conformidade contínua será avaliada durante a próxima auditoria de controlo. Por exemplo, a forma como o plano de monitorização atualizado garante que os valores de HCV descritos no relatório de HCV serão protegidos.</p> <p>4. Revisão das páginas 6-9 do plano de HSE. Não é claro o que foi acrescentado ao plano de monitorização desde a auditoria. A causa principal da NC continua em aberto: "A revisão dos documentos e entrevistas revelou que a AGRIPALMA não possui um plano de monitoramento detalhado para explicar <u>como cada atividade de manejo será implementada e monitorada</u> para garantir que os valores de HCV serão protegidos." NC permanece em aberto. <b>Atualizado em 19 de abril de 2023:</b> Ver ponto 3 acima.</p> <p>Esta NC está agora encerrada.</p>
<b>Situação da NC:</b>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Fechado</p> <p><input type="checkbox"/> Atualizado para crítico</p> <p><input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>ver descrição acima</i>)</p>
<b>Representante da SCS</b> (Nome e título)/ <b>Data de aceitação:</b>	<p>Carlos E. Paixao Auditor principal 19 de abril de 2023.</p>

### 3.5 Componentes positivos

A direção da AGRIPALMA demonstrou globalmente o seu empenho no processo de certificação RSPO. O pessoal esteve disponível durante todo o período da auditoria, prestando apoio à mesma,

disponibilizando todas as provas necessárias para demonstrar a conformidade com os vários requisitos.

Os conhecimentos dos trabalhadores sobre

Os vários PON aplicáveis às suas operações, bem como a formação recebida, foram louváveis. As consultas das partes interessadas com as comunidades anfitriãs mencionaram um melhor envolvimento entre ambas as partes.

### 3.6 Conformidade com o requisito mínimo da RSPO para unidades de gestão múltiplas

Requisito	Avaliação	Conformidade
A unidade de certificação, a organização-mãe ou uma das suas subsidiárias maioritariamente detidas e/ou geridas é membro da RSPO?	Sim, a AGRIPALMA é uma filial da SOCFIN SA. Membro RSPO nº 1-0269-19-000-00. Data de adesão à RSPO: 15 de fevereiro de 2019.	Conformidade
Plano calendarizado: Um plano calendarizado para certificar todas as suas unidades de gestão e/ou entidades, incluindo as unidades onde a organização tem controlo de gestão e/ou participação minoritária, é apresentado ao CB durante a auditoria de certificação inicial. O plano calendarizado deve conter uma lista actualizada de todas as explorações e lagares.	Plano calendarizado apresentado. Primeiro plano calendarizado, depois uma versão actualizada em agosto de 2022 e, finalmente, uma versão mais actualizada em janeiro de 2023.	Conformidade
No mínimo, todas as propriedades e moinhos devem ser certificados no prazo de cinco (5) anos após a obtenção da adesão à RSPO. Todas as novas aquisições devem ser certificadas num prazo de três anos. Quaisquer desvios em relação Estes períodos máximos requerem a aprovação do Secretariado da RSPO.	Todas as unidades deverão estar certificadas até ao final de 2023. Data de adesão à RSPO 15 de fevereiro de 2019.  Ver secção 3.7 sobre a SOCFIN SA TBP .	Conformidade
Qual é a evolução do plano calendarizado? Houve alterações em relação à auditoria anterior? Em caso afirmativo, qual é a razão?	Faltam 11 unidades para serem certificadas de 52 unidades (41 já estão certificadas).  Nem todas as explorações e lagares são certificados no prazo de cinco anos após a obtenção da adesão à RSPO.  Desde 15 de fevereiro de 2019, a Socfin S.A. e todas as operações africanas de óleo de palma sob um único número de membro tornaram-se membros da RSPO.  Não. Não há nenhuma nova aquisição.  Não. Não se observam desvios.  Ver a secção 3.7 infra, que descreve pormenorizadamente o programa de apoio à TBP da SOCFIN SA.	Conformidade

Existem pequenos agricultores e cultivadores subcontratados na base de abastecimento? Estão cobertos pelo programa TBP?	Não existem pequenos agricultores ou cultivadores subcontratados no âmbito da base de abastecimento da AGRIPALMA.	Conformidade
Existem lapsos isolados na execução de um plano calendarizado?	Não se regista nenhum lapso isolado na execução do plano.	Conformidade
<b>Unidades ou participações não certificadas</b> <b>NB: Qualquer incumprimento dos pontos abaixo indicados será considerado um Incumprimento grave</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não há substituição de floresta primária ou qualquer área necessária para manter ou melhorar HCVs e HCS de acordo com o critério 7.12 da RSPO P&amp;C.</li> <li>2. Quaisquer novas plantações desde 1 de janeiro de 2010 devem cumprir com o Procedimento de Novas Plantações da RSPO (NPP). Para cada novo desenvolvimento de plantação, a conformidade com o NPP deve ser verificada por um OC acreditado pela RSPO.</li> </ol>	<p>A Socfin SA apresentou ao Secretariado da RSPO a LUCA para revisão, abrangendo toda a sua unidade de gestão não certificada.</p> <p>Todas as unidades realizaram a avaliação de HCV com relatório submetido além do relatório LUCA ao Secretariado da RSPO.</p> <p>Revisão do RSPO RaCP Tracker para a Socfin SA,  <a href="https://rspo.org/certification/remediation-and-compensation/racp-tracker#growerTracker">https://rspo.org/certification/remediation-and-compensation/racp-tracker#growerTracker</a>:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Unidade de gestão com responsabilidade potencial - 9</li> <li>2. LUCA apresentado - 9</li> <li>3. Revisão da LUCA concluída - 9</li> <li>4. Documento de síntese necessário - 8</li> <li>5. Documento de síntese apresentado - 7</li> <li>6. Documento de síntese aprovado - 7</li> <li>7. Plano de indemnização apresentado - 3</li> <li>8. Plano de reparação exigido - 7</li> <li>9. Plano de reparação apresentado - 4</li> <li>10. Plano de reparação aprovado - 4</li> </ol> <p>As zonas ribeirinhas só estão presentes no título</p> <p>410. As visitas ao terreno e as entrevistas confirmaram que as zonas ribeirinhas foram substituídas por plantações de óleo de palma em quase todas as áreas do título 410. A AGRIPALMA apresentou à RSPO um "Plano de Remediação e Compensação para a AGRIPALMA, São Tomé e</p>	Conformidade

AGRI PALMA LDA em novembro de 2022. O  
Princípio  
auditor analisou o aviso de recepção do

	<p>documento datado de 28 de novembro de 2022 pelo representante da RSPO.</p> <p>Observe a seguinte declaração em o último relatório de auditoria:</p> <p>"Há uma área plantada em novembro de 2019 de 3,86 Ha. Onde havia plantação antiga até 2010, nesse mesmo ano houve eliminação da cultura. Em 2010, foi iniciado o viveiro de palma até 2019, esta situação em particular não é considerada no PNP de 2015. A RSPO respondeu à BCS que a área é inferior a 10 ha, e por isso não é aplicável ao PNP."</p> <p>Além disso, de acordo com o procedimento NPP v2021 na página 6:</p> <p>"O NPP não é aplicável a:</p> <p>...</p> <p>Plantações de palmeiras e desenvolvimento associado planeado na terra Re- limpeza de áreas ativamente geridas, tal como definido no Anexo 1 do presente documento".</p> <p>O auditor confirmou, através da análise das imagens de satélite (Google Earth), que a área foi plantada na década de 80. Desde então, a equipa de auditores confirmou que não há nenhum novo desenvolvimento na plantação AGRIPALMA título 409 que requeira NPP.</p>	
<p>Os conflitos de terras, caso existam, estão a ser resolvidos através de um processo mutuamente acordado, como o Sistema de Reclamações da RSPO ou o Mecanismo de Resolução de Litígios, de acordo com os critérios 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7 dos P&amp;C da RSPO e 4.8.</p>	<p>A revisão do rastreador de casos da RSPO <a href="https://askrspo.force.com/Complaint/s/casetracker">https://askrspo.force.com/Complaint/s/casetracker</a> não encontrou nenhuma reclamação sobre qualquer subsidiária da Socfin mostrou uma reclamação encerrada em 2019 na Indonésia.</p> <p>No entanto, um outro relatório de auditoria de uma filial da SOCFIN (SOCAPALM Mbambou) indica</p>	<p>Conformidade</p>



AGRI/AM/DA  
Análise dos documentos revelou que

uma das filiais da Socfin, ou seja, a Okomu Oil Palm Company (OOPC), sediada na Nigéria, tem conflito de terras. Com base no auto-documento

	<p>o de conflitos fundiários:</p> <p>A Okomu Oil Palm Plantation era originalmente uma exploração agrícola estatal, detida e gerida pelo Governo Federal da Nigéria como projeto-piloto destinado a reabilitar a produção de óleo de palma no país entre 1976 e 1990, altura em que foi privatizada e vendida pelo Comité Técnico de Privatização e Comercialização (TCPC) em nome do Governo, depois de ter sido considerada um empreendimento não rentável pelo Estado. Foram adquiridas outras terras e plantações, mas que não fazem parte da unidade de certificação (ou seja, as Extensões I e II). Atualmente, a certificação da Okomu abrange a plantação existente (propriedade principal), que era anteriormente operada pelo Governo Federal, na área não reservada da Reserva Florestal Okomu. As novas aquisições ainda não foram certificadas devido a questões de conflito fundiário com alguns membros das comunidades (na Extensão I), com processo judicial pendente.</p> <p>A empresa ainda não plantou estas áreas. A reunião das partes interessadas com o Departamento Florestal do Estado de Edo estabeleceu que a Reserva Florestal de Okomu foi retirada pelo governo para dar lugar ao desenvolvimento e que as terras em questão foram legalmente adquiridas. A reunião e as comunicações com o advogado das comunidades confirmaram igualmente que a reserva na Extensão I era propriedade do Governo do Estado, mas que as comunidades cultivavam a área antes de a empresa ter adquirido as terras ao Governo. Embora a empresa tenha pago indemnizações aos agricultores, duas das comunidades ainda não chegaram a acordo com a empresa, pelo que o advogado das comunidades e o advogado da empresa ainda estão a tentar encontrar uma solução</p>	
--	---	--

AGREEMENT. Eles têm

posteriormente levou o caso a tribunal com

	<p>a alegação de que são donos da terra (Última atualização do processo judicial: OKOMU Updates on Court Cases Extension 1). Assim, toda a questão está agora sub judice até que o tribunal tome a sua decisão.</p>	
<p>Os conflitos laborais, caso existam, estão a ser resolvidos através de um processo mutuamente acordado, de acordo com o critério 4.2 dos P&amp;C da RSPO.</p>	<p>Greve dos trabalhadores em outubro de 2022. O sindicato, os trabalhadores e a empresa chegaram a acordo sobre novas condições de trabalho. Não foram registados outros conflitos laborais durante a auditoria.</p> <p>Com base na pesquisa na Internet, na análise de documentos e na avaliação das queixas apresentadas ao Mecanismo de Resolução de Litígios da RSPO, não foi registado qualquer litígio laboral.</p>	<p>Conformidade</p>
<p>A não conformidade legal, caso exista, está a ser tratada através de medidas consistentes com os requisitos do critério 2.1 dos P&amp;C da RSPO.</p>	<p>As zonas ribeirinhas só estão presentes no título 410. As visitas ao terreno e as entrevistas confirmaram que as zonas ribeirinhas foram substituídas por plantações de óleo de palma em quase todas as áreas do título 410. A AGRIPALMA apresentou à RSPO um "Plano de Remediação e Compensação para a AGRIPALMA, São Tomé e Príncipe" em novembro de 2022. O auditor analisou o aviso de receção do documento datado de 28 de novembro de 2022 pelo representante da RSPO.</p> <p>Não foram detectados outros incumprimentos legais no título 410.</p>	<p>Conformidade</p>
<p>A unidade de certificação efectuou uma auditoria interna aos requisitos da(s) unidade(s) de gestão não certificada(s)? Em caso afirmativo, deve estar disponível uma declaração de garantia positiva.</p>	<p>Sim. A revisão dos mapas e as visitas de campo confirmaram que o título 410 é a extensão da plantação do título 409. Nos mapas, a área compreendida pelo título 409 é um polígono "dentro" do título 410.</p> <p>Assim, a empresa realiza uma única operação e não há demarcação física dos limites do título 409 e do título 410.</p> <p>Assim, as auditorias internas realizadas pela empresa compreendem os títulos certificados e não certificados.</p>	<p>Conformidade</p>

<p>Foram efectuadas consultas às partes interessadas (incluindo ONG)?</p>	<p>AGRIPALMA LDA                  Sim, as partes interessadas relevantes foram convidadas e envolvidas no âmbito das reuniões de consulta das partes interessadas da auditoria (incluindo ONG).</p>	<p>Conformidade</p>
---	---	---------------------

### 3.7 Plano de tempo aprovado

Não.	Nome da propriedade e dos moinhos	TBP para certificação	Situação até à data	Eventuais conflitos não resolvidos (conflitos laborais, conflitos fundiários, incumprimento da lei, etc.)
1	<i>PT Socfin Indonésia - Tanah Gambus</i>	<i>Certificado</i>	<i>2011</i>	Nenhum
2	<i>PT Socfin Indonésia - Tanah Gambus</i>	<i>Certificado</i>	<i>2011</i>	Nenhum
3	<i>PT Socfin Indonésia - Bangun Bandar</i>	<i>Certificado</i>	<i>2011</i>	Nenhum
4	<i>PT Socfin Indonésia - Bangun Bandar</i>	<i>Certificado</i>	<i>2011</i>	Nenhum
5	<i>PT Socfin Indonésia - Negeri Lama</i>	<i>Certificado</i>	<i>2014</i>	Nenhum
6	<i>PT Socfin Indonésia - Negeri Lama</i>	<i>Certificado</i>	<i>2014</i>	Nenhum
7	<i>PT Socfin Indonésia - Mata Pao</i>	<i>Certificado</i>	<i>2014</i>	Nenhum
8	<i>PT Socfin Indonésia - Mata Pao</i>	<i>Certificado</i>	<i>2014</i>	Nenhum
9	<i>PT Socfin Indonésia - Sungai Liput</i>	<i>Certificado</i>	<i>2014</i>	Nenhum
10	<i>PT Socfin Indonésia - Sungai Liput</i>	<i>Certificado</i>	<i>2014</i>	Nenhum
11	<i>PT Socfin Indonésia - Aek Loba</i>	<i>Certificado</i>	<i>2015</i>	Nenhum
12	<i>PT Socfin Indonésia - Aek Loba</i>	<i>Certificado</i>	<i>2015</i>	Nenhum
13	<i>PT Socfin Indonésia - Seumanyam</i>	<i>Certificado</i>	<i>2015</i>	Nenhum
14	<i>PT Socfin Indonésia - Seumanyam</i>	<i>Certificado</i>	<i>2015</i>	Nenhum
15	<i>PT Socfin Indonésia - Seunagan</i>	<i>Certificado</i>	<i>2015</i>	Nenhum
16	<i>PT Socfin Indonésia - Seunagan</i>	<i>Certificado</i>	<i>2015</i>	Nenhum
17	<i>PT Socfin Indonésia - Lae Butar</i>	<i>Certificado</i>	<i>2015</i>	Nenhum
18	<i>PT Socfin Indonésia - Lae Butar</i>	<i>Certificado</i>	<i>2015</i>	Nenhum
19	<i>Okomu Oil Palm Company Propriedade principal e extensão 1</i>	<i>Certificado</i>	<i>2019</i>	Nenhum

20	<i>Okomu Oil Palm Company Propriedade principal e extensão 1</i>	<i>Certificado</i>	<i>2019</i>	Nenhum
21	<i>Okomu Oil Palm Company Propriedade principal e extensão 1</i>	<i>Não certificado</i>	<i>2023</i>	Nenhum
22	<i>Okomu Óleo de palma Palma Empresa Extensão 2</i>	<i>Não certificado</i>	<i>2023</i>	Conflito de terras
23	<i>Okomu Óleo de palma Palma Empresa Extensão 2</i>	<i>Não certificado</i>	<i>2023</i>	Nenhum
24	<i>Socfin Agricultural Company (SL) Limited (SAC)</i>	<i>Certificado</i>	<i>2020</i>	Nenhum
25	<i>Socfin Agricultural Company (SL) Limited (SAC)</i>	<i>Certificado</i>	<i>2020</i>	Nenhum
26	<i>Société Africaine Forestière et Agricole du Cameroun (Safacam)</i>	<i>Certificado</i>	<i>2020</i>	Nenhum
27	<i>Société Africaine Forestière et Agricole du Cameroun (Safacam)</i>	<i>Certificado</i>	<i>2020</i>	Nenhum
28	<i>Société Africaine Forestière et Agricole du Cameroun (Safacam)</i>	<i>Não certificado</i>	<i>2023</i>	Nenhum
29	<i>Société Africaine Forestière et Agricole du Cameroun (Safacam)</i>	<i>Não certificado</i>	<i>2023</i>	Nenhum
30	<i>La Société des Caoutchoucs de Grand Béréby (SoGB)</i>	<i>Certificado</i>	<i>2020</i>	Nenhum
31	<i>La Société des Caoutchoucs de Grand Béréby (SoGB)</i>	<i>Certificado</i>	<i>2020</i>	Nenhum
32	<i>La Société des Caoutchoucs de Grand Béréby (SoGB)</i>	<i>Não certificado</i>	<i>2023</i>	Nenhum
33	<i>Société Camerounaise de Palmeraies (Socapalm) Eséka</i>	<i>Certificado</i>	<i>2021</i>	Nenhum
34	<i>Société Camerounaise de Palmeraies (Socapalm) Mbongo</i>	<i>Certificado</i>	<i>2021</i>	Nenhum
35	<i>Société Camerounaise de Palmeraies (Socapalm) Mbongo</i>	<i>Certificado</i>	<i>2021</i>	Nenhum
36	<i>Société Camerounaise de Palmeraies (Socapalm) Mbambou</i>	<i>Certificado</i>	<i>2021</i>	Nenhum

37	<i>Sociedade Camerounaise de Palmeraies (Socapalm) Mbambou</i>	<i>Certificado</i>	<i>2021</i>	Nenhum
38	<i>Sociedade Camerounaise de Palmeraies (Socapalm) Edea</i>	<i>Certificado</i>	<i>2021</i>	Nenhum
39	<i>Sociedade Camerounaise de Palmeraies (Socapalm) Edea</i>	<i>Certificado</i>	<i>2021</i>	Nenhum
40	<i>Sociedade Camaronesa de Palmeraies (Socapalm) Dibombari</i>	<i>Certificado</i>	<i>2021</i>	Nenhum
41	<i>Sociedade Camaronesa de Palmeraies (Socapalm) Dibombari</i>	<i>Certificado</i>	<i>2021</i>	Nenhum
42	<i>Sociedade Camerounaise de Palmeraies (Socapalm) Kienké</i>	<i>Não certificado</i>	<i>2023</i>	Nenhum
43	<i>Sociedade Camerounesa de Palmeraies (Socapalm) Kienké/Camseeds</i>	<i>Não certificado</i>	<i>2023</i>	Nenhum
44	<i>Brabanta</i>	<i>Certificado</i>	<i>2021</i>	Nenhum
45	<i>Brabanta</i>	<i>Certificado</i>	<i>2021</i>	Nenhum
46	<i>Brabanta</i>	<i>Não certificado</i>	<i>2023</i>	Nenhum
47	<i>Agipalma</i>	<i>Certificado</i>	<i>2021</i>	Nenhum
48	<i>Agripalma</i>	<i>Certificado</i>	<i>2021</i>	Nenhum
49	<i>Agripalma</i>	<i>Não certificado</i>	<i>2023</i>	Nenhum
50	<i>Plantações Socfinaf Ghana (PSG)</i>	<i>Certificado</i>	<i>2022</i>	Nenhum
51	<i>Plantações Socfinaf Ghana (PSG)</i>	<i>Certificado</i>	<i>2022</i>	Nenhum
52	<i>Plantações Socfinaf Ghana (PSG)</i>	<i>Não certificado</i>	<i>2023</i>	Nenhum

## 4. Reconhecimento de responsabilidade interna da organização certificada


### 4.1 Recomendação do auditor

Recomendação de certificação



Vigilância anual	
A AGRIPALMA demonstrou conformidade contínua com os padrões RSPO aplicáveis. A equipa de auditoria de avaliação da SCS recomenda que a certificação seja mantida, sujeita a auditorias anuais subsequentes e à resposta da AGRIPALMA a quaisquer não-conformidades menores em aberto.	<p>Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>
Comentários: Nenhum	

## 4.2 Assinatura formal dos resultados da avaliação

Preparado por:		Aceitação da conclusão da avaliação pelo cliente:	
<b>Nome:</b>	Carlos Paixao	<b>Nome:</b>	
<b>Título:</b>	Chefe da Equipa	<b>Título:</b>	
<b>Data:</b>	de Auditoria	<b>Data:</b>	(DD/MM/AAAA)
<b>Assinatur</b>	20/01/2023	<b>Assinatur</b>	
<b>a:</b>		<b>a:</b>	
<b>Verificado por:</b>	FRANK KWESI		
<b>Data de apresentação à RSPO:</b>	07/05/2023		

## 5. Decisão de certificação

Decisão de certificação	
<b>Decisão final de certificação:</b>	A AGRIPALMA LDA está em conformidade com a Norma de Princípios e Critérios da RSPO (2018), Módulo MB Mills, e a Norma de Comunicações e Reclamações de Mercado da RSPO (2019), com exceção de 7 não conformidades normais e 1 oportunidade de melhoria. A certificação contínua é mantida.
<b>Data:</b>	07/05/2023
<b>Decisão de certificação Por:</b>	FRANK KWESI

## Apêndice 1: Documentação de apoio necessária

Esta lista permite registar os documentos comprovativos que são necessários no âmbito do projeto de auditoria.

Audidores: Indique os documentos que apresentou à SCS após a conclusão da auditoria, **assinalando com um X a célula correspondente**.

Titulares de certificados: Note-se que a SCS apenas lhe envia este Relatório Sumário. No entanto, todos os itens verificados abaixo estão disponíveis mediante solicitação.

Documento de apoio	Apresentado ao SCS	N/A para este projeto de auditoria
Plano de auditoria (Apêndice 2)		
Avaliação pré-auditoria		X
Lista(s) de controlo aplicável(eis)		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Lista de verificação dos princípios e critérios (inclui a cadeia de abastecimento requisitos - incorporados no relatório)</li> </ul>	X	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Lista de controlo do grupo de princípios e critérios</li> </ul>		X
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Princípios e critérios Avaliação de riscos</li> </ul>	X	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Regras da RSPO sobre comunicações e alegações de mercado</li> </ul>	X	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Revisão por pares</li> </ul>		X
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Modelo de métricas de P&amp;C da RSPO</li> </ul>	X	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Folha de cálculo do envolvimento das partes interessadas</li> </ul>	X	
Ata assinada da reunião de encerramento	X	
Prova de conformidade para quaisquer CAR encerradas pelo auditor		

## Apêndice 3: Glossário

Acrónimo/termo	Definição
C	Crítico
CARRO	Pedido de ação correctiva
CPO	Óleo de palma bruto
EFB	Cachos de fruta vazios
AIE	Avaliação do impacto ambiental
SGA	Sistema de gestão ambiental
ERT	Espécies Raras e Ameaçadas Ameaçadas de Extinção
FFA	Ácidos gordos livres
FFB	Cachos de fruta fresca
FR	Reserva florestal
Ha	Hectare
VHC	Alto valor de conservação

IP	Identidade preservada
HCS	Estoque de alto carbono
IPM	Gestão integrada das pragas
ISO	Organização Internacional de Normalização
K	Potássio
kW	Kilowatt
MB	Balanço de massa
Mn	Menor
Monte	Contador
MT	Tonelada métrica
NC	Não-conformidade
N	Nitrogénio
ONG	Organização Não-Governamental
OFI	Oportunidade de melhoria
OER	Taxa de extração de óleo
SST	Segurança e saúde no trabalho
P	Fosfato
P&C	Princípios e critérios
PK	Palmiste
POME	Efluentes de óleo de palma
EPI	Equipamento de proteção individual
SH	Pequeno proprietário
SG	Segregado
SOP	Procedimento Operacional Normalizado
SEIA	Avaliação do impacto social e ambiental
TM	Marca registada
OMS	Organização Mundial de Saúde
ano	Ano

## Apêndice 4: Mapas suplementares

### Cobertura do solo



Mapa da plantação de Agripalma



## Apêndice 5: Lista de controlo dos princípios e critérios

Critério / Indicador	Conclusões da avaliação	Conformidade	
<b>Princípio 1: Comportar-se de forma ética e transparente</b>			
<p><b>Critério 1.1:</b> A unidade de certificação fornece informação adequada às partes interessadas sobre questões ambientais, sociais e legais relevantes para os Critérios RSPO, em línguas e formas apropriadas para permitir a participação efectiva na tomada de decisões.</p>			
<p>1.1.1 (C)</p>	<p>Os documentos de gestão especificados nos P&amp;C da RSPO são disponibilizados ao público e devem incluir (mas não necessariamente limitados a):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Títulos de terra/direitos de utilização (Critério 2.2);</li> <li>• Planos de saúde e segurança no trabalho (Critério 4.7);</li> <li>• Planos e avaliações de impacto relativos aos impactos ambientais e sociais (critérios 5.1, 6.1, 7.1 e 7.8);</li> <li>• Documentação relativa ao VHC (critérios 5.2 e 7.3);</li> <li>• Planos de prevenção e redução da poluição (Critério 5.6);</li> <li>• Pormenores das queixas e reclamações (Critério 6.3);</li> <li>• Procedimentos de negociação (Critério 6.4);</li> <li>• Planos de melhoria contínua (Critério 8.1);</li> <li>• Resumo público do relatório de avaliação da certificação; Política de Direitos Humanos (Critério 6.13).</li> </ul>	<p>No seu documento PROCEDIMENTO DE COMUNICAÇÃO DA EMPRESA 20210819 - ADM.002, a empresa descreve como as partes interessadas podem efetuar pedidos de informação ou documentação.</p> <p>Neste procedimento, a AGRIPALMA estabelece que dispõe de um conjunto de documentos que se encontram à disposição do público, para todos aqueles que os solicitem por escrito ou através do envio de um e-mail para o endereço <a href="mailto:agripalma@agripalmastp.com">agripalma@agripalmastp.com</a>.</p> <p>Através do seu sítio Web <a href="http://www.socfin.com">www.socfin.com</a>, a empresa disponibiliza documentos como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatórios de sustentabilidade,</li> <li>- informações de base sobre as plantações (concessão Agripalma, plantações área)</li> <li>- Mapas</li> <li>- Detalhes sobre as suas certificações, incluindo a certificação RSPO.</li> <li>- Socialização sobre as actividades de desenvolvimento local</li> <li>- Pormenores sobre os compromissos ambientais adquiridos</li> </ul> <p>Para solicitar a consulta de documentos, é necessária uma justificação que será aprovada ou não pela Direção Geral da AGRIPALMA.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>

		<p>Será mantido um registo de todos os pedidos de informação ou documentação, de acordo com os critérios da RSPO.</p> <p>A documentação disponível para o público é a seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Políticas da empresa</li> <li>- Procedimento de comunicação interna e externa</li> <li>- Plano HSST</li> <li>- Plano de gestão ambiental e social</li> <li>- Documentos de estudos de impacto social e ambiental</li> <li>- Documentação relacionada com o estudo do VHC</li> <li>- Gestão de resíduos</li> <li>- Gestão da água</li> <li>- Relatórios de certificação</li> <li>- Títulos de propriedade de terrenos</li> <li>- Processo de negociação e de indemnização</li> <li>- Documentos e relatórios de sinistros</li> <li>- Procedimento de controlo da aplicação das políticas, dos procedimentos e das melhores práticas.</li> </ul> <p>Provas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Lista de controlo de admissão assinada pelo novo trabalhador agrícola.</li> </ul> <p>Data: 11.10.2022. Entre os temas socializados estão os processos de consulta e comunicação, incluindo como proceder para acessar documentos da empresa, fazer perguntas e questionamentos, e como receber respostas.</p>	
1.1.2	<p>As informações são fornecidas nas línguas adequadas e tornadas acessíveis às partes interessadas relevantes.</p>	<p>Os documentos fornecidos a todas as partes interessadas eram acessíveis e redigidos em português, que é a língua nacional de São Tomé e Príncipe.</p> <p>Durante as entrevistas e a análise dos documentos, verificou-se que as instruções, os registos, os documentos publicados, as comunicações fornecidas às partes interessadas e as políticas e procedimentos aplicáveis são fornecidos e explicados na língua nacional.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>

1.1.3 (C)	Devem ser mantidos registos dos pedidos de informação e das respostas.	<p>No seu documento PROCEDIMENTO DE COMUNICAÇÃO DA EMPRESA 20210819 - ADM.002, a empresa estabelece que dispõe de um conjunto de documentos que se encontram à disposição do público, para todos aqueles que os solicitem por escrito.</p> <p>Todos aqueles que os solicitem por escrito ou enviando uma mensagem eletrónica para o endereço <a href="mailto:agripalma@agripalmastp.com">agripalma@agripalmastp.com</a>.</p> <p>Durante as entrevistas e a análise dos registos documentais, não foram evidenciados quaisquer pedidos de informação sobre documentos de gestão.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
1.1.4 (C)	Os procedimentos de consulta e comunicação são documentados, divulgados, implementados, disponibilizados e explicados a todas as partes interessadas relevantes por um responsável pela gestão nomeado.	<p>No seu documento PROCEDIMENTO DE COMUNICAÇÃO DA EMPRESA 20210819 - ADM.002, a empresa descreve dois tipos de comunicação. A comunicação interna (escrita, verbal, vertical e horizontal) e a comunicação externa (institucional e internacional).</p> <p>Neste procedimento, a AGRIPALMA estabelece que dispõe de um conjunto de documentos que se encontram à disposição do público, para todos aqueles que os solicitem por escrito.</p> <p>Provas:</p> <p>-Lista de controlo de admissão assinada pelo novo trabalhador agrícola. Data: 11.10.2022. Entre os temas socializados estão os processos de consulta e comunicação, incluindo como proceder para acessar documentos da empresa, fazer perguntas e questionamentos e como receber respostas.</p> <p>-Durante a reunião com as partes interessadas, foi perguntado se a socialização sobre este tema foi recebida e foi possível confirmar que todos os grupos de partes interessadas registados na lista da empresa foram socializados.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
1.1.5	Existe uma lista actualizada de contactos e dados das partes interessadas e dos seus representantes nomeados.	<p>A Agripalma forneceu, em setembro de 2022, uma lista das suas partes interessadas actualizada em setembro de 2022 e com as quais mantém uma relação.</p> <p>A lista inclui nomes, funções e contactos (números de telefone e endereços de correio eletrónico, quando disponíveis).</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A



		<p>A lista contém partes interessadas pertencentes a comunidades, instituições governamentais, instituições não governamentais, prestadores de serviços, representantes sindicais, entre outros.</p> <p>Esta lista foi utilizada para selecionar as partes interessadas e os contratantes com os quais foi criado um espaço durante a auditoria para falar com eles.</p>	
<p><b>Critério 1.2:</b>                  A unidade de certificação compromete-se a adotar uma conduta ética em todas as operações e transacções comerciais.</p>			
1.2.1	<p>Está em vigor uma política de conduta ética que é aplicada em todas as operações e transacções comerciais, incluindo o recrutamento e os contratos.</p>	<p>A Agripalma possui um documento denominado Código de Ética para o trabalhador e para a empresa. Edição 1. agosto de 2022.</p> <p>O código de ética está estruturado num documento de 34 páginas que inclui: Definição de ética, missão, visão, lealdade, transparência, contratação e gestão de talentos, entre outros tópicos.</p> <p>Este código é aplicado nas diferentes operações da empresa.</p> <p>Provas:</p> <p>- Lista de controlo de indução. Procedimento operacional. AGR-REG-HSA-001. 02.12.2022. documento assinado pelo empregado. As políticas e procedimentos incluem a socialização do código de conduta.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>
1.2.2	<p>Existe um sistema para controlar a conformidade e a aplicação da política e da prática empresarial ética global.</p>	<p>O código de ética é socializado com os trabalhadores e fornecedores e existem registos dessa socialização (ver evidências em 1.2.1).</p> <p>A implementação é evidenciada pelo cumprimento de contratos, pagamentos a trabalhadores e fornecedores, e compromissos comerciais e laborais.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>

**Princípio 2: Atuar legalmente e respeitar os direitos - Aplicar os requisitos legais como princípios básicos de funcionamento em qualquer jurisdição.**

<p><b>Critério 2.1:</b>                  A conformidade com todas as leis e regulamentos locais, nacionais e internacionais ratificados aplicáveis.</p>			
2.1.1 (C)	<p>A unidade de certificação cumpre os requisitos legais aplicáveis.</p>	<p>Através de pesquisas alargadas e do jornal nacional republicano trimestral, o assistente de recursos humanos e o advogado são responsáveis por</p>	<p><input type="checkbox"/> C  <input checked="" type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs</p>

		<p>a revisão de todas as leis, acordos ou tratados nacionais ou internacionais que considere aplicáveis às suas actividades.</p> <p>A empresa apresentou um quadro consolidado com todas as leis levantadas nas diferentes áreas em que são atribuídos responsáveis por área para análise.</p> <p>A tabela inclui: nome da lei, número, domínio (investimento, ambiental, florestal, imobiliário, entre outros), descrição da lei, documentação legal disponível, aplicabilidade à Agripalma, entre outros.</p> <p>De acordo com a lei n.06/2019 (Código do Trabalho) da República de Santo Tomé e Príncipe, no artigo 510 sobre o abastecimento de água lê-se</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Deve ser posta à disposição dos trabalhadores, em locais de fácil acesso, água potável em quantidade suficiente.</li><li>2. A água destinada a ser bebida deve ser utilizada em condições higiénicas, sendo proibido o uso de copos colectivos."</li></ol> <p>Na visita de campo foi evidenciado que a água que é fornecida aos trabalhadores agrícolas não é potável, não é fornecida em locais de fácil acesso e em quantidade suficiente e, além disso, todos utilizam a mesma garrafa de vidro para consumir a água.</p> <p>Além disso, de acordo com o artigo 140- Direitos dos trabalhadores do Código do Trabalho da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em caso de doença, todos os contratos suspensos mantêm o direito à compensação remuneratória, e também de acordo com o procedimento da segurança social Decreto 19-2022, se a situação ainda não estiver completamente esclarecida entre a segurança social, o seguro e a entidade patronal, esta última de boa fé deve continuar a pagar a contribuição do trabalhador enquanto o contrato estiver suspenso, e depois pedir o reembolso à segurança social.</p> <p>Durante a revisão do documento e a consulta das partes interessadas, o acidente de um trabalhador agrícola em novembro de 2021, enquanto realizava actividades de corte.</p> <p>-Não há registo da entrega da cópia do contrato de trabalho a os trabalhadores. Art. 58º Código do Trabalho.</p>	<p><input type="checkbox"/> N/A</p>
--	--	--	-------------------------------------

		<p>-Não são efectuados exames médicos aos trabalhadores no momento da entrada. Art. 513.º do Código do Trabalho.</p> <p>-Não há provas da existência de um contrato de trabalho para os trabalhadores no terreno ou de um documento que indique o tempo de trabalho e o valor que receberão pelo seu trabalho. Art.59 Código do Trabalho</p> <p>-Os acidentes de trabalho ocorridos na empresa não estão a ser comunicados à autoridade competente. Art. 441.º do Código do Trabalho.</p> <p>-Durante a auditoria, a equipa auditora não dispunha de provas de que as obrigações previstas no contrato de concessão tinham sido respeitadas. Por exemplo, a equipa de auditoria solicitou um comprovativo do pagamento de royalties, que não lhe foi fornecido.</p>	
2.1.2	<p>Existe um sistema documentado para garantir a conformidade legal. Este sistema tem um meio de acompanhar as alterações à lei e inclui também uma listagem e provas de diligência jurídica de todos os terceiros contratados, agências de recrutamento, prestadores de serviços e contratantes de mão de obra.</p>	<p>A fim de estabelecer o acompanhamento e ter a garantia de atenção a as leis, a Agripalma, com base na tabela consolidada de leis e através de o assistente de recursos humanos e o advogado, distribui-os às áreas responsáveis para que os gestores analisem a aplicabilidade de cada lei em todos os seus artigos e parágrafos, gerem planos de ação e definam a adaptação datas.</p> <p>Aquando da presente auditoria, o responsável informou que um novo recurso foi contratado há 6 meses para trabalhar na revisão e distribuição por áreas de as leis consolidadas e que o pacote para todas as leis relacionadas com a ambiente foi atualmente enviado ao líder ambiental, mas até à data, como se observa no quadro criado para os cuidados de acompanhamento, ainda se registaram não há observações no domínio do ambiente.</p> <p>quadro revisto:          "Atualização, acompanhamento e controlo das leis. SGR-RSPO-02201. 01.26.2022. Versão 00".</p> <p>A empresa mapeou as leis que podem ser aplicáveis para garantir a legalidade conformidade para todas as suas operações, mas ainda não existe uma</p>	<p><input type="checkbox"/> C</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input type="checkbox"/> N/A</p>

		<p>mecanismo em vigor para acompanhar as alterações à lei ou para verificar cumprimento da legislação em vigor (ver 2.1.1).</p>	
<p>2.1.3</p>	<p>Os limites legais ou autorizados são claramente demarcados e mantidos de forma visível, e não há plantação para além desses limites legais ou autorizados.</p>	<p>O procedimento de controlo da delimitação e gestão dos limites das plantações foi evidenciado no Manual do Grupo Socfin. Neste procedimento, a empresa descreve que delimita todos os limites da concessão com estradas visíveis e acessíveis que circundam toda a área projectada.</p> <p>Este procedimento também esclarece que, uma vez que o Parque Nacional de Obô São Tomé (PNOST) faz fronteira com a empresa, o departamento de segurança controla estas áreas e proíbe a entrada de umas áreas para outras.</p> <p>A concessão compreende dois títulos (409 e 410). A empresa candidatou-se a uma certificação parcial. Neste momento, apenas o título 409 está incluído no âmbito da certificação RSPO. A análise da documentação revelou algumas incoerências entre as áreas declaradas nos diferentes documentos fornecidos.</p> <p>Por exemplo, em primeiro lugar, a área definida no contrato de concessão é de 4.917 hectares. O acordo refere-se a <u>665 ha</u> já plantados pela EMOLVE (nos documentos legais, o título 409 é sempre referido à antiga plantação da EMOLVE). A revisão do título 409 (título de posse provisório #409) confirmou que a área de concessão é de <u>665 ha</u>.</p> <p>Ao longo dos anos, foram efectuadas algumas alterações ao título 410. A AGRIPALMA devolveu ao governo as áreas do título 410 que não são adequadas para a plantação de palmeiras. De acordo com a análise LUCA de abril de 2021:</p> <p>"O Governo solicitou, portanto, que a maioria das áreas não plantadas fosse retirada do acordo e que a concessão fosse fixada em <u>2400 ha</u>, em 2 títulos de terra, o título 409 (<u>665 ha</u>) e o título 410 (1735 ha)."</p> <p>Depois, a mesma análise da LUCA afirma na página 46: "Até à data, a Socfin desenvolveu <u>1930 ha</u> de palmeiras de óleo em São Tomé, o que inclui <u>680 ha</u> de replantação na antiga plantação da EMOLVE e 1250 ha de extensões." A revisão do relatório HCV datado de novembro de 2020, lê na página 10: "A Agripalma tem um contrato de concessão de 4.917 ha, que consiste em múltiplas unidades de gestão (UG). Duas destas U G s , Título 409 e Título 410, foram plantadas com <u>2.100 ha de palmeiras de óleo</u>."</p> <p>Além disso, durante a revisão do cálculo de GEE, a AGRIPALMA analisou os números das plantações durante a auditoria e declarou que a área total plantada é de 1.993 ha.</p>	<p><input type="checkbox"/> C</p> <p><input type="checkbox"/> NC</p> <p>C c/Obs</p> <p><input type="checkbox"/> N/A</p>

		<p>As entrevistas confirmaram que os limites da concessão nunca foram delimitadas pelas autoridades locais propriamente ditas. A análise dos mapas e dos trabalhos de campo</p>	
		<p>As visitas confirmaram que o título 410 é o prolongamento da plantação do título 409. Nos mapas, a área compreendida pelo título 409 é um polígono "dentro" do título 410. Assim, a empresa realiza uma única operação e não há demarcação física dos limites do título 409 e do título 410. A revisão da cartografia fornecida para o título 409 mostrou que, em alguns pontos, há também outros vizinhos (por exemplo, a comunidade de Ribeira Peixe e o Parque Nacional do Obo). A revisão dos limites do Parque do Obo utilizando shapefiles descarregados da Base de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (WDPA) não mostrou qualquer sobreposição com os shapefiles fornecidos pela empresa para o título 409. Além disso, as entrevistas com a direção do Parque de Obo, as ONG ambientais locais e os vizinhos não revelaram quaisquer indícios de sobreposição. A AGRIPALMA também apresentou provas de que a empresa tem estado a comunicar com as autoridades locais para que os limites sejam definidos. Assim, apesar de estas inconsistências terem sido encontradas nos documentos, a equipa de auditoria não encontrou qualquer prova de conflito de terras, ou qualquer prova de plantação da empresa em terras externas. Além disso, a empresa demonstrou estar a trabalhar na sua esfera de influência para esclarecer esta situação com o governo. Assim, o OFI é emitido para descrever a situação e para reavaliação da situação durante a próxima auditoria de fiscalização.</p> <p>Prova: Carta de resposta do Ministério à Agripalma informando que comunicará a data em que se deslocará à empresa para realizar esta atividade. Data: 24.01.2022.</p>	

**Critério 2.2:**  
 Todos os contratantes que prestam serviços operacionais e fornecem mão de obra, bem como os fornecedores de cachos de frutos frescos (FFB), cumprem os requisitos legais.

2.2.1	É mantida uma lista das partes contratadas.	<p>A empresa possui o documento "Lista de Contratos com Agripalma 2022". Este documento regista o nome da empresa, o serviço contratado, o tipo de fornecedor, se local ou estrangeiro, e o departamento interno da empresa à qual o serviço é prestado. Tem também um risco categorização, informações de contacto, se tem um contrato de serviço em vigor, a data de atribuição, o tempo de renovação e se a RSPO</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
		<p>A adenda aplica-se-lhe. São observados um total de 88 registos.</p>	
2.2.2	<p>Todos os contratos, incluindo os de fornecimento de FFB, contêm cláusulas específicas sobre o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, o que pode ser demonstrado pelo terceiro.</p>	<p>A empresa celebra contratos escritos com a maioria dos seus prestadores de serviços, com algumas ordens de serviço e ordens de compra.</p> <p>A empresa abastece-se de FFB nas suas próprias plantações, não existindo outros fornecedores de fruta.</p> <p>Nos contratos avaliados, as cláusulas que exigem o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis foram observadas no contrato de segurança privada e no contrato de transporte de petróleo e estão em conformidade.</p> <p>O documento "Manual para fornecedores, agosto de 2022" especifica os requisitos da Agripalma para os seus prestadores de serviços relacionados com os direitos humanos, leis laborais gerais, ética empresarial, proteção ambiental e saúde e segurança no trabalho.</p> <p>Provas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contrato de prestação de serviços de segurança privada/vigilância. Seguritas, Lda. 01/09/2020. Contrato por 24 meses, renovação automática por igual período. Cláusula Primeira: objetivo do contrato, refere que devem desenvolver actividades de acordo com o Decreto n.º 9/2007. Cláusula Sétima (casos omissos) Tudo o que não estiver explícito no contrato, deve ser seguido o Decreto n.º 09/2007.</li> </ul> <p>Transporte de Petróleo: TRANSLOG - Transportes, Transitários e Logística, Lda. Contrato por 12 meses, renovável automaticamente. 15/03/2021. Cláusula décima primeira: cumprimento da legislação regulamentar.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

2.2.3	<p>Todos os contratos, incluindo os de fornecimento de FFB, contêm cláusulas que proíbem o trabalho infantil, forçado e traficada. Quando são empregados trabalhadores jovens, os contratos incluem uma cláusula de proteção dos mesmos.</p>	<p>A análise dos contratos revelou que a maior parte deles contém cláusulas que proíbem o trabalho infantil, forçado e traficada.                  Provas:                  -- Transporte de Petróleo: TRANSLOG - Transportes, Transitarios e Logística, Lda.                  Contrato de 12 meses, renovável automaticamente. 15/03/2021.                  Cláusula Oitava: Tráfico de seres humanos e trabalho forçado. Cláusula Nona: Trabalho infantil.</p>	<p><input type="checkbox"/> C  <input checked="" type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>
		<p>-Seguritas , Lda. 01/09/2020. A adenda contém as cláusulas exigidas pelo indicador.                  NC:                  A empresa não demonstrou ter contrato assinado com a subcontratada Marisa Diogo que presta serviços de alimentação no refeitório da fábrica. Não foi possível verificar o cumprimento das cláusulas que proíbem o trabalho infantil, forçado e traficada.</p>	
<p><b>Critério 2.3:</b>                  Todos os fornecimentos de FFB provenientes do exterior da unidade de certificação provêm de fontes legais.</p>			
2.3.1 (C)	<p>2.3.1 (C) Para todas as FFB de origem direta, o lagar exige</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informações sobre a geo-localização das origens do FFB</li> <li>• Prova do estatuto de propriedade ou do direito/reivindicação da terra pelo agricultor/pequeno proprietário</li> <li>• Se for caso disso, licença válida de plantação/exploração/comercialização, ou faz parte de uma cooperativa que permite a compra e venda de FFB</li> </ul>	<p>O abastecimento de FFB é efectuado através das suas próprias plantações, com uma concessão concedida pelo Governo de São Tomé. Não recebe frutos de terceiros.                  A empresa dispõe de mapas e de uma lista principal de lotes que especifica a localização e as coordenadas de cada lote da concessão.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>
2.3.2	<p>Para todas as FFB de origem indireta, a unidade de certificação obtém dos centros de recolha, agentes ou outros intermediários, as provas enumeradas no Indicador 2.3.1.                  NOTA PROCESSUAL: Para o procedimento de aplicação do ponto 2.3.2, consultar o anexo 4.</p>	<p>N/A. O FFB é fornecido pelas suas próprias plantações.</p>	<p><input type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input checked="" type="checkbox"/> N/A</p>

**Princípio 3: Otimizar a produtividade, a eficiência, os impactos positivos e a resiliência**

<b>Critério 3.1:</b>			
Existe um plano de gestão implementado para a unidade de certificação que visa alcançar a viabilidade económica e financeira a longo prazo.			
3.1.1 (C)	Deve ser documentado um plano de negócios ou de gestão (mínimo de três anos) que inclua, se for caso disso, um plano de negócios desenvolvido em conjunto para os pequenos agricultores do programa.	Através de uma entrevista com o gerente da empresa, ficou evidente que a empresa tem um plano de negócios de 30 anos, e não estão previstas mudanças na área de plantação nos próximos 5 anos, e não haverá extensão das plantações, uma vez que não há área disponível para plantação. A estratégia é	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
		<p>investir para aumentar a produtividade da plantação através de práticas de agricultura biológica e fertilização.</p> <p>A taxa de extração de CPO é de 23,5%, em linha com os preços do petróleo, a produção de petróleo é conservadora.</p> <p>Foi identificado um risco na gestão das culturas com fertilização orgânica, a empresa está a tentar aumentar a produtividade de 13 MT/ha para 20 MT/ha. Atualmente, 34% da produção é certificada.</p> <p>Em relação aos custos, a adubação tem um impacto significativo no volume de negócios.</p> <p>Em relação aos investimentos, está previsto um orçamento de 700 000 euros para a construção// de um centro informático, alojamento e actividades conexas, como a melhoria da eletricidade.</p> <p>Provas:</p> <p>Ficheiro Excel: PLANO DE NEGÓCIOS- AGR_5 anos25/08/2022.</p>	
3.1.2	Está disponível um programa anual de replantação projetado para um mínimo de cinco anos.	<p>Não aplicável. Não estão previstas alterações na área de plantação nos próximos 5 anos e não haverá extensão das plantações, uma vez que não existe área disponível para plantação.</p> <p>Projeto de replantação para o período 2030 - 2035</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A



3.1.3	<p>A unidade de certificação realiza análises da gestão a intervalos planeados adequados à escala e à natureza das actividades empreendidas e tem agenda com os seguintes itens mínimos:</p> <p>Resultados das auditorias internas                  Reacções dos clientes                  Desempenho do processo e conformidade do produto                  Estado das acções preventivas e correctivas                  Acções de acompanhamento das análises da gestão                  Alterações que podem afetar o sistema de gestão                  Recomendações de melhoria</p>	<p>As entrevistas com os quadros da empresa revelaram que são realizadas reuniões semanais com os responsáveis dos serviços da empresa e que é efectuada uma revisão formal da gestão uma ou duas vezes por ano.</p> <p>Provas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Procedimento de revisão de gestão: AGR-RSPO-02204 Revisão de Gestão Rev 0.0. 19/05/2022.</li> <li>- Ata da reunião de análise da gestão. Data: 16/19/2022. O conteúdo cobre todos os requisitos do indicador.</li> </ul>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>
<p><b>Critério 3.2:</b></p>			
<p>A unidade de certificação monitoriza e revê regularmente o seu desempenho económico, social e ambiental e desenvolve e implementa planos de ação que permitem</p>			
<p>melhoria contínua demonstrável em operações-chave.</p>			

<p>3.2.1 (C)</p>	<p>O plano de ação para a melhoria contínua é implementado, com base na consideração dos principais impactos e oportunidades sociais e ambientais da unidade de certificação.</p> <p>Os planos de ação incluem a melhoria contínua dos seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i. Otimizar o rendimento da base de abastecimento.</li> <li>ii. Redução da utilização de pesticidas (Critério 7.2)</li> <li>iii. Impactos ambientais (critérios 3.4, 7.6 e 7.7)</li> <li>iv. Redução de resíduos (Critério 7.3)</li> <li>v. Poluição e emissões de gases com efeito de estufa (GEE) (Critério 7.10)</li> <li>vi. Impactos nas comunidades, trabalhadores e pequenos proprietários (Princípio 6)</li> <li>vii. Gestão integrada de HCV-HCS, turfeiras e outras áreas de conservação (Critérios 7.7 e 7.12)</li> </ul>	<p>Existe um plano documentado e implementado, PLANOS DE GESTÃO AMBIENTAL, SOCIAL E DE SAÚDE E SEGURANÇA 2022-2023, data: 11/02/2022.</p> <p>O documento aborda os impactos ambientais e sociais, define as medidas de atenuação, a localização, como e com que frequência serão medidas, quem é responsável e o calendário para a execução das tarefas.</p> <p>O plano de ação inclui os seguintes parâmetros a monitorizar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualidade do ar</li> <li>- Erosão dos solos</li> <li>- Águas subterrâneas</li> <li>- Águas de superfície</li> <li>- Prevenção e gestão de incêndios e emergências</li> <li>- Proteção da biodiversidade (fauna e flora)</li> <li>- Gestão de resíduos</li> <li>- Efluentes</li> <li>- Derrame ambiental de combustíveis ou óleo de palma.</li> <li>- Gestão de fertilizantes e agroquímicos.</li> <li>- Infra-estruturas sociais</li> <li>- Conflito de terras</li> <li>- Relações com a comunidade</li> <li>- Ruído e vibrações</li> <li>- Segurança alimentar e hídrica.</li> <li>- Desenvolvimento económico local</li> <li>- Saúde</li> <li>- Medidas preventivas dos riscos profissionais</li> <li>- Controlo dos riscos profissionais</li> </ul>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C</p> <p><input type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input type="checkbox"/> N/A</p>
------------------	--	---	---

		<ul style="list-style-type: none"><li>- Em caso de acidente</li><li>- Plano de emergência</li><li>- Formação e sensibilização.</li><li>- instalações sanitárias e vestiários</li><li>- Refresco</li><li>- Medidas de saúde pública.</li></ul> <p>I. As instalações foram recentemente reconstruídas para serem mais eficientes. Antes de 2020, a operação era completamente manual. Atualmente, a instalação é um complexo industrial com muitas máquinas automatizadas e mais eficientes. A equipa de auditoria confirmou que o equipamento é coerente com a indústria de óleo de palma da região. As entrevistas confirmaram que a empresa tem trabalhado constantemente para melhorar a eficiência, reduzir custos e aumentar a produtividade. Consulte o requisito 3.8 sobre como os fatores de conversão são monitorados.</p> <p>Em relação aos aspectos de Saúde e Segurança, a empresa dispõe de um Plano de Emergência atualizado e aprovado pelo Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros, datado de outubro de 2022.</p> <p>II. N/d. Ver 7.2.</p> <p>III. Ver 3.4.2 infra para a execução do plano.</p> <p>IV. Ver 7.3 abaixo. A empresa criou um centro para guardar os resíduos até se encontrar um destino final. Durante a auditoria, a equipa auditora confirmou a existência de obras em curso no centro de gestão de resíduos, com vista a aumentar o espaço disponível.</p> <p>V. A equipa de auditoria verificou os trabalhos em curso nas lagoas de sedimentação (fossas de gordura). Ver secção 7.10 para mais pormenores.</p> <p>VI. A formação em manuseamento de extintores e combate a incêndios foi realizada pelo Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros em 3 e 14 de outubro de 2022. O documento de procedimentos de emergência foi aprovado em maio de 2022.</p> <p>As matrizes de risco foram actualizadas para todas as áreas, tanto no cultivo como na fábrica. Data 06/02/2022.</p>	
--	--	---	--

		A empresa efectua inspecções periódicas, mantém uma base de dados onde	
--	--	--	--

		<p>regista as acções correctivas e o estado de cumprimento, das 18 actividades registadas, 15 foram encerradas e 3 estão em aberto.</p> <p>Cada área da empresa mantém registos e evidências das actividades do plano de melhoria contínua.</p> <p>VII. A equipa de auditoria confirmou que a AGRIPALMA contratou 6 novos funcionários (eco-guardas) para serem responsáveis pela monitorização do HCV. Para mais pormenores, ver o requisito 7.12 abaixo.</p>	
3.2.2	Como parte do processo de monitorização e melhoria contínua, os relatórios anuais são apresentados ao Secretariado da RSPO utilizando o modelo de métricas da RSPO.	A empresa apresentou o modelo de métricas que foi verificado durante a auditoria, teve acesso às bases de dados através das quais a informação foi registada e demonstra conformidade.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
<p><b>Critério 3.3:</b> Os procedimentos operacionais são devidamente documentados, aplicados de forma consistente e monitorizados.</p>			
3.3.1 (C)	Existem procedimentos operacionais normalizados (SOPs) para a unidade de certificação.	<p>A AGRIPALMA tem Procedimentos Operacionais Normalizados (PON) que abrangem as suas operações. Os PON, tal como foram vistos, abrangem</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O SOP agrícola inclui cerca de 15 SOP diferentes. Por exemplo, SOP para IPM, replantação, colheita, SOP para gestão e áreas protegidas, etc.</li> <li>2. O PON da fábrica inclui 34 PON diferentes, incluindo o PON para a receção de FFB, o PON para a esterilização, o PON para a extração, o PON para a clarificação, o PON para a caldeira e o PON para a central eléctrica, etc.</li> </ol> <p>Outros PONs também abrangem infra-estruturas, oficinas, armazéns, RSPO SCC, estradas</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

		<p>manutenção, comunicação externa e interna, relação com todas as partes interessadas relevantes e recursos humanos, entre outros procedimentos. No total, a AGRIPALMA forneceu 41 PONs para a análise da equipa de auditoria. O documento "Liste procédures Atualizado dezembro" resume todos os PON e o seu estado (atualizado, a atualizar, substituído, etc.).</p> <p>A entrevista com alguns trabalhadores da plantação, da fábrica e do armazém principal demonstrou um conhecimento razoável dos procedimentos relacionados com o seu trabalho.</p> <p>Durante as visitas no terreno, o auditor levou e analisou em pormenor os seguintes PON e a sua respectiva aplicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 20210427 - AGR.010 - Procedimentos Gerais do Departamento Agrícola</li> <li>- AGR.015 - Procedimento Aplicação Adubos Minerais</li> <li>- AGR.008 - Procedimento Gestão Integrada de Pragas e Doenças</li> </ul> <p>O auditor conclui que estes PONs reflectem a operação realizada no terreno. O auditor também validou que as NC emitidas no relatório do ano passado não voltaram a ocorrer. Por exemplo, as ferramentas de trabalho de colheita e poda reflectem as descritas no PON AGR.005 (malayo, ganchos e carrinho de mão). Para o controlo de pragas, os Oryctes estão descritos no PON Agripalma - Gestão Integrada de Pragas e Doenças, e o programa de monitorização foi confirmado durante as entrevistas no terreno.</p>	
3.3.2	<p>Existe um mecanismo de controlo da aplicação coerente dos procedimentos.</p>	<p>A AGRIPALMA efectua uma monitorização mensal e anual de todas as actividades da plantação e da fábrica. A AGRIPALMA descreve o processo no documento "20210819 - ADM.004 - Procedimeto para Monitorização da Implementação". O objetivo do POP é estabelecer um quadro para a monitorização do desempenho operacional, ambiental e social em conformidade com os procedimentos e planos em vigor.</p> <p>O programa baseia-se em dois princípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) acompanhamento das actividades realizadas pelo departamento que realiza a atividade; e</li> <li>b) O programa de auditoria interna da HSA.</li> </ul> <p>O deputado da HSA explicou que, no início (no ano passado), faltavam muitos PON,</p>	<p><input type="checkbox"/> C</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input type="checkbox"/> N/A</p>

		Assim, a empresa começou a fazer "inspeções" para identificar as lacunas,	
--	--	---	--

redigir procedimentos e, em seguida, efetuar auditorias internas com base nos procedimentos. Por exemplo, a última auditoria interna no laboratório foi revista (25 de março de 2022) e o programa de auditoria.

O auditor analisou alguns exemplos do programa de monitorização do departamento. Por exemplo, o auditor analisou os registos da Agri relativos à monitorização da colheita e à monitorização de pragas, que são efectuados mensalmente. O auditor também analisou diversos programas de monitorização na fábrica (por exemplo, receção e separador de FFB).

A AGRIPALMA também realiza acções de formação formais e informais para os trabalhadores, conversas diárias sobre segurança, reuniões de H&S que são realizadas numa língua compreendida por todos os trabalhadores. As abordagens incluem controlos internos da implementação dos PONs, que incluem a monitorização da conformidade com os PONs e os EPIs.

Foram apresentadas amostras da lista de controlo utilizada para o acompanhamento, bem como o plano de actividades de acompanhamento.

As provas de alguns controlos mensais e anuais incluem:

- Checklist # 2023, Jan. secção 1 - Acompanhamento diário da colheita (quantidades e rastreabilidade).
- Lista de controlo # 2023, secção 4, sectores 4 e 5, Gonoderma - Monitorização mensal de pragas.
- Lista de controlo # Atividade de Repintura de Placas Zonas Ribeirinhas, data 08/09/2022, 09/09/2022, e 10/09/2022

Apesar do processo já implementado para verificar a conformidade com os SOPs, a equipa auditora observou algumas inconsistências entre a implementação dos SOPs ou a interpretação dos requisitos da RSPO. Estas questões não foram identificadas pela empresa até à data da auditoria. Por exemplo:

- SOP - AGR.003 - Procedimento Zonas Ribeirinhas - Identificação e Monitorização. O POP descreve um cenário em que o software Avenza (aplicativo de caminhada para smartphones) poderia ser usado para delimitar as zonas de amortecimento em torno dos rios / córregos. A precisão do Avenza varia de acordo com o nível de



		obstrução do dossel - que tipicamente é de alta obstrução	
--	--	---	--

		<p>nas plantações de óleo de palma. Na altura da auditoria, a empresa ainda não tinha verificado a exatidão da metodologia para demonstrar que a largura mínima das reservas descrita nos PON será respeitada utilizando este método. Além disso, de acordo com o PON, a delimitação das fronteiras deve ser efectuada ao nível mais elevado da massa de água (média anual antes das cheias). As entrevistas sugeriram que, devido aos níveis de precipitação intensos e em constante mudança nesta parte da ilha, esta tarefa é complexa. O auditor visitou as seguintes zonas ribeirinhas:</p> <p>00.100729 N, 006.59657 E 00.098025 N, 006.606921 E 00.100208 N, 006.600541 E 00.092268 N, 006.580109 E</p> <p>O auditor apenas dispunha de um GPS de navegação convencional e não pôde confirmar a posição exacta. No entanto, a observação visual sugeriu que algumas dessas reservas de largura possivelmente não utilizavam o nível de água mais elevado dos cursos de água.</p> <p>A empresa ainda não implementou qualquer programa de monitorização para confirmar que este SOP foi corretamente aplicado.</p> <p>- Durante a análise documental, foi identificado que o procedimento de reclamações e denúncias foi elaborado com um conceito oposto ao exigido pela Norma em relação à abertura do canal de comunicação utilizando e mantendo o anonimato. Nesse procedimento consta que as reclamações anónimas serão catalogadas como comentários ou perguntas e que serão registradas separadamente, sendo definido também que esse tipo de reclamação não gerará nenhum tipo de ação por parte da empresa.</p> <p>- Outro tópico que envolve a ineficácia do mecanismo de implementação do procedimento foi identificado na reunião com as partes interessadas externas, que afirmaram não ter conhecimento</p>	
--	--	---	--

		<p>deste procedimento.</p> <p>Esta questão já tinha sido identificada durante a auditoria do ano transato. Assim, o NC é</p>	
--	--	--	--

		atualizado para Major.	
3.3.3	São mantidos e estão disponíveis registos do controlo e das eventuais medidas tomadas.	Para todas as verificações de monitorização, a AGRIPALMA mantém registos de todas as acções tomadas, incluindo quaisquer não conformidades que possam ter surgido da monitorização. Os registos referidos nos pontos 3.3.1 e 3.3.2 estabelecem a conformidade.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
<b>Critério 3.4:</b>			
Antes de novas plantações ou operações, é efectuada uma avaliação exaustiva do impacto social e ambiental (SEIA) e é implementado um plano de gestão e monitorização social e ambiental, que é regularmente atualizado nas operações em curso.			
3.4.1 (C)	Em novas plantações ou operações, incluindo moinhos, é documentada uma SEIA independente, realizada através de uma metodologia participativa que envolva as partes interessadas afectadas e que inclua os impactos de qualquer regime de pequenos agricultores/agricultores.	<p>Foi realizada uma primeira avaliação de impacto social em 2011, seguida de uma avaliação de impacto ambiental em 2013. Outro EIA foi realizado em 2017 para cobrir a nova fábrica de óleo de palma. Na sequência da NC emitida durante a auditoria de certificação, a empresa actualizou o seu último EIA, abrangendo novamente apenas a fábrica (atualização do estudo de impacto ambiental e social fábrica de óleo de palma, volume 1, dezembro 2021).</p> <p>Este último EIA foi realizado por um consultor externo (Olívio Soares Diogo) com finalização do relatório datado de dezembro de 2021. A secção 5 (da página 52 à página 57) cobre todos os impactos causados pelo POM ao ambiente e às comunidades circundantes. O plano de gestão e a implementação no local para mitigar os impactos negativos são descritos nos capítulos 6 e 7. Para cada impacto destacado no SEIA, foram estabelecidas medidas de controlo e é definido um programa de monitorização anual (plano de gestão ambiental e social 2022-2023). Após a receção do documento, o órgão ambiental local emitiu a licença ambiental para a AGRIPALMA (licença Ambiental n01/2022) em 25 de janeiro de 2022, com duração de dois anos.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
3.4.2	Para a unidade de certificação, está disponível um SEIA e foram desenvolvidos planos de gestão e monitorização social e ambiental com a participação das partes interessadas afectadas.	Tal como descrito acima, foi realizada uma primeira avaliação de impacto social em 2011, seguida de uma avaliação de impacto ambiental em 2013. Outro EIA foi realizado em 2017 para abranger a nova fábrica de óleo de palma. Na sequência da NC emitida durante a auditoria de certificação, a empresa actualizou o seu último EIA, abrangendo novamente apenas a	<input type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

		fábrica de palma (atualização do estudo de impacto ambiental e social	
		<p>fábrica de óleo de palma, volume 1, dezembro 2021).</p> <p>A análise de todos esses documentos revelou que não abrangem todos os 15 elementos enumerados no Anexo 2 da norma P&amp;C da RSPO, ao descreverem os elementos mínimos que devem ser apresentados no SEIA. Por exemplo:</p> <p>1. Avaliação dos impactos de todas as principais actividades planeadas, incluindo limpeza de terrenos, plantação, replantação, utilização de pesticidas e fertilizantes, operações de moagem, estradas, sistemas de drenagem e irrigação e outras infra-estruturas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não foram avaliados os impactos relacionados com o reenquadramento do título 409.</li> <li>- Os documentos não estão actualizados. Continuam a referir-se aos pesticidas e fertilizantes sintéticos aplicados nessa altura.</li> <li>- Não há descrição do impacto das estradas e da drenagem (valas) nos cursos de água.</li> <li>- Não há descrição do impacto da fragmentação do território.</li> </ul> <p>3. Avaliação dos efeitos potenciais dos desenvolvimentos planeados sobre os ecossistemas naturais adjacentes, incluindo se o desenvolvimento ou a expansão aumentará a pressão sobre os ecossistemas naturais próximos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não há descrição do impacto da plantação no ecossistema circundante.</li> </ul> <p>Além disso, não há provas de que os planos de gestão e monitorização tenham sido desenvolvidos com a participação das partes interessadas afectadas.</p> <p>Esta questão já tinha sido identificada durante a auditoria do ano transato. Assim, a NC é actualizada para Major.</p>	

3.4.3 (C)	O plano de gestão e monitorização social e ambiental é implementado, revisto e atualizado regularmente de forma participativa.	Ver ponto 3.4.2 supra.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
<b>Critério 3.5:</b> Existe um sistema de gestão dos recursos humanos.			
3.5.1	Os procedimentos de recrutamento, seleção, contratação, promoção, reforma e rescisão do contrato de trabalho são documentados e disponibilizados aos trabalhadores e aos seus representantes.	<p>Uma análise dos documentos revelou que a empresa tem os seguintes procedimentos relacionados com os processos de recursos humanos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Processo de recrutamento: <i>Recrutamento de novos trabalhadores</i> ADM.012. RSPO 17/06/2022.</li> <li>- Procedimento de promoção: <i>Procedimento para Promoções</i> ADM.014 RSPO 17/06/2022.</li> </ul> <p>NC: A empresa não dispõe de um procedimento documentado para a celebração de contratos rescisão. Esta atividade não está descrita no procedimento ADM.005 Human. Recursos Procedimentos operacionais.</p>	<input type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
3.5.2	Os procedimentos de emprego são aplicados e os registos são mantidos.	<p>Para verificar a aplicação dos procedimentos em matéria de recursos humanos, foi selecionada uma amostra e a aplicação foi verificada em diferentes casos, que são apresentados em seguida:</p> <p>Processo de recrutamento: <i>Recrutamento de novos trabalhadores</i> ADM.012. RSPO 17/06/2022.</p> <p>Caso 1:</p>	<input type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

- Aviso comunitário RH.13 AGR/RH.01. Data de publicação 29/07/2022 a 05/08/2022. Recrutamento de pessoal para Condutor de Trator Agrícola.
- 2 anúncios públicos.
- Trabalhador de campo anterior, é efectuada a transferência de área. E-mail para os Recursos Humanos do Diretor de Plantação datado de 12/08/2022. Transferência efectiva a 15/08/2022.
- Comprovativo de assinatura de aceitação de pré-requisitos, datado de 26/01/2022, correspondente ao contrato de campo inicial.
- Não há contrato, este cargo precisa dele.

Caso 2:

Técnico de contabilidade:

Recrutamento de pessoal para a plantação (Equipa de conte de andim)

		<ul style="list-style-type: none"><li>- Anúncio comunitário. 27/07/2022</li><li>- Comunicação da vaga, ao ministério do trabalho. 27/07/2022.</li><li>- Carta de candidatura a emprego. 04/07/2022</li><li>- Registo de indução para novos trabalhadores 17/08/2022 Recursos humanos. HSA 13/08/2022</li><li>- Ficha de identificação do trabalhador RH.04</li></ul> <p>P r o c e d i m e n t o p a r a Promoções: Procedimento para Promoções ADM.014 RSPO 17/06/2022.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- De acordo com a entrevista com o pessoal dos recursos humanos, não se registaram quaisquer promoções na empresa.</li></ul> <p>Foram analisados os documentos associados a diferentes casos de rescisão de contratos:</p> <p>Rescisão do contrato por abandono:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Comunicado para que o indivíduo apareça, feito por rádio.</li></ul> <p>Rescisão voluntária do contrato. Há provas de um recibo de vencimento assinado por um trabalhador que não é o titular do contrato. Esta situação não é permitida por lei, pois não há provas de autorização de pagamento a terceiros por parte do trabalhador que deixou o emprego.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Há provas de uma carta datada de 10/12/2022. Assunto: Pedido de despedimento. Motivos pessoais.</li></ul> <p>Rescisão por justa causa:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Processo disciplinar. Relatório final proferido em proceso disciplinar. Indeferido em 16/11/2022.</li><li>- Advertência disciplinar. RH.11 AGR/RH.01</li><li>- Lei de São Tomé e Príncipe</li><li>- Relatório mensal, informa sobre os trabalhadores com mais de 6 faltas injustificadas.</li><li>- Recursos Humanos, que responde perante o Departamento Jurídico, para dar início ao processo disciplinar. Despacho</li></ul>	
--	--	--	--



		<p>N.º 60/2022. 22/09/2022.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Processo disciplinar instaurado, comunicação ao trabalhador. 23/09/2022.</li><li>- Registo da queixa no processo disciplinar. 23/09/2022.</li><li>- Advertência disciplinar 26/10/2022</li><li>- Convocatória para audição oral no âmbito do processo disciplinar 24/10/2022.</li><li>- Segunda convocatória: 03/11/2022</li><li>- Registo da declaração 07/11/2022</li><li>- Decisão do processo disciplinar enviada à pessoa responsável p e l o comité sindical da empresa. 16/11/2022</li><li>- Relatório final emitido no âmbito de um processo disciplinar. 15/11/2022.</li></ul> <p>Rescisão do contrato - Despedimento: Condutor. Revisão do processo disciplinar. NC:</p> <p>Verificaram-se deficiências na aplicação do processo de emprego (Ref. ADM.012 de 17/06/22:):</p> <p>O processo de formalização do contrato decorre muito tempo após o registo e, no momento em que se inicia o trabalho, embora haja uma indução ao emprego, não há qualquer atualização relativamente às condições do contrato, como o horário de trabalho, o montante do salário, as datas de pagamento e o processo de indução empresarial.</p> <p>Não havia provas de um contrato escrito para o trabalhador transferido do campo para trabalhar como condutor de trator agrícola.</p> <p>Não existe prova de autorização de pagamento a terceiros por parte do trabalhador que abandonou o posto de trabalho. Existe prova de um recibo de vencimento assinado por um trabalhador que não é o trabalhador titular.</p>	
<p><b>Critério 3.6:</b> Um plano de saúde e segurança no trabalho (H&amp;S) é documentado, comunicado e implementado de forma eficaz.</p>			

<p>3.6.1 (C)</p>	<p>Todas as operações são objeto de uma avaliação de riscos para identificar questões de saúde e segurança. Os planos e procedimentos de mitigação são documentados e implementados.</p>	<p>A empresa possui o documento MAPA DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS PROFISSIONAIS para a plantação, atualizado a 05/11/2022, e para a fábrica atualizado a 06/02/2022.</p> <p>Existem provas de todas as actividades realizadas para a produção de óleo de palma. Inclui a identificação do risco, a atividade, o perigo, o risco, a avaliação do risco, as medidas preventivas e correctivas.</p> <p>Introdução do plano H&amp;S: Procedimentos operacionais, base de dados de acidentes.</p> <p>A empresa possui documento: PLANOS DE GESTÃO AMBIENTAL, SOCIAL E DE SAÚDE E SEGURANÇA (2022-2023), na secção 3.3) PLANO DE GESTÃO DE HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO, está incluída a informação relativa à saúde e segurança, como medidas preventivas, controlo de riscos, acidentes, plano de emergência, formação, instalações sanitárias, refeitório, entre outros. Inclui-se ainda a frequência e o responsável pela atividade.</p> <p>NC:</p> <p>A avaliação de riscos analisada não inclui as seguintes actividades: trabalhos em espaços confinados na fábrica e condições dos veículos de transporte de trabalhadores.</p> <p>Além disso, durante a visita às instalações da fábrica, observou-se que não há sinalização ao redor das máquinas e equipamentos para garantir distâncias seguras para quem passa pelos corredores.</p>	<p><input type="checkbox"/> C</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input type="checkbox"/> N/A</p>
<p>3.6.2 (C)</p>	<p>A eficácia do plano de saúde e segurança para fazer face aos riscos para a saúde e a segurança das pessoas é monitorizada</p>	<p>A eficácia do plano de H&amp;S é monitorizada semanalmente através de actas semanais, revisão mensal e comunicação de acidentes de trabalho à direção, inspecções (instalações, ferramentas, EPI's, entre outros).</p> <p>Planeamento das actas semanais de HSE: para cada semana é selecionado um tópico a ser partilhado com todo o pessoal pelos chefes de departamento.</p> <p>março de 2022 Tópicos:</p> <p>Política de trabalho, relatórios de acidentes, como evitar acidentes de</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C</p> <p><input type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input type="checkbox"/> N/A</p>

		trabalho, como proceder em caso de acidente.	
		<p>A empresa dispõe de um ficheiro excel, o Relatório de Acidentes de Trabalho, que contém a seguinte informação mensal: base de dados do relatório de acidentes, acidentes por cada departamento da empresa, total de acidentes por mês, tipos de acidentes, tipo de acidentes por cada secção e gráfico. Esta informação é analisada pela equipa e partilhada com os responsáveis dos departamentos.</p> <p>Durante o ano de 2022, foram realizadas várias inspecções aos seguintes temas: Condições de higiene e segurança, EPI, extintores de incêndio, kits de primeiros socorros. Os registos estavam disponíveis para análise durante a auditoria. Foi evidenciado o registo de 45 listas de verificação de inspecções. Existe um ficheiro denominado "Base de dados das inspecções", com as seguintes informações Separador com o registo das inspecções e as acções correctivas realizadas de acordo com as conclusões.</p>	
<p><b>Critério 3.7:</b>                  Todo o pessoal, trabalhadores, pequenos agricultores do regime, cultivadores subcontratados e trabalhadores contratados recebem formação adequada.</p>			
3.7.1 (C)	<p>Existe um programa documentado de formação, acessível a todo o pessoal, trabalhadores, pequenos proprietários e cultivadores subcontratados, tendo em conta as necessidades específicas de género, e que abrange os aspectos aplicáveis dos P&amp;C da RSPO, de uma forma que estes compreendam, e que inclui avaliações da formação.</p> <p>A formação dos trabalhadores deve abranger, no mínimo, os</p>	<p>Através de uma análise de documentos e de entrevistas com o pessoal da empresa, verificou-se que a empresa tem um plano de formação anual, Agripalma - Plano de formação 2022 Rev 3. O plano inclui os tópicos que serão ensinados durante o ano, que são estabelecidos por departamento ou secção. Temas gerais como a certificação e as políticas da empresa, e temas específicos relacionados com a gestão da segurança e saúde, actividades de campo, actividades de manutenção, rastreabilidade, laboratório, entre outros.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>

	<p>seguintes aspectos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- os riscos para a saúde e o ambiente decorrentes da exposição a pesticidas;</li> <li>- reconhecimento dos sintomas de exposição aguda e prolongada, incluindo os grupos mais vulneráveis (por exemplo, jovens trabalhadores, mulheres grávidas);</li> <li>- Instrumentos ou regulamentos internacionais e nacionais que proteger a saúde dos trabalhadores;</li> <li>- Produtividade e melhores práticas de gestão;</li> <li>- PONs relevantes.</li> </ul>		
3.7.2	<p>Os registos de formação são mantidos, quando necessário, n u m a base individual.</p>	<p>Existe um registo de formação consolidado para cada trabalhador, que apresenta as seguintes informações</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Código, nome, departamento, sector, formação, formador, data da formação, estado da formação, duração, certificado, entrega do certificado, n.º do certificado, validação da formação e observações.</li> </ul> <p>Provas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Registos de indução para novos trabalhadores. 09/07/2022. 8 participantes.</li> <li>- Aplicação de fertilizantes e entrega de máscaras. 06/01/2023. 10 participantes.</li> <li>- Manutenção manual da placa. 27/08/2022. 12 participantes.</li> <li>- Colheita e poda. 20/11/2021. 61 participantes.</li> <li>- IMP. 07/01/2023. 6 participantes.</li> <li>- Procedimento para o cálculo do peso médio do FFB. 11/05/2022. 4 participantes.</li> </ul>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>

3.7.3	É ministrada formação adequada ao pessoal que executa as tarefas essenciais para a aplicação efectiva da norma de certificação da cadeia de abastecimento (SCCS). A formação é específica e relevante para a(s) tarefa(s) executada(s).	A empresa dispõe de um plano de formação anual, efectua uma formação específica para o pessoal envolvido na extração e participa na implementação da cadeia de abastecimento.  Através de entrevistas com os trabalhadores da báscula, onde é feita a identificação da origem da fruta e a sua posterior segregação, e com o pessoal da expedição e o diretor industrial, é evidente que têm conhecimento do modelo da cadeia de abastecimento e da norma RSPO.  Registos de formação analisados:  Acompanhamento de processos - Balanço de massa. 11/03/2022. 8 participantes.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
<b>Critério 3.8:</b> Requisitos da cadeia de abastecimento para os moinhos			
3.8.1	Módulo Identidade Preservada  Considera-se que um lagar é IP se os FFB processados pelo lagar forem provenientes de plantações/propriedades certificadas de acordo com a	Não aplicável, a empresa está a implementar o módulo MB.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs
	RSPO P&C, ou em relação a um Sistema de Certificação de Grupo  A certificação para as fábricas de CPO é necessária para verificar os volumes e a origem das CFF certificadas que entram na fábrica, a implementação de qualquer controlo de processamento e o volume de vendas de produtos certificados RSPO. Se uma fábrica processa CFF certificadas e não certificadas sem as separar fisicamente, aplica-se o Módulo MB apenas.		<input checked="" type="checkbox"/> N/A
3.8.2	Balanço de massa Módulo  Um moinho é considerado MB se o moinho processar CFF de plantações/propriedades certificadas e não certificadas pela RSPO. <sup>rd</sup> Uma fábrica pode receber CFF de produtores não certificados, além daqueles de sua própria base de fornecimento certificada e de terceiros.	A empresa implementa o modelo MB, a fruta provém de plantações detidas e geridas pela empresa, mas apenas uma secção da plantaço, a da rubrica 409, é certificada pela RSPO. A área da rubrica 410 não é certificada. Cerca de 36,38% da produção corresponde a fruta certificada.  A empresa confia no Widrasoft, o sistema utilizado para registar o peso dos frutos nas balanças.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

<p>3.8.3</p>	<p>A tonelagem estimada de produtos de CPO e PK que podem ser potencialmente produzidos pela fábrica certificada deve ser registada pela EC no resumo público do relatório de certificação de P&amp;C. Este valor representa o volume total de produtos certificados de óleo de palma (CPO e PK) que a fábrica certificada está autorizada a entregar num ano. A tonelagem real produzida deve então ser registada em cada relatório anual de controlo subsequente.</p>	<p>A empresa possui registos diários de produção, uma base de dados em excel denominada - Reporting POM AGRIPALMA December 2022. FFB recebido da propriedade: 49.990,1 MT (soma dos valores mensais), CPO produzido 2.347,67 MT (soma dos valores mensais), PK produzido 509,49 MT (soma dos valores mensais). Este relatório tem os volumes certificados como totais.</p> <p>Além disso, gera relatórios diários consolidados de produção - Flash de Produção Industrial, código RD.01, que apresentam a produção atual, a produção acumulada do mês em causa e a produção acumulada e saldo do ano. É ainda reportada a informação correspondente às existências, ao azeite produzido, à taxa de extração e ao volume expedido. Neste relatório, são registadas separadamente as entradas e saídas de volumes certificados e não certificados.</p> <p>Existe um ficheiro Reporting POM Agripalma 2023 com as informações de produção actuais.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>
<p>3.8.4</p>	<p>A fábrica também deve cumprir todos os requisitos de registo e comunicação. Requisitos para a cadeia de abastecimento adequada através da plataforma de TI da RSPO</p>	<p>A seguinte informação está disponível em PT. O cliente apresentou um relatório com 8 transacções de transporte e todas estão confirmadas.</p> <p>Produto: Óleo de palma</p> <p>PalmTrace ID do Membro : RSPO_PO1000011396</p> <p>Número de Membro da RSPO : 1-0269-19-000-00</p> <p>Tipo de negócio :Lagar de azeite</p> <p>Estado da licença: Ativo (28-09-2022 -30-03-2023)</p> <p>Modelo da cadeia de abastecimento:</p> <p>Balanço de massa</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>
<p>3.8.5</p>	<p>Procedimentos documentados</p> <p>A fábrica deve ter procedimentos escritos e/ou instruções de trabalho ou equivalentes para garantir a implementação de todos os elementos do modelo de cadeia de abastecimento aplicável especificado. Esses procedimentos devem incluir, no mínimo, o seguinte</p>	<p>A empresa possui um procedimento de rastreabilidade denominado Rastreamento do processo, PO.101. data 06/05/2022. Rev 01. Este documento descreve o processo desde a receção da matéria-prima na báscula até à expedição do produto final na fábrica de óleo de palma, de forma a garantir a correlação entre as quantidades de CFF certificadas e não certificadas, como os produtos de palma produzidos.</p>	<p><input type="checkbox"/> C  <input checked="" type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>

- a) Procedimentos completos e actualizados que abrangem a aplicação de todos os elementos dos requisitos do modelo da cadeia de abastecimento
- b) Registos e relatórios completos e actualizados que demonstrem a conformidade com os requisitos do modelo da cadeia de abastecimento (incluindo registos de formação)
- c) Identificação do papel da pessoa que tem a responsabilidade geral e a autoridade sobre a implementação destes requisitos e o cumprimento de todos os requisitos aplicáveis. Esta pessoa deve ser capaz de demonstrar que conhece os procedimentos da fábrica para a aplicação desta norma.
- d) O lagar deve dispor de procedimentos documentados para a receção e transformação de CFF certificados e não certificados, incluindo a garantia de não contaminação no lagar IP.

Além disso, a empresa tem procedimentos para cada fase do processo e registos associados que demonstram a conformidade com o modelo MB da cadeia de abastecimento.

Procedimentos revistos:

- Rastreamento do processo: PO.101 - Rastreamento do Processo\_rev01. Contém o procedimento documentado para a receção e processamento de FFB certificadas e não certificadas.

- Exportação de CPO: PO.102 - Exportação de CPO

- Posto de Pesagem: PO.103 - Posto de Pesagem

- Receção de FFB: PO.202 - Receção de FFB

- Estação de Esterilização: PO.203 - Estação de Esterilização\_Rev01 assinado

- Organização da Produção: PO.200 - Organização da Produção

- Arranque e paragem da fábrica: PO.201 - Arrancar e parar a Fábrica

- Estação de Debulha: PO.204 - Estação de Debulha

- Estação de Digestão-Extração: PO.205 - Estação de Digestão-Extração

- Estação de Desfibração e Recuperação de Sementes PO.206 - Estação de Desfibração e

		<p>Recuperação de Caroço</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estação de Esclarecimento: PO.207 - Estação de Clarificação</li> <li>- Estação de Produção de Vapor: PO.208 - Estação de Produção de Vapor</li> <li>- Acumulador de Vapor: PO.209 - Acumulador de Vapor</li> <li>- Central Eléctrica: PO.210 - Central Eléctrica_Rev01</li> <li>- Auditoria Interna: PO.533 - Auditoria Interna</li> <li>- Revisão Anual da Documentação: PO.534 - Revisão Anual da Documentação</li> <li>- Controlo de Produtos e Documentos Não Conformes: PO.544 - Controlo de Produtos e Documentos Não Conformes</li> </ul> <p>Cada procedimento tem o seu formato de registo associado, são apresentados alguns exemplos revistos e observa-se que estão actualizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- mod.AGR.POM.PRD.RD.200 - Supervisão da produção diária</li> <li>- mod.AGR.POM.PRD.RD.201 - Flash de Produção Industrial Acelerada</li> <li>- mod.AGR.POM.PRD.RD.203 - Estação de esterilização</li> <li>- mod.AGR.POM.PRD.RD.205 - Estação de digestão-extração</li> <li>- mod.AGR.POM.PRD.RD.206 - Estação de Recuperação de Sementes</li> <li>- mod.AGR.POM.PRD.RD.207 - Estação de clarificação</li> <li>- mod.AGR.POM.PRD.RD.208 - Monitorização diária da caldeira</li> </ul> <p>A pessoa que tem a responsabilidade geral e a autoridade para a implementação do requisito da norma da cadeia de abastecimento é o diretor industrial, tal como se afirma no documento Descrição das funções - Diretor industrial. De acordo com a entrevista, o diretor industrial demonstra conhecimento dos procedimentos da fábrica para a implementação da norma.</p> <p>NC:</p> <p>Não existiam provas documentais da designação ou descrição das pessoas responsáveis pela execução das seguintes actividades: informar a BC em caso de sobreprodução de FFB, efetuar transacções no PalmTrace.</p>	
3.8.6	<p>Auditoria interna</p> <p>(i) A fábrica deve dispor de um procedimento escrito para efetuar um controlo anual</p>	<p>A empresa possui o procedimento operacional Auditoria Interna, Código PO.553 de 02/03/2021. Este documento estabelece os critérios de avaliação da RSPO</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C</p> <p><input type="checkbox"/> NC</p>



	<p>auditoria interna para determinar se a fábrica;</p> <p>a) Está em conformidade com os requisitos da RSPO SC para moinhos e com as Regras da RSPO sobre Comunicação de Mercado e Reivindicações</p> <p>b) Implementa e mantém eficazmente os requisitos normalizados na sua organização.</p> <p>(ii) As eventuais não conformidades detectadas no âmbito da auditoria interna devem ser emitidas e requerer medidas correctivas. Os resultados das auditorias internas e todas as medidas tomadas para corrigir as não conformidades devem ser objeto de uma análise pela direção pelo menos uma vez por ano. Os moinhos devem manter os registos e relatórios das auditorias internas.</p>	<p>os requisitos da cadeia de abastecimento e as regras de comunicação com o mercado. Estabelece o programa de auditoria, a competência dos auditores, a descrição das actividades de auditoria, os dados de saída e os documentos de referência.</p> <p>É evidenciado um documento denominado Relatório de Auditoria Interna Cadeia de Suprimento - 2022, onde se pode observar uma lista de verificação com os indicadores correspondentes à norma da cadeia de suprimento da RSPO, perguntas, resultados da avaliação e conclusões. São reportadas constatações de conformidade "C" e conformidade parcial "PC". A auditoria foi realizada em 18/11/2022, não sendo reportadas quaisquer não conformidades.</p> <p>A auditora principal foi Cynthia Van-Dunem, que completou o curso de auditor principal da cadeia de abastecimento da RSPO. Certificado n.º CD-RSPO-SCC(LA)- 26/04/22.</p>	<p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input type="checkbox"/> N/A</p>
3.8.7	<p>Compras e entrada de mercadorias</p> <p>(i) O lagar verificará e documentará A tonelagem e as fontes de FFB certificadas e a tonelagem de FFB não certificadas recebidas.</p> <p>(ii) O lagar informará imediatamente o OC caso se preveja uma sobreprodução do volume certificado</p> <p>(iii) O doente deve dispor de um mecanismo para o tratamento de FFB e/ou documentos não conformes.</p>	<p>(i) A fruta provém das suas próprias plantações, existe uma base de dados de lotes principais que está disponível no sistema de balança. A fruta vem do campo acompanhada de um talão denominado "Fornecimento de pinhas a fábrica" que contém a seguinte informação:</p> <p>Informação sobre o veículo, condições dos FFB: bom, podre e verde, onde o verificador indica o código do lote e o número de FFB. Com o código do lote, no sistema de balança, o operador selecciona a categoria de certificado ou não certificado RSPO.</p> <p>(ii) De acordo com a entrevista, foi evidenciado que o Coordenador de Sustentabilidade é quem tem a responsabilidade de informar o CB se houver uma sobreprodução projectada ou um volume certificado.</p> <p>(iii) A empresa possui um procedimento operacional denominado "Controlo de produtos E Documentos Não Certificados", código PO.544, datado de 02/03/2021. O objetivo é estabelecer o procedimento e tratamento dos produtos de palma CPO e PK e documentos não conformes, conforme especificado na norma da cadeia de abastecimento da RSPO.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C</p> <p><input type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input type="checkbox"/> N/A</p>

3.8.8	<p>Vendas e saída de mercadorias</p> <p>O lagar fornecedor assegurará que sejam cumpridos os seguintes requisitos mínimos</p>	<p>A empresa exporta o azeite produzido e os documentos de exportação, tais como o talão de pesagem e a fatura de exportação, contêm as informações solicitadas em</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC</p>
	<p>As informações relativas aos produtos certificados RSPO são disponibilizadas sob a forma de documentos. A informação deve ser completa e pode ser apresentada num único documento ou numa série de documentos emitidos para produtos de palma certificados pela RSPO (por exemplo, notas de entrega, documentação de expedição e documentação de especificação):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>O nome e o endereço do comprador;</li> <li>O nome e o endereço do vendedor</li> <li>A data principal ou de expedição/entrega;</li> <li>A data em que os documentos foram emitidos;</li> <li>Número do certificado RSPO;</li> <li>Uma descrição do produto, incluindo o modelo de cadeia de abastecimento aplicável (IP ou MB ou as abreviaturas aprovadas);</li> <li>A quantidade dos produtos entregues;</li> <li>Qualquer documentação de transporte relacionada</li> <li>Um número de identificação único</li> </ol>	<p>o indicador.</p> <p>Registos e documentos analisados:</p> <p>Contrato STP22005A: Inclui nome e endereço do comprador, nome e endereço do vendedor, data: 10/02/2022. Mercadoria: Óleo de palma bruto orgânico e RSPO- MB. Expedição Perior, preço e quantidade.</p> <p>Fatura de exportação nrFT0546322.005. data: 22.02.2022. Quantidade, descrição do produto, incluindo o módulo da cadeia Supplu, e informações sobre o comprador.</p> <p>Conhecimento de Embarque: Inclui o produto Óleo de palma bruto orgânico RSPO-MB, origem, peso total, referência STP22005A (consistente com o número do contrato) data: 08/02/2022.</p> <p>Desembarço aduaneiro: exportação. Inclui a quantidade, que é coerente com o BL, o tipo de produto, o vendedor.</p> <p>Facturas do despachante aduaneiro.</p> <p>Weighbridge registers No. 2114, dated 21/02/2022, No. 2153 dated 23/02/2022, No. 2157 dated 23/02/2022, No. 2100 dated 19/02/2022, No. 2099, dated 19/02/2022, No. 2084 dated 18/02/2022, No. 2077 dated 18/02/2022, No. 2072 dated 17/02/2022, No. 2038 dated 16/02/2022, No. 1980 de 14/02/2022, n.º 2145 de 22/02/2022.</p> <p>Contrato STP22012, fatura n.º FT0546322.17, desalfandegamento n.º 565297, conhecimento de embarque em 06/06/2022 e registos de báscula n.º 4067, 4092, 4044, 4059, 4064.</p> <p>Os documentos analisados contêm as informações exigidas pelo indicador.</p>	<p><input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>

3.8.9	<p>Actividades de externalização</p> <p>(i) O lagar não subcontratará as suas actividades de moagem. Nos casos em que o lagar subcontrata actividades a terceiros independentes (por exemplo, subcontratantes para armazenamento, transporte ou outras actividades subcontratadas), o lagar titular do certificado deve</p>	<p>A empresa não subcontrata nenhuma atividade de tratamento do petróleo. Dispõe de um contrato para o transporte do azeite.</p> <p>Contrato revisto:</p> <p>TRANSLOG- Transportes, Transitários e Logística, Lda. Contrato por 12 meses, renovável automaticamente. 15/03/2021. A propriedade legal da</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C</p> <p><input type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input type="checkbox"/> N/A</p>
	<p>assegurar que a terceira parte independente cumpre os requisitos relevantes desta Certificação RSPO SC.</p> <p>(ii) A fábrica deve garantir o seguinte:</p> <p>a) A fábrica tem a propriedade legal de todo o material de entrada a ser incluído nos processos subcontratados</p> <p>b) A fábrica tem um acordo ou contrato que abrange o processo de subcontratação com cada contratante através de um acordo assinado e executável com o contratante. Cabe à fábrica garantir que o CB tem acesso ao contratante ou à operação de subcontratação se for considerada necessária uma auditoria.</p> <p>c) A fábrica tem um sistema de controlo documentado com procedimentos explícitos para o processo subcontratado, que é comunicado ao contratante relevante.</p> <p>d) O moinho deve ainda garantir (por exemplo, através de acordos contratuais) que os terceiros independentes contratados proporcionem aos BC devidamente acreditados o acesso relevante às respectivas operações, sistemas e a toda a informação, quando tal for previamente anunciado.</p>	<p>O óleo pertence à Agripalma.</p> <p>O manual do contratante indica que a empresa ou o OC podem visitar o fornecedor para determinar a conformidade, e este documento é partilhado com o contratante.</p>	
3.8.10	<p>A fábrica deve registar os nomes e os dados de contacto de todos os contratantes utilizados para o manuseamento físico dos produtos de palma certificados RSPO.</p>	<p>A empresa dispõe de uma lista de prestadores de serviços em que a TRANSLOG está registada. Esta lista denomina-se "Lista de contratos com Agripalma 2022".</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C</p> <p><input type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input type="checkbox"/> N/A</p>

3.8.11	A fábrica deve informar o seu OC com antecedência, antes da realização da sua próxima auditoria, dos nomes e contactos de qualquer novo contratante utilizado para o manuseamento físico de produtos de palma certificados RSPO.	Não há alterações no serviço de transporte, a TRANSLOG é a única empresa disponível na ilha para prestar o serviço.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
3.8.12	<p>Manutenção de registos</p> <p>(i) A fábrica deve manter registos e relatórios precisos, completos, actualizados e acessíveis que abranjam todos os aspectos dos requisitos desta Norma de Certificação da Cadeia de Abastecimento da RSPO.</p>	<p>(i) A empresa mantém registos actualizados que estavam disponíveis durante a auditoria. Foram analisados os seguintes registos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornecimento de FFB à fábrica.</li> <li>- Folha de registo de expedição Flexitank.</li> <li>- Talão de pesagem.</li> </ul>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
	<p>(ii) Os prazos de conservação de todos os registos e relatórios devem ser, no mínimo, de dois (2) anos e devem cumprir os requisitos legais e regulamentares pertinentes e poder confirmar o estatuto certificado das matérias-primas ou dos produtos armazenados.</p> <p>(iii) Para o Módulo de Identidade Preservada, a fábrica deve registar e equilibrar todas as entradas de FFB certificado RSPO e as entregas de CPO e PK certificado RSPO em tempo real.</p> <p>(iv) Para o módulo de balanço de massa, o moinho:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Deve registar e equilibrar todas as entradas de FFB certificados RSPO e entregas de CPO e PK certificados RSPO em tempo real e/ou numa base trimestral.</li> <li>b) Todos os volumes de CPO e PK certificados que são entregues são deduzidos do sistema de contabilidade de materiais de acordo com os rácios de conversão indicados pela RSPO.</li> <li>c) A fábrica só pode entregar vendas de Balanço de Massa a partir de um stock positivo. O stock positivo pode incluir produto encomendado para entrega no prazo de três (3) meses. No entanto, uma fábrica pode vender a descoberto (ou seja, o produto pode ser vendido antes de estar em stock).</li> </ul>	<p>- Documentos de exportação.</p> <p>(ii) Os registos são conservados durante um período mínimo de 2 anos. Isto está definido no procedimento de controlo de documentos.</p> <p>(iii) Não aplicável.</p> <p>(iv)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Os registos e o balanço das FFB certificadas RSPO e as entregas de CPO certificadas RSPO são feitos em tempo real, se o volume não estiver disponível, então não pode ser vendido. A empresa conta com o Widrosoft, o sistema utilizado para registar o peso da fruta e do óleo expedido em balanças.</li> <li>b) Os volumes entregues são deduzidos dos sistemas de contabilidade contínua. A revisão dos registos de produção permitiu verificar que, no momento da expedição, o volume de CPO se encontrava em armazém.</li> <li>c) De acordo com a revisão dos registos de produção e de pesagem, verificou-se que, no momento da expedição, existiam existências positivas.</li> </ul>	

3.8.13	<p><b>Taxa de extração</b></p> <p>A taxa de extração de óleo (OER) e a taxa de extração de amêndoa (KER) devem ser aplicadas para fornecer uma estimativa fiável da quantidade de CPO e PK certificados a partir dos factores de produção associados. O lagar deve determinar e fixar as suas próprias taxas de extração com base na experiência anterior, documentado e aplicado de forma coerente.</p>	<p>A taxa de extração de óleo e de recuperação da amêndoa é feita diariamente, de acordo com os volumes de FFB processados e a quantidade de óleo produzida. É aplicada a seguinte fórmula:</p> <p>CPO produzido/ FFB transformado*100</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
3.8.14	<p>As taxas de extração devem ser actualizadas periodicamente para garantir a exatidão em relação ao desempenho real ou à média do sector, se for caso disso.</p>	<p>As taxas de extração são actualizadas diariamente de acordo com os registos de produção.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
3.8.15	<p><b>Processamento</b></p>	<p>N/A</p>	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC
	<p>Para o Módulo de Identidade Preservada, a fábrica deve assegurar e verificar, através de procedimentos documentados e manutenção de registos, que o produto de palma certificado RSPO é mantido separado dos produtos de palma não certificados, incluindo durante o transporte e armazenamento para tentar obter uma separação a 100%.</p>		<input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
3.8.16	<p><b>Registo das transacções</b></p> <p>(i) O anúncio de expedição na plataforma informática da RSPO deve ser efectuado pelos lagares quando os produtos certificados RSPO são vendidos como certificados a refinarias, trituradores e comerciantes, no prazo máximo de três meses após a expedição, sendo a data de expedição o conhecimento de embarque ou a data da documentação de expedição.</p> <p>(ii) Retirar: Volumes certificados RSPO vendidos ao abrigo de outro regime ou convencional, ou em caso de subprodução, as perdas ou danos devem ser removidos na plataforma informática da RSPO</p>	<p>(i) Existem provas de 8 transacções de embarque de CPO, todas elas aceites para um volume total de 1364,18 MT. O PK é vendido como convencional.</p> <p>NC: Não existem registos de transacções de remoção, de acordo com o relatório PT. Os registos do cliente mostraram que havia um saldo de 974,69 MT ok CPO vendido como convencional.</p>	<input type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

3.8.17	<p><b>Reclamações</b></p> <p>O lagar só pode fazer alegações relativas à produção de óleo certificado RSPO que estejam em conformidade com as Regras de Mercado da RSPO</p> <p>Comunicações e reclamações.</p>	<p>As alegações feitas nas facturas de exportação não incluem o número do certificado RSPO. Foram revistas as seguintes facturas: FT0546322.018 21-06- 2022, FT0546322.019 07-07-2022, FT0546322.017.</p>	<p><input type="checkbox"/> C</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input type="checkbox"/> N/A</p>
--------	--	---	---

**Princípio 4: Respeitar os direitos comunitários e humanos e proporcionar benefícios**

**Critério 4.1:**  
 A unidade de certificação respeita os direitos humanos, o que inclui o respeito pelos direitos dos Defensores dos Direitos Humanos

4.1.1 (C)	<p>Uma política de respeito pelos direitos humanos, incluindo a proibição de retaliação contra Defensores dos Direitos Humanos (DDH), é documentada e comunicada a todos os níveis da força de trabalho, operações, cadeia de abastecimento e comunidades locais e proíbe a intimidação e o assédio por parte da unidade de certificação e serviços contratados, incluindo serviços contratados forças de segurança.</p>	<p>Agripalma tem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Política da Agripalma, que inclui a Política de Direitos Humanos e a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos. Esta política aplica-se a todos os funcionários e subcontratados da empresa.</li> <li>- O Minute Guide da HSA, datado de 01.12.2022, onde a empresa declara que os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente da raça, do sexo, nacionalidade, etnia, língua, religião ou qualquer outra condição, e reconhece que os direitos humanos são universais e se aplicam a todos, sem exceção distinção.</li> <li>Durante a visita às instalações da empresa, foi possível ver as publicação da política de direitos humanos e proteção dos direitos humanos Defensores.</li> </ul>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>
4.1.2	<p>A unidade de certificação não instiga à violência nem recorre a qualquer forma de assédio, incluindo o recurso a mercenários e paramilitares nas suas operações.</p>	<p>Na sua política em matéria de assédio sexual e de todas as outras formas de assédio e de violência no local de trabalho, a AGRIPALMA intervém pacificamente junto dos seus empregados e das populações locais e proíbe qualquer recurso à intimidação ou à agressão por parte das empresas de segurança contratadas. Além disso, a AGRIPALMA proíbe a utilização de mercenários e paramilitares nas suas actividades.</p> <p>Durante a análise documental dos pedidos ou queixas, não foram encontradas provas de violência, conflitos ou assédio, incluindo o recurso a mercenários e paramilitares.</p> <p>Entrevistas com trabalhadores revelaram que não há recurso a mercenários e paramilitares nas operações da empresa.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>

**Critério 4.2: Existe um sistema mutuamente acordado e documentado para lidar com queixas e reclamações, que é implementado e aceite por todas as partes afectadas.**

4.2.1 (C)	O sistema mutuamente acordado, aberto a todas as partes afectadas, resolve os litígios de forma eficaz, atempada e adequada, assegurando o anonimato dos queixosos, dos defensores dos direitos humanos, dos porta-vozes da comunidade e dos denunciantes, sempre que solicitado, sem risco de represálias ou intimidações, e segue a política da RSPO sobre o respeito pelos defensores dos direitos humanos.	<p>Numa análise documental, foi evidenciado que a empresa tem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Procedimento de queixas externas. 20210819-ADM-009.</li> </ul> <p>Para além de outros conteúdos, este procedimento destaca a garantia de anonimato/confidencialidade, em que, se especificamente solicitado pelo queixoso, a identidade será mantida confidencial. Tal não permitirá que o empresa a divulgar, identificar, e mesmo numa ação judicial formal, a menos que seja exigido</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
		<p>por lei para o fazer. Isto também permite a proteção do anonimato do queixoso.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Procedimento de queixas internas. 20210819-ADM-010</li> </ul> <p>OBJECTIVO DA POLÍTICA</p> <p>Os objectivos da política de queixas são resolver as queixas o mais rapidamente possível e garantir que os mal-entendidos (caso existam), que estão na origem das queixas, sejam esclarecidos e não dêem origem a problemas que possam afetar negativamente a produtividade.</p> <p>Durante a análise documental dos pedidos ou queixas, não foram observados registos relativos a litígios ou denúncias de irregularidades nas comunidades ou por parte de outros agentes sociais ou governamentais.</p>	
4.2.2	Existem procedimentos para garantir que o sistema seja compreendido pelas partes afectadas, incluindo as analfabetas.	<p>Em 4.2.1 são mencionados os procedimentos de comunicação interna e externa, descrevendo passo a passo como proceder em caso de reclamações, queixas ou pedidos.</p> <p>Além disso, na lista principal de procedimentos existe um procedimento específico para as pessoas analfabetas (sem código) que contempla a possibilidade de haver pessoas analfabetas na força de trabalho e em todas as diferentes partes interessadas.</p> <p>O procedimento prevê que, no caso dos contratos, em que o candidato deve concordar com as condições prévias do emprego, o documento seja lido e explicado oralmente ao trabalhador numa linguagem clara e compreensível.</p> <p>No que diz respeito às comunicações afixadas em painéis, estipula-se que os responsáveis directos, tanto nas zonas administrativas como nas zonas agrícolas, devem apresentar e explicar o conteúdo à população vulnerável sob a sua responsabilidade.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A



		<p>Durante as entrevistas, foi possível verificar que, por vezes, antes das actividades de campo, explicam-lhes tópicos sobre saúde e segurança no trabalho, mudanças de profissões para a semana, entre outros.</p>	
4.2.3	<p>A unidade de certificação mantém as partes envolvidas numa queixa informadas do seu progresso, nomeadamente em relação ao calendário acordado, e o resultado está disponível e é comunicado às partes interessadas relevantes.</p>	<p>Em 4.2.1 são mencionados os procedimentos de comunicação interna e externa, descrevendo passo a passo como proceder em caso de reclamações, queixas ou pedidos.</p> <p>A empresa apresentou ao auditor a matriz excel onde consolida e classifica todas as queixas, reclamações e pedidos. Esta matriz foi analisada, verificando-se o registo, o processamento e a resolução atempada de</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>
		<p>os pedidos recebidos, sendo o prazo de resposta não superior a 30 dias, exceto se a área responsável necessitar de mais tempo e, nesse caso, informar o queixoso.</p> <p>Não foram identificadas nesta matriz questões específicas relativas a litígios ou não-conformidades das partes interessadas.</p>	

4.2.4	O mecanismo de resolução de conflitos inclui a opção de acesso a aconselhamento jurídico e técnico independente, a possibilidade de os queixosos escolherem indivíduos ou grupos para os apoiarem e/ou actuarem como observadores, bem como a opção de um mediador terceiro.	<p>A Agripalma tem um procedimento de queixa externo (GRUPO SOCFIN - sem código) e o mecanismo estabelecido assume que as partes interessadas estão dispostas a chegar a uma resolução voluntária, mas também tem em consideração as formas tradicionais de resolução de queixas das partes interessadas afectadas, deixando claro que não é um mecanismo imposto por lei e que não impede o acesso a outros mecanismos judiciais ou extrajudiciais.</p> <p>Este procedimento inclui as regras aplicáveis, o contacto atribuído, o anonimato/confidencialidade, a forma de apresentar queixas, os pormenores das queixas recebidas, as soluções alternativas, as propostas e as intervenções.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
<b>Critério 4.3:</b> A unidade de certificação contribui para o desenvolvimento sustentável local, conforme acordado pelas comunidades locais.			
4.3.1 (C)	São demonstrados os contributos para o desenvolvimento comunitário baseados nos resultados de consultas com as comunidades locais.	<p>Alguns dos registos/evidências que demonstram a contribuição da empresa para as comunidades incluem</p> <p>Contribuição para a melhoria dos meios de subsistência (registos verificados das actividades realizadas). Consolidação dos projectos em formato de Gestão de Projectos - Infra-estruturas. Datas: de 18.08.2022 a 30.12.2022 foram executados 16 projectos de melhoria, nos quais se registam a descrição do projeto, o início e o fim do plano de ação, o orçamento atribuído, o estado do projeto, o progresso e a data de conclusão final.</p> <p>A atribuição de recursos para projectos de infra-estruturas faz parte das implementações decorrentes de questões como a melhoria dos meios de subsistência das comunidades (questão levantada no estudo de impacto socioambiental, que é participativo).</p> <p>Exemplo:</p> <p>- Reparação da estrada na secção 3. Início: 17.11.2022 e terminou 28.12.2022.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

		<p>- Construção de brinquedos para o jardim de infância. Iniciada: 19.12.2022 e terminado 30.12.2022.</p> <p>Além disso, foram evidenciados registos de cartas recebidas e enviadas relativas a pedidos de apoio das comunidades e das partes interessadas em geral:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Pedido de 50 litros de combustível (gasóleo) para facilitar o transporte da comunidade de Monte Mário para a realização de actividades recreativas, desportivas e culturais (10.02.2022).</li><li>- Apoio ao Centro de Recursos Educacionais e de Formação da comunidade de Porto Alegre com materiais de papelaria (21.03.2022).</li><li>- Apoio financeiro a Vila Clotilde para a realização da sua festa religiosa anual (26.10.2022).</li></ul>	
--	--	--	--

**Critério 4.4:**

A utilização das terras para o óleo de palma não diminui os direitos legais, consuetudinários ou de utilização de outros utilizadores sem o seu consentimento livre, prévio e informado.

4.4.1 (C)	<p>Documentos que comprovem a propriedade legal ou o arrendamento, ou a utilização autorizada de terras consuetudinárias autorizada pelos proprietários consuetudinários através de um processo de Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC). Estão disponíveis documentos relacionados com a história da posse da terra e a utilização legal ou consuetudinária efectiva da terra.</p>	<p>Para o cumprimento deste indicador, a AGRIPALMA dispõe de documentos legais que compram a posse da terra.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Inventário de avaliação dos activos da EMOLVE para definição de valores para negociação (venda da Emolve à Agripalma), 13.04.2009.</li> <li>- Contrato de concessão emitido pelo Ministério do Plano e Finanças - Direção do Tesouro e Património para a Agripalma. Versão 20.08.2009 que é composto por vários artigos sobre o objeto e prazo do contrato, renda, obrigações da concessão, obrigações do Estado, não assunção de responsabilidades, proteção do ambiente, pessoas, resolução de contrariedades, força maior, lei aplicável e jurisdição, e anexos.</li> <li>- Título provisório de posse nº 409, onde concordo com o artigo 35º da Lei. 3/91, ou seja, o Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural atribuiu à empresa Agripalma Limitada a posse de uma área total de 665 hectares. 28.10.2020.</li> <li>- Título de posse provisória nº 410, onde de acordo com o artigo 35 da lei n. 3/91, o Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural concede à sociedade Agripalma Ltda a propriedade de um total de</li> </ul>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>
		<p>área de 1735 hectares. 28.10.2020.</p>	
4.4.2	<p>Estão disponíveis cópias de documentos que comprovam os processos de celebração de acordos e os acordos negociados que descrevem pormenorizadamente o processo de CLPI.</p> <p>a) Provas de que foi desenvolvido um plano através de consultas e discussões de boa fé com todos os grupos afectados nas comunidades, com especial garantia de que os grupos vulneráveis, minoritários e de género são consultados, e de que foram fornecidas informações a todos os grupos afectados, incluindo informações sobre as medidas tomadas para os envolver na tomada de decisões.</p>	<p>A terra na qual as plantações da Agripalma operam é arrendada pelo governo e, conforme relatado em 4.4.1, a empresa possui documentos que comprovam a legalidade da posse da terra da Agripalma (mais informações em 4.4.1). Entrevistas recentes com as partes interessadas confirmaram que elas têm discussões regulares com a Agripalma nos espaços gerados pela empresa na área social, e o representante do sindicato também informou que eles têm reuniões com a empresa periodicamente.</p> <p>No caso de ter de iniciar um processo de consentimento livre, prévio e informado, a empresa apresentou o seu procedimento de consentimento livre, prévio e informado 20210819-HSA-006-CLIP ou qualquer outra parte do sistema de relações da AGRIPALMA com as partes externas interessadas.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>

		A sua aplicação tem por objetivo garantir o acesso à informação, o diálogo transparente e as boas relações entre a AGRIPALMA e as comunidades vizinhas.	
4.4.3 (C)	São elaborados mapas a uma escala adequada que mostrem a extensão dos direitos legais, consuetudinários ou de utilização reconhecidos, através de uma cartografia participativa que envolva as partes afectadas (incluindo as comunidades vizinhas, se for caso disso, e as autoridades competentes).	Foi evidenciado o procedimento de controlo da delimitação e gestão dos limites das plantações (sem código), que visa garantir uma delimitação clara da concessão acordada.  A Agripalma delimita todos os limites da sua concessão com estradas visíveis e acessíveis que contornam toda a área projectada.  Um mapa denominado Limite de Concessão da Concessão da Plantação Agripalma-São Tomé está incluído neste documento.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
m4.4.4	Todas as informações relevantes estão disponíveis em formas e línguas adequadas, incluindo avaliações de impactos, partilha de benefícios proposta e disposições legais...	Todas as informações são apresentadas em português, a língua oficial da República de São Tomé e Príncipe, e são compreensíveis e acessíveis às partes envolvidas.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
4.4.5 (C)	Existem provas que demonstram que as comunidades são representadas por instituições ou representantes da sua própria escolha, incluindo aconselhamento jurídico, se assim o desejarem.	Em conversas com as partes interessadas, como líderes comunitários, representantes de instituições governamentais e não governamentais, foi possível confirmar que a empresa se relaciona com todos eles	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs
		comunidades e que estas possam escolher livremente os seus representantes.	<input type="checkbox"/> N/A
4.4.6	Há provas de que a implementação de acordos negociados através do CLPI é revista anualmente em consulta com as partes afectadas.	Durante a análise documental e as entrevistas às partes interessadas, verificou-se que não existem atualmente acordos de negociação nem processos de consentimento livre, prévio e informado, mas a empresa tem um procedimento de consentimento livre, prévio e informado (ver pormenores em 4.4.2).	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

**Critério 4.5:**

Não são efectuadas novas plantações em terras de populações locais onde se possa demonstrar a existência de direitos legais, consuetudinários ou de utilização, sem o seu CLPI. Esta questão é tratada através de um sistema documentado que permite a estas e a outras partes interessadas exprimir os seus pontos de vista através das suas próprias instituições representativas

4.5.1 (C)	Documentos que comprovem identificação e avaliação dos direitos legais, consuetudinários e dos utilizadores demonstráveis estão disponíveis	<p>A análise documental e as entrevistas com as partes interessadas incluídas na amostra não identificaram quaisquer terras com direitos legais, consuetudinários ou de utilização.</p> <p>Foi evidenciada a declaração do contrato de concessão à Agripalma, no Distrito de Caué, São Tomé e Príncipe de 01.10.2016, onde o governo de São Tomé e Príncipe concedeu à Agripalma vários terrenos totalizando a área de 4917 hectares.</p> <p>Neste documento, a Agripalma declara que cumpre as leis laborais e sociais do país e as leis internacionais de direitos humanos, e declara também que aplicará boas práticas agrícolas baseadas em práticas sustentáveis e responsáveis.</p> <p>agricultura que respeita a responsabilidade ambiental e social.</p>	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
4.5.2 (C)	O CLPI é obtido para todos os projectos de desenvolvimento de palmeiras de óleo através de um processo abrangente, incluindo, em especial, o pleno respeito pelos seus direitos legais e consuetudinários aos territórios, terras e recursos através das próprias instituições representativas das comunidades locais, com a disponibilização de todas as informações e documentos relevantes, com a opção de acesso a recursos para aconselhamento independente através de um processo documentado, a longo prazo e bidirecional de consulta e negociação.	<p>A empresa tem mantido uma comunicação regular com as comunidades desde o início das operações, onde os direitos legais das comunidades de influência da empresa são respeitados.</p> <p>Durante a análise de documentos e entrevistas com a direção e funcionários da Agripalma, verificou-se que não existem atualmente acordos de negociação ou processos de consentimento livre, prévio e informado em curso, e não foram identificadas terras com direitos legais, consuetudinários ou de utilização.</p> <p>Foi evidenciada a declaração do contrato de concessão à Agripalma, no Distrito de Caué, São Tomé e Príncipe de 01.10.2016, onde o governo de São Tomé e Príncipe concedeu à Agripalma vários terrenos totalizando a área de 4917 hectares.</p> <p>Neste documento, a Agripalma declara que cumpre a legislação laboral e social do país e a legislação internacional em matéria de direitos humanos, declarando ainda que</p>	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
		aplicará boas práticas agrícolas baseadas numa agricultura sustentável e responsável que respeite a responsabilidade ambiental e social.	

<p>4.5.3</p>	<p>Existem provas de que as populações locais afectadas entendem que têm o direito de dizer 'não' às operações planeadas nas suas terras antes e durante as discussões iniciais, durante a fase de recolha de informações e consultas associadas, durante as negociações e até que um acordo com a unidade de certificação seja assinado e ratificado por essas populações locais. Os acordos negociados devem ser não coercivos e celebrados voluntariamente e efectuados antes de novas operações.</p> <p>b) Prova de que a unidade de certificação respeitou as decisões das comunidades de dar ou recusar o seu consentimento à operação no momento em que essas decisões foram tomadas.</p> <p>c) Provas de que as implicações jurídicas, económicas, ambientais e sociais do licenciamento de operações nas suas terras foram compreendidas e aceites pelas comunidades afectadas, incluindo as implicações para o estatuto jurídico das suas terras no termo do título, concessão ou arrendamento da unidade de certificação sobre a terra.</p>	<p>Não foram identificadas novas plantações durante a auditoria, a análise de documentos e as entrevistas com a comunidade.</p> <p>A plantação foi estabelecida pela primeira vez em 1982, altura em que o CLPI não era exigido. A Agripalma apresentou evidências que demonstram que iniciou o processo de FPIC com as aldeias Aol potencialmente afectadas, explicando o projeto e as avaliações que serão realizadas no âmbito do projeto, e como as comunidades locais serão envolvidas nessas avaliações. Por exemplo, o processo FPIC está incluído na secção 4.2 do relatório HCV. A primeira avaliação de impacto social, de março de 2011, inclui também mais pormenores. A empresa dispõe de um procedimento de consentimento livre, prévio e informado (ver pormenores em 4.4.2).</p>	<p><input type="checkbox"/> C</p> <p><input type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> N/A</p>
<p>4.5.4</p>	<p>Para garantir a segurança alimentar e hídrica local, no âmbito do processo de CLPI, da AAE participativa e do planeamento participativo do uso da terra com as populações locais, é considerada toda a gama de opções de abastecimento de alimentos e água. O processo de atribuição de terras é transparente.</p>	<p>Não foram identificadas novas plantações durante a auditoria, a análise de documentos e as entrevistas com a comunidade.</p> <p>A análise da documentação e as entrevistas confirmaram que a Agripalma devolveu áreas ao governo na sequência de um processo de consulta às partes interessadas realizado entre o Governo de São Tomé e as comunidades locais. Estas áreas não eram adequadas para a plantação de óleo de palma e foram retomadas pelo governo para as disponibilizar às comunidades locais. A empresa dispõe de um procedimento de consentimento livre, prévio e informado (ver pormenores em 4.4.2).</p>	<p><input type="checkbox"/> C</p> <p><input type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> N/A</p>
<p>4.5.5</p>	<p>Existem provas de que as comunidades afectadas e os direitos</p>	<p>Não foram identificadas novas plantações durante a auditoria, a análise de documentos e</p>	<p><input type="checkbox"/> C</p>

	<p>os detentores tiveram a possibilidade de aceder a informação e aconselhamento independentes do proponente do projeto, relativamente às implicações jurídicas, económicas, ambientais e sociais das operações propostas nas suas terras.</p>	<p>entrevistas comunitárias.</p> <p>Mapeamento Participativo (PM) O PM foi conduzido em todas as vilas da zona de influência. A estrutura, mapas, interpretações e resultados do PM são apresentados no relatório de HCV.</p> <p>A plantação da Agripalma dispõe de um mecanismo de reclamação.</p> <p>As entrevistas revelaram que, em geral, a Agripalma Plantation mantém boas relações com as comunidades vizinhas através de sistemas, procedimentos e compromissos regulares.</p> <p>A auditoria confirmou que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A administração da plantação mantém uma lista das comunidades vizinhas, dos seus líderes e dos dados de contacto;</li> <li>- Um mapa das aldeias vizinhas é mantido atualizado;</li> <li>- São realizadas reuniões regulares com as aldeias da área de influência;</li> <li>- Se necessário, realizam-se outras reuniões ad hoc.</li> </ul> <p>No entanto, a empresa dispõe de um procedimento de consentimento livre, prévio e informado (ver pormenores em 4.4.2).</p>	<p><input type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> N/A</p>
<p>4.5.6</p>	<p>Existem provas de que as comunidades (ou os seus representantes) deram o seu consentimento para as fases iniciais de planeamento das operações antes da emissão de uma nova concessão ou título de terra para o operador.</p>	<p>Não foram identificadas novas plantações durante a auditoria, a análise de documentos e as entrevistas com a comunidade.</p> <p>É importante salientar que a plantação foi estabelecida pela primeira vez em 1982, altura em que o CLPI não era exigido. A Agripalma apresentou evidências que demonstram que iniciou o processo de FPIC com as aldeias da AO que poderiam ser afectadas, explicando o projeto e as avaliações que serão realizadas no âmbito do projeto, e como as comunidades locais serão envolvidas nessas avaliações. Por exemplo, o processo de FPIC está incluído na secção 4.2 do relatório de HCV. A primeira avaliação de impacto social, de março de 2011, inclui também mais pormenores. Por exemplo, o DOC 6 Agripalam SIA Annex G - Stakeholder Engagement Plan FINAL 26.04.11 e o Doc 8 Agripalma SIA Annex D FINAL 26.04.11 Stakeholder Engagement Records mostram parte da lista de verificação e alguns registos das consultas.</p>	<p><input type="checkbox"/> C</p> <p><input type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> N/A</p>



4.5.7	Não serão adquiridas novas terras para plantações e moinhos após 15 de novembro de 2018 em resultado de expropriações recentes (2005 ou posteriores) por interesse nacional sem consentimento (domínio eminente), exceto nos casos de pequenos proprietários que beneficiem de programas de reforma agrária ou de luta contra a droga.	Não foram identificadas novas plantações durante a auditoria, a análise de documentos e as entrevistas com a comunidade.  É importante salientar que a plantação foi estabelecida pela primeira vez em 1982, altura em que o CLPI não era exigido. A Agripalma apresentou evidências que demonstram que iniciou o processo de FPIC com as aldeias da AO que poderiam ser afectadas, explicando o projeto e as avaliações que serão realizadas no âmbito do projeto, e como as comunidades locais serão envolvidas nessas avaliações. Por exemplo, o processo de FPIC está incluído na secção 4.2 do relatório de HCV. A primeira avaliação de impacto social, de março de 2011, inclui também mais pormenores. Por exemplo, o DOC 6 Agripalam SIA Annex G - Stakeholder Engagement Plan FINAL 26.04.11 e o Doc 8 Agripalma SIA Annex D FINAL 26.04.11 Stakeholder Engagement Records mostram parte da lista de verificação e alguns registos das consultas.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
4.5.8 (C)	Não são adquiridas novas terras em zonas habitadas por comunidades em isolamento voluntário.	Durante a auditoria, a análise de documentos e as entrevistas com as comunidades, não foram identificadas novas plantações e, por conseguinte, não foram afectadas quaisquer comunidades em isolamento voluntário.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
<p><b>Critério 4.6:</b> Todas as negociações relativas à compensação pela perda de direitos legais, consuetudinários ou de utilização são tratadas através de um sistema documentado que permite às populações indígenas, às comunidades locais e a outras partes interessadas exprimir os seus pontos de vista através das suas próprias instituições representativas.</p>			
4.6.1 (C)	Existe um procedimento mutuamente acordado para identificar os direitos legais, consuetudinários ou dos utilizadores, bem como um procedimento para identificar as pessoas com direito a compensação.	A Agripalma opera em terras que foram arrendadas pelo governo e as plantações que aí operam são legalmente reconhecidas pelos vizinhos.  Os direitos legais, consuetudinários ou de uso não foram afectados, porque até 2010 era uma plantação antiga e depois passou a ser um viveiro de 2010 a 2019. Apesar de não terem sido identificados direitos de indemnização, a empresa possui o Procedimento Operacional de Compensação de Terras (sem código) onde a sua aplicação visa garantir o acesso à informação, o diálogo transparente e a boas relações entre a AGRIPALMA e as comunidades ribeirinhas.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

4.6.2 (C)	É estabelecido e aplicado um procedimento mutuamente acordado para calcular e distribuir uma compensação justa e equitativa em termos de género (monetária ou outra), acompanhado e avaliado de forma participativa, e são tomadas medidas correctivas em resultado dessa avaliação.	A Agripalma opera em terras que foram arrendadas pelo governo e as plantações que aí operam são legalmente reconhecidas pelos vizinhos... Os direitos legais, consuetudinários ou de uso não foram afectados, porque até 2010 era uma plantação antiga e depois passou a ser um viveiro de 2010 a 2019. Apesar de não terem sido identificados direitos de indemnização, a empresa possui o Procedimento Operacional de Compensação de Terras (sem código) onde a sua aplicação visa garantir o acesso à informação, o diálogo transparente e a boas relações entre a AGRIPALMA e as comunidades ribeirinhas.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
4.6.3	Existem provas de que são dadas oportunidades iguais a homens e mulheres de obterem títulos de propriedade de pequenas explorações.	A Agripalma opera em terras que foram arrendadas pelo governo e as plantações que aí operam são legalmente reconhecidas pelos vizinhos... Os direitos legais, consuetudinários ou de uso não foram afectados, porque até 2010 era uma plantação antiga e depois passou a ser um viveiro de 2010 a 2019. Apesar de não terem sido identificados direitos de indemnização, a empresa dispõe do Procedimento Operacional de Compensação de Terras (sem código), cuja aplicação visa garantir o acesso à informação, o diálogo transparente e a transparência do processo. boas relações entre a AGRIPALMA e as comunidades ribeirinhas.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
4.6.4	O processo e os resultados de quaisquer acordos negociados, compensações e pagamentos são documentados, com provas da participação das partes afectadas, e disponibilizados publicamente às mesmas.	A Agripalma opera em terras que foram arrendadas pelo governo e as plantações que aí operam são legalmente reconhecidas pelos vizinhos. Os direitos legais, consuetudinários ou de uso não foram afectados, porque até 2010 era uma plantação antiga e depois tornou-se um viveiro de 2010 a 2019. Embora não tenham sido identificados direitos de compensação, a empresa possui o Procedimento Operacional de Compensação de Terras (sem código), onde sua aplicação visa garantir o acesso à informação, o diálogo transparente e as boas relações entre a AGRIPALMA e suas comunidades ribeirinhas.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

**Critério 4.7:**

Sempre que se possa demonstrar que as populações locais têm direitos legais, consuetudinários ou de utilização, são compensadas por quaisquer aquisições de terras acordadas e pela renúncia a direitos, sob reserva do seu CLPI e de acordos negociados

4.7.1 (C)	Está em vigor um procedimento mutuamente acordado para identificar as pessoas com direito a indemnização.	A Agripalma opera em terras arrendadas pelo governo e as plantações que aí operam são legalmente reconhecidas pelos vizinhos, pelo que não houve processos de compensação por direitos legais, consuetudinários e de utilização. procedimento de compensação de terras (sem código) (ver pormenores em 4.6.1 a 4.6.4).	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
4.7.2 (C)	Existe um procedimento mutuamente acordado para calcular e distribuir uma compensação justa (monetária ou outra), que é documentado e disponibilizado às partes afectadas.	A Agripalma opera em terras arrendadas pelo governo e as plantações que aí operam são legalmente reconhecidas pelos vizinhos, pelo que não houve processos de compensação por direitos legais, consuetudinários e de utilização. No entanto, se forem identificados direitos de indemnização, a empresa tem um procedimento de compensação de terras (sem código) (ver pormenores em 4.6.1 a 4.6.4).	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
4.7.3	As comunidades que perderam o acesso e os direitos à terra para a expansão das plantações têm a oportunidade de beneficiar do desenvolvimento das plantações.	A Agripalma opera em terras arrendadas pelo governo e as plantações que aí operam são legalmente reconhecidas pelos vizinhos, pelo que não houve processos de compensação por direitos legais, consuetudinários e de utilização. procedimento de compensação de terras (sem código) (ver pormenores em 4.6.1 a 4.6.4).	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
<b>Critério 4.8:</b> O direito de utilizar a terra é demonstrado e não é legitimamente contestado pelas populações locais que podem demonstrar que têm direitos legais, consuetudinários ou de utilização.			
4.8.1	Quando existem ou existiram litígios, a prova da aquisição legal do título e a prova de que foi feita uma compensação mutuamente acordada a todas as pessoas que detinham direitos legais, consuetudinários ou de utilização no momento da aquisição estão disponíveis e são fornecidas às partes num litígio, e que qualquer compensação foi aceite na sequência de um processo documentado de CLPI.	Não foram identificados quaisquer conflitos de terras durante a visita às instalações agrícolas e administrativas da Agripalma e a revisão da matriz de registo de pedidos e reclamações.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

4.8.2 (C)	Não há conflitos de terra na área da unidade de certificação. Quando existem conflitos de terras, são implementados e aceites pelas partes envolvidas processos aceitáveis de resolução de conflitos (ver Critérios 4.2 e 4.6). No caso de plantações recentemente adquiridas, a unidade de certificação aborda qualquer conflito não resolvido através de mecanismos adequados de resolução de conflitos.	Não foram identificados quaisquer conflitos de terras durante a visita às instalações agrícolas e administrativas da Agripalma e a revisão da matriz de registo de pedidos e reclamações.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
4.8.3	Quando houver provas de aquisição por desapropriação ou abandono forçado de direitos consuetudinários e de direitos dos utilizadores antes das operações actuais e existirem partes com direitos consuetudinários e de utilização da terra demonstráveis, estas reivindicações serão resolvidas utilizando os requisitos relevantes (indicadores 4.4.2, 4.4.3 e 4.4.4).	Não foram identificados quaisquer conflitos de terras durante a visita às instalações agrícolas e administrativas da Agripalma e a revisão da matriz de registo de pedidos e reclamações.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
4.8.4	Em caso de conflito ou litígio sobre a terra, a extensão da área em litígio é mapeada de forma participativa com o envolvimento das partes afectadas (incluindo as comunidades vizinhas, se for caso disso).	Não foram identificados quaisquer conflitos de terras durante a visita às instalações agrícolas e administrativas da Agripalma e a revisão da matriz de registo de pedidos e reclamações.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

<b>Princípio 5: Apoiar a inclusão dos pequenos agricultores</b>			
<b>Critério 5.1:</b>			
A unidade de certificação lida de forma justa e transparente com todos os pequenos proprietários (Independentes e do Esquema) e outras empresas locais.			
5.1.1	Os preços actuais e do período anterior pagos pelas FFB estão disponíveis ao público e acessíveis aos pequenos agricultores.	N/A. não há pequenos proprietários externos.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
5.1.2 (C)	Existem provas de que a unidade de certificação explica regularmente o preço das FFB aos pequenos agricultores.	N/A. não há pequenos proprietários externos.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A

5.1.3 (C)	O preço justo, incluindo o preço do prémio, quando aplicável, é acordado com os pequenos agricultores da base de abastecimento e documentado.	N/A. não há pequenos proprietários externos.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
5.1.4 (C)	Existem provas de que todas as partes, incluindo as mulheres e as organizações representativas independentes que assistem os pequenos agricultores, quando solicitadas, estão envolvidas nos processos de tomada de decisão e compreendem os contratos. Estes incluem os que envolvem financiamento, empréstimos/créditos e reembolsos através de reduções de preços de FFB para replantação e/ou outros mecanismos de apoio, quando aplicável.	N/A. não há pequenos proprietários externos.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
5.1.5	Os contratos são justos, legais e transparentes e têm um calendário acordado.	N/A. não há pequenos proprietários externos.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
5.1.6 (C)	Os pagamentos acordados são efectuados atempadamente e são entregues recibos que especificam o preço, o peso, as deduções e o montante pago.	N/A. não há pequenos proprietários externos.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
5.1.7	O equipamento de pesagem é verificado regularmente por um terceiro independente (que pode ser o governo).	N/A. não há pequenos proprietários externos.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
5.1.8	A unidade de certificação apoia os Pequenos Produtores Independentes com certificação, quando aplicável, assegurando acordos mútuos entre a unidade de certificação e os pequenos produtores sobre quem gere o sistema de controlo interno (SCI), quem detém os certificados e quem detém e vende o material certificado.	N/A. não há pequenos proprietários externos.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A

5.1.9 (C)	A unidade de certificação dispõe de um mecanismo de reclamação para os pequenos agricultores e todas as reclamações apresentadas são tratadas em tempo útil.	N/A. não há pequenos proprietários externos.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
<b>Critério 5.2:</b>			
A unidade de certificação apoia a melhoria dos meios de subsistência dos pequenos agricultores e a sua inclusão nas cadeias de valor do óleo de palma sustentável			
5.2.1	A unidade de certificação consulta os pequenos proprietários interessados (independentemente do tipo), incluindo mulheres ou outros parceiros na sua base de fornecimento, para avaliar as suas necessidades de apoio para melhorar os seus meios de subsistência e o seu interesse na certificação RSPO.	N/A. não há pequenos proprietários externos.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
5.2.2	<p>A unidade de certificação desenvolve e implementa programas de melhoria dos meios de subsistência, incluindo, pelo menos, o desenvolvimento de capacidades para aumentar a produtividade, a qualidade, as competências organizacionais e de gestão e elementos específicos da certificação RSPO (incluindo a Norma RSPO para Pequenos Produtores Independentes)</p> <p>NOTA DE PROCEDIMENTO: A RSPO está atualmente a desenvolver uma norma separada para Pequenos Produtores Independentes.</p>	N/A. não há pequenos proprietários externos.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
5.2.3	Quando aplicável, a unidade de certificação presta apoio aos pequenos agricultores para promover a legalidade da produção de FFB.	N/A. não há pequenos proprietários externos.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
5.2.4 (C)	Existem provas de que a unidade de certificação dá formação aos pequenos agricultores do sistema sobre o manuseamento de pesticidas.	N/A. não há pequenos proprietários externos.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A

5.2.5	A unidade de certificação analisa regularmente e informa publicamente sobre os progressos do programa de apoio aos pequenos agricultores.	N/A. não há pequenos proprietários externos.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
-------	---	--	--

**Princípio 6: Respeitar os direitos e condições dos trabalhadores**

**Critério 6.1:**  
É proibida qualquer forma de discriminação.

6.1.1 (C)	A política de não-discriminação e de igualdade de oportunidades publicamente disponível é aplicada de forma a impedir a discriminação com base na origem étnica, casta, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, identidade de género, filiação sindical, filiação política ou idade.	<p>A empresa dispõe de uma política laboral para os trabalhadores, publicada em placards informativos nas instalações da empresa e divulgada no processo de acolhimento e formação da área de recursos humanos da empresa.</p> <p>A política afirma que a Agripalma defende os direitos dos seus trabalhadores, que nenhum documento é retido, que o pagamento é efectuado de acordo com a tarefa</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
		<p>e que não é praticada qualquer discriminação no recrutamento.</p> <p>Nas entrevistas com os trabalhadores, verificou-se que a empresa não adopta quaisquer práticas discriminatórias.</p>	
6.1.2 (C)	São apresentadas provas de que os trabalhadores e grupos, incluindo as comunidades locais, as mulheres e os trabalhadores migrantes, não foram objeto de discriminação. As provas incluem o não pagamento de taxas de recrutamento por parte dos trabalhadores migrantes	Verificou-se que a empresa realiza um processo de recrutamento e seleção dos seus trabalhadores, faz anúncios públicos e conclui o devido processo, não recorre a intermediários ou recrutadores e os trabalhadores não pagam para serem contratados. Este facto foi corroborado através de entrevistas com trabalhadores e partes interessadas.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
6.1.3	A unidade de certificação demonstra que o recrutamento, a seleção, a contratação, o acesso à formação e a promoção se baseiam nas competências, capacidades, qualidades e aptidão médica necessárias para os empregos disponíveis	<p>De acordo com a análise dos processos e registos de vários processos de recrutamento, verificou-se que o processo de seleção é realizado de acordo com os procedimentos, as vagas são anunciadas internamente e nas comunidades e é realizado um processo de entrevista e avaliação médica de acordo com os requisitos estabelecidos para cada cargo.</p> <p>Caso 1:</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aviso comunitário RH.13 AGR/RH.01. Data de publicação 29/07/2022 a 05/08/2022. Recrutamento de pessoal para Condutor de Trator Agrícola.</li> <li>- 2 anúncios públicos.</li> <li>- Trabalhador de campo anterior, é efectuada a transferência de área. E-mail para os Recursos Humanos do Diretor de Plantação datado de 12/08/2022. Transferência efectiva a 15/08/2022.</li> <li>- Comprovativo de assinatura de aceitação dos pré-requisitos, datado de 26/01/2022, correspondente ao contrato de campo inicial.</li> </ul> <p>Caso 2:</p> <p>Técnico de contabilidade:</p> <p>Recrutamento de pessoal para a plantação (Equipa de conte de andim)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Anúncio comunitário. 27/07/2022</li> <li>- Comunicação da vaga, ao ministério do trabalho. 27/07/2022.</li> <li>- Carta de candidatura a emprego. 04/07/2022</li> </ul>	
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Registo de indução para novos trabalhadores 17/08/2022 Recursos humanos. HSA 13/08/2022</li> <li>- Ficha de identificação do trabalhador RH.04</li> </ul>	
6.1.4	Os testes de gravidez não são efectuados como uma medida discriminatória e só são permitidos quando são obrigatórios por lei. São oferecidas alternativas de emprego equivalentes às mulheres grávidas	<p>De acordo com a política de proteção dos direitos reprodutivos, o estado de gravidez, tendo sido objeto de um relatório médico, não é, em circunstância alguma, utilizado pela Agripalma como medida discriminatória. Sempre que necessário, é oferecido às mulheres grávidas um emprego alternativo equivalente e sem riscos.</p> <p>Este facto foi ainda confirmado durante as entrevistas às mulheres e aos trabalhadores.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A



6.1.5 (C)	<p>Foi criado um comité de género especificamente para sensibilizar, identificar e abordar questões de interesse, bem como oportunidades e melhorias para as mulheres.</p>	<p>A empresa tem uma política sobre a formação de um comité de género, que estabelece o seguinte:</p> <p><i>"A AGRIPALMA respeita o direito dos seus empregados de se associarem e formarem um Comité de Género, sem receio de represálias, sanções, intimidações ou assédio. O objetivo deste comité é que as pessoas, em particular as do sexo feminino, se sintam representadas. A função de sensibilização, identificação e resolução de problemas ou conflitos que possam surgir. A AGRIPALMA compromete-se a estabelecer um diálogo construtivo com os seus representantes livremente escolhidos.</i></p> <p><i>Serão tomadas medidas disciplinares contra os funcionários da empresa e terceiros que violem deliberadamente esta política."</i></p> <p>O Comité de Género foi criado e eleito em dezembro de 2021, no qual foram explicados os objetivos do Comité. Foi também ministrada uma formação RSPO/HSE a todos os funcionários para explicar a intenção e o objetivo deste comité.</p> <p>Foram realizadas três reuniões com o Comité, em 2021, para analisar a política e o objetivo do Comité. Foram realizadas 2 reuniões adicionais para: 1 para discutir a necessidade das novas mães e uma segunda a pedido do Comité.</p> <p>Os trabalhadores têm dificuldade em compreender o conceito e, normalmente, desviam a reunião para outros temas, muitas vezes queixas pessoais sobre questões antigas com a anterior Direção, algumas das quais já foram ultrapassadas com</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>
-----------	--	---	---

		<p>a gestão atual.</p> <p>A orientação e a resposta para a maioria das questões são fornecidas durante a reunião, o que está relacionado com a clarificação de alguns processos e procedimentos internos. A dificuldade em realizar reuniões produtivas e em obter uma orientação clara e</p> <p>Os objectivos não se limitam ao Comité do Género, mas constituem uma dificuldade geral com os empregados devido ao baixo nível de literacia e ao facto de estes novos conceitos serem ainda muito novos para os empregados. Isto exigirá um esforço e uma melhoria contínuos.</p> <p>A equipa de auditores confirmou, através de entrevistas, que o comité de género é novo. A análise dos registos de formação confirmou que os objectivos do comité de género foram explicados. De um modo geral, as entrevistas revelaram que as expectativas dos trabalhadores são elevadas devido ao contexto em que a empresa está localizada. Os trabalhadores têm muitas necessidades devido à falta de apoio do governo local e as expectativas são elevadas durante este tipo de reuniões. Neste momento, a auditoria concluiu que a empresa continua a aumentar a sensibilização para o comité de género e para o seu papel na empresa, não tendo sido detectadas não conformidades.</p>	
6.1.6	Existem provas de igualdade de remuneração para o mesmo tipo de trabalho	<p>Através de uma análise dos recibos de vencimento, dos registos do trabalho realizado na cultura para diferentes tarefas e dos registos no sistema de salários, verificou-se que os trabalhadores recebem o mesmo salário para a mesma tarefa realizada, de acordo com o número de horas trabalhadas.</p> <p>Este facto foi confirmado numa entrevista com os trabalhadores.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
<p><b>Critério 6.2:</b></p> <p>A remuneração e as condições do pessoal e dos trabalhadores, bem como dos trabalhadores contratados, cumprem sempre, pelo menos, as normas legais ou as normas mínimas do sector e são suficientes para proporcionar um salário digno (DLW)</p>			
6.2.1 (C)	A legislação laboral aplicável, as convenções colectivas sindicais e/ou outras convenções colectivas e a documentação relativa ao salário e às condições de trabalho estão disponíveis para os trabalhadores nas línguas nacionais e são-lhes explicadas numa língua que	<p>A empresa tem uma Política de Liberdade Sindical e de Negociação Colectiva, que se encontra afixada nos quadros de avisos da empresa. Da análise dos documentos, verifica-se que existe um Memorando de Entendimento entre a empresa Agripalma Lda. e o Núcleo Sindical da empresa Agripalma, LDA, datado de 13/02/2021. Documento em português e explicado na introdução</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

	compreendem.	em	
		Português.	
6.2.2 (C)	Os contratos de trabalho e os documentos conexos que especificam os pagamentos e as condições de emprego (por exemplo, horário de trabalho regular, deduções, horas extraordinárias, baixa por doença, direito a férias, licença de maternidade, motivos de despedimento, período de pré-aviso, etc., em conformidade com os requisitos legais nacionais) e os documentos relativos à folha de pagamentos fornecem informações exactas sobre a remuneração de todo o trabalho efectuado, incluindo o trabalho efectuado por membros da família	<p>No documento Condições que precedem o Contrato Individual, RH.08. 7/06/2021.</p> <p>Estabelece os direitos e deveres dos trabalhadores, o horário de trabalho, a remuneração regular, a ética laboral, etc. É estabelecido no número 4. Remuneração mensal. O trabalhador tem direito à remuneração mensal determinada pela sua função, categoria/experiência e grupo operacional em que está inserido, de acordo com a grelha salarial de referência mensal da empresa.</p> <p>Este documento é assinado pelos trabalhadores.</p> <p>No documento Contrato de Trabalho sem termo RH.12, estabelece-se o objeto do contrato, o prazo e causas de cessação, duração, remuneração, local de trabalho, horário de trabalho, sigilo profissional, férias, cumprimento das normas legais, e no n.º 4. Remuneração, diz-se "Em contrapartida do trabalho prestado, será paga uma remuneração mensal líquida de 4000 dobras (este contrato não se aplica aos trabalhadores no terreno). Este contrato é assinado pelo trabalhador e registado no Ministério do Trabalho.</p> <p>Os recibos de vencimento descrevem também em pormenor o montante ganho durante o mês e as deduções aplicáveis de acordo com os requisitos da lei.</p> <p>Verificou-se que os trabalhadores gozam as suas férias, licença de maternidade, baixa por doença e pagamento de horas extraordinárias.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

6.2.3 (C)	Existem provas do cumprimento da legislação em matéria de horários de trabalho regulares, deduções, horas extraordinárias, doença, direito a férias, licença de maternidade, motivos de despedimento, período de pré-aviso e outros requisitos laborais legais	Os recibos de vencimento analisados para uma amostra de trabalhadores mostram que descrevem em pormenor o valor acumulado durante o mês e as deduções aplicáveis de acordo com os requisitos da lei.  Verificou-se que os trabalhadores usufruem das suas férias, do tempo de maternidade, das baixas por doença e do pagamento de horas extraordinárias.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
6.2.4 (C)	A unidade de certificação dispõe de alojamento adequado, instalações sanitárias, abastecimento de água, instalações médicas, educativas e sociais de acordo com as normas nacionais ou superiores, quando não existam tais instalações públicas.	A equipa de auditores confirmou, através de entrevistas e visitas, que o alojamento é, em geral, adequado e que os trabalhadores têm acesso a eletricidade, instalações educativas, comodidades sociais e saneamento. Algumas entrevistas referiram que mesmo embora alguns serviços sejam prestados pela Agripalma, não são suficientes para	<input type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs
	instalações disponíveis ou acessíveis. Utiliza-se a legislação nacional ou, na sua ausência, a Recomendação n.º 115 da OIT sobre a habitação dos trabalhadores. No caso de aquisições de unidades não certificadas, é elaborado um plano que especifica a melhoria das infra-estruturas. É concedido um prazo razoável (5 anos) para a modernização das infra-estruturas	<p>responder a todas as necessidades de toda a aldeia. Por exemplo, as instalações educativas. A Agripalma explicou que muitos dos habitantes não são funcionários da Agripalma e que têm trabalhado com as autoridades locais para resolver a necessidade de mais escolas na região. A equipa de auditores confirmou que é fornecida eletricidade a toda a aldeia e que a Agripalma tem uma lista das casas dos funcionários e dos melhoramentos que precisam de ser feitos.</p> <p>No entanto, durante a visita às instalações da empresa e aos acampamentos ou moradias onde vivem alguns dos trabalhadores, foram evidentes as seguintes situações de incumprimento:</p> <p>Nas aldeias EMOLVE e Vila Clotilde:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os resíduos são depositados em pontos de recolha específicos distribuídos em diferentes pontos. A recolha é efectuada pelo município. As entrevistas confirmaram que a recolha ocorre todas as quintas-feiras. Nas situações em que o serviço público não ocorreu, a AGRIPALMA prestou esse serviço. No entanto, estes pontos de recolha não têm tampas ou portas (apenas uma parede de árvore estruturada e chão de betão). Os resíduos ficam dispersos e os animais podem alimentar-se nesses locais. Isto parece particularmente importante porque foi descrita uma importante infestação de ratos nas plantações.</li> <li>- As entrevistas e a análise da qualidade da água revelaram que não há água potável para os empregados na oficina perto do departamento de agricultura.</li> </ul>	<input type="checkbox"/> N/A

6.2.5	A unidade de certificação esforça-se por melhorar o acesso dos trabalhadores a uma alimentação adequada, suficiente e a preços acessíveis.	De acordo com a entrevista com o pessoal dos recursos humanos e com os trabalhadores, verificou-se que na zona onde se situa a plantação e nas comunidades circundantes, existe um acesso fácil aos alimentos, e todas as semanas está aberto um mercado de rua perto das aldeias onde os trabalhadores vivem e podem comprar os seus alimentos.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
6.2.6	<p>O DLW é pago a todos os trabalhadores, incluindo os que trabalham à peça/quotas, para os quais o cálculo se baseia em quotas realizáveis durante o horário normal de trabalho.</p> <p>NOTA DE PROCEDIMENTO: A Task Force Laboral da RSPO irá preparar orientações sobre a implementação do DLW, incluindo pormenores sobre como</p>	<p>A empresa calculou o salário vigente para os trabalhadores residentes nas comunidades de Agripalma e Vila Clotilde.</p> <p>Está contemplado um salário base médio de STN\$ 3.000, incluindo como benefício o valor médio de energia e água, creche, transporte, Desporto (Fundação Real Madrid), escola e fornecimento de óleo de palma (5 a 25 litros por mês a um preço abaixo do mercado). Os benefícios representam um total por mês de STN\$</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
	<p>calcular um DLW, previsto para 2019. O Secretariado da RSPO esforçar-se-á por realizar análises comparativas nacionais do DLW para os países produtores de óleo de palma nos quais os membros da RSPO operam e para os quais não existem análises comparativas da Global Living Wage Coalition (GLWC)</p>	<p>3,053.73</p> <p>Também foram calculados os seguintes benefícios para os trabalhadores de outras comunidades (fora da concessão): transporte, creche, desporto (Fundação Real Madrid), fornecimento de óleo de palma (5 a 25 litros por mês a um preço abaixo do mercado). Os benefícios representam um total por mês de STN\$ 2.693,73.</p>	
6.2.7	O emprego permanente e a tempo inteiro é utilizado para todo o trabalho principal efectuado pela unidade de certificação. O trabalho ocasional, temporário e diurno limita-se aos empregos temporários ou sazonais	<p>Através da análise de uma amostra dos contratos de trabalho, verificou-se que a mão de obra da empresa é contratada por tempo indeterminado "Contrato de trabalho sem termo".</p> <p>E todos os trabalhadores são contratados diretamente pela empresa, não há contratos ocasionais ou temporários.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

**Critério 6.3:**

A unidade de certificação respeita os direitos de todo o pessoal de formar e aderir a sindicatos da sua escolha e de negociar coletivamente. Nos casos em que o direito à liberdade de associação e à negociação colectiva é restringido por lei, o empregador facilita meios paralelos de associação e negociação independentes e livres para todo o pessoal

6.3.1 (C)	Está disponível uma declaração publicada que reconhece a liberdade de associação e o direito à negociação colectiva nas línguas nacionais, que é explicada a todos os trabalhadores em línguas que eles compreendem e que é comprovadamente aplicada	<p>A análise documental revelou o Manual de Políticas, Procedimentos e Planos da Agripalma. Rev 13.11.2020, que descreve a política de liberdade de associação e negociação colectiva, que respeita o direito dos seus empregados de se associarem e formarem sindicatos da sua escolha, sem receio de retaliação, intimidação ou assédio. Quando os trabalhadores são representados por um sindicato ou associação, a AGRIPALMA compromete-se a estabelecer um diálogo construtivo com os seus representantes livremente escolhidos.</p> <p>A empresa declara também que tomará medidas disciplinares contra os seus empregados e terceiros que violem deliberadamente esta política.</p> <p>O auditor evidenciou a socialização do manual do agripalma com as comunidades em novembro de 2020. Neste documento consta a comunidade que recebeu o manual, o nome do representante e a data da entrega.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
6.3.2	As actas das reuniões entre a unidade de certificação e os sindicatos ou representantes dos trabalhadores, livremente eleitos, são documentadas nas línguas nacionais e disponibilizadas mediante pedido	<p>Verificou-se que existem reuniões entre a empresa e os representantes sindicais.</p> <p>Foram revistas as actas das reuniões realizadas em julho e agosto de 2021, tendo em julho sido discutidos temas como</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
		<p>- Situação dos trabalhadores de Santana e Ribeira Afonso.</p> <p>- Entrega das botas velhas para receber as novas.</p> <p>- Vários</p> <p>e, em agosto, questões como:</p> <p>- Situação dos trabalhadores de Santana e Ribeira Afonso.</p> <p>- Horário de partida dos transportes com os trabalhadores para as suas casas.</p> <p>- Gratificação com exigências, entre outros.</p> <p>Foram observados os relatórios dos representantes da Agripalma e dos representantes da empresa.</p> <p>O representante do sindicato informou que se reúnem numa base ad hoc ou a pedido de uma das partes (empresa ou sindicato).</p> <p>Por último, figuram as assinaturas dos participantes e o selo da Agripalma.</p>	

6.3.3	A direção não interfere com a formação ou o funcionamento de sindicatos/organizações ou associações de trabalhadores registados, ou de outros representantes livremente eleitos por todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes e contratados	Durante a análise documental, foi observado o documento da Organização Nacional dos Trabalhadores de São Tomé e Príncipe - Central Sindical, que regista os novos membros da Comissão Sindical, assinado pelo Secretário-Geral e carimbado como recebido pela Agripalma em 03.01.2022.  Na consulta às partes interessadas, o representante do sindicato (Presidente) participou dessa conversa e comentou que os trabalhadores que desejam se associam livremente e que, quando necessário, é possível gerar espaços de discussão com os representantes da empresa.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
<b>Critério 6.4:</b> As crianças não são empregadas ou exploradas.			
6.4.1	Está em vigor uma política formal de proteção das crianças, incluindo a proibição do trabalho infantil e a reparação do dano, que foi incluída nos contratos de serviços e nos acordos com fornecedores	A empresa tem uma política sobre igualdade de género, trabalho infantil, suborno e corrupção. A Agripalma está empenhada em promover a igualdade e a equidade de género nas relações sociais e laborais. Afirma que não permite trabalho infantil ou trabalho forçado e não permite a admissão de menores de 18 anos.  Esta política é também partilhada com os contratantes através do Manual do Fornecedor.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
6.4.2 (C)	Existem provas de que os requisitos de idade mínima são cumpridos.	Na análise dos contratos e dos dossiers dos trabalhadores, verifica-se que a	<input checked="" type="checkbox"/> C
	Os ficheiros do pessoal mostram que todos os trabalhadores têm uma idade superior à idade mínima nacional ou à idade mínima prevista na política da empresa, consoante a que for mais elevada. Existe um procedimento documentado de verificação da idade	documento de identidade que comprove que a idade da pessoa é superior a 18 anos. Além disso, foi corroborado durante as entrevistas aos trabalhadores e a consulta às partes interessadas.	<input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
6.4.3 (C)	Os jovens só podem ser contratados para trabalhos não perigosos, com restrições de proteção previstas para esses trabalhos.	N/A Não há recrutamento de trabalhadores jovens, todos os trabalhadores têm mais de 18 anos de idade.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A

6.4.4	A unidade de certificação demonstra a comunicação sobre a sua política de proibição do trabalho infantil e os efeitos negativos do trabalho infantil e promove a proteção das crianças junto dos supervisores  e outro pessoal-chave, pequenos proprietários, fornecedores de FFB e comunidades onde vivem os trabalhadores	A comunicação das políticas é feita no processo de integração dos trabalhadores na empresa, partilhada com os supervisores, os empreiteiros e as comunidades. Foram observados registos de formação assinados, as políticas estão afixadas nos quadros de avisos da empresa e esta informação foi corroborada por entrevistas a trabalhadores e consultas a partes interessadas.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
<b>Critério 6.5:</b> Políticas e procedimentos em vigor para proteger os direitos dos trabalhadores.			
6.5.1 (C)	Uma política de prevenção do assédio sexual e de todas as outras formas de assédio e violência é implementada e comunicada a todos os níveis da força de trabalho	A empresa tem uma política documentada POLÍTICA SOBRE ASSÉDIO SEXUAL E TODAS AS OUTRAS FORMAS DE ASSÉDIO E VIOLÊNCIA NA EMPRESA  O Código de Conduta para o Trabalho, que é comunicado a todos os níveis da organização e está afixado nos quadros de avisos da empresa. Numa entrevista com os trabalhadores, estes declararam ter conhecimento destas políticas.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
6.5.2 (C)	Uma política de proteção dos direitos reprodutivos de todos, especialmente das mulheres, é implementada e comunicada a todos os níveis da força de trabalho	A empresa dispõe de uma política de proteção dos direitos reprodutivos, que se encontra publicada nos quadros de avisos da empresa, é comunicada aos trabalhadores nos processos de integração e são observados os registos de participação em acções de formação. Esta informação é corroborada em entrevistas com trabalhadores e comissões internas da empresa.  As entrevistas no terreno não revelaram qualquer violação dos direitos reprodutivos dos trabalhadores. A equipa de auditoria confirmou que não há utilização de pesticidas na plantação e que apenas foram utilizados fertilizantes orgânicos.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A



6.5.3	A direção avaliou as necessidades das novas mães, em consulta com as mesmas, e foram tomadas medidas para responder às necessidades identificadas	<p>Uma análise dos documentos mostrou que a empresa tem um documento "Registo de necessidades de novas Maes" como resultado da reunião do comité de género em junho de 2022.</p> <p>Algumas das actividades implementadas de acordo com o plano de ação estabelecido:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As trabalhadoras grávidas e lactantes da secção 3 têm o trabalho atribuído a zonas mais próximas da sua residência. 06/30/2022</li> <li>- Registo de Mulheres Grávidas e Lactantes criado por HR. 06/30/2022</li> <li>- Relatório de atividade diária para identificar as tarefas atribuídas às mulheres grávidas. As tarefas mais leves são atribuídas às mulheres grávidas. Registadas no relatório de tarefas diárias.</li> <li>- Sessão de esclarecimento realizada numa reunião do Comité de Género para esclarecer as mulheres grávidas sobre o processo de licença pré e pós-parto. Data: 07/08/2022.</li> </ul> <p>A informação acima referida foi verificada na reunião que o auditor social teve com os trabalhadores que compõem a comissão de género.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
6.5.4	O mecanismo de reclamação, que respeita o anonimato e protege os queixosos quando solicitado, é estabelecido, implementado e comunicado a todos os níveis da força de trabalho.	A AGRIPALMA tem um procedimento documentado para gerir as queixas e reclamações, mas ao analisar a matriz de registos de pedidos internos e reclamações foi evidenciado que este documento está desatualizado e que existem reclamações que após quase 2 meses ainda estão abertas e não existem registos de apoio que demonstrem um acompanhamento.	<input type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
<p><b>Critério 6.6:</b> O trabalho é voluntário e são aplicadas políticas e procedimentos laborais específicos.</p>			

6.6.1 (C)	<p>Todo o trabalho é voluntário e é proibido seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservação de documentos de identidade ou passaportes</li> <li>• Pagamento das despesas de recrutamento</li> <li>• Substituição de contratos</li> <li>• Horas extraordinárias involuntárias</li> <li>• Falta de liberdade dos trabalhadores para se demitirem</li> <li>• Sanção por cessação do contrato de trabalho</li> <li>• Servidão por dívidas</li> <li>• Retenção de salários</li> </ul>	<p>A empresa tem uma política de trabalho que é partilhada com os trabalhadores através das actas semanais.</p> <p>março de 2022, foi evidenciada a guia da ata e o registo da formação de assiduidade, por exemplo, a do departamento de vendas e armazém: 03/03/2022, 13 participantes.</p> <p>A política está afixada nos quadros de avisos da empresa e a sua compreensão e conteúdo foram corroborados durante as entrevistas com os trabalhadores.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
6.6.2 (C)	<p>Quando são empregados trabalhadores temporários ou migrantes, são estabelecidos e aplicados uma política e procedimentos laborais específicos</p>	<p>Não há provas da existência de trabalhadores temporários, os trabalhadores provenientes de outro país ocupam cargos administrativos e a política laboral abrange todos os trabalhadores.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
<p><b>Critério 6.7:</b> Estão em vigor medidas adequadas de saúde e segurança.</p>			
6.7.1 (C)	<p>A(s) pessoa(s) responsável(eis) pela H&amp;S está(ão) identificada(s). Existem registos de reuniões regulares entre a(s) pessoa(s) responsável(eis) e os trabalhadores. As preocupações de todas as partes com a saúde, a segurança e o bem-estar são debatidas nessas reuniões, e todas as questões levantadas são registadas</p>	<p>A pessoa responsável pela H&amp;S é o Gestor de Sustentabilidade, tendo esta responsabilidade sido designada no contrato e na descrição de funções.</p> <p>O departamento de H&amp;S é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>3 agentes no terreno</li> <li>1 coordenador de H&amp;S</li> <li>1 Coordenador de sustentabilidade</li> <li>2 centro de gestão de resíduos adicional</li> </ul> <p>São realizadas reuniões semanais de segurança para discutir questões relacionadas com a saúde e segurança dos trabalhadores, acidentes de trabalho e condições inseguras.</p> <p>As reuniões de gestão são observadas, por exemplo, nos meses de junho, agosto e outubro, onde são abordadas questões relacionadas com a saúde e segurança, tais como</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

		<p>agendamento de formação com a equipa de bombeiros e em procedimentos sobre como lidar com acidentes de trabalho, procedimentos de emergência, restrições médicas de alguns trabalhadores que requerem mudança de tarefas, entre outros.</p>	
<p>6.7.2</p>	<p>Existem procedimentos de acidente e de emergência e as instruções são claramente compreendidas por todos os trabalhadores. Os procedimentos em caso de acidente estão disponíveis na língua apropriada da mão de obra. Estão presentes operacionais com formação em primeiros socorros, tanto no terreno como noutras operações, e está disponível equipamento de primeiros socorros nos locais de trabalho. São mantidos e periodicamente revistos registos de todos os acidentes.</p>	<p>A empresa possui o documento AGR-HAS-ADM-02203 Procedimento de Emergência, data 31/05/2022. Faz referência à forma como os trabalhadores devem atuar em caso de uma emergência que implique a evacuação de uma instalação.</p> <p>Também está disponível um Plano de Emergência, atualizado em 20/10/2022, que descreve</p> <p>A formação em prevenção e combate a incêndios, evacuação de edifícios, primeiros socorros foi realizada em dezembro de 2021, tendo sido formadas 17 pessoas da plantação e 24 pessoas da fábrica. Existe uma nova formação programada com os bombeiros de São Tomé a realizar em janeiro de 2023. Foram evidenciados e-mails e comunicações para este assunto.</p> <p>Registo de formação: Primeiros socorros. Data 23/12/2021, 57 pessoas.</p> <p>Kits de primeiros socorros disponíveis na plantação (3 por cada secção, 4 secções), oficina (1), moinho (3).</p> <p>Foram apresentadas provas de uma apresentação utilizada para formar o pessoal do laboratório, como uma ação correctiva tomada após um acidente, em que é explicado o procedimento dos 5 porquês para determinar a causa principal e, em seguida, as lições aprendidas e os passos a seguir. Data 10/11/2022.</p> <p>Há provas do material de formação utilizado para uma formação de encarregados como instrução para preencher o registo de um acidente de trabalho. O conteúdo era o seguinte: Definição de acidente de trabalho, procedimento em caso de acidente, tipos de acidentes, secções do modelo: informação do trabalhador, informação do acidente, descrição do acidente, assinatura. Incluía também um caso de estudo. Data: 23/06/2022. 15 pessoas.</p>	<p><input type="checkbox"/> C</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input type="checkbox"/> N/A</p>

		<p>A empresa implementa actas semanais com tópicos específicos em cada mês, por exemplo, durante o mês de março de 2023, foram abordados os seguintes tópicos: Política laboral, relatórios de acidentes, como evitar acidentes de trabalho, como proceder em caso de acidente. Todo o pessoal da empresa participou nesta atividade.</p> <p>A empresa possui o ficheiro excel Relatório de Acidentes de Trabalho, que</p>	
		<p>contém as seguintes informações por mês: base de dados do relatório de acidentes, acidentes por cada departamento da empresa, total de acidentes por mês, tipos de acidentes, tipo de acidentes por cada secção e gráfico. Estas informações são analisadas pela equipa e partilhadas com os responsáveis dos departamentos, sendo um relatório de síntese partilhado com a direção.</p> <p>Foi efectuada uma formação para os encarregados sobre o preenchimento do formulário de relatório de acidente. NC:</p> <p>De acordo com as entrevistas efectuadas aos trabalhadores, estes desconheciam a localização dos kits. Não foi possível determinar se 3 kits de primeiros socorros por secção são suficientes para garantir uma atenção atempada em caso de acidente.</p>	
<p>6.7.3 (C)</p>	<p>Os trabalhadores utilizam equipamento de proteção individual (EPI) adequado, que é fornecido gratuitamente a todos os trabalhadores no local de trabalho para cobrir todas as operações potencialmente perigosas, como a aplicação de pesticidas, operações com máquinas, preparação do terreno e colheita. Estão disponíveis instalações sanitárias para os aplicadores de pesticidas, de modo a que os trabalhadores possam mudar de EPI, lavar-se e vestir a sua roupa pessoal.</p>	<p>Os EPI's são atribuídos e descritos em cada procedimento operacional, como recomendado pelo departamento de HSE como resultado da avaliação de riscos. Por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Colheita: luvas, capacete, botas. No procedimento não é indicado o uso de luvas, e estas não são utilizadas pelos trabalhadores do campo.</li> <li>- Poda: Capacete, luvas, botas.</li> <li>- Revestimento: Luvas, botas.</li> </ul> <p>A empresa mantém registos Distribución de EPI e Información sobre riesgos, código HSA.02.</p> <p>NC:</p> <p>Alguns trabalhadores não utilizam EPI, os trabalhadores da colheita não utilizam luvas e um trabalhador da construção civil não utiliza arneses de segurança para trabalhos em altura. Na secção 2, para a aplicação de fertilizante em pó, os trabalhadores não estão a utilizar proteção</p>	<p><input type="checkbox"/> C</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input type="checkbox"/> N/A</p>

		<p>respiratória. Durante a visita ao terreno, observou-se que</p> <p>todos os trabalhadores que efectuavam a aplicação de fertilizantes não usavam qualquer tipo de máscara para se protegerem das poeiras dispersas no ar quando espalhavam o produto no solo.</p> <p>Existe uma lacuna entre os controlos indicados na avaliação de riscos e os procedimentos operacionais no que respeita à utilização de EPI.</p>	
6.7.4	Todos os trabalhadores beneficiam de cuidados médicos e estão cobertos por	Os trabalhadores estão cobertos por um seguro médico em caso de acidente, o que foi	<input checked="" type="checkbox"/> C
	seguro de acidentes. Os custos decorrentes de incidentes relacionados com o trabalho que resultem em lesões ou doença são cobertos em conformidade com a legislação nacional ou pela unidade de certificação, quando a legislação nacional não oferece proteção	comprovada por uma entrevista com o pessoal dos recursos humanos e uma análise do documento da apólice de seguro adquirido pela empresa.	<input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
6.7.5	As lesões profissionais são registadas através de métricas de acidentes com baixa (LTA)	<p>O relatório mensal 2022 da HSE foi evidenciado com as seguintes informações: trabalhadores diários, trabalhadores temporários e trabalhadores permanentes.</p> <p>2022: 370 acidentes, taxa de incidência de dias perdidos por 200 000 horas: 120.06</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

### Princípio 7: Proteger, conservar e melhorar os ecossistemas e o ambiente

#### Critério 7.1:

Os planos IPM são implementados e monitorizados para garantir um controlo eficaz das pragas.

<p>7.1.1 (C)</p>	<p>Os planos IPM são implementados e monitorizados para garantir um controlo eficaz das pragas.</p>	<p>A AGRIPALMA tem um POP para a gestão integrada de pragas desenvolvido pela equipa Agric. O POP intitulado AGR.010 - Procedimento Operacional Padrão - Departamento Plantação, versão 2 de 21/05/2022 e AGR.08 - Agripalma</p> <p>- A Gestão Integrada de Pragas e Doenças abrange a GIP e a gestão de pragas. O objetivo destes dois documentos é explicar o programa de monitorização, as acções preventivas tomadas e incorporar métodos de controlo adequados que minimizam o aumento da população de pragas sem a utilização de qualquer produto químico controlo.</p> <p>A AGRIPALMA é uma plantação biológica certificada, pelo que a utilização de pesticidas químicos de síntese é estritamente proibida. No entanto, a empresa utiliza um fungicida orgânico (calda bordalesa) nas plantações de cacau. A observação no terreno e as entrevistas confirmaram que não são aplicados fungicidas nas plantações de palmeiras.</p> <p>Três pragas principais são identificadas no programa de gestão de pragas para a plantação de palmeiras: ratos, Ganoderma spp. e Oryctes. Para cada uma das três pragas, o IPM tem uma intervenção para a mesma. A entrevista, a análise da documentação e a visita de campo não revelaram quaisquer provas da utilização do fogo como controlo de pragas.</p> <p>Em geral, de acordo com a IPM da AGRIPALMA, é importante prevenir e identificar corretamente o problema. Assim, inspecções regulares da plantação e das pragas</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>
------------------	---	---	---

são efectuados para determinar o tipo de praga e o local de acolhimento da planta. A verificação é efectuada mensal ou bimensalmente. A presença de pragas e doenças é monitorizada pelos trabalhadores no terreno, mais especificamente pela equipa fitossanitária.

As medidas de controlo incluem tratamentos biológicos, físicos ou culturais. Por exemplo, nos métodos culturais, o principal objetivo é promover condições de saúde e crescimento rápido nos primeiros três anos. Além disso, evita-se a acumulação de madeira morta ou de palmeiras mortas nas linhas (evitando um local adequado para o desenvolvimento dos vermes) e promove-se a cobertura do solo através da plantação de leguminosas. Estes aspectos foram confirmados em diferentes secções da plantação.

Um exemplo de um método biológico confirmado durante as visitas de campo é o facto de se deixarem árvores na plantação para permitir a nidificação de falcões negros, que são predadores naturais dos ratos.

Uma vez identificadas as pragas e as doenças, estas são tratadas manualmente. Se forem encontrados vermes *Oryctes*, estes são removidos e a palmeira é colhida se estiver muito danificada. Se forem detectados sinais de *Ganoderma*, é implementado um procedimento para remover toda a árvore e as raízes. Além disso, como verificado na visita de campo, armadilhas para ratos são espalhadas pelos blocos e verificadas diariamente.

Para a monitorização das pragas são registados numa ficha de monitorização que é depois apresentada ao responsável técnico. De acordo com as entrevistas e a revisão dos relatórios de monitorização (Agrisalma - IPM - Ratos, Agrisalma - IPM - *Oryctes*, Agrisalma - IPM - *Ganoderma* e Agrisalma - IPM - *Ganoderma* 2022), embora ainda presente, a incidência de *Oryctes* é baixa, uma vez que as palmeiras estão agora maduras e esta praga afecta principalmente as palmeiras jovens. O auditor analisou os relatórios de controlo dos últimos dois anos. Foram identificados dois casos de *Oryctes* na secção F4 em 2021 e nenhum em 2022. Relativamente à *Ganoderma*, foram realizadas 77 observações em 2021 e apenas 11 em 2022. A revisão do relatório de monitorização do ano passado e as entrevistas confirmaram a existência de um surto de pragas de ratos. A secção 1, os sectores B1 e A4 são os mais afectados. A empresa colocou mais armadilhas nessas zonas. A análise dos registos de monitorização de pragas dos últimos dois anos mostra que foram capturados 2 398 ratos nas armadilhas em 2021 e 14 227 em 2022. A empresa aumentou em 6 o número de armadilhas no terreno (de 100

		<p>armadilhas em 2021 para 628 armadilhas em 2022), o que explica o grande número de ratos apanhados. A empresa continua a sua</p>	
--	--	--	--



		<p>esforços para controlar a infestação de ratos instalando armadilhas e verificando-as constantemente.</p> <p>Entrevista com a equipa de campo na Secção 2, sector F6 estabeleceu a conformidade.</p> <p>Foi também confirmada a formação recebida pela equipa (Agripalma - Fitossanidade IPM - Formação, última formação datada de 7 de janeiro de 2023).</p>	
7.1.2	<p>As espécies referenciadas na Base de Dados Mundial sobre Espécies Invasoras e em CABI.org não devem ser utilizadas em áreas geridas, a menos que sejam implementados planos para prevenir e monitorizar a sua propagação.</p>	<p>A AGRIPALMA utiliza <i>Pueraria phaseoloides</i> para promover a cobertura do solo, o que foi confirmado através da revisão do "AGR.010 - Procedimento Operacional Padrão - Departamento Plantação" e de uma visita de campo.</p> <p>Estas instalações são principalmente utilizadas pela empresa para:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Manter a cobertura do solo</li> <li>2. Minimiza a manutenção ao competir com as ervas daninhas.</li> </ol> <p><i>Pueraria phaseoloides</i> é citada na base de dados CABI.org. De acordo com Cook et al., 2005; Acevedo-Rodríguez e Strong, 2012; USDA-ARS, 2012; PIER, 2012, o risco de introdução de <i>P. phaseoloides</i> é muito elevado nas regiões tropicais e subtropicais.</p> <p>A visita à plantação confirmou que a espécie é domesticada na plantação para evitar a sua propagação no território mais vasto. No geral, a plantação de palmeiras está madura em quase todos os sectores, pelo que a <i>Pueraria</i> não está muito presente. A monitorização é descrita no documento "Agripalma - Registo Controlo <i>Pueraria</i> 2022", atualizado pela última vez em 11 de janeiro de 2023.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
7.1.3	<p>O fogo não pode ser utilizado para o controlo de pragas, exceto em circunstâncias excepcionais, ou seja, quando não existem outros métodos eficazes, e com a aprovação prévia das autoridades governamentais. [Para a NI definir o processo].</p>	<p>A AGRIPALMA não utiliza o fogo como meio de controlo de pragas. As visitas de campo e entrevistas não constataram o uso do fogo nas operações da AGRIPALMA. Este facto está também descrito no documento "AGR.010 - Procedimento Operacional Padrão - Departamento Plantação".</p> <p>As entrevistas revelaram que a estação seca vai de junho a setembro e a estação húmida de outubro a maio. A chuva ainda cai na estação seca, pelo que o solo/vegetação retém a humidade e os incêndios não são comuns na área vizinha.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

**Critério 7.2:**

Os pesticidas são utilizados de forma a não pôr em perigo a saúde dos trabalhadores, das famílias, das comunidades ou do ambiente.

7.2.1 (C)	É demonstrada a justificação de todos os pesticidas utilizados. Seletivo	A análise da documentação, incluindo a análise dos registos da agricultura	<input checked="" type="checkbox"/> C
	é dada prioridade aos produtos e métodos de aplicação específicos para as pragas, infestantes ou doenças visadas.	<p>A compra de factores de produção, as observações no terreno e as entrevistas revelaram que não são utilizados produtos químicos sintéticos. Além disso, o representante da empresa explicou que a AGRIPALMA está certificada com uma certificação biológica, pelo que o controlo químico não é permitido.</p> <p>No entanto, a AGRIPALMA aplica um fungicida orgânico, a "calda bordalesa" nas plantações de cacau que se encontram dentro do título 409. A calda bordalesa é uma combinação de sulfato de cobre, cal e água.</p> <p>As entrevistas, a observação no terreno e a análise da documentação confirmaram que não são utilizados pesticidas na plantação de palmeiras. Por exemplo, o auditor analisou os registos de compra de insumos agrícolas e confirmou que as quantidades de calda bordalesa compradas no último ano são pequenas e coincidem apenas com a área de cacau (17 hectares). Não há provas da utilização de outros pesticidas.</p> <p>Provas:</p> <p>20210427 - AGR.005 - Procedimentos Gerais do Departamento Agrícola (secção 5.b.)</p> <p>Avaliação Integrada de AVC da Agripalma_Dezembro 2020_FINAL</p> <p>Registos de compra de insumos agrícolas para 2022.</p> <p>Entrevistas e observação no terreno nas secções 1, 2 e 3</p> <p>Observação nos três armazéns principais e nos armazéns do local na secção 2 e na secção 3.</p>	<input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
7.2.2 (C)	São fornecidos registos da utilização de pesticidas (incluindo os ingredientes activos utilizados e o respetivo LD50, a área tratada, a quantidade de ingredientes activos aplicados por hectare e o número de aplicações).	N/A. Não utilização de pesticidas nas plantações de palmeiras, ver 7.2.1.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
7.2.3 (C)	A utilização de pesticidas é minimizada no âmbito de um plano e, sempre que possível, eliminada, em conformidade com os planos de gestão integrada.	N/A. Não utilização de pesticidas nas plantações de palmeiras, ver 7.2.1.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A

7.2.4	Não há utilização profiláctica de pesticidas, exceto em circunstâncias excepcionais, tal como identificado nas orientações nacionais de boas práticas.	N/A. Não utilização de pesticidas nas plantações de palmeiras e nenhuma circunstância excecional identificada até à data, ver 7.2.1.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
7.2.5	<p>Os pesticidas classificados como Classe 1A ou 1B da Organização Mundial de Saúde, ou que constem das listas das Convenções de Estocolmo ou Roterdão, e o paraquato, não são utilizados, exceto em circunstâncias excepcionais, validadas por um processo de diligência devida, ou quando autorizados pelas autoridades governamentais em caso de surtos de pragas. A diligência devida refere-se a:</p> <p>a) Julgar a ameaça e verificar por que razão se trata de uma ameaça grave</p> <p>b) Porque é que não existe outra alternativa que possa ser utilizada</p> <p>c) Que processo foi aplicado para verificar por que razão não existe outra alternativa menos perigosa</p> <p>d) Qual é o processo para limitar os impactos negativos da aplicação 7.2.5</p> <p>e) Estimativa da duração do pedido e medidas tomadas para limitar a aplicação ao surto específico.</p>	N/A. Mesmo não sendo aplicado na plantação de palma. Apenas sulfato de cobre (calda bordalesa) na plantação de cacau. <a href="https://www.inchem.org/documents/icsc/icsc/eics0751.htm">Ver https://www.inchem.org/documents/icsc/icsc/eics0751.htm</a> para mais pormenores. O sulfato de cobre não está classificado como Classe 1A ou 1B da Organização Mundial de Saúde.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
7.2.6 (C)	Os pesticidas só são manuseados, utilizados ou aplicados por pessoas que tenham recebido a formação necessária e são sempre aplicados de acordo com o rótulo do produto. Todas as precauções associadas aos produtos são corretamente observadas, aplicadas e compreendidas pelos trabalhadores (ver Critério 3.6). O pessoal que aplica pesticidas deve apresentar provas de atualização regular dos conhecimentos sobre a atividade que exerce.	N/A. Não utilização de pesticidas nas plantações de palmeiras, ver 7.2.1.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A

7.2.7 (C)	O armazenamento de todos os pesticidas é efectuado de acordo com as melhores práticas reconhecidas.	O auditor verificou que a calda bordalesa é armazenada num armazém de acordo com as melhores práticas reconhecidas (por exemplo, área controlada, bem ventilada, armazenada longe de alimentos, rações para animais ou material médico, sem sinais de inundações ou fugas). Apenas um saco de 25 kg armazenado no momento da auditoria.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
7.2.8	Todos os recipientes de pesticidas são devidamente eliminados e/ou manuseados de forma responsável se forem utilizados para outros fins.	Os sacos de calda bordalesa estão a ser armazenados no local até à eliminação final. Ver 7.3.1 para mais pormenores.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
7.2.9 (C)	A pulverização aérea de pesticidas é proibida, exceto em circunstâncias excepcionais em que não existam outras alternativas viáveis. Para tal, é necessária a aprovação prévia das autoridades governamentais. Todas as informações relevantes são fornecidas às comunidades locais afectadas, pelo menos 48 horas antes da aplicação da pulverização aérea.	N/A. Não há pulverização aérea de pesticidas, ver 7.2.1.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
7.2.10 (C)	É demonstrada a existência de uma vigilância médica anual específica para os operadores de pesticidas e de acções documentadas para tratar os problemas de saúde relacionados.	N/A. Não utilização de pesticidas na plantação de palmeiras, ver 7.2.1.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
7.2.11 (C)	As pessoas com idade inferior a 18 anos, as mulheres grávidas ou a amamentar ou outras pessoas com restrições médicas não podem trabalhar com pesticidas, devendo ser-lhes oferecida uma alternativa de trabalho equivalente.	N/A. Não utilização de pesticidas na plantação de palmeiras, ver 7.2.1.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
<b>Critério 7.3:</b>			
Os resíduos são reduzidos, reciclados, reutilizados e eliminados de uma forma ambiental e socialmente responsável			

7.3.1	<p>É documentado e implementado um plano de gestão de resíduos que inclui a redução, a reciclagem, a reutilização e a eliminação com base na toxicidade e nas características perigosas.</p>	<p>O relatório do ano passado diz o seguinte:</p> <p>"NC: Não existem provas de um plano de gestão de resíduos documentado que inclua possíveis estratégias de redução, reciclagem, reutilização e eliminação final de acordo com a regulamentação nacional."</p> <p>A Agripalma tem em vigor um plano de gestão de resíduos referenciado AGR-RSPO-02208</p> <p>- Procedimento para Gestão de Resíduos Rev 0.0. O objetivo deste plano é assegurar o controlo do processo de gestão dos resíduos produzidos pela AGRIPALMA,</p>	<p><input type="checkbox"/> C</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input type="checkbox"/> N/A</p>
-------	--	---	---

		<p>respeitando o ambiente e em conformidade com a legislação e os regulamentos de STP relativos à proteção do ambiente. O plano identifica todos os resíduos produzidos em todas as áreas da empresa, incluindo a fábrica, as plantações e as habitações.</p> <p>A AGRIPALMA trabalha com uma empresa de gestão de resíduos do município local para a recolha e eliminação dos resíduos domésticos da plantação. Os resíduos da fábrica, incluindo a fibra, os cachos de fruta vazios (EFB), as cascas e os POME são reutilizados. Por exemplo, a fibra é queimada na caldeira para gerar vapor, os cachos de fruta vazios (EFB), os sólidos orgânicos remanescentes do POM (Palm Oil Mill) e a poda são utilizados como fertilizante orgânico na plantação. O POME é tratado numa lagoa de efluentes de 3 câmaras, sendo os resíduos da primeira lagoa (principalmente oleína) vendidos a uma empresa externa de fabrico de sabão.</p> <p>Ainda não existe uma instalação de reciclagem em São Tomé, mas a Agripalma está a estabelecer um local de separação e armazenamento de resíduos, destinado a reutilizar recipientes de plástico e a criar uma secção de armazenamento específica para gerir resíduos de laboratório e outros resíduos tóxicos. No entanto, é evidente que ainda não há provas de um plano de gestão de resíduos que aborde as estratégias de eliminação final. Nesta altura, a estratégia de gestão de resíduos consiste em manter todos os resíduos no local até se encontrar uma forma de eliminação final.</p> <p>A empresa descreveu algumas acções relativas à reutilização de alguns resíduos, como metais, pneus e plástico, mas a AGRIPALMA ainda não apresentou qualquer solução potencial ou calendário para o problema da eliminação de óleos usados, filtros usados e recipientes de plástico que não podem ser reutilizados (por exemplo, grandes recipientes de NALCO 7208).</p> <p>A observação de campo em ambas as oficinas (na fábrica e no departamento agrícola) já mostra sinais de que estão sobrecarregadas. Por exemplo, os óleos usados já não se encontram em sacos de contenção nos dois locais e o contentor de armazenamento de produtos químicos está quase cheio.</p> <p>Esta questão já tinha sido identificada durante a auditoria do ano transato. Assim, o NC é atualizado para Major.</p>	
--	--	--	--

7.3.2	É demonstrada a eliminação correcta dos resíduos, de acordo com procedimentos que são totalmente compreendidos pelos trabalhadores e gestores.	A Agripalma tem em vigor um sistema de gestão de resíduos denominado AGR-RSPO-02208 - Procedimento para Gestão de Resíduos Rev 0.0. O sistema de triagem de resíduos descreve a natureza dos resíduos, a área de produção, o tipo de resíduos e a área de armazenamento intermédio. No entanto, tal como descrito anteriormente, o destino final é ainda desconhecido. Registos de formação em gestão de resíduos analisados com data de fevereiro de 2022 (Compatibilidade dos Químicos - 26 fevereiro 2022) O contentor de resíduos da cantina da fábrica é esvaziado duas vezes por semana pelo município. A visita de campo revelou a existência de vários insectos à volta do contentor devido aos resíduos que permanecem no contentor - não está definida qualquer rotina de lavagem para este contentor. Como já foi identificada uma NC durante a auditoria do ano passado para este indicador, esta NC é actualizada para Major.	<input type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
7.3.3	A unidade de certificação não utiliza fogo aberto para a eliminação de resíduos.	Não se verificou a utilização de fogo nas actividades da empresa. A observação dos locais de eliminação de resíduos não permitiu constatar a utilização de fogo aberto para a eliminação de resíduos. Os resíduos biodegradáveis estão a ser depositados em aterros, enquanto os outros resíduos não biodegradáveis e perigosos estão a ser armazenados até poderem ser eliminados de acordo com os procedimentos.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

**Critério 7.4:**

Praticar a manutenção da fertilidade do solo ou, sempre que possível, melhorar a fertilidade do solo para um nível que garanta um rendimento ótimo e sustentado.

7.4.1	As boas práticas agrícolas, tal como constam dos PONs, são seguidas para gerir a fertilidade do solo de modo a otimizar o rendimento e minimizar os impactos ambientais.	<p>As boas práticas agrícolas estão descritas no documento AGR.005 - Procedimentos Gerais do Departamento Agrícola. Como já foi descrito anteriormente, não são utilizados produtos químicos nas plantações. Há anos que a AGRIPALMA não utiliza quaisquer fertilizantes químicos sintéticos ou biocidas nas suas plantações (ver Registo Incidentes Ambientais- Departamento de Plantação e relatório de sustentabilidade). A AGRIPALMA obteve a certificação EU Organic Standard Production e Global Gap da sua produção de fruto e óleo de palma em dezembro de 2017 e a certificação IPAC Agricert Organic Standard Vs0407/2019.</p> <p>Tal como confirmado na visita ao local, os cachos de fruta vazios (EFB), os sólidos orgânicos remanescentes do POM (Palm Oil Mill) e a poda são utilizados como fertilizante orgânico na plantação para melhorar a estrutura do solo e adicionar nutrientes.</p> <p>São utilizados dois fertilizantes organominerais, o fosfato de rocha P20528 (CONEXA</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
		BVBA) e HUMIFERTAK (fabricante fertinagro).	
7.4.2	São efectuadas amostragens periódicas de tecidos e do solo para monitorizar e gerir as alterações da fertilidade do solo e da saúde das plantas.	<p>O procedimento de amostragem periódica de tecidos e solos está descrito no documento AGR.010 - Procedimento Operacional Padrão v2 de 21/05/2022 na secção 5 e no Plano Gestão Amb e Soc 2022 - 2023 Aprovado. O diagnóstico dos tecidos deve ser efectuado uma vez por ano. A última amostragem de tecidos foi efectuada em janeiro de 2022. Foram recolhidas 26 amostras. O relatório foi emitido em abril de 2022 e foi revisto com recomendação (Relatório de Análise de Folhas 2022_Agripalma).</p> <p>Recomendação para corrigir a deficiência de fosfato. Como a AGRIPALMA é certificada como uma plantação orgânica, apenas fertilizantes orgânicos devem ser aplicados nos campos. O relatório recomenda a aplicação de Fosfato de Rocha.</p> <p>A amostragem do solo deve ser efectuada pelo menos uma vez de dois em dois anos pelo CIAT. A última amostragem de solo foi efectuada em maio de 2021 (CIAT - resultados análise solo 2021). O relatório de análise de solos foi emitido em 29/04/21. Foram efectuadas análises físicas/químicas e mecânicas. O pH é baixo (ácido) mas mantém-se dentro do padrão SOCFIN</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A



		para palmeiras. Não foram fornecidas recomendações.	
7.4.3	Está em vigor uma estratégia de reciclagem de nutrientes, que inclui a reciclagem de cachos de fruta vazios (EFB), efluentes de fábricas de óleo de palma (POME), resíduos de palma e uma utilização otimizada de fertilizantes inorgânicos.	<p>Procedimento de reciclagem de nutrientes denominado AGR.005 - Procedimentos Gerais do Departamento Agrícola. O procedimento incluiu a reciclagem de cachos de fruta vazios (EFB), efluentes de fábricas de óleo de palma (POME), fibra de fruta e casca de amêndoa.</p> <p>Em 2020, foram emitidas 5 230 toneladas e, em 2021, 4 428 toneladas de EFB na plantação (um rácio de 25 e 30 toneladas/ha, respetivamente). Além disso, 2.274 toneladas de fibras também foram reutilizadas nas plantações em 2020.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
7.4.4	São mantidos registos das entradas de fertilizantes.	<p>Registos revistos para os anos de 2021 e 2022.</p> <p>Foram utilizadas 556 160 toneladas de HUMIFERTAK em 2021, não tendo sido aplicados outros fertilizantes químicos em 2022. Durante a visita de campo, a empresa começou agora a aplicar o fosfato de rocha P20528.</p> <p>Foram aplicadas 6 197 toneladas de EFB em 2022, um rácio de 30 toneladas/hectare.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
<p><b>Critério 7.5:</b> As práticas minimizam e controlam a erosão e a degradação dos solos</p>			

7.5.1 (C)	Estão disponíveis mapas que identificam os solos marginais e frágeis, incluindo os terrenos íngremes.	<p>A AGRIPALMA possui mapas topográficos e de solos. Por exemplo, as Figuras 6-3 e 6-7 do relatório HCV descrevem a topografia e os solos da região. Entrevistas com o diretor agrícola, revisão de documentação e observação de campo confirmaram que os solos predominantes são latossolos húmidos. O relatório HCV descreve os solos como sendo profundos, vermelhos, bem drenados, com um teor de argila superior a 30% e uma estrutura em blocos. As entrevistas e a análise da documentação confirmaram que este tipo de solo tem tipicamente propriedades físicas favoráveis. O relatório de HCV não identificou nenhum solo frágil ou turfa na concessão. No entanto, como a região tem uma precipitação elevada (mais de 4000 mm no ano passado, de acordo com as medidas da empresa), a erosão do solo pode ser uma preocupação. O departamento de agricultura da AGRIPALMA definiu como precaução que toda a concessão tem potencial para ter solos frágeis.</p> <p>São aplicadas medidas preventivas para evitar a erosão, como a instalação de culturas de cobertura como a Pueraria (<i>Pueraria phaseoloides</i>) e a aplicação de resíduos de moagem e poda no solo e nas zonas mais susceptíveis à erosão.</p> <p>Conforme descrito no relatório de HCV e observado durante a visita de campo, o relevo é uma área rebaixada, com uma variação altimétrica de 50 a 65 m. A maior parte da plantação está localizada a uma altitude de 30 metros no título 409.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
7.5.2	Não há replantação extensiva de palmeiras em terrenos íngremes.	<p>Os estudos internos de declive e os efectuados pela avaliação HCV revelaram que não foram feitas plantações em declives acentuados (&gt;25°), enquanto a avaliação HCV também confirmou que não foram feitas plantações em solos frágeis ou turfosos. A análise LUCA aprovada (v4) também confirmou isso. A equipa de auditoria não observou qualquer plantação em terreno íngreme no título 409.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
7.5.3	Não há novas plantações de palmeiras em terrenos íngremes.	Não aplicável, uma vez que não há novas plantações.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A

<p><b>Critério 7.6:</b>                      Os levantamentos de solos e as informações topográficas são utilizados para o planeamento do local no estabelecimento de novas plantações, e os resultados são incorporados nos planos e operações.</p>			
<p>7.6.1 (C)</p>	<p>Para demonstrar a adequação a longo prazo das terras para o cultivo de óleo de palma, são tidos em conta nos planos e operações mapas ou levantamentos de solos que identifiquem solos marginais e frágeis, incluindo terrenos íngremes.</p>	<p>É favor notar a seguinte declaração no último relatório de auditoria:                      "Há uma área plantada em Nov. 2019 de 3,86 Ha. Onde havia plantação antiga até 2010, nesse mesmo ano houve eliminação da cultura. Em 2010, foi iniciado o viveiro de palma até 2019, esta situação em particular não está considerada no PNP de 2015. A RSPO respondeu à BCS que a área é inferior a 10 ha, e por isso não é aplicável ao PNP."                      Além disso, de acordo com o procedimento NPP v2021 na página 6:                      "O NPP não é aplicável a:                      Plantações de dendezeiros e desenvolvimento associado planeado nas terras Re-limpeza de áreas geridas ativamente, tal como definido no Anexo 1 do presente documento".                      O auditor confirmou, através da análise das imagens de satélite (Google Earth), que a área foi plantada na década de 80. Desde então, a equipa de auditores confirmou que não há nenhum novo desenvolvimento na plantação AGRIPALMA título 409 que requeira NPP.                      No entanto, para estar informada sobre a fertilidade do solo, a AGRIPALMA efectua uma amostragem do solo de dois em dois anos. A amostragem de tecidos também é efectuada anualmente pela empresa irmã SOGB, localizada na Costa do Marfim. Do mesmo modo, existem mapas de solos, tal como referido no ponto 7.5.1.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>
<p>7.6.2</p>	<p>A plantação extensiva em solos marginais e frágeis é evitada ou, se necessário, efectuada em conformidade com o plano de gestão do solo para as melhores práticas.</p>	<p>Tal como referido no ponto 7.5.1, a equipa da AGRIPALMA Agri identificou com precaução toda a área como solos frágeis devido à precipitação intensa e aplicou várias técnicas para evitar a erosão do solo. A equipa de auditoria atravessou o título 409 de norte a sul e não encontrou qualquer sinal de erosão ou de solo exposto. Além disso, a análise das imagens de satélite não revelou quaisquer indícios de solos expostos no título 409.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>

7.6.3	Os levantamentos de solos e as informações topográficas orientam o planeamento de sistemas de drenagem e irrigação, estradas e outras infra-estruturas	Existe apenas um novo edifício em curso, vizinho do POM. Para além disso, não há novas infra-estruturas, irrigação, plantações, replantação ou construção de estradas em curso. A empresa não planeou nenhuma destas actividades. As entrevistas e a análise da documentação revelaram que a empresa dispõe de recursos e as informações necessárias para utilizar esses instrumentos, se necessário.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
<b>Critério 7.7:</b> Não há novas plantações em turfa, independentemente da profundidade, após 15 de novembro de 2018 e todas as turfeiras são geridas de forma responsável.			
7.7.1 (C)	Após 15 de novembro de 2018, é proibida qualquer nova plantação em turfa, independentemente da profundidade, nas zonas de desenvolvimento existentes e novas.	A AGRIPALMA não efectuou qualquer nova plantação em turfa, independentemente da profundidade, após 15 de novembro de 2018, nas zonas de desenvolvimento existentes e novas. Os mapas revistos para a AGRIPALMA não identificam terras de turfa. Este facto foi também confirmado durante as visitas ao terreno, a revisão do relatório de AVC e as imagens de satélite.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
7.7.2	As áreas de turfa dentro das áreas geridas são inventariadas, documentadas e reportadas (a partir de 15 de novembro de 2018) ao Secretariado da RSPO. NOTA DE PROCEDIMENTO: Mapas e outra documentação de solos de turfa são fornecidos, preparados e partilhados de acordo com a orientação de auditoria do Grupo de Trabalho de Turfeiras da RSPO (PLWG) (ver Nota de Procedimento para 7.7.5 abaixo).	O grupo SOCFIN relatou o primeiro inventário de turfa ao Secretariado da RSPO para cada instalação certificada. Nenhuma turfa é declarada no inventário de turfa, o que corrobora o relatório HCV e as observações de campo. Evidência: RSPO_Peat_Inventory_Template_amended_(14_September_22)_SOCFIN Troca de correio eletrónico entre o gestor da certificação SOCFIN RSPO África e a RSPO secretariado com data de 21 de novembro de 2022.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
7.7.2 (C)	As áreas de turfa dentro das áreas geridas são inventariadas, documentadas e reportadas (em vigor a partir de 15 de novembro de 2018) ao Secretariado da RSPO. NOTA DE PROCEDIMENTO: Mapas e outra documentação de solos de turfa são fornecidos, preparados e partilhados de acordo com a orientação de auditoria do Grupo de Trabalho de Turfeiras da	Ver 7.7.1 supra.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A

	RSPO (PLWG) (ver Nota de Procedimento para 7.7.5 abaixo).		
7.7.3 (C)	A subsidência da turfa é monitorizada, documentada e minimizada.	Ver 7.7.1 supra.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
7.7.4 (C)	Está em vigor um programa documentado de gestão da água e da cobertura do solo.	Ver 7.8.1 infra.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
7.7.5 (C)	<p>Para as plantações de turfa, as avaliações de drenagem são efectuadas de acordo com o Procedimento de Avaliação da Drenabilidade da RSPO, ou outros métodos reconhecidos pela RSPO, pelo menos cinco anos antes de replantação. O resultado da avaliação é utilizado para fixar o calendário de futuras replantações, bem como para a eliminação progressiva da cultura da palma de óleo pelo menos 40 anos, ou dois ciclos, consoante o que for maior, antes de atingindo o limite natural de drenagem por gravidade da turfa. Quando o óleo A palma é progressivamente eliminada, sendo substituída por culturas adequadas a uma de lençol freático (paludicultura) ou reabilitadas com vegetação.</p>	Ver 7.7.1 supra.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A

	<p>NOTA DE PROCEDIMENTO: Todos os pormenores sobre a Drenagem RSPO Orientações para a avaliação e conceitos conexos e ações pormenorizadas constam do manual que está a ser aperfeiçoado/testado pelo GTPC. A A versão final deverá ser aprovada pelo PLWG em janeiro de 2019 e será incluir orientações adicionais sobre as medidas a adotar após a decisão de não replantar, bem como as implicações para outros partes interessadas, pequenos proprietários, comunidades locais e a unidade de certificação. Recomenda-se um novo período de doze meses é proposto um período experimental para toda a gestão relacionada (ou seja, as unidades com plantações de turfa) para utilizar a metodologia e dar feedback ao GTP para permitir a continuação da aperfeiçoamento do procedimento, se necessário, antes de janeiro de 2020. As unidades de certificação têm a possibilidade de adiar a replantação para depois de a disponibilidade das directrizes revistas. Orientações adicionais sobre culturas alternativas e a reabilitação da vegetação natural serão fornecido pela PLWG. NOTA DE PROCEDIMENTO: O PLWG e o O Grupo Provisório de Pequenos Agricultores (GIP) desenvolverá em colaboração</p>		
	<p>orientação para os pequenos proprietários independentes [ligações cruzadas com as questões SHIG e GEE]</p>		
<p>7.7.6 (C)</p>	<p>Todas as plantações existentes em turfa são geridas de acordo com o <i>'Manual RSPO sobre as Melhores Práticas de Gestão (BMTs) para o cultivo de palma existente em turfa', versão 2 (2018)</i> e orientação de auditoria associada.</p>	<p>Ver 7.7.1 supra.</p>	<p><input type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input checked="" type="checkbox"/> N/A</p>

7.7.7 (C)	Todas as áreas de turfeiras não plantadas e em pousio na área gerida (independentemente da profundidade) são protegidas como "áreas de conservação de turfeiras"; é proibida a construção de novas drenagens, estradas e linhas eléctricas pela unidade de certificação em solos de turfa; as turfeiras são geridas de acordo com as 'RSPO BMPs for Management and Rehabilitation of Natural Vegetation Associated with Oil Palm Cultivation on Peat', versão 2 (2018) e orientações de auditoria associadas.	Ver 7.7.1 supra.	<input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input checked="" type="checkbox"/> N/A
<b>Critério 7.8:</b> As práticas mantêm a qualidade e a disponibilidade das águas superficiais e subterrâneas.			
7.8.1 (C)	<p>Existe e é aplicado um plano de gestão da água para promover uma utilização mais eficiente e a disponibilidade contínua das fontes de água e para evitar impactos negativos noutros utilizadores da bacia hidrográfica. O plano aborda os seguintes aspectos:</p> <p>7.8.1a. A unidade de certificação não restringe o acesso à água potável ou contribui para a poluição da água utilizada pelas comunidades.</p> <p>7.8.1 b. Os trabalhadores têm acesso adequado a água potável</p>	<p>Foi estabelecido o "plano de eficiência hídrica e energética (2022-2023)". Este é um documento sucinto que explica a gestão da água efectuada. A AGRIPALMA tem também outros documentos em que a gestão da água é descrita com mais pormenores. Os recursos hídricos e ameaças estão bem documentados no relatório de HCV. Por exemplo, o auditor analisou todos os documentos em relação a todos os tópicos descritos no Anexo 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A "Consideração das partes interessadas relevantes, a sua utilização da água e a disponibilidade dos recursos hídricos" é descrita no relatório HCV nas páginas 52, 59 e 60. O relatório HCV descreve as necessidades da comunidade, os usos e a localização dos recursos.</li> <li>- A "tomada em consideração da eficiência da utilização e da renovabilidade das fontes" é descrita sucintamente no "Plano de Eficiência Hídricos e Energéticos" na secção 3.1.1 e 3.1.2 e no SOP "AGR.015 - Procedimento Aplicação Adubos Minerais". O objetivo geral é evitar desperdício de água sem contaminação durante as operações de campo.</li> </ul>	<input type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

		<p>Os pontos seguintes conduziram à NC Menor:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- "Assegurar que a utilização e a gestão da água pela unidade de certificação não resultam em impactos adversos para outros utilizadores na área de captação, incluindo as comunidades locais e os utilizadores habituais da água". A visita à oficina do Departamento de Agricultura, na área utilizada para a lavagem de carros, revelou que os canais de drenagem têm uma pequena lagoa de tratamento de águas residuais antes de correrem diretamente para os arbustos (semelhante a uma lagoa residencial convencional de 1 m de comprimento). Os auditores verificaram que os motores também são lavados nesse local e que a água pode conter óleo e outros resíduos industriais. As águas residuais não são objeto de qualquer tratamento posterior. O EIA não avaliou os impactos associados a esta atividade e não há provas de que este tratamento de resíduos seja suficiente. Os auditores seguiram uma parte da drenagem e confirmaram que esta vai para a aldeia EMOLVE.</li><li>- "O objetivo é garantir que as comunidades locais, os trabalhadores e as suas famílias tenham acesso a água limpa e adequada para beber, cozinhar, tomar banho e limpeza". O documento "Plano de Gestão Ambiental, Social e de Saúde e Segurança (2022-2023)" na página 6 e o documento "Plano de Eficiência Hídricos e Energéticos" na secção 3.1.2 descrevem o programa de monitorização para garantir que a água da comunidade é potável. Existem duas aldeias na concessão que albergam trabalhadores com dependentes (EMOLVE e Vila Clotilde). O auditor analisou os últimos resultados da qualidade da água datados de 29/03/2022 (físico-químicos) e 30/03/2022 (análises microbiológicas). Foram recolhidos quatro pontos de amostragem, dois nas aldeias (uma fonte de água na aldeia EMOLVE e outra em Vila Clotilde) e dois nas infra-estruturas da empresa (oficina Agri e infraestruturas). Todos os quatro pontos amostrados revelaram clostrídios redutores de sulfito acima dos níveis de referência. Este é um indicador de contaminação das águas subterrâneas e da água potável. Além disso, estes resultados revelaram que a água utilizada pela comunidade EMOLVE</li></ul>	
--	--	--	--



		<p>tem salmonelas acima dos níveis de referência. A empresa informou as comunidades sobre a situação através de uma carta exposta em diferentes locais da comunidade</p>	
--	--	--	--

		<p>(Comunicação Interna nº18-22) datada de 04/04/2022. A AGRIPALMA recomendou à comunidade a fervura da água antes do consumo. No dia 23 de junho de 2022, a empresa realizou análises físico-químicas e microbiológicas da água nos mananciais (Nascente Roça José e Rio Mioba Km 3). As análises revelaram que as fontes de água também estão contaminadas. Os níveis de referência de clostridia reductora de sulfito estão acima dos níveis de referência para as duas fontes e mais salmonela para o rio Mioba. As entrevistas confirmaram que as comunidades dependem destas duas fontes para obter água potável. Na altura da auditoria, a AGRIPALMA teve várias reuniões sobre a situação, mas até à data não tinha sido aplicada qualquer medida nem elaborado um plano de ação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- "Evitar a contaminação das águas superficiais e subterrâneas através do escoamento do solo, nutrientes ou produtos químicos, ou como resultado da eliminação inadequada de resíduos, incluindo POME." Durante as visitas de campo, o auditor constatou que dois empregados lavavam os baldes utilizados na aplicação de fertilizantes no rio à entrada da secção 3 (fertilizante de fosfato de rocha). O auditor analisou a MSDS do fabricante (FTZR EGYPT). Embora se trate de um fertilizante orgânico, a ficha de dados de segurança indica claramente na secção de informações ecotoxicológicas que se deve evitar a contaminação dos cursos de água com este produto.</li> </ul>	
7.8.2	7.8.2 (C) Os cursos de água e as zonas húmidas são protegidos, incluindo a manutenção e restauração de zonas ripárias e outras zonas tampão adequadas, de acordo com o 'Manual RSPO sobre BMPs para a gestão e reabilitação de reservas ripárias' (abril de 2017).	<p>Foram definidas zonas tampão ripícolas no interior da plantação para os dois títulos 409 e 410. As zonas ripícolas só estão presentes no título 410. As visitas de campo e as entrevistas confirmaram que as zonas ribeirinhas foram substituídas por plantações de óleo de palma em quase todas as áreas do título 410. A AGRIPALMA apresentou à RSPO um "Plano de Remediação e Compensação para a AGRIPALMA, São Tomé e Príncipe" em novembro de 2022. O auditor analisou o aviso de receção do documento datado de 28 de novembro de 2022 pelo representante da RSPO.</p> <p>O resumo executivo do plano, na página 7, diz o seguinte</p> <p>"A análise da alteração do uso do solo identificou que existem 24,89 ha de reparação. Não foi identificada nenhuma remediação social. As áreas ribeirinhas foram determinadas através da identificação de todos os rios,</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

		<p>riachos e drenos principais que requerem uma zona tampão, seguindo o manual de Melhores Práticas de Gestão da RSPO para áreas ribeirinhas</p>	
		<p>gestão e reabilitação. Dentro desta área, 24,89 ha devem ser reabilitados, uma vez que foram aí plantadas palmeiras de óleo. Na altura da limpeza do terreno, não existiam directrizes para identificar as áreas ribeirinhas antes da limpeza do terreno; consequentemente, estas áreas não foram excluídas da plantação. Esta situação foi rectificada em 2020, quando a Agripalma estabeleceu PONs para identificar, demarcar, manter e monitorizar todas as zonas ribeirinhas. A empresa dispõe ainda de um novo procedimento de plantação, que estabelece que não pode ser efectuada qualquer replantação em zonas ribeirinhas e que nenhum desenvolvimento pode ser feito sem seguir os novos procedimentos de plantação da RSPO.</p> <p>O objetivo do procedimento é remediar todas as zonas-tampão plantadas com palmeiras de óleo, para ter zonas ribeirinhas totalmente naturais que actuem como tampões entre os cursos de água e a plantação, e com um sistema em vigor para monitorizar e prevenir ameaças naturais e humanas. Estas zonas ribeirinhas devem também atuar como corredores para a vida selvagem".</p> <p>No terreno, é possível constatar que as marcações e demarcações claras da zona tampão já estavam implementadas em todos os locais visitados.</p> <p>Algumas zonas tampão são adjacentes a HCVs e áreas de conservação. A AGRIPALMA explicou que assim que receberem a aprovação da RSPO para o plano apresentado, darão início ao plano de restauração.</p>	

7.8.3	Os efluentes da fábrica são tratados em conformidade com a regulamentação nacional. A qualidade da descarga dos efluentes da fábrica, especialmente a Demanda Bioquímica de Oxigénio (CBO), é monitorizada regularmente.	<p>A AGRIPALMA apresentou provas de que foram realizadas duas análises de CBO na segunda lagoa de efluentes em 2021 (em 9 de março de 2021 e em 17 de maio de 2021). Como a terceira lagoa não está cheia e não há descarga para o ambiente, a empresa não efectuou mais análises. O diretor da fábrica e o responsável pelo laboratório explicaram que a AGRIPALMA dispõe dos recursos necessários para efetuar a análise, mas que, neste momento, esta ainda não é relevante. O diretor da fábrica explicou ainda que o objetivo global é construir duas lagoas aeróbias adjacentes para os efluentes antes de os lançar no ambiente.</p> <p>A equipa de auditoria visitou as lagoas de efluentes e não há provas de derrames ou descargas no solo ou em massas de água. A equipa de auditoria confirmou que não há evidências de que os tanques de efluentes não estejam cheios. A equipa de auditoria visitou também o rio mais próximo (rio Miombá) e confirmou que não há sinais de descarga.</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
		<p>Evidências analisadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Resultados do laboratório: mod.AGR.POM.LAB.RD.5- LAGOAS DE EFLUENTE</li> <li>- Planos e requisição de materiais para a construção das duas lagoas aeróbias adjacentes (20210824 - PD_ Lagoas de Efluente_Fase 2_01)</li> <li>- Visita de campo às lagoas de efluentes</li> <li>- Entrevistas.</li> </ul>	
7.8.4	O consumo de água da fábrica por tonelada de FFB é monitorizado e registado.	<p>O relatório de monitorização da AGRIPALMA mostra o consumo mensal de água utilizando um medidor de caudal que foi instalado no reservatório de água que flui do ponto de tratamento de água na fábrica. O controlo é efectuado diariamente e o relatório é apresentado mensalmente. O consumo médio de água na fábrica por tonelada de FFB registado no ano de revisão foi de 1,36 m<sup>3</sup> /T FFB.</p> <p>Prova: 20230105 - Reporting_POM_AGRIPALMA_DECEMBER_22</p>	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
<p><b>Critério 7.9:</b> A eficiência da utilização de combustíveis fósseis e a utilização de energia renovável são optimizadas.</p>			

7.9.1	Está em vigor um plano para melhorar a eficiência da utilização de combustíveis fósseis e otimizar as energias renováveis, que é acompanhado e comunicado.	<p>Existe um plano para melhorar a eficiência da utilização de combustíveis fósseis e otimizar as energias renováveis. Ver "plano de eficiência hídrica e energética 2022-2023". A AGRIPALMA actualizou o seu plano de forma a fechar a NC emitida durante a auditoria de certificação. O representante da AGRIPALMA explicou que o primeiro plano elaborado não é realista com os recursos financeiros da empresa e o contexto da ilha onde a fábrica está localizada.</p> <p>O atual plano estabelece métodos e prazos para a implementação, bem como a redução que poderá ser alcançada. Por exemplo, na "secção 3.2.3 Energia Elétrica Industrial" afirma-se que:</p> <p>"Ligação do gerador da fábrica à garagem central e ao escritório da plantação, eliminando assim o gerador autónomo que alimentava esse local. Esta ligação deverá estar concluída até ao final de 2022 ou início de 2023 e permitirá poupar 15 a 20 mil litros de gasóleo por ano, para além de reduzir o consumo de lubrificantes e outros consumíveis poluentes associados à utilização de um gerador."</p> <p>Os auditores verificaram que o trabalho ainda não está concluído, mas já foi efectuado.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A</p>
-------	--	---	--

		<p>começou. Além disso, em 2021-22, a AGRIPALMA adquiriu dois novos camiões (Mitsubishi Fuso) para o transporte de pessoal, reduzindo assim o consumo em quase 50 litros/100 km por veículo.</p> <p>Para além disso, o objetivo do plano atualizado é otimizar a utilização da energia da biomassa, dando prioridade à sua utilização na fábrica, de modo a reduzir o custo de outras fontes de energia. Por exemplo, a AGRIPALMA instalou uma turbina na sua fábrica que é alimentada pela caldeira de vapor POM. A turbina poderia, em princípio, suprir as necessidades eléctricas da fábrica e das comunidades vizinhas, reduzindo assim a necessidade de geradores alimentados a combustíveis fósseis. No entanto, devido às necessidades actuais de otimizar as operações da fábrica industrial e garantir uma alimentação consistente da caldeira, a utilização da turbina ainda não é possível.</p> <p>Estas são as primeiras actividades propostas a curto prazo no plano. Outras actividades são propostas para 2024 e 2027.</p> <p>Consumo total de energia Jan - Dez 2021:</p> <p>FFB processado no período: 23,928 MT.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Potência da turbina - 0 KWH.</li><li>- Potência do grupo eletrogéneo - 534,930 KWH.</li><li>- Energia da rede nacional - 0 KWH.</li><li>- Energia consumida pela fábrica - 434.088 KWH.</li><li>- Energia distribuída a outros - 100.842 KWH.</li></ul> <p>Consumo total de energia de janeiro a dezembro de 2022:</p> <p>FFB processado no período: 27,238 MT.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Potência da turbina - 0 KWH.</li><li>- Potência do grupo eletrogéneo - 576,386 KWH.</li><li>- Energia da rede nacional - 0 KWH.</li><li>- Energia consumida pela fábrica - 530.921 KWH.</li><li>- Energia distribuída a terceiros - 45.464 KWH.</li></ul> <p>A análise destes números sugere que o consumo de energia na fábrica melhorou ligeiramente. De 0,055 KWH/T FFB processado em 2021 para 0,051 KWH/T FFB processado em 2022.</p>	
--	--	--	--

		<p>Evidências analisadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de eficiência hídrica e energética 2022-2023</li> <li>- 20221216 - Ata de reunião Revisão dos PLANOS DE HSA Soc dezembro 2022 Rev 1</li> <li>- 20220105 - Reporting_POM_AGRIPALMA_DECEMBER_21</li> <li>- 20230105 - Reporting_POM_AGRIPALMA_DECEMBER_22</li> </ul>	
<p><b>Critério 7.10:</b>                  São desenvolvidos, aplicados e monitorizados planos para reduzir a poluição e as emissões, incluindo os gases com efeito de estufa (GEE), e os novos desenvolvimentos são concebidos para minimizar as emissões de GEE</p>			
7.10.1 (C)	<p>As emissões de GEE são identificadas e avaliadas para a unidade de certificação. Os planos para as reduzir ou minimizar são implementados, monitorizados através da calculadora Palm GHG e comunicados publicamente.</p>	<p>A AGRIPALMA tem em vigor um plano de GEE, designado no documento "20210427 - GEN.004 - Procedimento de Gestão de GEE". De acordo com o documento, a AGRIPALMA identificou as suas fontes de emissão como sendo o POM, as lagoas de efluentes, o transporte e a eletricidade.</p> <p>A AGRIPALMA completou a sua emissão de GEE utilizando o RSPO Palm GHG V4. A equipa auditora recebeu a calculadora de emissões de GEE logo durante a auditoria, tendo sido encontradas algumas inconsistências relativamente à área de conservação florestal. A AGRIPALMA reviu o documento e apresentou uma nova versão em 22 de janeiro de 2023. O cálculo atualizado das emissões de GEE foi aprovado em 23 de janeiro de 2023.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>
7.10.2 (C)	<p>A partir de 2014, o stock de carbono da área de desenvolvimento proposta e as principais fontes potenciais de emissões que podem resultar diretamente do desenvolvimento são estimados e um plano para os minimizar é preparado e implementado (seguindo o Procedimento de Avaliação de GEE da RSPO para Novos Desenvolvimentos).</p>	<p>Não aplicável. O título 409 não desenvolveu novos domínios desde 2014.</p>	<p><input type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input checked="" type="checkbox"/> N/A</p>

7.10.3 (C)	São identificados outros poluentes significativos e são implementados e monitorizados planos para os reduzir ou minimizar.	Para além da identificação dos GEE, a AGRIPALMA identificou outros poluentes significativos. Por exemplo, o Estudo de Impacte Ambiental destaca a geração de efluentes, emissões, resíduos e outros. O plano de gestão (planos de gestão ambiental, social e de saúde e segurança 2022-2023) inclui um plano de ação para reduzir a poluição com objectivos claros de qualidade ambiental, metas definidas e responsabilidades. O plano inclui igualmente a monitorização e a elaboração de relatórios.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
<b>Critério 7.11:</b> O fogo não é utilizado para preparar o terreno e é evitado na zona gerida.			
7.11.1 (C)	As terras para novas plantações ou replantações não são preparadas por queimadas.	Não estão atualmente em curso novas actividades de plantação ou replantação. Também não há indícios de incêndios anteriores.  São também descritos diferentes documentos (estudo HCV, mapas, plano de exploração, análise LUCA, Plano de Remediação e Compensação, EIA, etc.).	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A
7.11.2	A unidade de certificação estabelece medidas de prevenção e controlo de incêndios para as áreas diretamente geridas pela unidade de certificação.	A AGRIPALMA tem em vigor um procedimento de emergência com a designação "AGR- HSA-ADM- 02203 - Procedimento de Emergência 0.0". O objetivo deste procedimento é assegurar uma resposta rápida e eficiente a emergências que possam ocorrer na concessão da AGRIPALMA.  Existem também ecoguardas na plantação que servem como equipas de patrulha para monitorizar e garantir que não ocorrem quaisquer danos nas plantações, incluindo incêndios. As entrevistas revelaram que a estação seca vai de junho a setembro e a estação húmida de outubro a maio. A chuva ainda cai na estação seca, pelo que o solo/vegetação retém a humidade e os incêndios não são comuns na plantação e na área vizinha. A análise do relatório de monitorização não revelou quaisquer indícios de incêndios em 2022 (2022 10 15 Relatório Mensal HSE_Agripalma_ALO - dezembro 2022, folha de cálculo 12-Monitorização de incêndios). Além disso, a AGRIPALMA não recebeu nenhum alerta de incêndio do RSPO Fire Watch desde o ano passado.  O programa de formação da AGRIPALMA inclui também a gestão da prevenção de incêndios. Os últimos registos de formação datam de dezembro de 2021 e 62 pessoas participaram na formação sobre prevenção de incêndios e utilização de extintores. Além disso, a equipa de auditoria observou durante as visitas de campo novos desenvolvimentos em torno da	<input type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A



		fábrica para adicionar canhões de fogo e água	
--	--	---	--

		<p>fornecedores em caso de incêndio. Os extintores de incêndio estão colocados em diferentes pontos da fábrica. A revisão do extintor foi considerada em boas condições.</p> <p>Apesar do bom desempenho global em matéria de prevenção de incêndios, foram identificados os seguintes problemas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alguns extintores não foram submetidos às últimas inspeções, tal como definido nas etiquetas. Por exemplo, na oficina perto do Depto. Agrícola e de armazenamento de fertilizantes.</li> <li>- Num dos dois armazéns de fertilizantes, existe um extintor de incêndio de categoria B e C, mas não há líquidos inflamáveis nem equipamento elétrico sob tensão nesse armazém. As entrevistas confirmaram que este extintor foi colocado apenas por não haver outro disponível e não devido aos riscos dos produtos armazenados.</li> <li>- Na casa do gerador, por trás do armazém de fertilizantes, não há extintor de incêndio.</li> </ul> <p>É emitida a NC menor 7.11.2.</p>	
7.11.3	A unidade de certificação colabora com as partes interessadas adjacentes nas medidas de prevenção e controlo de incêndios.	<p>A empresa permite que animais de criação dos vizinhos pastem nas plantações de palmeiras (como confirmado no terreno). Isto ajuda a minimizar o combustível para os incêndios; no entanto, não foram fornecidas mais provas de que a AGRIPALMA colabora com as partes interessadas adjacentes nas medidas de prevenção e controlo dos incêndios.</p> <p>É emitida a NC menor 7.11.3.</p>	<input type="checkbox"/> C <input checked="" type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

NOTA PROCESSUAL relativa ao ponto 7.12

Os P&C da RSPO de 2018 incluem novos requisitos para garantir a contribuição efectiva da RSPO para travar a desflorestação. Isto será alcançado através da incorporação do Kit de Ferramentas da Abordagem de Alto Estoque de Carbono (HCSA) no padrão revisado.

Os ToC da RSPO também comprometem a RSPO a equilibrar os meios de subsistência sustentáveis e a redução da pobreza com a necessidade de conservar, proteger e melhorar os ecossistemas.

Os Países com Elevado Coberto Florestal (PCAF) necessitam urgentemente de oportunidades económicas que permitam às comunidades escolher a sua própria via de desenvolvimento, proporcionando simultaneamente benefícios socioeconómicos e salvaguardas.

Serão desenvolvidos procedimentos adaptados para apoiar o desenvolvimento sustentável do óleo de palma pelas populações indígenas e comunidades locais com direitos legais ou consuetudinários. Estes procedimentos aplicar-se-ão em HFCCs específicas e, dentro destas, em paisagens de elevado coberto florestal (HFCLs).

O desenvolvimento destes procedimentos será orientado por um Grupo Diretor Conjunto para a Não Desflorestação (NDJSG) de membros da RSPO e da HCSA. Nos HFCCs, a RSPO trabalhará através de processos participativos nacionais e locais com governos, comunidades e outras partes interessadas para desenvolver estes procedimentos. O calendário para estas actividades está estipulado nos Termos de Referência para o NDJSG e está disponível ao público.

**Critério 7.12:**

A limpeza de terras não causa desflorestação nem danifica qualquer área necessária para proteger ou melhorar os Altos Valores de Conservação (AVC) ou as florestas com Alto Teor de Carbono (HCS). Os HCVs e as florestas HCS na área gerida são identificados e protegidos ou melhorados.

7.12.1 (C)	<p>O desmatamento desde novembro de 2005 não danificou a floresta primária ou qualquer área necessária para proteger ou melhorar HCVs. A limpeza de terras desde 15 de novembro de 2018 não danificou HCVs ou florestas HCS. Uma Análise de Mudança de Uso da Terra (LUCA) histórica é realizada antes de qualquer nova limpeza de terra, de acordo com o documento de orientação LUCA da RSPO.</p>	<p>Atualmente, apenas o título 409 está incluído no âmbito da certificação RSPO. As entrevistas confirmaram a inexistência de autorizações após o ano de 2005 no título 409. Além disso, a revisão da análise LUCA aprovada datada de 8 de novembro de 2021 e a revisão de imagens históricas no Google Earth também confirmaram isso. A empresa também possui informações detalhadas sobre todos os plantios e replantios anuais (da gestão atual e anterior).</p> <p>A análise LUCA mostra que 1.318,18 ha foram convertidos entre 2005 e 2019, sendo 97% desse valor entre 2010 e 2014 (1.278 ha). De acordo com a análise do LUCA, o passivo final de conservação da empresa é de 452,44 ha. A empresa demonstrou que essas áreas foram desmatadas no título 410, e não no título 409, incluído no escopo desta auditoria.</p> <p>Naquela época a AGRIPALMA não era membro da RSPO. Nenhuma avaliação prévia de HCV foi realizada durante esses desmatamentos. No entanto, uma avaliação independente de HCV conduzida pela HCV Africa foi iniciada e concluída com o relatório final datado de novembro de 2020. Um histórico LUCA também foi realizado em novembro de 2021 e foi aprovado pela RSPO em 08 de novembro de 2021 após passar por 4 revisões (V4).</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>
7.12.2 (C)	<p>HCVs, florestas HCS e outras áreas de conservação são identificadas como segue:</p> <p>a) Para plantações existentes com uma avaliação de HCV conduzida por um avaliador aprovado pela RSPO e sem novo desmatamento após 15 de novembro de 2018, a avaliação atual de HCV desses</p>	<p>A AGRIPALMA conduziu uma avaliação independente de HCVs cobrindo sua plantação existente e uma zona tampão de 5,5 km. Foram identificados os HCVs 1, 2, 3, 4 e 5. A avaliação de HCVs indica um total de 3.648 ha de HCVs dentro da concessão da AGRIPALMA (levando em consideração as sobreposições). A avaliação foi conduzida pela HCV Africa e os resultados foram registados no relatório</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>

	<p>plantações continua a ser válido.</p>	<p>Nomeado AGRIPALMA Avaliação do Alto Valor de Conservação das Plantações de São Tomé novembro de 2020.</p>	
<p>7.12.2 b)</p>	<p>Qualquer novo desmatamento (em plantações existentes ou novas plantações) após 15 de novembro de 2018 é precedido por uma avaliação HCV-HCS, usando o HCSA Toolkit e o HCV-HCSA Assessment Manual. Isso incluirá consulta às partes interessadas e levará em conta considerações mais amplas no nível da paisagem.</p>	<p>N/A. A limpeza de terras ocorreu apenas para replantação de palmeiras. A revisão da AGRIPALMA LUCA revela 4,4a ha de limpeza de terras para replantação de palmeiras entre os períodos de maio de 2014 e fevereiro de 2019.</p> <p>Além disso, é de referir a seguinte declaração no último relatório de auditoria: "Há uma área plantada em Nov. 2019 de 3,86 Ha. Onde havia plantaço antiga até 2010, nesse mesmo ano houve eliminação da cultura. Em 2010, foi iniciado o viveiro de palma até 2019, esta situação em particular não está considerada no PNP de 2015. A RSPO respondeu à BCS que a área é inferior a 10 ha e, por esse motivo, não é aplicável ao PNP."</p> <p>Além disso, de acordo com o procedimento NPP v2021 na página 6:</p> <p>"O NPP não é aplicável a:</p> <p>...</p> <p>Plantações de dendezeiros e desenvolvimento associado planeado nas terras Re-limpeza de áreas geridas ativamente, tal como definido no Anexo 1 do presente documento".</p> <p>O auditor confirmou, através da análise das imagens de satélite (Google Earth), que a área foi plantada na década de 80. Uma vez que a equipa de auditores confirmou que não existe qualquer novo desenvolvimento na plantaço AGRIPALMA título 409 que requeira NPP.</p>	<p><input type="checkbox"/> C</p> <p><input type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> N/A</p>

<p>7.12.3 (C)</p>	<p>Nas paisagens de coberto florestal alto (HFCL) no âmbito das HFCC, aplicar-se-á um procedimento específico para os casos de legado e desenvolvimento por parte dos povos indígenas e das comunidades locais com direitos legais ou consuetudinários, tendo em consideração os processos regionais e nacionais de múltiplas partes interessadas. Até este procedimento ser desenvolvido e aprovado, aplica-se o ponto 7.12.2.</p> <p>NOTA DE PROCEDIMENTO para 7.12.3: Deve haver benefícios demonstráveis para a comunidade local; reconhecimento claro das terras legais e consuetudinárias com base no planeamento participativo do uso da terra; o desenvolvimento deve ser proporcional às necessidades da comunidade local; com um equilíbrio entre conservação e desenvolvimento. Este procedimento também abrangerá a plantação em terrenos agrícolas/plantações anteriores ou abandonados. Aplicam-se todos os outros requisitos de P&amp;C, incluindo os requisitos de FPIC e HCV.</p>	<p>N/A. STP é uma ilha de pequena dimensão (1.001 KM<sup>2</sup>), apesar do endemismo de algumas espécies, a ilha não é uma HFCL.</p>	<p><input type="checkbox"/> C</p> <p><input type="checkbox"/> NC</p> <p><input type="checkbox"/> C com/Obs</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> N/A</p>
-------------------	--	--	---

<p>7.12.4 (C)</p>	<p>Quando são identificados HCVs, florestas HCS após 15 de novembro de 2018, turfeiras e outras áreas de conservação, estes são protegidos e/ou melhorados. É desenvolvido, implementado e adaptado, se necessário, um plano de gestão integrada para proteger e/ou melhorar os HCV, as florestas HCS, as turfeiras e outras zonas de conservação, e contém requisitos de monitorização. O plano de gestão integrada é revisto pelo menos uma vez de cinco em cinco anos. O plano de gestão integrada é desenvolvido em consulta com as partes interessadas relevantes e inclui a área diretamente gerida e quaisquer considerações relevantes a nível da paisagem (quando estas são identificadas).</p>	<p>A AGRIPALMA efectuou uma avaliação de HCVs e foram desenvolvidos planos de gestão e monitorização para todos os HCVs identificados. A empresa também contratou recentemente uma equipa de Eco-guardas para as actividades de gestão e monitorização.</p> <p>A avaliação de HCV não identificou nenhuma turfeira; mas identificou HCVs das categorias 1 a 5. A secção 9.2 do relatório de avaliação prescreve alguns planos de gestão e monitorização para os HCVs identificados. O documento chamado "Plano de Gestão HCV _V3" resume em português as acções implementadas.</p> <p>Para garantir que estes HCVs identificados são geridos e monitorizados, a empresa criou uma equipa de seis membros da Eco-guard.</p> <p>No entanto, a entrevista com os guardas ecológicos revelou que ainda não receberam formação para as suas tarefas e que, entretanto, realizaram outras tarefas. A formação já está agendada para os próximos meses. As entrevistas também confirmaram que a AGRIPALMA ainda não se envolveu com as partes interessadas relevantes e as incluiu na gestão direta da área e numa consideração mais ampla ao nível da paisagem.</p>	<p><input type="checkbox"/> C  <input checked="" type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>
-------------------	--	---	---

		<p>De acordo com a AGRIPALMA, esta atividade não foi realizada porque o relatório HCV foi finalizado recentemente (novembro de 2020).</p> <p>As seguintes questões levaram à emissão da NC crítica:</p> <p>O relatório de HCV descreve muitas sugestões de ações de manejo e monitoramento, mas a AGRIPALMA só adotou algumas delas até o momento. A revisão dos documentos e entrevistas revelou que a AGRIPALMA não tem um plano de monitorização detalhado para explicar como cada atividade de gestão será implementada e monitorizada para assegurar que os valores de HCV serão protegidos. Por exemplo, o auditor analisou as listas de controlo de monitorização realizadas pelos guardas ecológicos. No geral, essas listas de verificação apenas descrevem a distância diária percorrida pelos guardas ecológicos. Entrevistas também revelaram que os guardas ecológicos não relataram informações importantes sobre ameaças aos valores de HCV, por exemplo, quando caçadores furtivos são observados vindo do parque nacional de Obo (a concessão é o único acesso ao parque), isso não é relatado nem monitorado.</p> <p>Além disso, alguns parâmetros de monitorização não foram realizados, por exemplo, a avaliação da erosão e o programa trimestral (mínimo) de monitorização da qualidade da água.</p> <p>Evidências analisadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação de HCV datada de novembro de 2020</li> <li>- Plano de Gestão HCV_V3</li> <li>- Plano Gestão Amb e Soc 2022 - 2023 Aprovado</li> <li>- Relatório de atividades Eco-guardas de 14/12/2022, 05/01/2023, 03/01/2023, 07/01/2023, 06/01/2023</li> <li>- Entrevistas</li> </ul>	
7.12.5	<p>Nos casos em que os direitos das comunidades locais tenham sido identificados em áreas de AVC, florestas com HCS após 15 de novembro de 2018, turfeiras e outras áreas de conservação, não há redução desses direitos sem evidência de um acordo negociado, obtido através do FPIC, que incentive o seu envolvimento na manutenção e gestão dessas áreas de</p>	<p>A avaliação de HCV identifica alguns HCVs sociais (HCV 5) como direito das comunidades locais. O HCV 6 não foi identificado. Entrevistas com a aldeia AGRIPALMA e comunidades próximas à plantação (Ribeira Peixe, EMOLVE e Vila Clotilde) não mostraram nenhuma evidência de redução desses direitos sem FPIC.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>

	conservação.		
7.12.6	<p>Todas as espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção (RTE) são protegidas, quer sejam ou não identificadas numa avaliação de HCV. Está em vigor um programa para educar regularmente os trabalhadores sobre o estado das espécies RTE. São tomadas e documentadas medidas disciplinares adequadas, de acordo com as regras da empresa e a legislação nacional, se qualquer indivíduo que trabalhe para a empresa for encontrado a capturar, danificar, recolher, comercializar, possuir ou matar estas espécies.</p>	<p>Devido à posição da ilha e ao seu tamanho relativamente pequeno, a ilha é conhecida por ter a taxa de endemismo mais importante do mundo. Entre outros, o relatório do HCV demonstra que a área é especificamente importante devido à sua avifauna. Das 133 espécies identificadas no estudo, 25 (19%) são endémicas de São Tomé e Príncipe, e até 21 destas são restritas apenas a São Tomé (incluindo as endémicas). Foram registadas em São Tomé 30 espécies que suscitam preocupação em termos de conservação (SCC) (incluindo três espécies vagabundas incluídas na lista vermelha e uma espécie de residência incerta). Destas, 17 espécies estão na lista vermelha, das quais 11 estão ameaçadas de extinção (estatuto de conservação IUCN de Vulnerável ou superior). Todas elas podem ser encontradas nas florestas húmidas de planície das regiões sudoeste da ilha, onde se situam as concessões da AGRIPALMA.</p> <p>Como demonstrado no relatório de HCV, pessoas das aldeias da plantação e de cinco aldeias vizinhas caçam. Os animais mortos são porcos selvagens, macacos e gatos civetas. Um relato foi feito de pessoas caçando morcegos e pássaros. Além disso, o relatório afirma que a fragmentação do habitat através do abate ilegal de árvores, da produção de carvão vegetal e das actividades de corte e queima são, juntamente com a sedimentação e a falta de zonas ribeirinhas contínuas, as preocupações ecológicas mais críticas.</p> <p>Existem protecções ecológicas impostas pela empresa, tal como referido em 7.12.4 acima para garantir que todos os HCV (1 - 5) sejam protegidos. Para além disso, a AGRIPALMA, em colaboração com a Bird Life, deu formação aos funcionários e à comunidade para aumentar a consciencialização sobre a biodiversidade única de São-Tomé e a importância da sua conservação. O auditor analisou o programa de formação. A formação abrangeu os seguintes tópicos numa formação de cinco dias:</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>



		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os principais ecossistemas e espécies de São Tomé e Príncipe.</li> <li>- O valor de conservação de São Tomé, o seu estado atual e os desafios relevantes.</li> <li>- Processos de recolha de dados para monitorizar espécies ameaçadas e avaliar a qualidade ambiental - dentro e fora da concessão AGRIPALMA.</li> <li>- O quadro jurídico da proteção do ambiente em São Tomé e Príncipe.</li> </ul>	
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Técnicas de sensibilização para transmitir eficazmente a informação ao público local.</li> <li>- Contactos para informações e orientações permanentes sobre questões ambientais específicas.</li> </ul> <p>A entrevista com os trabalhadores durante a visita de campo confirmou a sensibilização efectuada para o efeito. Não foi encontrada qualquer prova de que um indivíduo que trabalhe para a empresa tenha capturado, danificado, recolhido, comercializado, possuído ou matado espécies RTE, tal como os trabalhadores referiram ter sido sensibilizados.</p> <p>Evidências analisadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa de Formação da BirdLife sobre espécies RTE 05/09/2021 a 12/09/2022</li> <li>- Revisão da lista de presenças - 16 páginas (Presenças na Formação BirdLife)</li> </ul>	
7.12.7	É monitorizado o estado dos HCV, das florestas HCS após 15 de novembro de 2018, de outros ecossistemas naturais, das zonas de conservação de turfeiras e das espécies RTE. Os resultados desta monitorização são integrados no plano de gestão.	Como descrito em 7.12.4, a revisão dos documentos e entrevistas revelou que a AGRIPALMA não tem um plano de monitorização detalhado para assegurar que os valores de HCV serão protegidos. Assim, a empresa ainda não tem os resultados deste programa de monitorização para introduzir no plano de gestão.	<input checked="" type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> NC <input type="checkbox"/> C com/Obs <input type="checkbox"/> N/A

<p>7.12.8 (C)</p>	<p>Se tiver havido limpeza de terras sem avaliação prévia de HCV desde novembro de 2005, ou sem avaliação prévia de HCV-HCSA desde 15 de novembro de 2018, aplica-se o Procedimento de Remediação e Compensação (RaCP).</p>	<p>Conforme descrito em 7.12.1 acima, a análise LUCA mostra que 1.318,18 ha foram convertidos entre 2005 e 2019, sendo 97% desse valor entre 2010 e 2014 (1.278 ha). De acordo com a análise LUCA, o passivo final de conservação da empresa é de 452,44 ha. A empresa demonstrou que essas áreas foram desmatadas no título 410 e não no título 409. Naquela época a AGRIPALMA não era membro da RSPO. Nenhuma avaliação prévia de HCV foi realizada durante esses desmatamentos. No entanto, uma avaliação independente de HCV conduzida pela HCV Africa foi iniciada e concluída com o relatório final datado de novembro de 2020. Um histórico LUCA também foi realizado em novembro de 2021 e foi aprovado pela RSPO em 08 de novembro de 2021 após passar por 4 revisões (V4). A AGRIPALMA apresentou à RSPO um "Plano de Remediação e Compensação para a AGRIPALMA, São Tomé e Príncipe" em novembro de 2022. O auditor analisou o aviso de receção do documento datado de 28 de novembro de 2022 pelo representante da RSPO. Espera-se que a AGRIPALMA se submeta ao RaCP assim que o plano for aprovado pela RSPO.</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> C  <input type="checkbox"/> NC  <input type="checkbox"/> C com/Obs  <input type="checkbox"/> N/A</p>
-------------------	---	---	---

## Apêndice 6: Conformidade com o cálculo de GEE da RSPO

As emissões de GEE do POM e da Base de Abastecimento da AGRIPALMA LDA para o ano de auditoria de 2021 foram calculadas utilizando a Calculadora PalmGHG versão 4. A equipa auditora verificou os dados introduzidos na PalmGHG Calculator em relação aos registos do AGRIPALMA LDA.

O resumo das emissões líquidas de GEE em 2021 para a fábrica AGRIPALMA LDA e a base de abastecimento é o seguinte

Emissão por produto	tCO2e/tProduto
CPO	1.03
PKO	0.00

Extração	%
OER	23.56
KER	6.14

Produção	t/ano
Processo FFB	23,928.48
CPO Produzido	5,636.36
PKO Produzido	0.00

Utilização do solo	Ha
PO Área plantada	1,944.93
OP Plantado em turfa	0.00
Conservação (floresta)	256.05
Conservação (não florestada)	97.72
<b>Total</b>	<b>2,298.7</b>

### Resumo da emissão de campo e sumidouro

Cultura própria*			Grupo			3 <sup>rd</sup> Festa			Total		
tCO2e	tCO2e /Ha	tCO2e / FFB	tCO2e	tCO2e /Ha	tCO2e / FFB	tCO2e	tCO2e /Ha	tCO2e / FFB	tCO2e	tCO2e /Ha	tCO2e / FFB

Fonte de emissão												
Conversão de terrenos	2153 5.17	11.0 7	0.90	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	21535. 17	21535. 17	11.07
Emissões de CO <sub>2</sub> provenientes de	366. 88	0.19	0.02	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	366.88	366.88	0.19

fertilizantes												
Emissão de NO <sub>2</sub>	201.08	0.10	0.01	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	201.08	201.08	0.10
Consumo de combustível	470.41	0.24	0.02	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	470.41	470.41	0.24
Oxidação da turfa	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Lava-loiças</b>												
Cultura Sequestro	-18207.92	-9.36	-0.76	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-18207.92	-18207.92	-9.36
Conservação Sequestro	-2263.48	-1.16	-0.09	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-2263.48	-2263.48	-1.16
<b>Total</b>	<b>2102.15</b>	<b>1.08</b>	<b>0.09</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>2102.15</b>		<b>2102.15</b>

### Resumo das emissões e créditos da fábrica

	tCO <sub>2</sub> e	tCO <sub>2</sub> e/tFFB
<b>Emissão</b>		
POME	4690.39	0.20
Consumo de combustível	529.02	0.02
Utilização da eletricidade da rede	0.00	0.00
<b>Crédito</b>		
Exportação de eletricidade da rede	0.00	0.00
Vendas de PKS	0.00	0.00
Vendas de EFB	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>5219.41</b>	<b>0.22</b>

### Resumo das emissões da instalação de trituração de miolo e crédito (se aplicável)

Emissões	tCO2e
PK do próprio moinho	0.00
PK de outras fontes	0.00
Consumo de combustível	0.00
<b>Total de emissões da KCP</b>	0.00

Tratamento de efluentes de fábricas de óleo de palma (POME):	
Desviar para compostagem (%)	0
Desvio para desvio anaeróbio (%)	100

POME desviado para digestão anaeróbia:	
Desvio para lagoa anaeróbia (%)	0
Desvio para metano capturado (queima) (%)	0
Desvio para metano capturado (produção de energia) (%)	0